



LUCAS DO RIO VERDE

UMA CONSTRUÇÃO
COLETIVA

Vera Terezinha Faccin Carpenedo

30 anos

Preservar as raízes de um povo é manter
viva sua identidade e valorizar sua cultura.
Este livro é a memória de guerreiros que,
vencendo toda sorte de adversidades,
escreveram uma história que deve
inspirar as futuras gerações.

1ª Edição
Agosto de 2018

LUCAS DO RIO VERDE

30 anos

UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Vera Terezinha Faccin Carpenedo



Lucas do Rio Verde - 30 anos - Uma Construção Coletiva
Vera Terezinha Faccin Carpenedo

Fotos

Arquivo Jornal Folha Verde/ Arquivo Revista Mirante
Ascom Prefeitura/ Guilherme Muller/ Marcos Ganzer

Projeto Gráfico, Capa e Editoração
Rafaela Carpenedo

Revisão

Camila Carpenedo

Impressão

Gráfica Di Mello

Coordenação

Günter Bif Stechert

Prefeitura de Lucas do Rio Verde
Gestão Prefeito Flori Luiz Binotti

Todos os direitos reservados,
proibida a reprodução, no todo ou
em parte, por quaisquer meios.



Dedicatória

Aos pioneiros que abriram picadas no cerrado, aventurando-se em busca de um sonho.

Aos que seguiram a trilha dos desbravadores e também lançaram suas sementes de esperança.

Aos que acreditaram, investiram e cultivaram os sonhos, cuidaram das sementes e as fizeram produzir.

Aos que superaram desafios, trabalharam com afinco, venceram dificuldades e transformaram um vilarejo numa das mais prósperas cidades de Mato Grosso.

Aos luverdenses, de nascimento ou de coração, que orgulhosamente festejam o progresso de Lucas do Rio Verde nos seus 30 anos de emancipação político-administrativa.



AVENIDA MATO GROSSO - 1993

Agradecimentos

A cada luverdense que, com seu trabalho, dedicação, bravura, empreendedorismo e coragem, colaborou para o desenvolvimento de Lucas do Rio Verde.

A cada gestor, legislador, líder, ativista ou mobilizador político e social que dedicou seu tempo, conhecimento e trabalho na construção desta sociedade que espalha bons exemplos para Mato Grosso e para o Brasil.

A todos que, diuturnamente, cumprem seu dever de cidadãos, contribuindo para fazer Lucas do Rio Verde avançar.



AVENIDA GOIÁS

JYC-5678

Reconhecimento

Dedico este trabalho à minha família, especialmente ao meu marido Valmor, às minhas filhas Camila, Rafaela e Cássia, e aos meus netos Matheus, Vinícius e Giovanni, minhas fortalezas e estímulos.

Ofereço este trabalho ao meu pai, Adelino, que rezou todas as noites pedindo a Deus para iluminar meus pensamentos no desempenho desta tarefa.

Agradeço a Lucas do Rio Verde pelas oportunidades que me foram abertas. Agradeço a cada luverdense que contribuiu para a realização deste trabalho. Agradeço, principalmente, à administração municipal de Lucas do Rio Verde, nas pessoas do prefeito Luiz Binotti e do diretor de Desenvolvimento Humano, Günter Bif Stechert, por terem me confiado a missão de relatar neste livro a história inspiradora escrita pelos habitantes desta terra iluminada chamada Lucas do Rio Verde.

À ela

Cada madrugada que adentrei para cumprir esta tarefa que me foi confiada, meu pensamento voava de volta a minha infância, onde eu encontrava minha mãe, lendo ou improvisando histórias que me faziam viajar a mundos mágicos e encantadores. Junto de Deus, onde sei que ela está, minha mãe Elenida continua guiando meus passos. Obrigada, mãe!



AVENIDA TOCANTINS

SUMÁRIO

Apresentação	19
Prelúdio	25
▶ 01 - Dos seringais ao projeto de assentamento	28
O começo da colonização	28
O Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde	31
Fundação do Núcleo Urbano	31
Posse da família Dal'Alba	32
▶ 02 - De um grupo heterogêneo a uma comunidade	33
Organização e busca de melhorias	33
A instalação do Distrito	34
O primeiro subprefeito	36
O Fundec e o desenvolvimento da comunidade	37
Bingo para construção de posto telefônico	37
Do sarilho para a água encanada	38
Entrega dos primeiros títulos agrários	40
Energia elétrica: novela de longos e exaustivos capítulos	40
Caminhada para emancipação	42
▶ 03 - Certeza de Progresso	42
Primeira Eleição Municipal	45
Apuração e posse dos eleitos/ Boas sementes em solo fértil	46
Ousadia e coragem em meio à crise econômica	47
Concurso escolhe símbolos municipais	48
Lei Orgânica direciona o desenvolvimento do município	50
Luquense e Luverdense/ Ligado com o Mundo	51
Significado das palmeiras imperiais na Praça dos Migrantes	52
Desafios, avanços e legados	52
Integração para o desenvolvimento regional	54
▶ 04 - Feriados Municipais	55
Aniversário da cidade/ A fé em Nossa Senhora de Fátima	55
▶ 05 - A Expolucas e as ideias que mudaram o curso da história	56
Parque de Exposições Roberto Munaretto/ Expolucas abre espaço para Arena Cultural	60
▶ 06 - Associativismo, organização e cooperação marcam desenvolvimento	62
Cooperlucas / Associação Comunitária / Rotary Club	62
Tradição em qualquer chão/ Organização sindical/ Conselho Comunitário/ Organização Empresarial	63
Desporto/ Sicredi/ Coaagril	64
Acrilucas/ Fundação Rio Verde/ Cooperação e Empreendedorismo	66
▶ 07 - Pesquisa e Desenvolvimento	67
Fórum define Prioridades	68
Validade e Difusão de Tecnologia/ Diversificação econômica	69
Selo de Origem identifica e fortalece cadeia da Agricultura Familiar/ Show Safra e Entec\$ se fundem em Show Safra BR-163	70
Legado	71
▶ 08 - Socializando o progresso	73
"Esta terra tem dono"/ Racionamento e Apagões	74
Relegado à Escuridão e ao atraso/ Peregrinação e Promessas	76
Bandeira Eleitoral/ Visita Ilustre/ Distrito Groslândia	78
Pavimentação e urbanização/ "Lucas, é tempo de te amar!"	79
Município conquista telefonia celular	80
▶ 09 - Cuidar, fazer e crescer	81
Duas frentes partidárias disputam terceira eleição municipal	81
Novos rumos/ Educando para a vida é ampliado/ Derrubada de torre do Linhão	82
Lucas e Tapurah se unem para abrir estrada/ Primeiros programas habitacionais	84
Município recebe equipamentos para subestação de energia elétrica	84
Com energia, município começa consolidar seu desenvolvimento / Um dia de glória	86
SAAE passa a ser administrado pelo município/ A passos largos e de cabeça erguida/ A realidade se faz com sonhos e ações	87
Disputa eleitoral esquentar ânimos no município	88
Encurtando distância/ Câmara Mirim e a formação de lideranças/ Palácio do Cidadão/ General do 9º BEC se surpreende	89
Rodovia da Mudança: vitrine para Mato Grosso, modelo para o Brasil	90
Aeroporto Bom Futuro/ Ema Alimentos abre caminho para transformação de grãos em aves	92
▶ 10 - Caso Cooperlucas	95
Negociações	96
▶ 11 - Instrumentos de Justiça e Cidadania	97
Município conquista Comarca/ "Lucas agora tem os Três Poderes"	97
21ª Subseção da OAB/ Ministério Público	98
Justiça do Trabalho/ Cartório de Registro de Imóveis/ 21ª Zona Eleitoral	99
Instalado órgão de defesa do consumidor/ Defensoria Pública	100
▶ 12 - Área verde do Córrego Lucas: pulmão da cidade	101
Anos de luta	102
Parque dos Buritis/ Lago Ernani José Machado	103
Parque Ecológico e Lago Harri Müller	104
▶ 13 - Saúde: do furgão do Inamps ao moderno Hospital São Lucas	105
Hospital São Lucas	106
Nova ala	107
Desafio constante	108
Atenção básica	109
▶ 14 - Terra de sonhos e oportunidades	110
Uma mulher na presidência/ Eixos estruturantes preparam município para ser centro de convergência	111

SUMÁRIO

Fest Lucas fomenta turismo e lazer no município/ Sabotagens a torres do Linhão	112
Agroindustrialização	114
Energia de qualidade/ Agenda 21 Local e as metas de desenvolvimento sustentável	117
Grito do Ipiranga/ Câmara cassa mandato e direitos políticos de vereador	118
Reviravolta marca início do pleito eleitoral 2008/ Ação do Gaeco	120
Marino é reeleito com 73,11% dos votos válidos/ Crescer com sustentabilidade	121
Sebrae inaugura agência no município/ Encontro histórico dos prefeitos luverdenses	122
Paço Municipal: a marca de um novo modelo de gestão pública	123
Auditório dos Pioneiros eterniza homenagem a desbravadores	124
▶ 15 - Pequena Central Hidrelétrica Canoa Quebrada	125
Origem do nome	126
▶ 16 - Desenvolvimento com Sustentabilidade	127
Manejo e Conservação do Solo	127
Central de Processamento de Embalagens de Defensivos Agrícolas/ Lucas Legal	128
Fato interessante	131
▶ 17 - Fazendo o melhor pela vida	132
Lucas Cada Vez Melhor ou Igual para Todos?	132
Composição para Mesa Diretora da Câmara/ Condomínio Rosa	133
Programa Vida Nova/ O dia em que Dilma comeu soja	134
Espaço do Empreendedor/ Planejando novo modelo de gestão/ Retirada de transformador histórico da subestação	136
Casa dos Conselhos/ Restaurante do Trabalhador	138
Parceria viabiliza eixos estruturantes/ Escola de Saúde/ Programa de Residência Médica	140
Primeira usina de etanol de milho do Brasil/ Posto do Sine/ Desenvolvimento, eficiência e qualidade de vida	141
Dirceu Cosma: prefeito por 11 dias	142
▶ 18 - Um luverdense se torna Ministro da Agricultura	143
▶ 19 - Cidade limpa e desenvolvimento	144
Desafio continua	145
▶ 20 - Somos todos por Lucas	146
Atitude e Inovação x Democracia e Inovação	146
Surpresa na eleição da Mesa Diretora da Câmara	148
Cidade Jurídica/ Cidade Viva/ Programa Cuidar	150
Capital da Agroindústria/ Centro de Triagem de Animais Silvestres/ Segurança Pública	152
▶ 21 - Educação, condição para o desenvolvimento	153
Vagão de Trem para montar sala de aula/ Poeira, calor e aulas debaixo de árvores/ Eleição para diretor da Dom Bosco	154
Formação de professores/ Superintendência de Educação/ Avanços	156
Escolas atrativas/ A União faz a Vida/ Gestor Eficiente	157
Plano Municipal de Educação/ Prêmio Chico Mendes	158
Ensino em tempo integral/ Prova Brasil e IDEB/ Nota 10/ Palma de Ouro	159
Iniciativas Empreendedoras	160
▶ 22 - Ensino superior e Ensino técnico profissionalizante	161
Pesquisa aponta grande desejo da população	161
Universidade Aberta do Brasil/ O sonho da universidade pública	162
IFMT	163
Escola Comunitária Profissionalizante	164
Unidade do Senai	165
Cidade do Conhecimento	166
▶ 23 - Cultura, uma identidade em construção	168
A Menina e o Vento/ A primeira biblioteca	169
Conselho e Fundo Municipal de Cultura/ Biblioteca Pública Municipal Monteiro Lobato	170
Voluntários da Praça/ Cultura em destaque	172
Orquestra Sinfônica Jovem/ Novemberfest/ Flor do Cerrado	173
▶ 24 Esgoto sanitário: saúde e qualidade de vida	174
▶ 25 Segurança Pública: direito de todos. Dever do Estado?	176
Polícia Civil/ Polícia Militar	176
Conselho Municipal de Segurança/ Fórum aponta saídas/ Corpo de Bombeiros	177
GGI e a política de segurança pública/ Sistema de vigilância eletrônica	178
Nova cadeia pública/ Jornada Voluntária/ Esforço Comunitário	179
Operações especiais e promessas governamentais/ Centro Socioeducativo	180
Nova guarda municipal	181
CIOSP/ Apoio Comunitário	182
▶ 26 - Trânsito e mobilidade urbana	183
Plano de mobilidade urbana	184
Batalha continua	185
Travessias na BR-163	186
▶ 27 - À espera do apito do trem	187
Ferrogrão/ FICO: a grande novela	187
▶ 28 - A força da Mulher	191
▶ 29 - O brío luverdense no futebol	192
Jogos históricos marcam temporada 2013	192
▶ 30 - Pontos turísticos referenciam história da cidade	194
Águas límpidas convidam para passear/ Culto à fé e à natureza coabitam a cidade	194
Monumentos e seus significados históricos/ Luquinha/ O Semeador/ Ema/ Galinha Preciosa	196
Parques e Lagos/ Monumento ao 9º BEC	198
In memoriam	200
Vereadores	201
Prefeitos	201

Apresentação

O ano de 2018 é especial para nós, luverdenses, que festejamos os 30 anos de emancipação política e administrativa de Lucas do Rio Verde, ocorrida em 4 de julho de 1988.

Para mim, é realmente um orgulho estar prefeito neste momento histórico do nosso município. Cheguei em Lucas do Rio Verde no dia 28 de fevereiro de 1988, e acompanhei de perto a reta final da caminhada pela emancipação. Quis o destino que, 30 anos depois, eu estivesse ocupando o posto de gestor do município, podendo contribuir mais diretamente para levar adiante todos os avanços conquistados nesse período.

Sinto orgulho de ter acompanhado e participado do crescimento de Lucas do Rio Verde nesses 30 anos, orgulho em ver que a pequena vila de assentados se transformou nessa bela cidade. Pouca gente acreditava que aquela vila se transformaria no que é Lucas do Rio Verde. Essa transformação aconteceu graças ao povo empreendedor, batalhador, trabalhador que se instalou aqui e, por meio de suas lideranças, conseguiu fazer de Lucas do Rio Verde um município conhecido em todo o Brasil, conhecido no exterior, destaque em Mato Grosso. Somos a sexta economia do estado, um município territorialmente pequeno, um dos menores de Mato Grosso, que superou inúmeras dificuldades, inclusive a de ser pequeno territorialmente. Nos tornamos campeões em produtividade de soja, milho, e algodão, somos pioneiros na safrinha de milho. Quando nem se sonhava em plantar milho na segunda safra, os produtores luverdenses, orientados por instituições como a Fundação Rio Verde, tiveram a ideia de plantar milho depois da soja e essa segunda safra está movimentando a economia do estado inteiro, e a ideia da safrinha se espalhou pelo Centro-Oeste todo e se concretizou.

Iniciativas pioneiras como esta e tantas outras, como o projeto Lucas do Rio Verde Legal, nos colocaram em posição de destaque nos cenários estadual e nacional. Aliamos a essas ideias inovadoras o espírito de cooperação, responsável por fazer de Lucas do Rio Verde uma construção coletiva.

Nosso slogan “Somos Todos Por Lucas” vem ressaltar essa união dos luverdenses, fundamental para o município se tornar o que é. A história nos mostra que nossas lideranças sempre tiveram a grandeza de separar diferenças políticas e ideológicas dos ideais de desenvolvimento de Lucas do Rio Verde. Ao olharmos para tudo o que foi construído nesses 30 anos de emancipação e visualizarmos o futuro que queremos, é fundamental mantermos essa união, que é nossa marca de progresso.

E ao visualizarmos o futuro, vemos que ele reserva um grande crescimento econômico para o município. Estamos prestes a receber da Assembleia Legislativa o título de Capital da Agroindústria de Mato Grosso, e Lucas do Rio Verde deverá se concretizar como uma cidade agroindustrial. E junto virá um crescimento nas áreas de educação e da capacitação profissional. Estamos caminhando para consolidar a unidade do Senai, que será uma escola para capacitar pessoas, uma escola de ensino profissionalizante para nossos jovens, nossos trabalhadores.

Na gestão pública municipal, temos o programa Cidade do Conhecimento e estamos trabalhando para trazer novas universidades, especialmente públicas, para atender à grande demanda de famílias operárias que almejam ver seus filhos cursando uma faculdade. Mas também trabalhamos para atrair outras instituições particulares de ensino superior, porque quanto mais instituições de ensino, melhor para a população.

O futuro de Lucas do Rio Verde para os próximos 30 anos é se consolidar como um entroncamento ferroviário, com a Fico [Ferrovia de Integração Centro-Oeste] atravessando Mato Grosso de Leste a Oeste e com a Ferrogrão nos ligando ao Norte do país, levando nossos produtos até Miritituba, e de lá acessando os portos do Arco Norte. Pela Fico, teremos acesso a cinco portos, e isso dará grande competitividade aos nossos produtos, tanto grãos, como industrializados.

A história de Lucas do Rio Verde nos enche de orgulho e de gratidão. Orgulho por tudo o que já conquistamos, e gratidão por tudo o que os pioneiros e muitas lideranças fizeram por Lucas do Rio Verde.

Este livro que ora entregamos à sociedade luverdense é uma forma que encontramos para agradecer a cada um que no seu tempo e na sua capacidade contribuiu nesses 30 anos para Lucas do Rio Verde ser este município próspero e promissor.

Elevamos também nossa gratidão a Deus por toda essa história bonita, pelo progresso que transformou uma pequena vila na sexta economia do estado. Gratidão pelas conquistas e orgulho de ser luverdense, essas são as palavras que devem definir o sentimento de cada cidadão na data histórica dos 30 anos de emancipação. Precisamos preservar esses sentimentos de orgulho e gratidão, e nos manter unidos por Lucas do Rio Verde.

FLORI LUIZ BINOTTI
PREFEITO DE LUCAS DO RIO VERDE
GESTÃO 2017/2020



“ Tenho orgulho por ter plantado as primeiras sementes e ajudado a fazer uma cidade muito bonita, muito próspera. Deu certo, o progresso está aqui, meu sentimento é de dever cumprido. ”

WERNER HAROLDO KOTTRADE
PREFEITO DE LUCAS DO RIO VERDE
GESTÃO 1989/1992

“

O grande legado que eu acredito ter deixado foi na questão educacional. Foi dado o pontapé para uma educação legal, que se destacasse ao longo dos anos e hoje somos referência para o Brasil.

”



PAULO VICENTE NUNES
PREFEITO DE LUCAS DO RIO VERDE
GESTÃO 1993/1996



“ Acredito que o grande legado que deixamos foi uma cultura de austeridade, de seriedade, e um sistema de educação próspero, evolutivo, e também um sistema de saúde completo, desde a atenção básica até a alta complexidade. ”

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
PREFEITO DE LUCAS DO RIO VERDE
GESTÕES 1997/2000; 2001/2004; 2013/2016

“ Não existe mágica no serviço público.
Os desafios são muito grandes e só conseguem
ser vencidos com trabalho, ousadia e determinação.
Nosso legado foi preparar o município para o futuro,
com diretrizes claras para o crescimento econômico
e demográfico com qualidade de vida. ”



MARINO JOSÉ FRANZ
PREFEITO DE LUCAS DO RIO VERDE
GESTÕES 2005/2008; 2009/2012

Prelúdio

VISÃO INICIAL

O ônibus da Viação Maringá seguia pela BR-163 (Cuiabá-Santarém), cortando as imensas lavouras de soja onde a vista se perdia. Ardia um sol abundante e o calor era infernal. Sem ar-condicionado, o jeito era abrir todas as janelas, mesmo que o vento ressecasse até a alma e ensurdescesse até o espírito. De repente, nuvens escuras encobriram o céu e uma chuva pesada desabou. Mal se podia ver a estrada, não apenas por conta da chuva forte, mas também pelos vidros embaçados, afinal, éramos mais de 40 passageiros respirando naquele veículo, agora todo fechado por conta da chuvarada. Tão repentinamente como precipitou, a chuva se foi e o sol retornou radiante no céu azul intenso. Ainda mais verdes, as lavouras pareciam sorrir, agraciadas, cativando a atenção dos viajantes.

Era 28 de dezembro de 1985, o ônibus continuava avançando pela estrada que se abria no horizonte infinito. A ansiedade já começava a inquietar a mente, pois estávamos há dois dias naquele ônibus e a expectativa de chegar ao destino era um misto de saudade da família e medo do desconhecido. Passava das 16 horas quando o ônibus encostou na estação rodoviária de Lucas do Rio Verde, onde deveria ter chegado por volta do meio-dia. Atrasos de cinco, 10 e até 14 horas eram normais no contexto da época. Um lugarejo de casinhas feias se apresentou diante de meus olhos, mas, apesar do aspecto de acampamento, irradiava uma luz que não vinha apenas do sol de fim de tarde, era algo mais profundo, que parecia brotar da terra e se juntar à energia positiva que havia no ar. Ao descer do ônibus, distraída, afundei os pés numa poça de água, e percebi, então, que os buracos não se limitavam ao pátio do terminal rodoviário, mas ganhavam também a rua, chamada “Avenida Principal”. Soube, depois, que duas avenidas cortavam a vila, correndo paralelas à rodovia, e as duas recebiam o nome “Avenida Principal”, nomenclatura que só mudaria em 1989.

Passado o susto inicial, ajudei a pegar nossas malas e olhei em volta, tentando localizar alguém que estivesse à nossa espera. Meu marido e eu, com nossa primeira filha no ventre, estávamos ali para visitar minha família, que viera de mudança de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, em julho daquele ano. Estávamos ali, parados, naquele terminal rodoviário, tentando nos situar, quando um senhor se aproximou, saudando: “Boa tarde! É a filha do seu Faccin?”. Respondi que sim e ele se apresentou, explicando que trabalhava como taxista, contou que meu pai já estivera ali três vezes para nos buscar, mas o ônibus atrasara, e se prontificou a nos levar ao nosso destino. E assim, o senhor Rui Bastian nos levou à casa da minha família, com seu ‘fusca’ vermelho que por muito tempo foi o único táxi da localidade.

Enquanto trilhávamos o caminho de ruas de terra e casebres de tábuas, a maioria sem pintura, até a casa de meus pais, fiquei me perguntando como seria o dia a dia daquelas pessoas ali naquela cidadezinha perdida, quase às portas da Amazônia. Nem em sonho eu poderia imaginar quão forte seria o vínculo que eu criaria com aquela vilinha onde tudo estava por construir.

30 ANOS DE EMANCIPAÇÃO

Em 4 de julho de 1988, Lucas do Rio Verde conquistou sua emancipação político-administrativa. A vilinha se tornou cidade. Cidadezinha, com infraestrutura precária, com tudo ainda por construir, mas, pelo menos, a comunidade local conquistara o direito de caminhar como município e conduzir o próprio destino.

Desde muito cedo, Lucas do Rio Verde aprendeu que “esperar não é saber” e, sem contar muito com ajudas governamentais, fez a sua hora, buscou alternativas, encontrou seus caminhos, fez acontecer.

Cada fase da vida tem seus próprios desafios e na trajetória de um município não é diferente. Quando criado o Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, no início dos Anos 80, os desafios consistiam em implantar o mínimo de infraestrutura necessária para que as famílias assentadas pudessem viver. Passada meia dúzia de anos, o principal desafio era conquistar a emancipação. Depois de eleito o primeiro prefeito e os primeiros vereadores, o desafio passou a ser instalar a prefeitura e criar as condições básicas para fazer a máquina administrativa funcionar. O desafio seguinte foi organizar a sociedade. Associações e cooperativas foram criadas com a finalidade de unir os setores e promover o desenvolvimento de cada um deles e, juntos, contribuir para o desenvolvimento do município. Na fase seguinte, o desafio foi estruturar o município para um novo ciclo econômico e, na sequência, promover oportunidades de geração de emprego e renda.

Apesar de crises e tropeços, o município conseguiu vencer seus desafios, superar suas deficiências e desenvolveu-se rapidamente. Passados 30 anos de emancipação político-administrativa, o município firmase como uma das principais economias de Mato Grosso, com um estágio de desenvolvimento que tende a continuar crescente. Mas há sempre novos desafios. Atualmente, o desafio é promover melhorias sociais para

que as pessoas vivam com mais saúde, mais bem-estar, mais segurança, mais cultura e mais lazer. Amanhã, outros desafios se apresentarão, afinal, Lucas do Rio Verde é uma cidade em movimento, que escreve sua história com a participação e o trabalho de cada um dos seus cidadãos.

A HISTÓRIA

Contar a história de uma cidade é uma tarefa desafiadora: exige pesquisa, dedicação, tempo. É um trabalho árduo, difícil, porque não se resume a apenas relatar os fatos, mas também a interpretar os acontecimentos e narrá-los a partir de percepções e convicções.

Assim, a história de uma cidade nunca é completa, porque a história de uma cidade é a soma das histórias do cotidiano das pessoas que nela vivem. Então, a história construída diariamente pelo conjunto dos moradores de uma cidade, quando contada, sempre terá o ponto de vista, ou a perspectiva de quem a relata.

A proposta, neste livro, é relatar a história dos 30 anos de emancipação de Lucas do Rio Verde a partir da perspectiva jornalística de quem acompanhou os fatos. Este livro não tem a pretensão de ser documento completo da historiografia de Lucas do Rio Verde, nem tampouco se assemelha a um trabalho científico que busca pesquisar as origens do município e sua colonização.

O trabalho aqui proposto não é de uma historiadora, mas de uma jornalista que relata alguns fatos marcantes na trajetória de Lucas do Rio Verde, especialmente no tocante à organização social e política da comunidade e sua busca pelo desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

E o que me credencia a executar essa tarefa de relatar num livro as lutas e conquistas, desafios e vitórias, dificuldades e exemplos de superação que marcaram a trajetória deste jovem município e de sua gente?

Eu poderia justificar poeticamente, dizendo que sou uma cidadã apaixonada por Lucas do Rio Verde, defensora ferrenha desta cidade que adotei como minha, onde escolhi viver e edificar minha família. Nela, nasceram, cresceram e vivem minhas três filhas, a quem ensinei a amá-la e a dela terem orgulho. Nela, também nasceram e estão crescendo os três netos que a vida me deu até o momento. Nela, exerço minha profissão e minha cidadania.



Mas, o que de fato me credencia a compartilhar esse relato é a experiência de ter vivenciado cada um dos momentos importantes da trajetória de Lucas do Rio Verde nos últimos 32 anos. O que me credencia é o fato de ter acompanhado e registrado a trajetória do município desde o tempo em que ele ainda era uma vilinha poeirenta que vivia de costas para a rodovia BR-163 e era visto como o patinho feio da região.

Quando, no final de 1985, meu marido e eu decidimos que voltaríamos a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, apenas para nos desligarmos de nossos respectivos empregos e trazeremos nossa mudança, apostamos em Lucas do Rio Verde, movidos pelo entusiasmo que sentimos fervilhar entre as pessoas que aqui viviam. No dia 02 de fevereiro de 1986, descarregamos nossos poucos pertences numa humilde casinha de madeira que tínhamos adquirido na Rua Itapiranga, e enterramos nossas raízes neste chão. Algumas lideranças da época contribuíram muito para este enraizamento: fui ser professora de Língua Portuguesa, Literatura, Educação Moral e Cívica, e OSPB [Organização Social e Política Brasileira] na Escola Estadual Dom Bosco, a convite do então diretor, Niklaus Huber, e da Maria Elisabeth Kurmann Huber, que era coordenadora pedagógica. Ali comecei a estabelecer vínculos com a comunidade. Passados pouco mais de 30 dias de residência em Lucas do Rio Verde, fui convidada a integrar uma chapa para concorrer à diretoria da Associação de Desenvolvimento Comunitário, ao lado de Domingos Munaretto, Antonio Cavalaro, Santiago Roa e Jaime Seiti Fujii (os dois últimos, já falecidos). A principal contribuição que esperavam de mim naquele momento era a elaboração de um diagnóstico de Lucas do Rio Verde, mostrando as principais necessidades da comunidade para apresentar ao Banco do Brasil, na tentativa de pleitear verbas do Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC). A Associação já havia perdido o prazo de entrega do diagnóstico, ganhara um novo prazo e o trabalho precisava ser entregue em 45 dias. Foi uma tarefa desafiadora, mas gratificante, pois me possibilitou obter um retrato fiel do lugar onde tínhamos escolhido morar.

Em maio daquele mesmo ano, no dia 31, tive a grata satisfação de ver prosperar um projeto desenvolvido em sala de aula, com meus alunos de Português da 7ª série: e Lucas do Rio Verde viu nascer seu primeiro jornal, cuja primeira edição saiu sem nome, que era para a comunidade sugerir, votar e escolher o nome que daria ao jornal. Era um mero jornalzinho, de 12 páginas A4, datilografadas e reproduzidas em xerox, mas era o porta-voz da comunidade. E aquela “sementinha” deu origem ao jornal Folha Verde, cujo acervo embasa a história que vamos relatar. O que os leitores encontrarão neste livro é um relato de fatos registrados no jornal Folha Verde, temperados com depoimentos e entrevistas de alguns pioneiros e com lembranças que trago guardadas em minha memória.

A autora



PRIMEIRA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA

01

Dos seringais ao projeto de assentamento

Tudo o que se via era mata, uma imensidão de verde que se perdia no horizonte para encontrar o azul do céu, iluminado pelo sol escaldante no paralelo 13 da linha do Equador. Formada por cerrado nas áreas altas e por floresta nas matas ciliares e áreas baixas, a vegetação nativa guardava tesouros: dentro dela serpenteavam piscosos rios, córregos e riachos, brotavam flores, germinavam frutos, gorjeavam pássaros, escondiam-se cobras e animais, cresciam seringueiras, e habitavam índios.

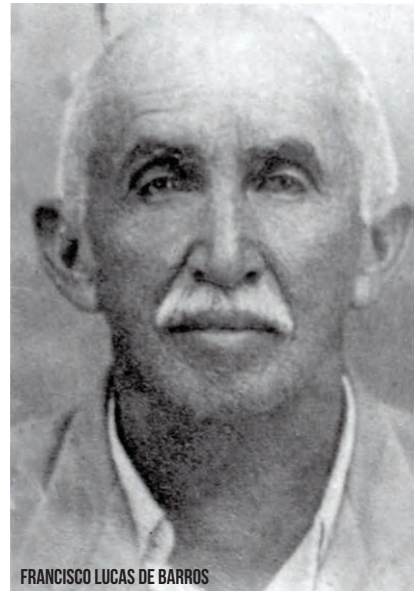
Em “A Revolução Demográfica dos Povos Indígenas do Brasil: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu”, tese de doutorado apresentada à Faculdade de Saúde Pública da USP, em 2002, a pesquisadora Heloisa Pagliaro relata que os índios Kaiabi, de filiação linguística Tupi, ocupavam regiões do Rio dos Peixes (afluente da margem direita do Arinos), Rio Verde, Alto Teles Pires, “até alguns quilômetros acima da barra do Rio Peixoto de Azevedo”. Conforme a pesquisadora, os Kaiabi teriam vivido na região desde o início do século XIX até meados do século XX, quando se intensificou o ciclo da borracha em Mato Grosso. “Os Kaiabi do Rio Verde e Alto Teles Pires começam a ser pressionados a abandonar suas terras, pelos interessados na exploração dos seringais”, relata. Os Kaiabi migraram, então, para o Parque indígena do Xingu, migração que, segundo a pesquisadora, durou cerca de 20 anos.

Francisco Lucas de Barros, o seringalista que emprestou seu nome ao município de Lucas do Rio Verde, chegou à região no final do século XIX e permaneceu até por volta de 1912/1913. Conforme relato de Gabriel Lucas de Barros, um dos bisnetos de Francisco Lucas, o seringalista era proprietário de inúmeras áreas de terras situadas dos lados esquerdo e direito do Rio Verde, onde hoje se encontra a cidade de Lucas do Rio Verde.

Francisco Lucas de Barros era representante do grupo italiano Orlando & Cia e Borges & Cia, e comandava a extração do látex para fabricação da borracha. De acordo com Guilherme Lucas de Barros, neto do seringalista, o látex era transportado em lombos de burros até Cuiabá, onde recebia um preparo rudimentar para ser exportado para a Inglaterra, mas, até chegar ao destino, percorria um longo caminho: “saía do porto de Cuiabá em chatas rebocadas por pequenos navios até Corumbá”, onde a carga era “embarcada em navio de maior calado, que navegava pelo Rio Paraguai com destino a Montevideu [no Uruguai] para, enfim, ser transferida a um navio oceânico com destino a Londres, de onde se importavam vários tipos de móveis e utensílios”.

Conhecido como Nhô Chico, Francisco Lucas de Barros viveu 71 anos. Nasceu no dia 18 de outubro de 1874, em São José dos Cocais, hoje Nossa Senhora do Livramento, e morreu no dia 8 de abril de 1945, em Cuiabá. Foi casado com Mariana Leite de Barros, com quem teve sete filhos.

Em setembro de 2007, a memória de Francisco Lucas de Barros foi reverenciada pela Prefeitura de Lucas do Rio Verde dentro da mostra Memória Viva da Nossa História, que buscou “lançar um olhar mais profundo sobre o passado” do município. Guilherme, Elza Maria, Beatrice Maria de Lourdes e Eliane Maria, netos do seringalista, foram homenageados e contaram um pouco da história do avô. Até então, tudo o que se conhecia de Francisco Lucas de Barros era o que consta na ata de fundação do núcleo urbano de Lucas do Rio Verde, que faz referência a ele como “antigo seringalista e pioneiro desbravador desta região”.



FRANCISCO LUCAS DE BARROS

O COMEÇO DA COLONIZAÇÃO

No começo da década de 1970, o governo brasileiro iniciou a abertura da rodovia Cuiabá/Santarém, um prolongamento da BR-163, interligando as regiões Norte e Sul do país. Com a abertura da estrada, famílias sulistas se viram atraídas pela possibilidade de se tornarem donas de um pedaço de chão, iniciando assim a colonização da vasta região de Cerrado.

O mineiro Norivaldo Alves Peixoto deixou sua terra natal em busca de um sonho: tornar-se pecuarista. Foi em busca do seu sonho no noroeste do Paraná, depois no sudoeste daquele estado e, em julho de 1976, chegou à região de Lucas do Rio Verde carregando seu sonho na bagagem. “Aqui não tinha nada além da vastidão do cerrado e a BR-163. O asfalto terminava na ponte velha do Rio Cuiabá, nem em Várzea Grande ele chegava”, recorda o pioneiro.

Norivaldo conta que com ele vieram outros sete companheiros e compraram 16 mil hectares de terra de um



CHEGADA DOS COLONOS AO ACAMPAMENTO DO 9º BEC



RUÍNAS DO GALPÃO DO 9º BEC



TRAVESSIA PARA CHEGAR ÀS TERRAS



MERCADO VOLANTE DA COBAL



CONSTRUÇÃO DO DEPÓSITO DA COBAL



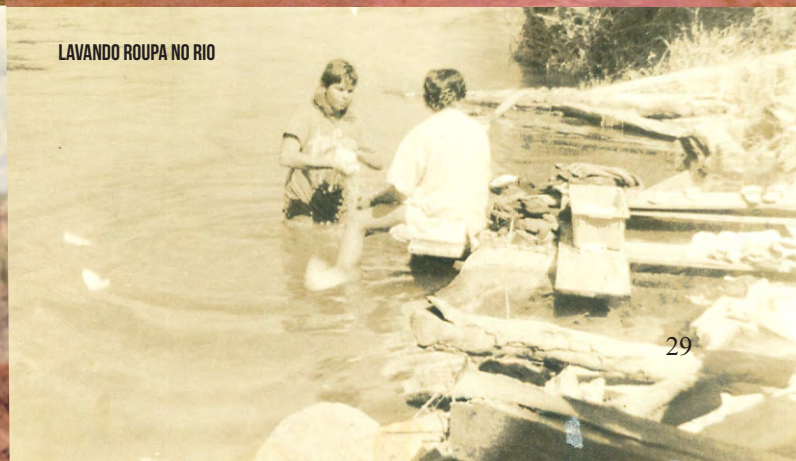
HASTEAMENTO DA BANDEIRA NA CHEGADA DOS COLONOS



ESCRITÓRIO IN CRA



ESTRADAS MUNICIPAIS 1986



LAVANDO ROUPA NO RIO

mineiro chamado Osvaldo Rocha Melo. A transação se deu por meio da Colonizadora Sorriso, pelo valor equivalente a 12 sacas de soja por hectare. “Quando o Incra desapropriou as terras para fins de reforma agrária, nós viramos posseiros”, lembra o pioneiro ao relatar que esperou sete anos pelo título de propriedade da terra. Os sete companheiros cansaram da espera e desistiram. Norivaldo conta que resistiu às dificuldades e sacrifícios porque teve ao seu lado a esposa, Jussara Cesário Peixoto, que sempre mostrou-se muito “forte e corajosa” diante de todos os desafios que enfrentaram.

Antonio Isaac Fraga Lira também chegou à região em meados de 1976 e foi um dos primeiros a aventurar-se na nova terra. Com apenas 17 anos de idade, deixou Lagoa Vermelha (RS) e se fixou na região da Comunidade São Cristóvão, antigo Lago Azul, onde comprara um “pedaço” de terra junto com o pai e o cunhado. Ele conta que era um jovem sonhador e arriscou os poucos recursos de que dispunha para adquirir a área e, com muita dificuldade, começou a trabalhar a terra. “As dificuldades foram muitas, mas não esmorecemos, porque acreditamos no nosso sonho e investimos nele”, conta o pioneiro.

Proveniente de Palotina (PR), Antonio Celso Gemelli chegou a Lucas do Rio Verde em 28 de maio de 1977. “Vim com a ilusão de ter uma fazenda e progredir na vida. Quando cheguei, não construí casa, fui morar debaixo de uma lona plástica e comecei a quebrar o cerrado”.

O casal Evânio e Elsa Valcanaia confirma que o começo foi muito difícil e que muitas vezes parecia não haver luz no fim do caminho. “Chegamos com a família e a mudança no dia 10 de maio de 1981”, recorda Evânio, que já viera para Lucas do Rio Verde em setembro de 1979, quando ele e os irmãos compraram uma posse de três mil hectares às margens da BR-163. “Tínhamos três crianças pequenas, não foi fácil, mas a gente tinha muita vontade de vencer, medo do trabalho a gente não tinha, desde cortar lenha, lavar roupa dentro do rio, trabalhava-se muito. Tinha que cozinhar para os peões, eram mais de 15, lavar, fazer todo o serviço, além disso, eu cuidava da horta, tinha vaca de leite. A vida era muito difícil, muito trabalhosa”, conta Elsa.

“Duro era o tempo de abrir a área, catar raiz, espalhar calcário na terra, preparar a lavoura, depois que começa a plantar, ver a lavoura crescer, colher, muda o ânimo. A gente ficava feliz, porque começava ver o resultado. Mas, nos primeiros tempos, se fosse para viver da terra aqui a gente não tinha sobrevivido, o suporte nosso era Cascavel, lá tínhamos uma madeireira que meus irmãos ficaram cuidando e eles mandavam dinheiro para a gente se sustentar aqui”, recorda Evânio.

As crianças, recorda Elsa, moravam em Sorriso com a avó para poder estudar. “Compramos uma casa em Sorriso e minha mãe veio morar para ficar com as crianças. Daqui a Sorriso a gente levava meio dia, de fusquinha, às vezes estourava quatro pneus na estrada”, conta a pioneira.

Loiraci Dotto também tinha apenas 17 anos de idade quando mudou-se para Lucas do Rio Verde, em maio de 1980. Recém-casada, deixou a cidade de Palotina (PR), onde estudava, para acompanhar o marido, José Dotto, no sonho de conquistar uma vida melhor. Ela não esconde a emoção quando lembra o desafio que foi enfrentar o medo do desconhecido e viver sem qualquer conforto, puxar água de poço e lavar roupa no rio. “Aqui não tinha nada, nem mercado, nem hospital, o lugar mais próximo era Sinop, pois Sorriso também estava começando”, recorda José Dotto.

Novas famílias continuaram chegando à região de Lucas do Rio Verde em busca de vida nova. Enquanto isso, um grupo de agricultores paulistas percorria áreas novas na região Centro-Oeste com o intuito de implantar um projeto agrícola. Em outro cenário, bem distante de Mato Grosso, em um lugarejo conhecido como Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul, centenas de famílias erguiam barracas de lona que, por longos e dolorosos meses, lhes serviram de morada e onde acalentaram seus sonhos de um dia viverem uma vida digna em um pedaço de chão que pudessem chamar de seu. Expulsas de suas terras por conta da construção de hidrelétricas e pela demarcação de terras indígenas, essas famílias montaram um acampamento na beira da estrada. Era janeiro de 1981 e ali, numa região tranquila do norte do Rio Grande do Sul, tinha início uma mobilização que se tornaria o marco do Movimento Sem-Terra (MST) do Brasil.

O país ainda vivia sob o regime militar, cuja política de expansão priorizava a ocupação das regiões de novas fronteiras agrícolas, especialmente a região amazônica, sob o lema “ocupar para não entregar”. Assim, o governo militar forçou as negociações para que os acampados de Encruzilhada Natalino fossem assentados em Mato Grosso e decretou a desocupação da área do futuro município de Lucas do Rio Verde para fins de reforma agrária.

“Com a necessidade de assentamento de famílias de agricultores sem-terra do município de Ronda Alta (RS), o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Batista Figueiredo, através do Decreto nº 86.307, declarou a área como prioritária para fins de reforma agrária, e pelo Decreto nº 86.306, ambos de 24 de agosto de 1981, desapropriou grande parte da gleba”, detalha a ata de fundação de Lucas do Rio Verde.

“Automaticamente, nós todos que estávamos plantando nossas lavouras tínhamos que sair da área”, conta Antonio Isaac Fraga Lira.

“Foi um baque”, recorda Evânio Valcanaia. “Nós já tínhamos o título provisório da terra, fornecido pelo Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], que mandava abrir a terra até na cabeceira dos rios. Quando veio o projeto de assentamento, nós fomos desapropriados e perdemos a posse que tínhamos comprado. Imagina, depois de tanta luta, tanto sacrifício, perder a terra assim?”.

Alguns conflitos se tornaram inevitáveis. Lira conta que os posseiros eram tidos como invasores de terras. “A informação que chegava para o governo federal era de que aqui havia pessoas de má índole e bandidos. Inclusive, o Incra chegou aqui com homens armados pra tirar a gente da terra”.

Lira conta que depois de alguns embates com o Incra e o governo, os posseiros perceberam que a luta a ser travada era política e que eles precisavam se organizar. E foi com organização, união, diálogo, coragem e paciência que os posseiros conseguiram que o Incra os incluíssem no projeto de assentamento.

O PROJETO ESPECIAL DE ASSENTAMENTO LUCAS DO RIO VERDE

A abertura da rodovia Cuiabá-Santarém estava prevista no Plano de Integração Nacional (PIN). As obras tiveram início em 1971, durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici e foram executadas pelo Exército Brasileiro, que transferiu o 3º Batalhão Rodoviário de Carazinho (RS) para Cuiabá, transformando-o no 9º Batalhão de Engenharia de Construção, que atuou em conjunto com o 8º BEC, instalado em Santarém (PA). As equipes do 9º BEC, lideradas pelo Coronel José Meirelles, iniciaram as obras em Cuiabá, seguindo rumo ao Pará. As equipes do 8º BEC fizeram o caminho inverso, partindo de Santarém rumo a Mato Grosso. O encontro das duas equipes se daria na Serra do Cachimbo, divisa dos dois estados, onde o General Ernesto Geisel fez o corte simbólico da fita inaugural da Cuiabá-Santarém no dia 20 de outubro de 1976.

Conforme relatado na ata de fundação de Lucas do Rio Verde, “por ocasião da abertura da rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém, foi montado acampamento de obras do 9º Batalhão de Engenharia de Construção”, identificado como Acampamento Lucas, instalado quase às margens do Rio Verde.

“Nos idos do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, a Coordenadoria Regional do Incra em Mato Grosso iniciou a discriminação judicial da Gleba Lucas do Rio Verde, abrangendo um perímetro de mais de 270 mil hectares, envolvendo diversas situações jurídicas constituídas, sejam de simples posseiros, como de títulos de domínio particular”, detalha a ata de fundação.

Em 1981, o governo federal criou o Projeto Especial de Assentamento (PEA) Lucas do Rio Verde, dividindo a área em lotes de 200 hectares cada, com previsão de ali assentar cerca de 900 famílias. Cada família recebeu um lote. O primeiro grupo de famílias transferidas do acampamento de Encruzilhada Natalino chegou a Lucas do Rio Verde em novembro de 1981. Outro grupo chegou em maio de 1982. Ao todo, o Incra assentou 203 famílias oriundas do acampamento.

Com 27 anos de idade, Heitor Nicoletti integrou a primeira turma de “acampados” transferidos para o PEA Lucas do Rio Verde. Ele foi também um dos primeiros a ocuparem as terras demarcadas pelo Incra no projeto, e conta que uniu-se a outros “parceiros” para construir, em mutirão, suas casas e um poço coletivo. Nicoletti recorda que as dificuldades eram muitas e a união foi o que ajudou as famílias a superarem os desafios.

Honório Nunes Filho, o Norinho, conta que chegou ao acampamento no dia 28 de novembro de 1981 para encontrar o pai, que chegara três dias antes, no dia 25 de novembro, no primeiro grupo de famílias que seriam assentadas pelo Incra. “Saí de Cuiabá às 8 horas da manhã do dia 27 e cheguei aqui às 3 horas da madrugada do dia 28. O ônibus estava lotado e vim deitado no corredor, como muitos outros, com as malas caindo por cima”, relata

Norinho recorda que ao chegar ao 9º BEC foi atendido por um guarda no meio da escuridão, que lhe entregou uma lona para deitar e se cobrir até o dia amanhecer, quando então encontrou-se com o pai. “Ficamos acampados quase dois meses debaixo de barracas. Dava muitas enxurradas e, muitas vezes, à noite, tínhamos que levantar as coisas da barraca em cima de uma mesa, porque a chuva invadia a barraca, tinha vezes que a gente amanhecia em cima da mesa, porque a água passava por baixo e não tinha como desviá-la. Era um pouco de sacrifício, mas a gente tinha esperança no futuro e as pessoas eram muito unidas”, recorda.

O casal Auri e Nilsa Bueno, que também chegou com os assentados de Encruzilhada Natalino, confirma que a fé, a união e a convivência familiar deram suporte às famílias para que conseguissem superar as dificuldades.

Auri conta que chegou a andar 25 quilômetros de suas terras até a BR-163 para pegar o ônibus ou conseguir carona para chegar a Diamantino para ter acesso a serviço de banco, telefone, farmácia, mercado e tudo mais que necessitassem. “Aqui não tinha nada”.

A primeira loja, o Bazar Viculam, e a primeira pensão de Lucas do Rio Verde foram instaladas por Odete Araújo Nunes, mãe de Honório Nunes Filho. “Quando o Incra fez a abertura do loteamento urbano e fez a distribuição dos lotes, minha mãe fez uma meia água e abriu a loja provisoriamente. Foi nessa época também que eu abri a minha primeira escola de datilografia. Teve meses que cheguei a ter 35 alunos, filhos dos colonos e dos posseiros”, relata Norinho ao recordar que os primeiros contratos de compra e venda de terra em Lucas do Rio Verde também foi ele quem fez.

No PEA Lucas do Rio Verde, além do assentamento das famílias gaúchas, o governo federal promoveu “a regularização fundiária de 85 posseiros reconhecidos como tais pelo Incra”, e integrou 17 colonos que já estavam na região, trabalhando como empregados em fazendas. Neri Bianchini é um dos agricultores que já residiam na região. Recém-casados, ele e a esposa Leonita vieram do Rio Grande do Sul em 1978 para trabalhar como empregados numa fazenda, onde ficaram até 1980, quando se transferiram para Sorriso e, em 1982 foram integrados ao projeto Lucas do Rio Verde.

“Mas a gente não tinha direito aos outros benefícios do programa de reforma agrária que o governo destinava aos colonos vindos do acampamento, como auxílio-alimentação, para nós a vida foi um pouco mais difícil, porque nós não tínhamos este atendimento que as famílias trazidas pelo Incra tinham, nós ganhamos a terra e só. Fomos morar na terra, construímos um barraco, porque não recebemos dinheiro do governo para

fazer a casa como receberam as outras famílias, e eu continuei trabalhando nas fazendas da redondeza como diarista, construindo casas, abrindo poço para água, derrubando cerrado, plantando, colhendo, fazendo qualquer serviço que surgisse, porque a gente precisava sobreviver”, relata Bianchini.

O Decreto nº 86306, que desapropriou a área para implantação do PEA Lucas do Rio Verde, determinou também que fosse criada uma cooperativa para atuar na região, dando assistência técnica aos colonos.

Em dezembro de 1981, o grupo de agricultores paulistas que procurava áreas novas na região para implantar projeto agrícola criou a Cooperativa Agropecuária Mista Lucas do Rio Verde Ltda - Cooperlucas, que firmou acordo com o Incra para “agregar os colonos e os antigos posseiros, dando-lhes apoio e assistência técnica”.

FUNDAÇÃO DO NÚCLEO URBANO

Eram 8 horas do dia 5 de agosto de 1982 quando o então governador de Mato Grosso, Frederico Carlos Soares Campos, e o então presidente do Incra, Paulo Yokota, descerraram a placa alusiva à fundação do núcleo urbano de Lucas do Rio Verde, “no quilômetro 348 da rodovia BR-163, Cuiabá-Santarém, quase às margens do Rio Verde”. Também participaram da solenidade diversas autoridades municipais, estaduais e federais, dentre elas, o então prefeito de Diamantino, João Batista de Almeida, e o economista matogrossense Roberto de Oliveira Campos, que fora embaixador do Brasil nos Estados Unidos e em Londres.

Conforme lavrado em ata, todas as pessoas presentes à “solenidade histórica, sejam autoridades ou colonos”, foram “unânicos em concordar com um inegável e próximo futuro promissor para a cidade como um polo de desenvolvimento econômico, social e cultural de toda uma imensa região”. Tal crença foi justificada por circunstâncias como “a localização da cidade, às margens da BR-163, que num futuro próximo estará asfaltada; às condições favoráveis de solo, clima, cobertura vegetal, regime de águas; à experiência e tradição agrícola, o número e a qualidade dos colonos assentados e dos posseiros, enfrentando as maiores adversidades e pagando o ônus do pioneirismo”.

A ata foi lavrada por Paulo Pitaluga Costa e Silva, que era coordenador regional do Incra em Mato Grosso, e viria a se tornar historiador e escritor, autor de vários livros relatando a história regional matogrossense, além de fundador, presidente e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Pitaluga encerrou a Ata de Fundação de Lucas do Rio Verde ressaltando que ela serviria de “documento histórico para a posteridade e para as futuras gerações e marcar indelevelmente o início da memória social deste núcleo pioneiro”.

POSSE DA FAMÍLIA DAL' ALBA

Com aproximadamente 2.500 metros de extensão, a Avenida Ângelo Antônio Dal'Alba situa-se a leste da cidade de Lucas do Rio Verde, cortando os bairros Cerrado, Jardim Imperial, Jardim Amazônia, Jardim Primavera, Jardim Europa, Veneza, Alphaville, Veneza IV e Jardim das Palmeiras.

Homenagear pioneiros falecidos ou filhos falecidos de pioneiros com nomes de ruas e avenidas é uma tradição em Lucas do Rio Verde. A denominação da Avenida Ângelo Antônio Dal'Alba segue esta tradição e presta homenagem ao patriarca de uma família pioneira de Lucas do Rio Verde, que detinha a posse da área onde foi implantado o núcleo urbano do PEA Lucas do Rio Verde.

Ângelo Antônio Dal'Alba era formado em filosofia, teologia e jornalismo, e veio com a família de Palotina (PR) para Lucas do Rio Verde em novembro de 1979 por visualizar uma região promissora. Casado com Maria da Riva Dal'Alba, teve sete filhos: Luiz, Inês, Dulcemar, Caroline, Terezinha, Mário e Marlene. Anos antes, em 1975, ele adquirira uma área de terra em Sinop, acabou vendendo para instalar uma loja em Sorriso e, então, tomou posse de uma área de 2.200 hectares no local que se tornaria a cidade de Lucas do Rio Verde. De acordo com os filhos de Dal'Alba, que ainda residem em Lucas do Rio Verde, a área estava toda mecanizada quando o Incra implantou o projeto de assentamento.

“No início plantávamos arroz, depois soja. Estávamos estruturados, tínhamos secador, maquinário, e o comércio em Sorriso, que servia de apoio. Aí veio a desapropriação e nós vivemos o que se pode chamar de efeito dominó. A perda financeira foi muito grande”, relatou Luiz.

Em entrevista para o projeto “Pioneiros”, desenvolvido em 1994 e 1995 pelo Jornal Folha Verde em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Inês contou que o pai nunca se conformou com o que aconteceu. “Meu pai primava pela honestidade, se fez do nada. Financeiramente, veio para cá estruturado, perdeu tudo o que tinha investido”. Da posse de 2.200 hectares, a família ficou com 200 hectares designados pelo Incra dentro do projeto de assentamento e alguns terrenos urbanos, conforme relatam os filhos de Ângelo Antônio Dal'Alba, que faleceu em 24 de fevereiro de 1991.

De um grupo heterogêneo a uma comunidade

Formada por parceiros, cooperativados e posseiros, a nova localidade oriunda do Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde era um conjunto bastante heterogêneo.

O Incra dividira a gleba em lotes de 200 hectares cada, destinando um lote para cada família, tanto dos colonos transferidos de Encruzilhada Natalino como dos agricultores paulistas. Os 85 posseiros admitidos no projeto também tiveram suas terras divididas em lotes de 200 hectares e a cada um o Incra destinou dois ou mais lotes, dependendo da situação e do tamanho da posse. Em síntese, todos se tornaram parceiros, partindo da premissa que parceiro é o detentor de uma parcela de terra. Entretanto, apenas os agricultores oriundos de Ronda Alta eram conhecidos como parceiros e designados como tal. E a divisão da sociedade luquense em parceiros, posseiros e cooperativados persistiu por muitos anos, motivada também por questões ideológicas e políticas.

De acordo com o projeto, no núcleo urbano o Incra deveria instalar um posto de abastecimento da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), posto de saúde, escola, posto de assistência técnica para os agricultores e posto de recebimento de produtos agrícolas (armazém/secador). Na prática, mesmo essa infraestrutura básica demorou a chegar: nos primeiros tempos, um ônibus do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) percorria o povoado para atender às famílias, e os mantimentos básicos eram fornecidos por um caminhão da Cobal, que também percorria o povoado periodicamente.

No início de 1983, foram criadas oito unidades escolares no projeto. Cumprindo o termo de compromisso firmado com o Incra, a Cooperlucas assumiu a organização das escolas, tanto no povoado como nas comunidades rurais. Denominado “Ação Conjunta”, o termo previa também a assistência técnica aos agricultores e foi grande a contribuição da cooperativa para o desenvolvimento da localidade, como veremos em outro momento.

Dentre as grandes dificuldades enfrentadas pelos agricultores, a falta de titulação dos lotes era uma das maiores. Durante o primeiro ano de assentamento, o Incra destinava aos colonos uma ajuda de um salário por família. Mas, sem documento das terras, os bancos não liberavam financiamento e os agricultores não tinham como abrir suas áreas e plantar suas lavouras e, por conseguinte, o lugar não se desenvolvia.

Se é fato que naquele grupo heterogêneo de parceiros, posseiros e cooperativados o que havia em comum era o sonho de conquistar uma vida melhor, também é fato que a falta de condições para fazer a terra produzir levou muitos parceiros a desistirem do assentamento e irem em busca do sonho em outros lugares.

A luta pela titulação das terras foi uma das motivações para a criação da Associação de Desenvolvimento Comunitário, em 1984. “Na época, éramos três profissionais liberais: eu, o Altair, que era dentista e o doutor Homero, que era médico. Um dia, estávamos tomando chimarrão e o doutor Homero falou que precisávamos fundar uma associação comunitária para poder ter acesso em Cuiabá, porque a gente chegava no Incra ou ia tentar falar com os deputados e se apresentava como um grupo de Lucas do Rio Verde eles não atendiam nunca. Entendemos que precisávamos ter uma representação para encabeçar as lutas da comunidade, porque senão a cidade ia ficar com um mínimo de pessoas e nós, profissionais liberais, não teríamos para quem trabalhar”, relata o paranaense Antônio Donizete Cavalaro, que abriu seu escritório de contabilidade em Lucas do Rio Verde no dia 15 de maio de 1984.

“Era o grande sonho, ser independente e trabalhar por conta, mas fiquei aproximadamente três meses sem arrumar nenhum cliente”, conta Antônio ao lembrar que quando chegou em Lucas do Rio Verde, encontrou uma agrovila sem qualquer infraestrutura. “O que tinha era a estação rodoviária, uma lanchonete nos fundos, outra logo na frente da rodoviária, uma lojinha ao lado e era isso. Na vila tinha mais ou menos 800 moradores, talvez nem chegasse a isso, o setor rural era mais habitado que a cidade na época. Então, fundamos a associação comunitária e ela praticamente administrou a vila. Aí começou a grande luta para poder criar o distrito e fazer o lugar desenvolver”.

ORGANIZAÇÃO E BUSCA DE MELHORIAS

Apesar da grande evasão de parceiros, o crescimento foi retomado com o constante fluxo migratório, intensificado nos anos de 1985 e 1986, e a necessidade de infraestrutura urbana e rural se tornava premente. Fora a abertura de ruas e estradas, o Incra não acompanhou o crescimento do lugar. Tampouco a Prefeitura de Diamantino prestava qualquer assistência à localidade. Aos poucos, o conjunto heterogêneo dos

habitantes de Lucas do Rio Verde começou a perceber a necessidade de pensar e trabalhar como comunidade.

No início de 1986, Lucas do Rio Verde contava cerca de 5.500 habitantes, dos quais aproximadamente 2.400 residiam no povoado e 3.100 habitavam a área rural. Dos habitantes da cidade, 338 eram crianças de até quatro anos de idade, 542 situavam-se na faixa etária dos cinco aos 14 anos, 730 tinham entre 15 e 24 anos, 645 tinham entre 25 e 49 anos e 145 pessoas tinham acima de 50 anos. No meio rural, 229 habitantes tinham até quatro anos de idade, 110 situavam-se na faixa etária dos cinco aos 14 anos, 1.050 tinham entre 15 e 24 anos, 1.450 tinham entre 25 e 49 anos e 205 tinham mais de 50 anos.

Nas principais demandas levantadas entre os moradores, à época, estavam listadas a instalação de rede de água, esgoto e luz, a arrumação das ruas, a melhoria dos serviços de comunicação e a instalação de agroindústrias. Tais condições eram tidas como essenciais para viabilizar a fixação de profissionais liberais, bem como de estabelecimentos comerciais, fatores que teriam influência direta no desenvolvimento da localidade.

Fixar-se na propriedade e fortalecer as comunidades rurais era pensamento consensual entre aqueles que conseguiram se manter no assentamento e entre os que vinham ocupar as terras vazias deixadas pelos parceiros evadidos. Daí também a preocupação de criar em cada comunidade uma escola, porque por meio da escola os moradores criavam vínculos e começavam a crescer como comunidade.

Dentro desta visão de fortalecer o campo, algumas ideias já eram debatidas e algumas necessidades apontadas como condicionantes ao desenvolvimento rural. O diagnóstico apresentado pela Associação de Desenvolvimento Comunitário ao Banco do Brasil, em 1986, para pleitear verbas do Fundo de Desenvolvimento Comunitário (Fundec) já destacava a necessidade de investir em pesquisa para melhoramento da produtividade das culturas anuais (arroz, milho, soja, feijão). O estudo apontava também a importância de investir em culturas perenes, como seringueira e árvores frutíferas adaptadas à região (caju, manga, mamão, maracujá, abacaxi e outros), bem como a implantação de projetos de irrigação que permitissem produzir mais do que uma safra anual. O incentivo à pecuária, especialmente a leiteira, com a possibilidade de instalação de pequenos laticínios, também era apontado como uma das melhores formas de fixar os pequenos e médios produtores nas propriedades.

Na safra 1985/1986, estimava-se haver uma área de 12 mil hectares com plantio de arroz, 50 mil hectares com plantio de soja e 350 hectares de milho. No povoado, além de 75 estabelecimentos comerciais diversos, em 1986 operavam algumas pequenas indústrias, como serralheria, marcenaria e fábrica de artefatos de cimento. No campo educacional, o núcleo urbano era atendido pela Escola Estadual de 1º e 2º Graus Dom Bosco. Bem mais tarde, em 1988, seria implantada a Escola Estadual Angelo Nadin e em 1989 a Escola Municipal Eça de Queirós.

Dentre as instituições que prestavam serviços à comunidade, em 1986 Lucas do Rio Verde contava com: Incra, Fundação SESP, Correios, Posto de Serviço Telefônico, Exatoria Estadual, EMATER, que funcionava em prédio alugado e dedicava-se à assistência técnica aos agricultores, e EMPA, que mantinha um campo de pesquisa na área onde atualmente localiza-se o Centro de Pesquisas da Fundação Rio Verde. Além destas instituições, havia a Associação de Desenvolvimento Comunitário, a Comunidade Paroquial Nossa Senhora do Rosário de Fátima e a Comunidade Kolping Gonçalo de Nora.

Passados quatro anos da fundação do núcleo urbano de Lucas do Rio Verde, mais do que o crescimento populacional e expansão territorial da vila, percebia-se que as dificuldades e a luta pela sobrevivência haviam despertado nos moradores o espírito de união e solidariedade.

Durante muito tempo, a organização e o poder político da comunidade foram motivos de disputa e até de discórdia entre os diferentes grupos formadores da localidade, influenciados pelo Incra de um lado, pela Cooperlucas de outro, e também por grupos isolados com claras pretensões partidárias. A partir da fundação da Associação de Desenvolvimento Comunitário, aos poucos a disputa foi sendo solucionada, pois a entidade concentrou em si toda a dinâmica da comunidade, encaminhando e conduzindo as lutas e demandas comunitárias mesmo depois da instalação do distrito, até a efetiva instalação do município de Lucas do Rio Verde.

A INSTALAÇÃO DO DISTRITO

A manhã do dia 17 de março de 1986 nasceu ensolarada em Lucas do Rio Verde, e o calor costumeiro do lugar foi se tornando mais intenso à medida que o sol avançava. Na Escola Estadual Dom Bosco, os alunos estavam alvoroçados, pois haviam sido comunicados que iriam até a igreja, onde aconteceria a cerimônia de instalação do Distrito de Lucas do Rio Verde. O prefeito de Diamantino e outras autoridades estariam presentes, e todos deveriam demonstrar que eram educados e que sabiam se portar num ato público e solene.

Na época, a Escola Dom Bosco funcionava em um casarão de madeira localizado na então Avenida Principal (Rio Grande do Sul), entre as ruas Guarani das Missões e São Miguel do Oeste, proximidades da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Fátima. A igreja também era uma construção de madeira, dotada de bancos sem encosto, e servia não apenas para acolher os fiéis nas celebrações religiosas, mas também para sediar reuniões da comunidade, assembleias da associação comunitária, cerimônias cívicas, apresentações teatrais e até velórios, pois era o espaço de que a comunidade dispunha.

“Lucas é uma comunidade ainda pequena, mas se todos se unirem e lutarem pelas causas comuns,



VISTA AÉREA DA CIDADE EM 1986



AVENIDA PARANÁ EM 1987

ela crescerá muito”, discursou o então prefeito de Diamantino, Darcy Capistrano de Oliveira, na cerimônia de instalação do Distrito.

E foi necessária muita luta para que a comunidade conquistasse as melhorias necessárias à sua gente. Para chegar à criação e instalação do Distrito a luta já foi árdua e a caminhada longa. “Fui até ameaçado de morte”, conta o pioneiro Antonio Isaac Fraga Lira, que em 1982 foi eleito vereador de Diamantino, representando a região de Lucas do Rio Verde, iniciando, já em 1983, o trâmite para criar o distrito.

“Nesta época, Nova Mutum e Tapurah já eram distritos de Diamantino e Lucas fazia parte do distrito de Nova Mutum e para criar nosso distrito a gente precisava buscar território dentro dos distritos de Nova Mutum e Tapurah, porque estávamos no limite, do outro lado do Rio Verde já era Sorriso. Enfrentamos um sério problema, porque Nova Mutum não queria ceder área e Tapurah também não, porque eles já pensavam em se tornar municípios e, a partir do momento que delimitasse as áreas dos distritos, automaticamente, estariam delimitadas as áreas dos futuros municípios, como na verdade aconteceu. Por isso que demorou para aprovar a criação do nosso distrito, iniciamos o trabalho em 1983 e o distrito só foi instalado em 1986, três anos depois, foi uma luta bem significativa, trouxemos uma sessão da Câmara aqui para Lucas, levamos uma sessão da Câmara para Novo Eldorado, que também já trabalhava para ser distrito. Diamantino nunca nos deu apoio, então, nosso trabalho foi mesmo junto ao governo do Estado”, conta Lira.

A criação do Distrito de Lucas do Rio Verde se deu por meio da Lei Estadual 4.948, de 16 de dezembro de 1985, sancionada pelo então governador Júlio Campos. Quem apresentou e defendeu o Projeto de Lei 212/84 na Assembleia Legislativa de Mato Grosso foi o então deputado Ubiratan Spinelli, que em sua justificativa ressaltou a importância da criação do distrito e instalação de uma subprefeitura na localidade, porque a distância da sede do município – mais de 220 quilômetros – causava sérios transtornos ao “laborioso povo de Lucas do Rio Verde”. O projeto de lei foi apresentado na sessão do dia 04 de dezembro de 1984, com base em resolução 01/84, aprovada pela Câmara de Vereadores de Diamantino no dia 12 de novembro de 1984.

Da instalação do distrito até a nomeação do subprefeito passaram-se 16 dias. Anton Huber, um suíço naturalizado brasileiro, foi nomeado subprefeito de Lucas do Rio Verde no dia 3 de abril de 1986, em cerimônia na Prefeitura de Diamantino. A sede da subprefeitura foi instalada alguns dias depois, em uma sala alugada do senhor Domingos Berti, na Rua Amambai. Com a instalação da Subprefeitura Distrital, a realização de algumas ações e melhorias ficou facilitada, como a arrumação e conservação das ruas e estradas vicinais, que eram precárias. Para realizar esses serviços, a Prefeitura de Diamantino enviava as máquinas, mas quem arcava com o custo do combustível era a comunidade, que muitas vezes precisava também pagar o conserto das máquinas antes mesmo de colocá-las em operação.

O PRIMEIRO SUBPREFEITO

Um dos fundadores de Lucas do Rio Verde, Anton Huber foi escolhido dentre uma lista de 10 nomes apresentada ao prefeito de Diamantino, Darcy Capistrano de Oliveira, para ser subprefeito do Distrito de Lucas do Rio Verde. Exerceu o cargo de 3 de abril de 1996 a 1º de julho de 1987, e foi sucedido pelo engenheiro agrônomo Jorge Luccini, que na época exercia o cargo de diretor operacional da Cooperlucas e integrava a diretoria da Associação de Desenvolvimento Comunitário como tesoureiro.

Suíço naturalizado brasileiro, Anton Huber iniciou sua saga em Mato Grosso no final da década de 1970, com um grupo de agricultores oriundos da região de Campinas, estado de São Paulo, que integrava um projeto (Holambra III) da cooperativa Holambra para produção de flores e plantas ornamentais. A Holambra acabou desistindo do projeto, alguns agricultores também desistiram, mas muitos deles permaneceram unidos e criaram o Grupo de Interessados em Colonizar Áreas Novas (Gican). Liderado por Huber, o grupo conseguiu ser integrado ao Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, e, em dezembro de 1981, criou a Cooperlucas, cooperativa que, segundo o próprio Huber, “ajudou a salvar o projeto de assentamento”.

Anton Huber foi presidente da Cooperlucas de 1981 a 1991 e presidiu a Organização das Cooperativas de Mato Grosso (Ocemat), hoje OCB-MT, no período de 1989 a 1999. Ele também foi vice-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), como representante de Mato Grosso.

Depois de quase meio século vivendo no Brasil, Anton Huber retornou à Suíça quando se aposentou e lá, vivendo com a esposa Marie Gertrud, em Capolago, às margens do Lago de Lugano, dedicou-se a escrever o livro *Tempestade no Cerrado*, obra autobiográfica em que relata detalhes da sua saga e dos desbravadores que vivenciaram a experiência de construir uma cidade no meio do cerrado mato-grossense. Como ele próprio explicou, no lançamento de seu livro, em abril de 2010, o título “remete tanto à dor da natureza sacrificada em prol de uma política de desenvolvimento do governo federal como a dor de inúmeras famílias que deixaram a vida que tinham para trás e enfrentaram uma série de dificuldades, perseguindo o ouro verde do novo Eldorado”.

Aos 82 anos, Anton Huber morreu na Suíça, no dia 22 de dezembro de 2015.



O FUNDEC E O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

O Horto Municipal de Lucas do Rio Verde, onde são produzidas as mudas de flores, plantas ornamentais, árvores de sombra e nativas utilizadas nas praças, avenidas e parques da cidade e na recuperação de áreas degradadas, começou a ser implantado em 1987, com verba do Fundec. A implantação de viveiro comunitário foi um dos projetos executados pela Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucas do Rio Verde com recursos do fundo.

Instituído pelo Banco do Brasil em 1981, o Fundo de Desenvolvimento Comunitário (Fundec) destinava-se a financiar projetos de desenvolvimento em comunidades principiantes, carentes de infraestrutura.

Em maio de 1986, a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucas do Rio Verde encaminhou ao Banco do Brasil um diagnóstico do distrito, apresentando histórico da comunidade, potencialidades e necessidades detectadas tanto no núcleo urbano como no meio rural, e se inscreveu para pleitear verbas do Fundec.

Em setembro do mesmo ano, a instituição financeira respondeu positivamente, elencando 15 projetos que poderiam compor o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI) que deveria ser encaminhado ao agente financeiro para avaliação e possível liberação: introdução de matrizes de gado leiteiro; incorporação de novas áreas; máquina para uso comunitário; hortas e viveiros comunitários; escola no núcleo urbano; adequação de postos de saúde nas comunidades rurais; construção de igreja; construção de centro comunitário.

Com a assessoria da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso (EMATER-MT), cujo escritório local era chefiado pelo engenheiro agrônomo Ailton Alves França, a Associação Comunitária mobilizou profissionais voluntários que colaboraram na elaboração dos vários projetos.

Somando 160 páginas, relatando desde as dificuldades enfrentadas pela comunidade de Lucas do Rio Verde, seu nascimento e desenvolvimento em meio à quase inexistência de infraestrutura, até as aspirações de seus moradores e os projetos pleiteados pela comunidade, o PDCI deu entrada na agência do Banco do Brasil de Diamantino no dia 8 de abril de 1987.

Depois de percorrer um longo caminho entre Diamantino, Cuiabá e Brasília e sofrer alguns cortes, no dia 19 de agosto de 1987 o PDCI recebeu parecer favorável e 13 dos 15 projetos foram autorizados. Considerados de custo muito elevado, foram descartados pela equipe técnica do Banco do Brasil os projetos que previam adequação de postos de saúde nas comunidades rurais e a construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

Centenas de moradores testemunharam a assinatura da cédula de financiamento pela qual o Banco do Brasil, por meio do Fundec, liberou 13.753 OTNS para a implantação dos 13 projetos aprovados dentro do Plano de Desenvolvimento Comunitário. A Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) era reajustada mensalmente de acordo com o IPC (Índice de Preços ao Consumidor). Quando da liberação da primeira parcela dos recursos, em outubro de 1987, cada OTN correspondia a aproximadamente 423 cruzados.

A assinatura da cédula do Fundec, que trouxe a Lucas do Rio Verde o então gerente do Banco do Brasil de Diamantino, José Guin, e o prefeito, Darcy Capistrano, aconteceu no dia 10 de setembro de 1987. O acontecimento foi considerado uma grande conquista da comunidade, pois o Fundec ajudou a impulsionar o desenvolvimento. Os cerca de Cz\$5,8 milhões resultaram na ampliação da Escola Estadual Dom Bosco, que ganhou quatro novas salas de aula; na construção do Centro Comunitário, que se tornou espaço de convívio e reuniões da comunidade; aquisição de um trator de esteira que serviu ao município por mais de 25 anos e depois foi doado ao município de Itanhangá; além da implantação do viveiro comunitário, que se tornaria o horto municipal.

Na área rural, os recursos ajudaram a financiar a atividade de várias famílias, com a incorporação de novas áreas ao processo produtivo, correção de solo e introdução de matrizes de gado leiteiro, fomentando a economia local.

BINGO PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO TELEFÔNICO

Dentre os tantos desafios e dificuldades enfrentadas pelos fundadores e primeiros moradores de Lucas do Rio Verde, a comunicação era uma delas. A primeira Central Telefônica DDD no município foi inaugurada durante as comemorações do segundo aniversário de emancipação político-administrativa, no dia 10 de agosto de 1990. A esta Central estavam ligadas 362 linhas, a maioria residenciais, disputadas como bem dos mais preciosos e pelas quais os adquirentes pagaram valores bem significativos. Outra disputa igual só ocorreria anos mais tarde, em 1996, quando da liberação das primeiras linhas de telefonia celular, que passou a funcionar no final daquele ano.

Até julho de 1990, portanto, quem quisesse ou necessitasse telefonar para os parentes ou mesmo para fechar algum negócio, precisava enfrentar quilométricas filas para ser atendido no Posto de Serviço Telefônico, conhecido simplesmente como PS. Chegar no PS às 7 horas e só conseguir completar a ligação no meio da tarde ou até a noite era fato comum. Além de uma única cabine – ou seja, um único telefone – para atender a população inteira, o serviço de telefonia era ruim e, muitas vezes, completada a ligação, era difícil

compreender o que dizia a voz do outro lado da linha, assim como era penoso se fazer ouvir pelo interlocutor. Mas, quem estava no PS aguardando a sua vez de falar ao telefone, ouvia claramente tudo o que era dito dentro da cabine, fato que contribuía para todos saberem da vida de todos na comunidade.

Em 1986, Adroaldo de Lima Jacobi, que detinha a concessão para operar o Posto de Serviço Telefônico em Lucas do Rio Verde, obteve a promessa da Telemat (Telecomunicações de Mato Grosso S/A, empresa pública de telefonia, que mais tarde foi privatizada e adquirida pela Brasil Telecom) de que duas cabines telefônicas seriam deslocadas da cidade de Sorriso para o PS de Lucas. Sorriso se tornara município no dia 13 de maio daquele ano, e aguardava a liberação da Central DDD, que já estava instalada.

Para abrigar as duas cabines que seriam destinadas ao PS de Lucas, a construção de um novo prédio se fazia necessária. E para viabilizar tal construção, foi realizado um bingo que resultou na arrecadação de Cz\$87.600,00 (oitenta e sete mil e seiscentos cruzados). Paga a premiação, que incluiu um carro, restou o valor de Cz\$29.190,00 (vinte e nove mil cento e noventa cruzados) para a compra de material para a obra do novo PS. O restante dos recursos necessários à construção, segundo Adroaldo, seriam obtidos com a venda do terreno e do prédio onde funcionava o PS. O bingo, segundo ele, “foi a forma mais viável encontrada para obter a colaboração da comunidade” na construção do novo posto. O sorteio do bingo aconteceu no dia 31 de agosto de 1986.

Quase um ano depois, no dia 27 de agosto de 1987, enfim, foi inaugurado o novo Posto de Serviço Telefônico, que passou a contar com três cabines, um avanço significativo, mas ainda insuficiente. Diariamente, chegavam novos moradores a Lucas do Rio Verde e a comunicação com os parentes que ficavam no Sul e no Sudeste – regiões de onde provinha a maior parte dos migrantes – continuava sendo um grande desafio.

DO SARILHO PARA A ÁGUA ENCANADA

No Brasil, pouco mais de 85% das residências contam com abastecimento de água. Isso significa que cerca de 56 milhões de habitações têm água encanada, enquanto um número de aproximadamente nove milhões de residências, provavelmente, utilizam torneiras públicas ou ainda servem-se do sarilho, balde e corda para retirar água de poço para os afazeres do dia a dia.

Era assim no começo da história de Lucas do Rio Verde, que hoje tem 100% das residências atendidas por rede de abastecimento de água. Na vila de outrora, algumas poucas famílias tinham situação financeira que permitia manter grupo gerador de energia, o que viabilizava também manter bomba elétrica para encher a caixa d'água e, assim, abastecer a residência, mas quem não tinha essa condição financeira, servia-se de sarilho, balde e corda para puxar água do poço. Havia ainda alguns moradores que instalavam bomba manual no poço, o que já era considerado um grande avanço na tarefa diária de abastecer a cozinha, o banheiro, o tanque, limpar a casa, regar as plantas.

Em setembro de 1986, por meio de parceria entre Subprefeitura, Associação de Desenvolvimento Comunitário e Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP) deu-se início à implantação da rede de abastecimento de água no núcleo urbano do Distrito de Lucas do Rio Verde. Foram implantados cerca de 10 quilômetros de rede, cobrindo as duas avenidas principais e as ruas transversais da vila que estava colonizada a partir da Rua Campo Erê até a altura da Avenida Goiás. A primeira etapa da rede de água cobriu cerca de 80% da área urbana. Na época, a cidade se concentrava entre a rodovia e a área verde do Córrego Lucas.

A segunda fase do loteamento urbano, que receberia o nome de Cidade Nova, começou a ser implantada em outubro de 1986. Inicialmente, foram abertos 1.200 lotes, distribuídos gratuitamente pelo Incra, assim como fora na primeira fase. Ao ser contemplada com o lote, a pessoa recebia um “Termo de Ocupação Provisória” que determinava o prazo de 30 dias para apresentar um projeto de construção junto ao Incra e outros 30 dias para começar a construir.

Cortando a área verde do Córrego Lucas, uma rua fora aberta para interligar os dois loteamentos. Em 30 de março de 1987, por meio da Lei 003/87, do município de Diamantino, a rua recebeu a denominação de Avenida Mato Grosso.

Mas, voltemos ao nosso assunto inicial: abastecimento de água. A primeira rede de água foi “simbolicamente” inaugurada no dia 31 de maio de 1987, dia em que o movimento começou cedo na vila, pois a expectativa para chegada das autoridades era grande. Havia sido anunciado que o governador do Estado, Carlos Bezerra, empossado no dia 15 de março daquele ano, também estaria presente à cerimônia. Além da rede de água, foi inaugurado na mesma data o novo prédio da Escola Estadual Dom Bosco e, ainda, uma unidade de recebimento e armazenagem de grãos da CIBRAZEM [Companhia Brasileira de Armazenamento, que era ligada ao Ministério da Agricultura].

O governador Carlos Bezerra não compareceu, enviou seu secretário de Agricultura, Orlando Roewer, para representá-lo, e foi o prefeito de Diamantino, Darcy Capistrano de Oliveira, quem abriu a torneira instalada estrategicamente na frente da unidade de saúde da Fundação SESP, arrancando aplausos das pessoas que ali se aglomeravam. Mas a água ainda demoraria um tempo para chegar às residências dos luquenses: a rede, sob a responsabilidade da Fundação SESP, fora concluída, porém as “entradas” até as casas, tarefa reservada à Prefeitura de Diamantino, por meio da Subprefeitura, ainda estavam por fazer.



INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA REDE DE ÁGUA EM 1987



CONSTRUÇÃO DA REDE ELÉTRICA



PRIMEIRA FEIRA LIVRE EM 1987



USINA TERMOELÉTRICA



INÍCIO DO VIVEIRO COMUNITÁRIO (ATUAL HORTO MUNICIPAL) EM 1987



INAUGURAÇÃO DA USINA TERMOELÉTRICA EM 1º DE MAIO DE 1988



PRIMEIRA REUNIÃO PARA EMANCIPAÇÃO



INAUGURAÇÃO DA REDE ELÉTRICA



PRIMEIRO DESFILE CÍVICO EM 1988

As primeiras ligações nas residências começaram a ser feitas no final de julho de 1987 e cada morador que optou por ter água encanada em casa pagou, em média, Cz\$5.000,00 pela ligação, cujo valor foi estabelecido de acordo com o número de pessoas que residiam na casa. Do valor total, Cz\$1.900,00 tinham de ser pagos no ato da inscrição e o restante quando a água fosse efetivamente ligada na residência.

Em dezembro de 1987, o Serviço Autônomo de Água Comunitária, administrado pela Associação de Desenvolvimento Comunitário, contava com cerca de 400 ligações e a rede estava concluída até a rua Santa Fé, que na época ainda não tinha esse nome. Um poço semi artesiano e um reservatório de 100 mil litros abasteciam a cidade.

ENTREGA DOS PRIMEIROS TÍTULOS AGRÁRIOS

Estar na terra, trabalhar a terra, mas não ser efetivamente dono da terra. Em 1986, essa era a situação da maioria dos agricultores assentados no Projeto Especial de Assentamento Lucas Rio Verde. Era uma sexta-feira, 31 de outubro de 1986, quando o então ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, fez a entrega dos primeiros 188 títulos de propriedade da terra.

“O Brasil precisa parar definitivamente de importar grãos”, discursou Dante ao ressaltar a importância da titulação para que os agricultores pudessem financiar suas lavouras e aumentar a produção.

Os contemplados com os títulos de suas terras e os que ainda aguardavam por eles aplaudiram Dante quando ele ressaltou que o fim da importação de alimentos dependia de um “casamento perfeito” de uma corajosa política de reforma agrária com uma boa política agrícola e de crédito.

ENERGIA ELÉTRICA: NOVELA DE LONGOS E EXAUSTIVOS CAPÍTULOS

O nome Lucas significa “luminoso” ou “iluminado”. Tem origem no grego Loukás, um apelido do original Loukanós, que vem da raiz lyke, luk ou luc, que originaram a palavra lux, que significa “luz”. Talvez esta tenha sido a inspiração para os “luquenses” terem superado as tantas dificuldades e desafios que lhe foram postos no caminho, inclusive o da escuridão.

Até o final de abril de 1988, Lucas do Rio Verde não contava com fornecimento de energia elétrica. Um único motor-gerador do Inbra servia o escritório do órgão, a unidade de saúde, a Escola Dom Bosco, o mercado da Cobal, o “Hospital Santo Antônio” e as residências dos funcionários do próprio Inbra. O fornecimento era liberado algumas poucas horas por dia e à noite, no período de duração das aulas, das 19h às 22 horas.

Alguns poucos estabelecimentos comerciais mantinham seus próprios grupos geradores movidos a óleo diesel, assim como algumas famílias um pouco mais abastadas. Uma prática comum era duas ou três famílias vizinhas se unirem e comprarem um grupo gerador para que tivessem energia elétrica por algumas horas diárias, especialmente para encher as caixas de água. A grande maioria das famílias, entretanto, só contava com luz de lâmpadas a gás. Geladeiras movidas a gás também eram encontradas em algumas poucas residências.

Em setembro de 1986, a Subprefeitura e a Associação Comunitária receberam da Cemat a conclusão de um estudo de viabilidade econômica que a empresa realizara para avaliar a possibilidade de instalar energia elétrica para atender ao núcleo urbano do Distrito. O estudo concluiu que para atendimento imediato à população urbana seria necessária a instalação de uma usina termoeletrica movida a óleo diesel com duas unidades geradoras de 375KVA cada. O mesmo estudo concluiu que duas outras unidades de 375KVA seriam necessárias, uma para entrar em operação em 1987 e outra em 1989.

Ainda segundo informações da Cemat, a previsão era de que em 1990 Lucas do Rio Verde passasse a ser atendido pela linha de transmissão do Sistema Interligado Nacional, conhecido como Linhão, que a Eletrobrás faria chegar ao Nortão de Mato Grosso, passando por todas as cidades do eixo da BR-163.

O estudo da Cemat também levantou os custos para implantação das duas primeiras unidades geradoras, bem como da rede de distribuição, instalação de medidores e todas as outras obras e serviços necessários ao funcionamento da usina termoeletrica. A conclusão da empresa fornecedora de energia foi de que o custo de Cz5.449 milhões (cinco milhões quatrocentos e quarenta e nove mil cruzados) mais o custo operacional, tornava o empreendimento “inviável” do ponto de vista econômico, porque além de não ser visualizado retorno financeiro havia ainda o problema de ter que alocar recursos para manter o sistema em funcionamento.

Todavia, “considerando fatores como o desenvolvimento da região e a ocupação de vazios pelo homem, verificamos que o aspecto econômico é superado pelo social”, informou a Cemat, desde que o “déficit” que a empresa teria na relação custo-benefício fosse assumido pela Eletrobrás e compensado com recursos provenientes da Reserva Global de Reversão.

O que pareceu ficar claro na informação da Cemat foi que os moradores de Lucas do Rio Verde não seriam atendidos tão cedo com o fornecimento de energia elétrica. Mas uma reunião realizada no dia 8 de

novembro de 1986 acendeu nos luquenses a esperança de, num curto prazo, terem energia elétrica em suas casas: o prefeito Darcy Capistrano anunciou que já estava cotando duas empresas para a implantação da rede de energia elétrica, que contaria, inicialmente, com a colocação de 609 postes. Na mesma reunião, Capistrano apresentou um candidato a deputado estadual e pediu apoio dos eleitores de Lucas do Rio Verde para elegê-lo, pois ele teria condições de ajudar muito a região, inclusive na questão da energia elétrica. Alguns se entusiasmaram, outros se alegraram e outros se mostraram incrédulos.

O fato é que no dia 13 de novembro, dois dias antes do pleito eleitoral – naquela época, as eleições aconteciam sempre no dia 15 de novembro – um representante da empresa F. Janani Construções e Comércio Ltda., com sede em Londrina, no Paraná, se apresentou ao subprefeito e lideranças de Lucas do Rio Verde com a ordem de serviço da Prefeitura de Diamantino para iniciar as obras de implantação da rede elétrica. O custo total apresentado, incluídas as luminárias para iluminação pública, foi de oito milhões e 304 mil cruzados. Parte do custo da rede e dos postes seria rateado entre os moradores, enquanto os grupos geradores seriam viabilizados pela Cemat (Centrais Elétricas Mato-grossenses). O prazo de conclusão da obra seria de 150 dias e, então, caberia à Cemat receber a rede e fazer a ligação.

Porém, passada a eleição, nem a empresa que construiria a rede e nem o prefeito apareceram para cumprir o compromisso assumido com os luquenses, que continuaram na escuridão ainda por muito tempo.

A Comissão Pró-Energia formada dentro da Associação de Desenvolvimento Comunitário iniciou, então, uma verdadeira peregrinação junto ao Governo do Estado, Assembleia Legislativa e Cemat. A situação começou a clarear no dia 27 de agosto de 1987, quando o governador Carlos Bezerra garantiu aos membros da comissão que a energia elétrica seria implantada em Lucas do Rio Verde com ajuda da comunidade. E, no dia 10 de setembro, dois representantes da Cemat – Edmundo Molina e Carlos Alberto Freitas – se reuniram com os moradores de Lucas do Rio Verde para apresentar a proposta: a Cemat entraria com 50% do custo da obra e os moradores assumiriam os outros 50%. A reunião foi promovida pela Associação de Desenvolvimento Comunitário que, imediatamente, ampliou a Comissão Pró-Energia, incluindo um representante de cada rua. Essa comissão ficou responsável por levantar custos, promover o rateio, levar a informação a cada morador e recolher a contribuição de cada um.

A Cemat estabeleceu um prazo de 60 dias para início da obra e de seis meses para implantação. Numa primeira etapa, seriam colocados 504 postes e um conjunto gerador de 375KVA. A Prefeitura de Diamantino se colocou como parceira, doando 250 postes.

No dia 16 de novembro, foram abertas as propostas para definição da empresa que construiria a rede. Das oito empresas participantes da concorrência pública, a Nhambiquara Eletrificação, de Diamantino, foi a que apresentou a melhor proposta: Cz\$1.131.333,64. Este valor da mão de obra foi convertido em OTNS (Obrigações do Tesouro Nacional) e dividido em seis parcelas mensais. As obras tiveram início no dia 7 de dezembro. “Não seremos mais o ponto de luz perdido no escuro. São 504 postes de alvenaria e 490 luminárias”, assinalou o presidente da Comissão Pró-Energia, Ivo Deuner.

O custo total da obra – postes, rede, luminárias, mão de obra, casa de máquinas – foi dividido entre a Cemat e a comunidade, cabendo a cada morador o valor de Cz\$3.400,00 por lote atendido pela rede de energia elétrica.

Era domingo, 1º de maio de 1988, um dia radiante de sol, em que os habitantes da área urbana de Lucas do Rio Verde estampavam no rosto a alegria de uma conquista, e nos olhos, a luz de um sonho que se tornara realidade. Sem grandes pompas nem muitos discursos, era inaugurada a energia elétrica em Lucas do Rio Verde. O padre Sebastião Rodrigues invocou a bênção de Deus sobre a casa de máquinas e sobre as pessoas que ali iriam trabalhar. O representante do Governo do Estado, Santos Scaravelli, o diretor de Operações da Cemat, José Afonso, e o presidente da Comissão Pró-Energia, Guimorvam Pinto, fizeram o descerramento da placa inaugural. E o deputado José Lacerda, “padrinho político” de Lucas do Rio Verde, “bateu” a chave, ligando oficialmente a rede elétrica.

A grande festa acontecera mesmo na noite de sexta-feira, 29 de abril, quando foi feito o teste da rede e as luminárias iam sendo acesas, uma a uma, iluminando as avenidas como num grande palco. Os protagonistas do espetáculo eram os técnicos da CEMAT, e os moradores, espectadores atentos e ao mesmo tempo alvoroçados, que se aglomeravam nas esquinas, à beira da rua, ou mesmo nas janelas e portas das residências: o grande sonho virava realidade!

Inicialmente, dois grupos geradores de 375KVA cada foram instalados e a previsão era de que operassem alternadamente, fornecendo energia pelo período de 12 horas diárias. Entretanto, menos de dois meses depois da inauguração, os 750KVA gerados já não eram suficientes para atender à demanda, e a rede elétrica já estava sendo estendida para o loteamento Cidade Nova. Depois de fazer levantamento e constatar que dos 1.000 consumidores que haviam participado do mutirão para implantação da rede elétrica, apenas 400 estavam sendo atendidos e que estava havendo sobrecarga dos grupos geradores, a Associação de Desenvolvimento Comunitário, por meio da Comissão Pró-Energia, encaminhou ofício à Cemat e ao Governo do Estado solicitando a destinação de novos geradores. Mas a reivindicação só seria atendida cerca de 10 meses depois, e em parte: no dia 8 de abril de 1989 um terceiro grupo gerador entrou em operação na usina termoeletrica do distrito.

Como dissemos, o tema energia elétrica em Lucas do Rio Verde é uma novela de longos e exaustivos capítulos. Nas cenas dos próximos capítulos ainda encontraremos muita escuridão, racionamento, pedidos protelados, promessas não atendidas, derrubada de torres e vários outros episódios, alguns deles temperados com algumas boas doses de politicagem.

CAMINHADA PARA EMANCIPAÇÃO

A noite de 8 de outubro de 1986 foi marcada por uma reunião em que as lideranças políticas e comunitárias de Lucas do Rio Verde foram orientadas acerca do passo a passo para montar e encaminhar o processo de criação do município e conquistar, assim, a emancipação político-administrativa.

Realizada nas dependências da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Fátima, a reunião contou com representantes da Comissão de Divisão Territorial da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, dentre eles, o então deputado Antônio Alberto Schommer. “Emancipação é um processo técnico e político”, acentuou o parlamentar ao explicar que o primeiro passo na luta pela emancipação era criar uma comissão composta por pessoas que tivessem vasto conhecimento do distrito, que exercesse liderança na comunidade e que dispusessem de tempo para viajar e manter os contatos políticos necessários ao andamento do processo.

Criada a comissão, o passo seguinte seria fazer um “abaixo-assinado” solicitando a emancipação. No referido abaixo-assinado, não bastava ter a assinatura do morador, mas também o nome legível e o número do título de eleitor, conforme orientou Schommer.

Ainda conforme orientação do parlamentar, quando do encaminhamento do processo para a Assembleia Legislativa, o abaixo-assinado deveria estar acompanhado de cópia do mapa do Distrito, cópia do decreto de criação do Distrito, certidão do IBGE comprovando que o Distrito contava com no mínimo 10 mil habitantes, e certidão da Secretaria de Fazenda do Estado e da Receita Federal comprovando arrecadação mínima de 0,01% da arrecadação do estado, o que, em números da época, equivalia a Cz\$4,6 milhões (quatro milhões e seiscentos mil cruzados).

Embora todas as lideranças locais concordassem que a emancipação era uma necessidade, o processo eleitoral de 1986 acabou deixando o assunto em “banho-maria”. A reunião para debater a formação da comissão pró-emancipação aconteceu no dia 28 de janeiro de 1987, nas dependências da Igreja Nossa Senhora de Fátima, e reuniu cerca de 20 pessoas.

No dia 5 de fevereiro, uma nova reunião com membros da Associação Comunitária e lideranças políticas oficializou a comissão pró-emancipação, que reuniu os seguintes membros: Ivo Deuner, Willians Reinaldo de Andrade, Antônio Isaac Fraga Lira, Santiago Roa, Guimorvam Pinto e Anton Huber. Para a comissão de apoio foram escolhidos Rubens Antônio de Souza, José Almiro Huber, Nari Pandolfi, Edson Freire, Telmo de Linhares, Adonis Ferreira Leite, Luiz Fernando Destri, Hilário Piccini, Orivaldo Dias de Souza, Padre Lauro Barth, Ruy Bastian, Jaime Seiti Fujii, Tilidio José Pivetta, Gilmar de Oliveira Pinto e Niklaus Huber.

A partir daí, a comissão passou a se reunir semanalmente para trabalhar na organização do processo de emancipação e planejar as ações e encaminhamentos necessários. O escritório de advocacia de Willians Reinaldo de Andrade se tornou a sede da comissão. Na reunião do dia 9 de março de 1987, membros da comissão analisaram os mapas e esclareceram algumas dúvidas que pairavam acerca dos limites territoriais do futuro município de Lucas do Rio Verde.

Dentre as dificuldades enfrentadas pela comissão estava a falta de recursos financeiros. Na maioria das vezes, os integrantes da comissão pagavam as despesas de viagens e documentos com dinheiro do próprio bolso. Eventualmente, pessoas da comunidade contribuía com algum recurso.

Reunida a documentação exigida, a Comissão Pró-Emancipação levou o processo até a Assembleia Legislativa, onde o então deputado José Lacerda, com base eleitoral na região de Cáceres, abraçou a causa e, no dia 21 de abril de 1987, apresentou o Projeto de Lei 44/87, propondo a criação do “Município de Lucas do Rio Verde, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Diamantino”.

Além de justificar que Lucas do Rio Verde preenchia todas as condições exigidas para a emancipação política e administrativa, o deputado José Lacerda ressaltou que um “extenso abaixo-assinado formulado pela respeitável população eleitora do distrito” manifestava o “desejo em dirigir seu próprio destino”. O abaixo-assinado ocupou cerca de 60 páginas e reuniu quase 1.900 assinaturas.

José Lacerda argumentou também que a “situação de dependência do distrito” gerava grande desconforto à população local, que se via “obrigada a resolver seus problemas civis a uma distância de 220 quilômetros, na sede do município”, e ratificou sua confiança no desenvolvimento de Lucas do Rio Verde ao salientar o fato da região ser “promissora” e apresentar “um rápido e significativo progresso”.

O projeto começou seu trâmite na Assembleia Legislativa e no dia 5 de maio recebeu parecer favorável da Comissão de Revisão Territorial. Dentre as atribuições da Assembleia Legislativa estava a de averiguar se as informações apresentadas pela Comissão Pró-Emancipação tinham procedência e eram confiáveis. Obedecendo a esta prerrogativa, o então presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Roberto França, encaminhou ofício ao IBGE solicitando informações sobre o número de habitantes e de casas/domicílios do distrito. No mesmo ofício, França solicitou a recontagem da população da localidade, já que os dados existentes eram relativos ao Censo de 1980, e a população de Lucas do Rio Verde crescera muito nos últimos anos, em razão do grande fluxo migratório na região.

No dia 21 de agosto de 1987, equipe do IBGE concluiu o levantamento do número de residências e estabelecimentos comerciais de Lucas do Rio Verde, mas a contagem do número de habitantes só aconteceria em março de 1988.

No dia 16 de setembro, a Assembleia Legislativa promoveu uma reunião entre representantes dos

distritos de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah e Novo Eldorado para resolver algumas pendências relativas à divisão territorial dos municípios a serem criados.

Conforme a ata da reunião, “após ampla discussão e debates” os presentes chegaram “a um entendimento amigável, prevalecendo o bom senso entre os participantes e legítimos interessados”. Pelo acordo firmado, Tapurah seria constituído pelo distrito de Novo Eldorado, distrito-sede e parte do distrito de Nova Mutum, o distrito de Novo Eldorado seria constituído de parte do distrito de Lucas do Rio Verde e parte do distrito de Tapurah. O município de Lucas do Rio Verde seria constituído do distrito-sede e parte do distrito de Nova Mutum, enquanto o município de Nova Mutum seria constituído do distrito-sede e parte do distrito sede do município de Diamantino.

Na mesma reunião, foi ratificado o “Acordo estabelecido com relação às delimitações entre Tapurah, Novo Eldorado, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum”, documento que fora lavrado em reunião realizada no dia 11 de setembro, em Lucas do Rio Verde.

Tudo se encaminhava a contento e a população luquense vivia a expectativa de ver a emancipação aprovada ainda naquele ano. Entretanto, somente no dia 10 de novembro chegou à Comissão de Constituição Territorial o projeto com as delimitações territoriais do município de Lucas do Rio Verde e somente no dia 5 de fevereiro de 1988 o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) respondeu ao ofício da presidência da Assembleia Legislativa informando o número de eleitores de Lucas do Rio Verde, que era de 2.246.

Exatamente dois anos após a instalação do Distrito de Lucas do Rio Verde, no dia 17 de março de 1988, foi publicado no Diário Oficial o Decreto Legislativo nº 2.678, datado de 10 de março de 1988, determinando “a realização da consulta plebiscitária relativa à criação” do município de Lucas do Rio Verde e de outros oito municípios, dentre eles Campo Novo do Parecis, Nova Mutum e Tapurah, todos desmembrados do município de Diamantino. Ainda em março, no dia 23, o presidente da Assembleia Legislativa, Roberto França, oficiou o presidente do TRE-MT, desembargador Benedito Pereira do Nascimento sobre a necessidade de promover o plebiscito.

No dia 14 de abril, o projeto de criação do município de Lucas do Rio Verde avançou dois importantes passos, recebendo parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Revisão Territorial da Assembleia Legislativa. As duas comissões concluíram que existiam, em Lucas do Rio Verde, “condições apropriadas para a instalação da Prefeitura e da Câmara Municipal”.

Passada uma semana, no dia 22 de abril, o Diário da Justiça publicou a Resolução 252/88, do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, fixando o Calendário Eleitoral para o Plebiscito e marcando para o período das 8h às 17 horas do dia 8 de maio o recebimento dos votos dos eleitores de Lucas do Rio Verde, que deveriam votar “Sim” ou “Não” para a emancipação política e administrativa.

A notícia espalhou euforia entre os moradores que sonhavam e lutavam pela emancipação. A Comissão Pró-Emancipação fez chamamento público, divulgou os locais de votação, conclamou a população a votar, estavam todos mobilizados para votar “sim”, mas, na véspera da data marcada para o plebiscito, uma liminar suspendeu a realização da consulta plebiscitária, dando um banho de gelo na população, que ficou sem entender o que estava acontecendo.

O então vereador e membro da Comissão Pró-Emancipação, Antônio Isaac Fraga Lira, explicou que “um pequeno engano” fora cometido pela Assembleia Legislativa no trâmite do projeto, mas que tudo estava sendo ajustado e uma nova data seria marcada para o plebiscito.

Na verdade, o Decreto Legislativo autorizando a realização de consulta plebiscitária não poderia ter sido publicado antes que a Assembleia Legislativa tivesse em mãos as informações oficiais do IBGE acerca do número de habitantes da localidade que pretendia tornar-se município. O ofício do IBGE com as informações do Censo realizado no mês de março daquele ano em Lucas do Rio Verde só chegaram às mãos do presidente da Assembleia Legislativa no dia 12 de maio de 1988. E, no dia 20, as lideranças partidárias da Assembleia Legislativa encaminharam requerimento ao presidente da Casa solicitando regime de urgência na apreciação do novo projeto de Decreto Legislativo que autorizava a realização de plebiscito em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis e Tapurah, além de outros cinco distritos que se achavam na mesma situação. Assim, o Decreto Legislativo nº 2.689, de 20 de maio de 1988, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso na mesma data e enviado ao TRE-MT no dia 24 de maio. Uma semana depois, no dia 31 de maio, o TRE-MT publicou no Diário da Justiça a Resolução referente à realização do plebiscito em Lucas do Rio Verde.

Finalmente, no dia 19 de junho de 1988, os luquenses votaram pela sua independência política e administrativa. Dos 2.059 eleitores que estavam aptos a comparecer às oito seções de votação, apenas 1.382 compareceram, dos quais 1.362 votaram “Sim”, três votaram “Não”, 10 votaram em branco e sete votos foram declarados nulos. Assim, o projeto de criação do município de Lucas do Rio Verde foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso no dia 30 de junho de 1988 e, na mesma data, encaminhado para sanção do governador Carlos Gomes Bezerra, que, no dia 4 de julho de 1988, assinou a Lei nº 5.318, publicada no Diário Oficial do Estado na mesma data, criando o município de Lucas do Rio Verde.

“Parabéns a todo o povo de Lucas do Rio Verde! Agora sim, somos município”, comemoraram Willians Reinado de Andrade, Guimorvam Pinto e Antônio Isaac Fraga Lira, membros da Comissão Pró-Emancipação, em nota publicada no jornal Folha Verde na edição de 4 de julho de 1988. Marcada pelo sentimento de vitória em uma etapa importante para Lucas do Rio Verde, a nota foi também quase um

desabafo e, um aceno de esperança e de entusiasmo diante do futuro que se desenhava. Pela sua importância histórica, vale a pena destacarmos o texto na íntegra:

“Foi uma vitória difícil, mas com a ajuda e participação de muitos da comunidade, nosso objetivo foi conquistado. Agora começa a luta maior para a instalação do Executivo e do Legislativo (Prefeitura e Câmara) que irão governar Lucas. Temos tudo para crescer rapidamente. As portas do governo estão abertas para nós e o nosso progresso ou a decadência dependem de nós mesmos, pois estaremos iniciando nossos passos órfãos de pai e mãe. Nada ficou em nosso município a não ser trabalho e mais trabalho e, sem a ajuda do governo, pouco faremos, pois é de lá que vêm os recursos maiores, como máquinas para conservação das estradas, caminhões, materiais para estruturação geral de nossa cidade. Mais do que nunca precisamos estar unidos nessa campanha para o nosso próprio bem. Agradecemos calorosamente a participação de todos aqueles que ajudaram no processo, na campanha do “SIM”, principalmente ao deputado José Lacerda, pois sem a sua ajuda, nem a luz teríamos. Abençoada a hora em que batemos às portas de seu gabinete sem ter lhe dado um único voto. Obrigado, deputado, em nome do nosso povo! Nosso agradecimento também às empresas que financeiramente contribuíram na campanha. Esperamos que nosso trabalho, junto com a sua ajuda, venha trazer-lhes maiores riquezas, uma retribuição justa àqueles que acreditaram e acreditam em Lucas do Rio Verde. Se cometemos algum erro nesse processo ou se ofendemos alguém, desculpem-nos!”



NO DIA 5 DE AGOSTO DE 1991, DURANTE OS FESTEJOS DO ANIVERSÁRIO DE TRÊS ANOS DE EMANCIPAÇÃO DE LUCAS DO RIO VERDE, A CÂMARA DE VEREADORES HOMENAGEOU OS MEMBROS DA COMISSÃO PRÓ-EMANCIPAÇÃO COM TÍTULOS DE CIDADÃO HONORÁRIO.



MEMBROS DA COMISSÃO PRÓ-EMANCIPAÇÃO ANALISAM LIMITES DO MUNICÍPIO

EMANCIPAÇÃO DE LUCAS DO RIO VERDE

Voto obrigatório a todos que votaram na última eleição (15/11/86)

DIA 19/06

Não deixe de comparecer e diga

SIM

pela nossa Independência

(AVISE A TODOS DE SUA COMUNIDADE)

ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCAS DO RIO VERDE

“COMISSÃO DE EMANCIPAÇÃO”

IGRASMIL — FONE 544-1007 — SORRISO — MT

É profético, está imortalizado no Hino do Município que Lucas do Rio Verde teria como destino certo o progresso: “E hoje com que orgulho / Venham ver nossa cidade / A certeza do progresso / Brotou a realidade”. O pioneiro Rodolfo Rigo foi quem escreveu a bela letra, em 1989, com parceria das professoras Dulcelina Fantinato Sampaio, Eunice Maria Lazzari Ruzin e Rozeli Lazzari na composição.

Sobre a escolha e instituição dos símbolos municipais de Lucas do Rio Verde trataremos em outro momento. Aqui, cabe apenas um registro de quão iluminadas pelo otimismo, pela fé e pela esperança deviam estar as mentes e os corações desses luvardenses que escreveram e compuseram nosso hino. Do contrário, como conseguiriam antever que o município estava predestinado ao desenvolvimento, se naquele momento ainda estava praticamente tudo por construir?

A trajetória de progresso do nosso município é, sem dúvida, inspiradora!
Vale a pena enveredarmos nessa viagem pelas páginas da história!

PRIMEIRA ELEIÇÃO MUNICIPAL

Conquistada a emancipação, as lideranças do recém-criado município começaram a articulação para o pleito eleitoral que elegeu os primeiros mandatários e os primeiros legisladores de Lucas do Rio Verde, e os partidos políticos começaram a analisar nomes dentro de seus quadros. Três partidos concentravam as correntes ideológicas e dividiam as opiniões dos habitantes que coexistiam na localidade. Na hora de apresentar as candidaturas, PMDB e PFL se uniram em torno da dupla Werner Haroldo Kothrade e Otacílio Osório Pivetta, e o PDT se lançou com chapa pura, encabeçada por Adroaldo de Lima Jacob e Osvaldo João Bach. A lista de candidatos a vereador reuniu 21 nomes do PDT, 17 do PMDB e 11 do PFL

Gozando do apoio do Governo do Estado e tendo ao seu lado lideranças que haviam encabeçado a luta pela implantação da energia elétrica e pela emancipação, Kothrade conseguiu alguns benefícios para Lucas do Rio Verde ainda enquanto candidato a prefeito, como uma ambulância, entregue pessoalmente pelo governador Carlos Bezerra, e um carro para a equipe da Cemat que atuava na comunidade. Tais conquistas ajudaram a alavancar a candidatura de Kothrade, que nunca havia militado nos quadros político-partidários antes, e aceitou candidatar-se “diante dos constantes pedidos de amigos” e com a condição de que, eleito, pudesse “fazer uma administração democrática, com o povo e para o povo, e sem nenhuma pressão por qualquer corrente política”.



Propondo uma administração participativa, Adroaldo defendia a criação de um conselho político municipal que reunisse representantes de todos os segmentos, desde padres, pastores, diretores de escolas, presidentes de associações, clubes, sindicatos e cooperativas até profissionais liberais, integrantes de órgãos de segurança e de instituições financeiras. “O desenvolvimento de Lucas do Rio Verde depende da participação consciente de cada cidadão luquense, promovendo a união de forças através de uma ação comunitária pelo progresso e bem-estar de todos”, declarava o candidato, que tinha o apoio do grupo político do primeiro subprefeito de Lucas do Rio Verde, Anton Huber, ligado à Cooperlucas.

A campanha eleitoral foi relativamente tranquila, cada um defendendo suas propostas sem muitos desgastes. E chegou a hora de votar: 15 de novembro de 1988, o dia amanheceu meio nublado, tinha-se a impressão de que muita chuva precipitaria, mas logo o sol apareceu, ardendo no céu, enquanto nos corações dos candidatos e eleitores ardia a ansiedade, afinal, era a primeira vez que os luquenses estavam indo às urnas para eleger o seu prefeito e os seus vereadores. Mas o clima que predominou durante todo o pleito foi de tranquilidade. Embora a “boca de urna” estivesse proibida, candidatos e cabos eleitorais não deixaram de circular nos arredores, tentando conquistar os indecisos. Tudo, porém, se deu sem incidentes, e o que predominou foi a festa da democracia, animada pelo sentimento de liberdade e pela consciência de que o destino do município estava nas mãos dos seus cidadãos.

APURAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Dos 3.113 eleitores aptos a votar, 690 não compareceram às urnas. Dos 2.423 votantes, 265 votaram em branco, 20 anularam o voto, 930 votaram em Adroaldo e 1.208 votaram em Kothrade, uma diferença de 278 votos.

Dos nove vereadores da primeira legislatura de Lucas do Rio Verde, a coligação PMDB/PFL elegeu seis: João José Callai, 148 votos; Paulo Vicente Nunes, 145 votos; Sebastião Garcia Costa, 139 votos; Edson Freire, 134 votos; Vitorino Vignaga, 103 votos e Ilvo Vendrusculo, 100 votos. Os três eleitos pelo PDT foram: Ermes Fumagalli, 134 votos; Walmenir Cândido da Silva, 121 votos; e Maria Elizabeth Kurmann Huber, 87 votos. Os suplentes da coligação PMDB/PFL foram Léo Pasquali, com 80 votos, e Onildo Prestes de Oliveira, 74 votos. Já pelo PDT, os suplentes foram Reny Santo Belló e Breno Lampugnani, cada um com 72 votos.

“Quero conclamar os vereadores eleitos para, a partir de primeiro de janeiro, trabalharmos todos juntos e unidos, esquecendo mágoas e adversidades políticas, somando todos pelo progresso e bem-estar de Lucas do Rio Verde”, ressaltou Kothrade ao agradecer a confiança que a população havia depositado nele.

Assim como a apuração dos votos aconteceu em Diamantino, a posse de Kothrade e dos vereadores eleitos também ocorreu no município-mãe, no dia 1º de janeiro de 1989. Os empossados retornaram a Lucas do Rio Verde por volta de 10h30, quando foi realizada uma cerimônia simbólica de posse, no Centro Comunitário. Kothrade reforçou a necessidade da união de esforços, pois os desafios e dificuldades seriam muitos, voltou a pedir o engajamento de todos na construção do município, e conclamou que, a partir daquele momento, passassem a integrar o partido “Lucas do Rio Verde”.

Logo em seguida, foi eleita a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores para os dois primeiros anos de Legislatura. João José Callai, o vereador mais votado, foi eleito presidente, tendo Sebastião Garcia Costa como vice. Paulo Vicente Nunes e Ilvo Vendrusculo foram eleitos primeiro e segundo secretários, respectivamente.

Na segunda-feira, 2 de janeiro, o trabalho começou cedo na prefeitura, pois uma nova história começava ser escrita: um município cuja administração iniciava seus primeiros passos “do nada”, mas inspirada na fé, coragem e determinação de colonizadores que já haviam traçado para Lucas do Rio Verde uma história de conquistas e um futuro promissor. Mesmo que a prefeitura não possuísse, naquele momento, “sequer uma caneta”, Kothrade adotou para sua administração o slogan “Certeza de Progresso”, fazendo irradiar entre os moradores uma visão positiva de que o município recém-instalado tinha futuro e precisava ir em busca do progresso que se desenhava.

“Todos devemos trabalhar em conjunto com um objetivo, que é o progresso e o engrandecimento de nossa cidade. Todos somos responsáveis pelo futuro de Lucas. Assim, vamos de mãos dadas, povo e governo juntos na grande caminhada da construção de um futuro melhor para nossa cidade e para nossos filhos”, conclamou Kothrade.

Com a humildade característica de um homem simples, que deixara em segundo plano suas atividades de produtor rural para dedicar-se a uma causa pública, Kothrade demonstrou com muita propriedade estar consciente dos desafios que o aguardavam. “Administrar um município não é o mesmo que administrar uma fazenda, mas com o apoio do povo, muito trabalho e honestidade, nós vamos fazer uma grande administração. Isso eu prometi e quero cumprir”.

BOAS SEMENTES EM SOLO FÉRTIL

Toda boa semente plantada em solo fértil, devidamente regada e adubada, sempre produz bons

frutos. Em Lucas do Rio Verde não foi diferente, basta lançarmos um olhar sobre a história para constatar os avanços conquistados em 30 anos: as boas sementes plantadas no começo do município germinaram, receberam os cuidados adequados e estão produzindo bons frutos.

Apesar de todas as dificuldades iniciais, principalmente a falta de recursos, já no balanço dos primeiros seis meses de gestão Kothrade conseguiu apresentar conquistas importantes para o município: além de patrula e caminhões basculantes emprestados pelo Governo do Estado para cascalhamento e conservação das ruas, avenidas e estradas rurais, a prefeitura adquiriu, com recursos próprios, “um caminhão Cargo 16-18 novo, uma pá carregadeira W20, um automóvel Del Rey para uso do gabinete, um Pampa para dar assistência a nossas estradas”. Em seu balanço, Kothrade destacou também que acertara a doação de um “fusca usado para o Departamento de Educação e um 608 Mercedes”. Além disso, o município conseguira junto ao Dermat (Departamento de Estradas e Rodagem de Mato Grosso), em regime de comodato, um caminhão basculante usado. “Conseguimos verbas para a [construção da] Delegacia de Polícia, através da Secretaria de Segurança do Estado. Conseguimos também ajuda na aquisição dos móveis da prefeitura, além dos que foram doados pelo Bradesco. Do Estado, conseguimos ainda a doação de 100 carteiras escolares e a liberação de um conjunto gerador de energia. Com recursos da prefeitura, diversas obras foram iniciadas, como a reforma do prédio da prefeitura, a Escola Angelo Nadin, Escola José de Alencar e Escola Eça de Queirós. A prefeitura também adquiriu um tanque para aguar as ruas, construiu a casa de máquinas para colocação dos novos motores da Cemat, iluminou a Avenida Mato Grosso, que era a preocupação da comunidade devido à segurança, fizemos o cascalhamento das diversas estradas municipais e melhoramento das ruas e avenidas de nossa cidade. Também iniciamos o cadastramento de todos os imóveis urbanos, estamos já com o levantamento topográfico feito e o projeto de asfaltamento das avenidas, que deverá dar entrada na Câmara Municipal ainda no mês de julho”.

Kothrade destacou ainda a instalação de uma agência do Bemat (Banco do Estado de Mato Grosso), o apoio a diversas entidades e a órgãos estaduais e federais, auxiliando na manutenção e na cedência de funcionários. “Cedemos um funcionário pra Exatoria, três pro Bemat, dois pra Fundação SESP, e pro SAAE, um funcionário e mil litros de óleo diesel por mês”.

OUSADIA E CORAGEM EM MEIO À CRISE ECONÔMICA

Uma crise sem precedentes se alastrava pelo Brasil no ano de 1989. E não era uma crise meramente econômica e financeira: o contexto internacional apontava para grandes transformações, advindas, especialmente, do desenvolvimento tecnológico e da globalização. Internamente, o Brasil lidava com uma inflação aguda, uma crise financeira crônica, uma dívida externa alarmante e um delicado momento político em que a redemocratização ainda estava engatinhando e o povo iria às urnas para a primeira eleição direta para presidente da República depois de mais de duas décadas de regime militar. Fora isso, o país ainda discutia qual seria a melhor forma e o sistema de governo a ser adotado após a redemocratização. Caberia ao presidente que fosse eleito promover a realização do plebiscito previsto na Constituição Federal de 1988, em que os brasileiros decidiriam se o país continuaria republicano e presidencialista ou se adotaria o regime monarquista controlado pelo sistema parlamentarista. No embaralhar de todas essas questões, o Brasil corria o risco de ficar fora do processo de globalização.

O ano de 1989 já iniciara com mudanças na economia: no dia 15 de janeiro, o presidente da República, José Sarney, anunciou o Plano Verão, o quarto plano econômico do seu governo na tentativa de promover a estabilização econômica. Pelo novo Plano, foi modificado o índice de rendimento da caderneta de poupança, preços e salários ficaram congelados e foi criada uma nova moeda, o cruzado-novo.

Todos os setores da economia foram impactados pelo Plano Verão, e com a agricultura não foi diferente. Com o congelamento, o preço mínimo dos produtos agrícolas também ficou congelado. No caso da soja e do milho, o preço mínimo estipulado pelo governo federal já estava abaixo do custo de produção e, para complicar ainda mais a situação, o governo federal não colocou à disposição dos agentes financeiros os recursos previstos para operações de EGF (Empréstimo do Governo Federal) e AGF (Aquisição do Governo Federal), mecanismos tidos como indispensáveis para a sustentação dos preços, sobretudo em regiões de fronteira agrícola.

Na hora de vender a produção da safra 1988/1989, a saca de soja que em janeiro chegou a ser negociada por 13 cruzados-novos, caíra para 10. Endividados, sem condições de quitar seus compromissos com os agentes financeiros, os agricultores de Lucas do Rio Verde, Sorriso, Nova Mutum e Tapurah resolveram se unir por “um melhor preço para a soja produzida em Mato Grosso”. Em reunião realizada no dia 30 de maio de 1989, no pavilhão da Igreja Nossa Senhora de Fátima, em Lucas do Rio Verde, definiram várias ações com o intuito de chamar a atenção do governo e da sociedade. A primeira ação foi impedir, já a partir daquele dia, os carregamentos de soja nos armazéns da região. No dia 1º de junho, os agricultores fizeram uma passeata em Cuiabá, concentrando-se nas proximidades do Palácio Paiaguás. Concomitantemente, lideranças do movimento e representantes de associações de produtores realizaram

diversas reuniões com autoridades em Cuiabá e em Brasília.

Em Lucas do Rio Verde, a celebração de uma missa e o enterro simbólico do agricultor marcaram o dia 1º de junho, indicando que o mês seria de mobilização e protestos. No dia 15, os agricultores fecharam agências bancárias no município e no dia 16 o prefeito Werner Haroldo Kothrade decretou ponto facultativo em apoio ao movimento, e os comerciantes fecharam as portas de seus estabelecimentos para se juntarem aos agricultores.

Nos dois dias que se seguiram, os agricultores, com apoio e adesão dos comerciantes, montaram piquetes em frente aos armazéns na BR-163, impedindo a saída de produtos. “Representando o pensamento do povo luquense”, a Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde aprovou Moção de Solidariedade empenhando apoio integral ao “movimento justo, honesto e consciente do homem do campo”.

As manifestações e protestos atravessaram também o mês de julho e incluíram atos na rodovia BR-163, com interdição da ponte do Rio Verde, barrando a passagem de caminhões e veículos nos dois sentidos.

Embora tenha se alastrado por outros municípios e estados brasileiros, ganhando repercussão nacional, o movimento não encontrou respaldo junto ao governo federal e os agricultores decidiram parar os protestos, porém aderiram a uma proposta nacional de entrar com uma ação coletiva com pedido de liminar para não pagar os juros dos financiamentos bancários.

Sem o governo sinalizar com medidas que pudessem resolver os problemas de comercialização, a crise da agricultura foi se tornando crônica. No dia 8 de agosto, o prefeito Werner Haroldo Kothrade decretou estado de emergência no município devido à situação vivida pelos agricultores diante dos preços insuficientes pagos aos produtos agrícolas.

E foi neste cenário de crise que Lucas do Rio Verde organizou as comemorações do seu primeiro aniversário de emancipação político-administrativa. Mas não poderia ser apenas uma festa nem tão somente um evento comemorativo, era preciso fazer algo que ajudasse o município a encontrar alternativas para superar as dificuldades.

“Nosso município estava parado, perdendo campo para outros, e chegamos à conclusão que era preciso fazer algo que chamasse a atenção. E foi assim que realizamos a primeira Expolucas, que fizemos com grande sacrifício e poucos recursos”, recorda Werner Haroldo Kothrade.

Em menos de 40 dias foi construído o Parque de Exposições e organizada a feira. As condições eram precárias e a estrutura escassa, mas havia um ideal muito forte e uma vontade muito grande de acertar, de lançar novas sementes capazes de frutificar e alimentar a coragem dos pioneiros que vieram famintos de oportunidades para melhorar de vida.

Realizada de 4 a 6 de agosto de 1989, a 1ª Expolucas não teve grandes atrações nem shows de artistas famosos. Muitos até a batizaram de “exposição da lona preta”, talvez por não terem tido a percepção do que significava uma Exposição Agropecuária, Comercial e Industrial para o município naquele momento, mesmo que os estandes estivessem montados debaixo de lona preta ou de armações cobertas com folhas de buriti.

“A 1ª Expolucas foi um marco que registrou o começo de tudo o que Lucas do Rio Verde é hoje, porque nela foram lançadas as primeiras ideias de diversificação econômica”, define Kothrade.

Tida como uma grande sementeira de ideias e palco para o debate de questões que mudaram o curso da história do município, a Expolucas será detalhada em um capítulo especial.

CONCURSO ESCOLHE SÍMBOLOS MUNICIPAIS

Chuva torrencial precipitou em Lucas do Rio Verde no dia 12 de outubro de 1989, mas não impediu a realização do Dia da Criatividade, organizado pela Prefeitura de Lucas do Rio Verde, por meio da Secretaria de Educação e Cultura. Realizado no pavilhão da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, o evento marcou as comemorações do Dia da Criança e a escolha dos símbolos municipais: hino, bandeira e brasão.

Um concurso aberto a toda comunidade luquense fora lançado em agosto daquele ano e resultou na apresentação de sete composições concorrendo ao hino do município e, pelo menos, seis trabalhos concorrendo ao brasão. Uma comissão formada por professores, empresários e profissionais liberais fez a avaliação e escolha dos símbolos municipais criados por moradores que conseguiram materializar em letras e imagens o que percebiam e o que visualizavam para o futuro de Lucas do Rio Verde.

Autor da letra do Hino de Lucas do Rio Verde, Rodolfo Antonio Rigo destaca a contemporaneidade da letra. “Escrevi em 1989, mas poderia ter escrito hoje”, evidencia. Morador de Lucas do Rio Verde desde 1984, conta que foi a professora Roseli Lazzari quem o procurou para escrever o hino. “Todo mundo tem duas coisas: sorte e inspiração. Só que, muitas vezes, na hora em que você precisa, elas não aparecem. Justamente no dia em que a Roseli foi lá para me pedir para escrever o hino do município, eu estava muito inspirado. Não gastei trinta minutos pra escrever”, relata ao recordar que o hino foi escrito na mesinha do escritório do posto de gasolina em que trabalhava, na Comunidade São Cristóvão.

“A gente comentava que era engraçado como nossa cidade ficava atrás da mata, escondida. De repente, na estrada, você se deparava com Lucas do Rio Verde”, relembra Rodolfo Rigo ao explicar que decidiu iniciar a letra a partir da primeira visão daqueles que chegavam a Lucas do Rio Verde pela BR-163: “Por detrás das verdes matas/ Entre campos, rios e flores/ Se formou uma cidade, com carinho e com



PRIMEIRA ELEIÇÃO EM
15 DE NOVEMBRO DE 1988



EQUIPE DA COMUNIDADE LAGO AZUL QUE COMPÔS O HINO DE LUCAS



INAUGURAÇÃO EÇA DE QUEIROZ 1989



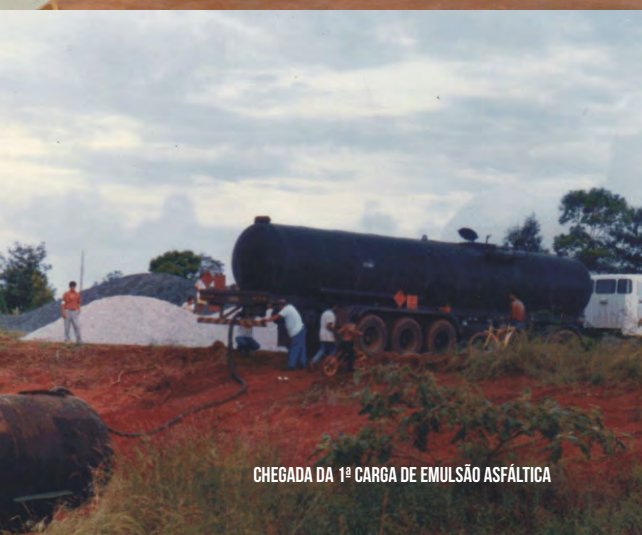
POSSE KOTHRAD E VEREADORES DA PRIMEIRA LEGISLATURA



ENTREGA DE TÍTULOS AGRÁRIOS EM DEZEMBRO DE 1989



PLANTIO DE PALMEIRAS IMPERIAIS
NA PRAÇA DOS MIGRANTES EM 1991



CHEGADA DA 1ª CARGA DE EMULSÃO ASFÁLTICA



SESSÃO DE PROMULGAÇÃO DA LEI ORGÂNICA



JOÃO CALLAI DECLARA PROMULGADA
LEI ORGÂNICA MUNICIPAL



VISTA PARCIAL DA CIDADE EM 1991

amor/...”. Os versos “com futuro promissor” e “a certeza do progresso” nasceram da esperança que todos os luquenses de outrora tinham de que Lucas do Rio Verde encontraria o caminho do desenvolvimento, conforme relata o pioneiro. Roseli Lazzari, Eunice Maria Lazzari Ruzin e Dulcelina Fantinato Sampaio assinam a composição musical do Hino de Lucas do Rio Verde.

Autor do Brasão de Lucas do Rio Verde, João Aparecido Hernando de Matos recorda que na época a Prefeitura de Lucas do Rio Verde ocupava um prédio ao lado da sua gráfica, no bairro Pioneiro, por isso soube do concurso logo que foi lançado. “Eu já era um cara muito interessado por criações, artes. Na época, era eu quem desenvolvia todas as logomarcas para as empresas antigas daqui. Ficou fácil para participar. Busquei inspiração e comecei a fazer rabiscos, até que cheguei em todos os elementos”, relata.

Ramos de arroz e de soja, engrenagens, gado, maquinário agrícola e uma coroa compõem o Brasão Municipal, que traz a inscrição Lucas do Rio Verde, 4 de julho de 1988. “Baseei a criação na agricultura, que era nosso forte. Na época, plantava-se muito arroz, soja também. Tinha muito gado, as engrenagens simbolizam as indústrias, que eram poucas, mas existiam. A coroa foi adicionada porque era um padrão para os brasões”, detalha João ao revelar de seu orgulho de ser autor do brasão. “É algo que eterniza, que vai ficar para sempre”.

José Sales de Souza Luna, que já não reside mais em Lucas do Rio Verde, é o autor da Bandeira de Lucas do Rio Verde, cujo retângulo verde representa o Brasil. O mapa de Mato Grosso na cor branca contornado de azul simboliza terra de paz, e o círculo amarelo simboliza o sol e a localização do município em relação ao estado. O verde abaixo do sol simboliza o Rio Verde e dois ramos verdes representam a agricultura e as riquezas do município. A bandeira traz ainda a inscrição ‘Lucas do Rio Verde fundado em 05/08/1982’.

O prefeito Werner Haroldo Kothrade oficializou os símbolos municipais por meio da Lei nº 081, de 26 de junho de 1990. Em 5 de agosto do mesmo ano, durante os festejos do aniversário da cidade, na Expolucas, foi feito o lançamento oficial dos símbolos.

Em 1º de fevereiro de 1993, por meio do Decreto nº 424, o prefeito Paulo Vicente Nunes instituiu a letra e a composição do Hino de Lucas do Rio Verde e, pela Lei nº 1741, de 16 de julho de 2009, sancionada pelo prefeito Marino José Franz, tornou-se obrigatória a execução do Hino Municipal nas escolas da rede pública e particular, nas inaugurações de obras, eventos oficiais e solenidades de caráter municipal. A lei teve origem de uma indicação apresentada pela então vereadora Ana Chupel Kothrade. Em 2002, Giovanni Lussani e André Vilaverde de Araújo fizeram o arranjo musical e gravaram o Hino de Lucas do Rio Verde que é tocado nos eventos oficiais do município.

A Bandeira de Lucas do Rio Verde foi regulamentada por meio do decreto nº 422, de 1º de fevereiro de 1993, assinado pelo então prefeito Paulo Vicente Nunes. Da mesma data é o decreto nº 423, que regulamentou o Brasão de Lucas do Rio Verde.

LEI ORGÂNICA DIRECIONA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

Em sessão solene realizada em 16 de outubro de 1989, sob a presidência do vereador João José Callai, a Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde procedeu à abertura da Lei Orgânica do Município. Ressaltando o compromisso de todos os vereadores de elaborarem “uma Lei Orgânica moderna e democrática para direcionar o desenvolvimento deste pujante município”, o presidente da Câmara de Vereadores conclamou a todos os segmentos da sociedade luquense para apresentar ideias e sugestões que pudessem enaltecer a proposta da lei maior do município, “pois queremos a participação popular para orientar nossos trabalhos”.

João José Callai enfatizou que os vereadores, antes de serem políticos, eram também moradores de Lucas do Rio Verde, sentiam os mesmos anseios e sofriam os mesmos problemas. “Agora temos a oportunidade de elaborar nossa própria lei. Temos a obrigação moral de dotar o município de uma lei orgânica que possibilite à atual administração e às futuras, administrar o município com autoridade, transparência e democracia”. O presidente da Casa enfatizou ainda que a lei orgânica destinava-se a regulamentar a administração municipal e que a tarefa concedida aos vereadores era “gloriosa”, razão pela qual deveria ser “fundada no espírito democrático de liberdade e sob a proteção de Deus”.

A Lei Orgânica de Lucas do Rio Verde foi promulgada no dia 3 de abril de 1990, considerado um “momento histórico”, pois desde a instalação do município até àquela data, Lucas do Rio Verde se guiava pela legislação de Diamantino, o município-mãe. A solenidade de promulgação contou com a presença de autoridades e lideranças do município e de cidades vizinhas. Depois de entoado o Hino Nacional, padre Heriberto Hammes, pároco da época, abençoou a Lei Orgânica e as pessoas que por ela seriam regidas e, então, o presidente da Câmara, vereador João José Callai, declarou promulgada a Lei Orgânica, lendo seu preâmbulo: “Nós, representantes do povo luquense, investidos em poderes constituintes, oferecemos à população de nosso município o fruto de nosso esforço e a boa vontade de nossos munícipes, visando assegurar a igualdade, a liberdade, o bem-estar, a justiça e o desenvolvimento de nossa gente. Invocando a proteção de Deus, promulgamos a presente Lei Orgânica do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de

Mato Grosso”.

Todos os vereadores destacaram a importância daquele momento e o prefeito Werner Haroldo Kothrade ratificou sua crença de que Lucas do Rio Verde, mesmo antes de completar dois anos de emancipação, já era um dos municípios mais promissores de Mato Grosso.

Encerrando a solenidade, João José Callai reforçou que o fundamento básico da Lei Orgânica era o de estruturar o município. “Lucas do Rio Verde ganha hoje mais um instrumento para seu progresso. Dedico nosso trabalho a todos os luquenses, pois temos a convicção de termos correspondido à confiança que nos foi depositada”.

Os nove vereadores constituintes foram João José Callai, Paulo Vicente Nunes, Sebastião Garcia Costa, Edson Freire, Ermes Fumagalli, Ilvo Vendrusculo, Vitorino Vinaga, Maria Elisabeth Kurmann Huber e Walmenir Cândido da Silva.

LUQUENSE E LUVERDENSE

A escolha do nome Lucas do Rio Verde para o projeto especial de assentamento executado pelo Incra e, por conseguinte, da cidade que se originou a partir dele, foi do próprio Incra, conforme relata o pioneiro Niklaus Karl Eugen Huber, ou simplesmente Klaus, como é conhecido. “Foi o superintendente do Incra em Cuiabá, o Pitaluga [Paulo Pitaluga Costa e Silva, que era o coordenador geral do Incra em Mato Grosso], que insistiu nesse nome. Foi uma homenagem ao seringalista Francisco Lucas, que ele considerava como um dos primeiros moradores daqui, que exerceu a primeira atividade produtiva daqui”. Klaus considera Lucas do Rio Verde um “nome comprido”. Talvez por isso, os pioneiros se referiam ao lugar apenas como ‘Lucas’. Quando questionados para onde iam ou onde moravam, normalmente diziam “vou pra Lucas”, “moro na Lucas” [agrovila Lucas]. Este costume acabou definindo o gentílico “luquense” para definir morador de Lucas do Rio Verde ou nascido em Lucas do Rio Verde. Assim, na Lei Orgânica promulgada em 3 de abril de 1990, o termo “luquense” foi oficializado como adjetivo pátrio e permaneceu até 2005.

A mudança de luquense para luverdense passou a ser discutida quando, logo no seu primeiro mandato (1997/2000), o prefeito Otaviano Pivetta começou a defender a ideia de que luverdense é um termo mais abrangente e representa melhor a bravura, coragem, determinação e empreendedorismo dos moradores de Lucas do Rio Verde, especialmente daqueles que resistiram e superaram toda sorte de dificuldades para fazer do pequeno lugarejo um município próspero.

A ideia foi tomando corpo e ganhando a adesão da sociedade até que em 2004 os vereadores aprovaram um projeto de lei fazendo a alteração. Mas a lei precisou ser revogada, pois como luquense estava definido como o adjetivo pátrio na Lei Orgânica, era preciso fazer uma emenda alterando a Lei Orgânica. Em 2005, com a revisão geral da Lei Orgânica, luverdense foi oficializado como adjetivo pátrio das pessoas que nascem ou que residem em Lucas do Rio Verde. Atualmente, no preâmbulo da Lei Orgânica do Município de Lucas do Rio Verde lê-se: “O povo Luverdense, através de seus representantes na Câmara Municipal, tendo por diretriz os princípios da Constituição da República e da Constituição do Estado de Mato Grosso, visando assegurar a igualdade, a liberdade, o bem-estar, a justiça e o desenvolvimento de nossa gente, invocando a proteção de Deus, promulga a Lei Orgânica do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso”. O novo texto da Lei Orgânica foi promulgado em 17 de outubro de 2005. Os vereadores revisores foram: Marli Heldt Ventura (presidente), Nestor Albrecht (vice-presidente), Raimundo Dantas de Souza Filho (1º secretário), Carlos Krieger Giroto (2º secretário), Cleci Fátima Nunes, Demétrio César Teixeira de Souza, Elder Luiz Biazus, Jiloir Augusto Pelicioli e Marcio Antonio Pandolfi.

LIGADO COM O MUNDO

O dia 9 de junho de 1990 foi a data em que Lucas do Rio Verde começou a ser ligado com o mundo via telefone, por meio do sistema DDD (Discagem Direta à Distância). Nesse dia histórico a Telemat e a empreiteira Construtel iniciaram a instalação dos primeiros aparelhos telefônicos nas residências e estabelecimentos comerciais da cidade. A inauguração da Central Telefônica e o efetivo funcionamento das linhas telefônicas aconteceu dois meses depois, no dia 10 de agosto, durante os festejos do segundo aniversário de emancipação do município. Mas desde a primeira reunião que tratou da implantação dos telefones em Lucas do Rio Verde até a inauguração da central se passaram mais de 18 meses.

No início de fevereiro de 1989, o diretor-presidente da Telemat, Fernando Abreu, reuniu prefeitos e presidentes do Legislativo de sete municípios de Mato Grosso, em Cuiabá, para apresentar proposta de instalação de telefonia DDD pelo sistema de parceria. Pela proposta, a Telemat arcaria com o projeto, coordenação, fiscalização, manutenção e toda infraestrutura de equipamentos, enquanto a prefeitura entraria com a doação de um terreno em área central da cidade e uma construção, nos moldes definidos pela Telemat, para implantação da central telefônica. À comunidade, caberia o custo de implantação da central telefônica e da rede de assinantes.

O prefeito Werner Haroldo Kothrade e o presidente da Câmara de Vereadores, João José Callai,

participaram da reunião e foram informados de que para Lucas do Rio Verde estavam previstos 300 terminais (linhas) telefônicos, desde que a parceria fosse aceita. Mesmo antes de saber quanto cada um teria que pagar e qual o prazo para instalação dos telefones, já havia gente querendo se inscrever para adquirir uma linha.

No dia 8 de abril de 1989, representantes da empreiteira Construtel e da Telemat fizeram uma reunião com a comunidade para explicar o projeto de telefonia. O total de 362 terminais telefônicos seriam colocados à venda: 253 residenciais e 109 comerciais. O custo de cada terminal residencial seria de 733,80 cruzados-novos para pagamento à vista, e cada linha comercial teria um custo de 1.048,20 cruzados-novos, também para pagamento à vista. Exatamente 1.080 pessoas se inscreveram para pleitear uma linha telefônica e a distribuição das 362 linhas se deu por meio de sorteio.

Além das 362 linhas residenciais e comerciais, a Telemat instalou, inicialmente, oito orelhões na cidade, distribuídos em pontos estratégicos para que todas as regiões da área urbana ficassem atendidas por um telefone público. Dos oito orelhões, quatro possibilitavam fazer ligações interurbanas e quatro funcionavam apenas para ligações locais.

SIGNIFICADO DAS PALMEIRAS IMPERIAIS NA PRAÇA DOS MIGRANTES

No dia 6 de outubro de 1991 foram plantadas 16 palmeiras imperiais na Praça dos Migrantes, cada uma representando um segmento da sociedade luquense. A primeira, plantada pelo prefeito Werner Haroldo Kothrade e pela primeira-dama, dona Ana, representa o Poder Executivo do município. A segunda, plantada pelo então presidente da Câmara, vereador Paulo Vicente Nunes, representa o Poder Legislativo Municipal.

Membros da Comissão Pró-Emancipação, Willians Reinaldo de Andrade, Antonio Isaac Fraga Lira e Guimorvam Pinto plantaram, cada um, uma palmeira, representando as lideranças que se empenharam na construção do município.

Os posseiros foram representados pelo pioneiro Norivaldo Alves Peixoto, que plantou a sexta palmeira. A sétima palmeira deveria ter sido plantada pelos parceiros, mas nenhum compareceu e quem plantou a árvore foram as primeiras crianças nascidas no município.

Três alunos plantaram a oitava palmeira, representando os estudantes do município. A nona palmeira foi plantada por um grupo de professores, representando os profissionais da educação.

O então vereador Sebastião Garcia Costa representou os primeiros moradores do núcleo urbano no plantio da décima palmeira. O pioneiro José Dotto plantou a décima primeira palmeira, representando o Rotary Clube, que teve importante participação na organização da sociedade nos anos iniciais da cidade.

A décima segunda palmeira representa a indústria e foi plantada por Nelson Bassani. A décima terceira representa o comércio e foi plantada por Luiz José de Oliveira, dono do primeiro mercado da cidade. A décima quarta palmeira representa a imprensa de Lucas do Rio Verde e foi plantada pelo casal Vera e Valmor Carpenedo, do jornal Folha Verde, e por Darci Cittadella, que foi o primeiro fotógrafo da cidade. A décima quinta palmeira foi plantada por Jacir Bombonato, representando os servidores públicos municipais. Por fim, a décima sexta palmeira foi plantada pelas crianças que estavam presentes na cerimônia, representando o futuro de Lucas do Rio Verde.

DESAFIOS, AVANÇOS E LEGADOS

“Eu passei uma fase difícil. Administrar sem dinheiro não é fácil, tem que saber mexer com os pauzinhos e, graças a Deus, eu tinha uma equipe muito boa, que vestiu a camisa mesmo pela prefeitura e o próprio povo colaborou muito”, resume Kothrade ao lembrar que no primeiro ano de sua gestão a prefeitura não conseguiu cobrar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), porque o Incra não tinha passado ainda o documento da área urbana para o município e, com isso, a prefeitura não conseguia documentar os lotes para fazer a cobrança do imposto. Além disso, o retorno do ICMS do primeiro ano do novo município, por lei, ficava com o município mãe.

Apesar das dificuldades, com apoio e união de todos foi possível realizar obras importantes e iniciar projetos que resultariam em avanços significativos.

“Fizemos asfalto nas avenidas Rio Grande do Sul e Paraná do começo da cidade até na avenida Goiás, com todas as transversais, até na divisa com a área verde do Córrego Lucas, e foi feito o esgoto pluvial também, que é uma obra cara, que nenhum político gosta de fazer. Muitos me criticavam, me chamavam de louco e diziam que com esse dinheiro eu deveria fazer mais asfalto, mas eu queria fazer bem feito”, ressalta Kothrade.

A arborização das ruas e avenidas também foi um trabalho iniciado no segundo ano de emancipação, assim como a construção da Praça dos Migrantes, no centro da cidade. “E também tem a reserva do Córrego Lucas que teve gente que falou pra mim que eu devia pegar dois D8, que são aqueles tratores Caterpillar bem grandes, e um correntão e passar um D8 de cada lado e derrubar tudo, e eu disse que não, que eu ia manter a



RUAS DA CIDADE EM 1990



AVENIDAS DA CIDADE EM 1990



LOCAL DA PRAÇA DOS MIGRANTES EM 1988



INÍCIO DA PRAÇA DOS MIGRANTES EM 1991



PATROLAMENTO DAS RUAS EM 1989



INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DAS GALERIAS DE ESGOTO PLUVIAL EM 1992



DESFILE DE SETE DE SETEMBRO EM 1991

reserva, porque seria bom para a cidade”, conta Kothrade.

O início do projeto de microbacias, que influenciou diretamente na conservação das estradas, é um dos legados que o prefeito Kothrade acredita ter deixado. “Antes das microbacias a água corria pela estrada e abria aquelas voçorocas, aquela erosão, a prefeitura arrumava, mas quando vinha chuva forte abria tudo de novo, e depois que fizemos as microbacias terminou esse problema. Quando os agricultores viram que era importante, cada um fez a sua parte”.

Quando o Incra implantou o projeto de assentamento, o 9º BEC abriu as principais estradas no interior e também as ruas e avenidas do núcleo urbano. “Quando eu assumi, as estradas do interior estavam muito ruins, porque o 9º BEC tinha ido embora em 1982 e ficou mais de seis anos sem manutenção, não foi fácil consertar todas as estradas, tinha bueiro estragado, ponte estragada, e na cidade também”, lembra Kothrade.

Outro grande legado que Kothrade considera ter deixado foi a preocupação com a educação. “Na época, tinha 18 comunidades rurais no município, cada comunidade tinha uma escolinha de madeira e quando eu assumi, construí 18 escolas no interior, escolas pequenas, com duas salas, banheiro, mas eu prometi que ia construir e construí e também criei a 8ª série na São Cristóvão, na Comunidade dos Gringos e na Groslândia. Eu ajudei muito nas escolas, eu sei que eu ajudei, teve até época que o governo do Estado atrasava o pagamento dos professores das escolas estaduais e a prefeitura dava ajuda de custo para os professores se manter. Aqui na cidade, a escola Eça de Queiroz [prédio que em 2017 se transformou na sede da Secretaria de Cultura] foi construída no meu tempo, a Escola Estadual Angelo Nadin [que era na Avenida Goiás], também foi construída no meu tempo, a prefeitura ajudou a construir. E nas escolas tinha também as hortas que a prefeitura incentivava pra ter a horta da escola. Tem também uma história bonita, uma vez eu e a secretária de Educação fomos lá pra Groslândia, tinha três escolinhas naquela região, e o pessoal estava reclamando porque a prefeitura mantinha uma professora que lecionava pra quatro crianças, mas era longe, então nós fomos lá, aquelas crianças nos receberam bem, vieram mostrar os trabalhos delas e tudo, e nós lá pra fechar a escola, eu lembro que olhei pra secretária e falei ‘eu não’. Coitadas das criancinhas lá estudando, eu ia fechar a escola por causa do pagamento de uma professora? Não fechei”, conta Kothrade, emocionado.

INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Criados na mesma data e desmembrados do mesmo município, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Tapurah têm a mesma genética, como se fossem irmãos gêmeos, cada um com algumas características peculiares, porém dotados dos mesmos ideais e com objetivos comuns.

Desde o início dos mandatos de seus primeiros prefeitos, falava-se em promover a integração dos municípios do Médio-Norte para buscar soluções conjuntas aos problemas que também eram comuns. A ideia começou a ganhar força com a implantação do projeto regional de suinocultura, a partir de 1990, e foi criado, então, o Conselho de Desenvolvimento Regional com o objetivo de promover a integração político-econômica do Médio-Norte.

No dia 9 de janeiro de 1991 aconteceu a primeira reunião de trabalho para formatação do projeto de Integração Político-econômica do Médio-Norte Mato-grossense, congregando representantes de cooperativas, sindicatos e associações, prefeituras e câmaras municipais. A proposta era de que cada município elaborasse o seu plano de desenvolvimento, a partir dos quais seria formatado o Plano Diretor de Desenvolvimento Regional.

Dentre as propostas levantadas já naquela primeira reunião, uma apontava para a necessidade de união entre os municípios para cobrar das autoridades estaduais e federais a extensão do Linhão para solucionar o problema de energia elétrica que impedia o desenvolvimento da região. Promover uma campanha para fomentar a diversificação de culturas de subsistência, que seria desencadeada pelas cooperativas, e desenvolver pesquisas para avaliar quais culturas seriam incluídas no processo de diversificação foram outras propostas extraídas da reunião.

A comissão de Lucas do Rio Verde no Conselho de Desenvolvimento Regional era formada pelas seguintes pessoas: Otacildo Osório Pivetta, representando o Poder Executivo Municipal; Ermes Fumagalli, representando a Cooperlucas; Otaviano Olavo Pivetta, representando a Cooagril; Edson Freire, representando a Câmara de Vereadores; Sebastião Garcia Costa, representando o comércio; e Francisco Gemelli, representando o Sindicato Rural.

Em 28 de fevereiro do mesmo ano aconteceu a segunda reunião de trabalho, desta vez, com a presença dos quatro prefeitos: Boleslau Dziachan, de Nova Mutum; Gilberto Brisot, de Tapurah; José Domingos Fraga Filho, de Sorriso; e Werner Haroldo Kothrade, de Lucas do Rio Verde. A luta pela extensão do Linhão foi definida como prioridade e foi iniciada uma campanha que incluiu a criação e confecção de adesivos para carros, com os dizeres “Linhão, redenção do Nortão”. Outra meta estabelecida no plano de desenvolvimento regional foi a realização de estudos para construção de miniusinas ou pequenas hidrelétricas, pois já se falava na possibilidade de construção de uma pequena hidrelétrica no Rio Verde.

04

Feriados Municipais

São dois os feriados municipais comemorados em Lucas do Rio Verde: o Dia da Padroeira, em 13 de maio, e o Dia do Aniversário da Cidade, em 5 de agosto. Os feriados municipais foram instituídos pela Lei nº 02, de 09 de fevereiro de 1989, aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito Werner Haroldo Kothrade.

ANIVERSÁRIO DA CIDADE

Como já vimos, a emancipação político-administrativa de Lucas do Rio Verde aconteceu no dia 4 de julho de 1988, pela Lei nº 5.318, assinada pelo governador Carlos Gomes Bezerra e publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso na mesma data. Frequentemente surge a dúvida e a pergunta: por que, então, o aniversário da cidade é comemorado em 5 de agosto?

A data de 5 de agosto remete à fundação do núcleo urbano do Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, fato que ocorreu em 5 de agosto de 1982. A decisão de instituir o 5 de agosto como o feriado municipal de aniversário do município se deu por duas razões. Primeiro, para homenagear aqueles pioneiros que, em 1982, no meio do nada, acreditaram que a partir de um acampamento era possível construir uma cidade. Segundo, porque na mesma data de 4 de julho de 1988, também foram emancipados os municípios de Campo Novo do Parecis, Nova Mutum e Tapurah, todos desmembrados do mesmo município mãe, Diamantino. Pela proximidade com Nova Mutum e Tapurah e pela integração que estava começando a nascer entre as três cidades, para facilitar que os municípios vizinhos pudessem prestigiar as comemorações de aniversário de Lucas do Rio Verde e vice-versa, os vereadores de Lucas do Rio Verde em comum acordo com a gestão municipal definiram o 5 de agosto como Dia do Município. A decisão foi tomada na primeira sessão da Câmara de Vereadores da história de Lucas do Rio Verde, em janeiro de 1989.

A FÉ EM NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Na tradição católica, o dia 13 de maio é dedicado à Nossa Senhora do Rosário de Fátima. A comemoração teve origem em 1917, em Portugal, quando “num domingo, manhã de céu claro”, Nossa Senhora apareceu pela primeira vez aos pastorinhos Lúcia, Francisco e Jacinta, conforme relata a igreja.

Em Lucas do Rio Verde, 13 de maio é feriado municipal, em homenagem à Nossa Senhora de Fátima, Padroeira do município.

Mas, por que Nossa Senhora de Fátima é a santa padroeira de Lucas do Rio Verde?

O pioneiro Domingos Munaretto conta que no dia 13 de maio de 1980, as famílias de Antonio Gemelli, Arnaldo Fumagalli, Avelino Gasparim, Ido Kothe, Jacinta Correa, Pedro Gemelli, Regina Petry, Sálvio Valcanaia, José Dotto, Isidoro Pivetta, Paulo Venturini e Carlos Venturini reuniram-se na sua residência para participar de uma missa celebrada pelo padre José Mathias Orth, da cidade de Diamantino. “Eu e o Sálvio percorremos as fazendas de trator pra convidar as famílias pra missa”, recorda Domingos Munaretto.

O pioneiro relata que padre Mathias propôs aos moradores a formação de uma comunidade para que ele pudesse agendar visitas regulares para celebração de missa e assistência espiritual às famílias. O sacerdote teria, então, sugerido que a comunidade se chamasse Gauchita. “Mas ninguém de nós era oriundo do Rio Grande do Sul e a sugestão não foi acatada”.

Munaretto relata ainda que Pedro Gemelli sugeriu, então, que a comunidade se chamasse 13 de Maio e que tivesse como padroeira Nossa Senhora de Fátima. Movidos pela fé em Nossa Senhora e por estarem reunidos para a celebração da missa justamente no dia 13 de maio, todos acataram a sugestão. E assim, foi formada a Comunidade 13 de Maio, da qual participaram também as famílias de Fausto Pivetta, Silvino e Terezinha Leichmann, Aldemar Cosma e Sérgio Mariane.

Como semente lançada em terra fértil, a pequena Comunidade 13 de Maio prosperou e deu origem à paróquia, e Nossa Senhora de Fátima se tornou padroeira de Lucas do Rio Verde.

A Expolucas e as ideias que mudaram o curso da história

“Se olharmos para a Expolucas desde o começo, veremos que a suinocultura, o milho safrinha, o ciclo do algodão, a avicultura, a verticalização e a diversificação da economia, tudo nasceu dentro da feira, que sempre foi um marco para atrairmos empresários, mostrar nosso potencial e convencê-los a se instalar”, resume o produtor rural e empresário Joci Piccini, que presidiu várias edições da Expolucas e sempre esteve envolvido com a organização da feira.

Quem viveu esta história lembra muito bem os desafios que foram superados e a dimensão que a Expolucas ganhou no contexto econômico. Mais do que comemorar o aniversário da cidade e promover as potencialidades do município na agricultura, pecuária, comércio, indústria e prestação de serviços, a Expolucas sempre propiciou a discussão de novas tecnologias e aprimoramento do agronegócio, além de promover oportunidades de acordos comerciais para os expositores.

Por estas características, a Expolucas se qualificou como sementeira. Nela nasceram grandes projetos que influenciaram decisivamente no progresso e desenvolvimento do município e região. A consolidação do segundo ciclo econômico, com a instalação de indústrias que transformam grãos em carnes e biocombustíveis, é resultado de ideias que começaram a ser discutidas na primeira edição da feira e foram regadas e fortalecidas pelo espírito empreendedor e senso de cooperação, marcas registradas da população de Lucas do Rio Verde.

Como palco de grandes discussões e também terreno fértil para bons negócios, em suas 25 edições a Expolucas atraiu anualmente centenas de expositores, investidores e patrocinadores, que não apenas enxergaram na exposição uma oportunidade singular de mostrar seus produtos e serviços e estreitar laços com clientes e amigos, mas enxergaram sobretudo o potencial de Lucas do Rio Verde para atrair investimentos e devolver resultados.

“Ela divulgou Lucas do Rio Verde quando quase ninguém sabia o que era o município e onde ficava este lugar. Com isso, atraiu muitas empresas, empresários e profissionais que se instalaram e passaram a gerar emprego e renda e dar a sua contribuição ao desenvolvimento da cidade”, acentua Antonio Donizete Cavalaro, que participou da organização de todas as edições da Expolucas e presidiu várias delas.

Mas a Expolucas sempre representou também diversão e oportunidade de lazer para a população de Lucas do Rio Verde e de toda a região. Anualmente, milhares de pessoas ingressaram no Parque de Exposições Roberto Munaretto atraídas pelos shows nacionais, rodeio profissional e sorteio de prêmios. “A grande maioria desses milhares de luverdenses que encontraram diversão na Expolucas talvez nunca tivessem oportunidade de sair da cidade para assistir a um show como os que passaram pelo palco da feira”, assinala Helmut August Lawisch”, que também presidiu várias edições da Expolucas, inclusive a que marcou o Jubileu de Prata da emancipação de Lucas do Rio Verde.

Vale a pena lembrar um pouco do que aconteceu nas 25 edições da Exposição Agropecuária, Comercial e Industrial Lucas do Rio Verde – EXPOLUCAS.

Na primeira edição da Expolucas foram realizadas inaugurações de obras públicas, como a da Delegacia de Polícia, a ampliação da Escola Ângelo Nadin e quadra de esportes. A ideia de implantar projeto de suinocultura na região foi lançada durante a feira, que teve exposição de suínos trazidos especialmente do Rio Grande do Sul. Dentre as atrações artísticas e culturais, destaque para a música, dança e poesia gaúchas, apresentadas por tradicionalistas do CTG Sentinela da Tradição. A dupla gaúcha Osvaldir e Carlos Magrão, pouco conhecida na época, se apresentou para um pequeno público.

No período de 4 a 12 de agosto de 1990 foi realizada a 2ª Expolucas, que contou com palestras sobre a agricultura, com destaque para viabilidade da cultura do milho na região. A programação do evento incluiu também feira do livro, lotopeca, concursos de poesia e de danças de vanerão e lambadão, além de provas de motocross, bicross, tourada e corrida de cavalos, leilão de gado de corte, de leite e equinos, e rodeio. Em sessão solene realizada no Parque de Exposições, a Câmara de Vereadores homenageou com título de Cidadão Honorário de Lucas do Rio Verde o padre Lauro Barth, “um grande batalhador e pacificador de Lucas do Rio Verde”, conforme justificou o então vereador Ermes Fumagalli, autor do projeto de lei que concedeu a honraria ao sacerdote.

No ano seguinte, a Expolucas contou com leilão de gado geral e de elite e várias atrações, como o festival da canção, que revelou jovens talentos locais. O momento solene da 3ª Expolucas ficou por conta da entrega de título de cidadão honorário de Lucas do Rio Verde aos integrantes da Comissão Pró-Emancipação do Município: o advogado Willians Reinaldo de Andrade, os produtores rurais Antonio Isaac Fraga Lira e



INAUGURAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES EM 1989



PARQUE DE EXPOSIÇÕES EM 1994



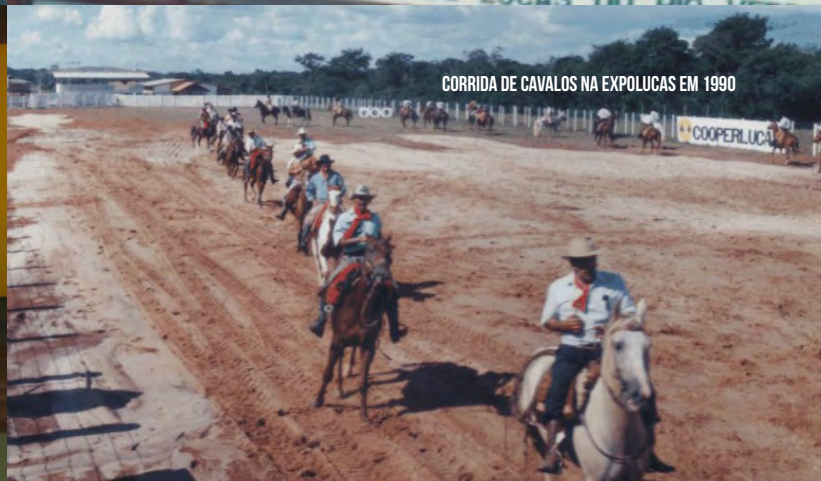
Parque de Exposição Roberto Munareto



MISSA DE ANIVERSÁRIO DA CIDADE



HOMENAGEM AOS PRESIDENTES DA EXPOLUCAS



CORRIDA DE CAVALOS NA EXPOLUCAS EM 1990



1ª FEIRA DO ALGODÃO NA EXPOLUCAS



1ª FEIRA DO MILHO NA EXPOLUCAS



EXPOLUCAS 2004
SEJA BEM VINDO



Guimorvam Pinto e o comerciante Santiago Roa foram os primeiros luverdenses a receberem a honraria pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Na 4ª Expolucas, realizada no ano de 1992, o concurso leiteiro e os leilões de gado foram as grandes atrações. Na arena, o rodeio e as competições de provas de tambor e baliza e o campeonato do peão de ouro do nortão animaram os espectadores. Este foi o único ano em que a Expolucas aconteceu fora do mês de agosto.

A 5ª Expolucas, realizada entre os dias 31 de julho a 8 de agosto de 1993, já ganhava representatividade da região e muitos visitantes se misturavam à comunidade local para acompanhar as atrações da feira. A abertura oficial contou com a presença do então governador Jaime Campos e sua comitiva e teve ainda inauguração de obras municipais e palestras sobre bovinocultura de corte. A festa contou com shows das duplas Cristian e Ralf e Osvaldir e Carlos Magrão, da Banda Terra e do Gaúcho da Fronteira.

Na 6ª Expolucas, em 1994, a agropecuária foi destaque nas palestras, com temas como plano piloto e sanidade animal. O show Valores da Terra e os shows nacionais de Beth Guzzo, José Alexandre, René o Ronaldo e Marcelo Aguiar deram o tom festivo do evento.

Atrações diversas marcaram a 7ª Expolucas, em 1995: II Copa Médio-Norte de BMX, passeio ciclístico e feira do livro, que também reservou espaço para mostra fotográfica e documentos históricos do município. O tradicional rodeio, provas de laço, baliza e tambor, corrida de cavalos, provas de mountain bike, bicicross, futebol e os leilões de elite também tiveram espaço garantido. O evento foi marcado também pelo início da quinta edição dos Jogos Estudantis do Vale do Verde. O circuito de palestras apresentou os temas de fruticultura, piscicultura e orientações trabalhistas rurais, pecuária de corte, leite e confinamento, além do 1º Seminário Estadual de Manejo e Conservação do Solo. Baile no CTG Sentinela da Tradição, missa campal em ação de graças, culto ecumênico, alvorada festiva, mateada na Praça dos Migrantes e show Valores da Terra também integraram a programação, que contou, ainda, com um show de prêmios que sorteou carro, moto, televisores e antena parabólica. Um protesto de agricultores contra a crise econômica e a ausência das empresas do agronegócio na feira, também em sinal de protesto, marcaram aquela edição.

Em 1996 a Expolucas foi realizada com bem mais entusiasmo e a arena de rodeio recebeu também show de freestyle e loop e show americano de moto. Novamente o show Valores da Terra garantiu sucesso de público. Em sessão solene realizada dentro da feira, a Câmara de Vereadores homenageou diversas personalidades civis do município e região com título de cidadão honorário de Lucas do Rio Verde. O bingo ganhou destaque com o sorteio de cinco prêmios, dentre eles um carro e uma moto. Shows da Banda Liverpool, Mamonas Assassinas “covers”, Carol e Caroline, Brazão e Brazozinho e bailão com bandas locais animaram o público.

Em 1997, a Expolucas foi realizada de 1 a 5 de agosto e contou com diversas palestras sobre o cenário do agronegócio: perspectivas para produção de carnes, instrumentos de política agrícola, produção agrícola autossustentável e perspectivas do mercado agrícola. Naquele ano, o show de prêmios sorteou cinco motos CG Titan e uma pick-up Ranger completa. Na grade de shows, Nenhum de Nós, Banda Terra e Osvaldir e Carlos Magrão. Bailões, danceteria e provas de motocross completaram as atrações de lazer e diversão. A feira contou também com o pavilhão da diversificação econômica e com inaugurações de obras, dentre elas a padaria municipal “Educando para a Vida”.

A 10ª edição da Expolucas foi realizada de 30 de julho a 5 de agosto de 1998 e contou com um circuito intenso de palestras sobre a suinocultura regional, expectativas para soja, milho e arroz, comercialização do algodão, alternativas para aumento da lucratividade. O show da banda Engenheiros do Hawai marcou a festa, que teve também bailões com as bandas Novo Tempo e Liverpool e um grande show-baile com o grupo Os Nativos. Rodeio, julgamento de equinos, gado de corte, concurso leiteiro, leilão de animais fizeram parte da feira. Inauguração de uma usina de algodão e de uma fábrica de adubos atestaram a pujança econômica vivida pelo município. No show de prêmios foram sorteados dois carros e quatro motos.

A 11ª edição da Expolucas contou com atrativos diversos, desde o tradicional rodeio a provas de uma etapa do Campeonato Estadual de Motocross. Julgamento de animais e leilões de gado geral e de elite, simpósio de piscicultura e concurso de gado leiteiro também fizeram parte da programação. A grade de shows contemplou a dupla Rio Negro e Solimões e Banda Beijo além de talentos locais e regionais, como Rick Nunes, Gerson Luiz e Crystiano e a banda Paku Atômico. O baile do aniversário da cidade teve a animação da banda Terceira Dimensão, e a programação de palestras tratou do controle de pragas, perspectivas para mercado de soja, arroz, milho e algodão, e os caminhos da suinocultura moderna, dentre outros temas. Durante a feira daquele ano foi lançado o projeto de mobilização pela melhoria da qualidade de vida em Lucas do Rio Verde com o slogan “A qualidade de vida mora aqui”. A Expolucas foi marcada ainda pela realização da 1ª Feira do Algodão de Mato Grosso e por uma sessão solene da Câmara de Vereadores com entrega de título de cidadão honorário ao bispo Dom Vital Chitolina. O show de prêmios contou com o sorteio de quatro motos e dois carros.

A Expolucas 2000 contou com uma etapa do Campeonato Estadual de Supercross e rodeio show com participação especial do narrador Marco Brasil. A grade de shows apresentou Gian & Giovani, Skank e os Meteoros, além do festival da canção que revelou artistas e músicos locais. A 2ª Feira do Algodão de Mato Grosso teve seu espaço na Expolucas, que também tratou de temas voltados ao mercado de soja e milho. A pecuária regional ganhou destaque nacional com a transmissão do leilão de gado de elite pelo Canal do Boi. A banda Os Atuais animou o baile do município e o show de prêmios sorteou dois carros e cinco motos.

A Expolucas 2001 levou para o circuito de palestras resultados de pesquisas de safras e as tendências

de mercado para a agropecuária. Um seminário sobre logística discutiu a viabilidade da construção da Hidrovia Teles Pires-Tapajós e a conclusão da BR-163 até Santarém. Além do tradicional rodeio, shows com Breno Reis & Marco Viola e com a banda Roupa Nova embalarão o público. O festival municipal da canção foi novamente destaque, assim como a exposição e julgamento de gado leiteiro e o leilão de gado transmitido pelo Canal do Boi. O show de prêmios sorteou quatro motos e um carro.

A Expolucas 2002 sorteou quatro carros e uma moto. Show pirotécnico marcou o início e o encerramento da festa dos 14 anos de emancipação de Lucas do Rio Verde. Além do tradicional leilão de gado de corte e julgamento de gado leiteiro, a feira trouxe ciclo de palestras com temas voltados para as cadeias produtivas de milho, soja, algodão e suinocultura aliadas à gestão ambiental. A grade de shows trouxe Zé Ramalho e Titãs. A feira foi marcada pelo encerramento da colheita do milho em Lucas do Rio Verde.

Na Expolucas 2003 a celebração de 15 anos de emancipação político-administrativa de Lucas do Rio Verde foi comemorada em grande estilo, com o tradicional rodeio e bailes animados pelas bandas Musical Encontro e Elo Brasil. A feira também foi marcada pelo lançamento do projeto Suinocultor Irmão e por uma palestra com o então ministro Ciro Gomes, que abordou a política brasileira e a integração do Centro-Oeste. No palco da Expolucas, a banda RPM embalou os amantes do Pop Rock Nacional e o encontro de três grandes músicos brasileiros, Renato Teixeira, Pena Branca e Zé Geraldo, entoando clássicos da Música Popular Brasileira. No show de prêmios foram sorteadas duas casas populares, uma moto e um automóvel.

Na Expolucas 2004, o som sertanejo de Bruno & Marrone e o pop rock de Jota Quest embalarão o público luverdense e regional. A feira, que aconteceu de 4 a 8 de agosto, contou com o ciclo de palestras que abordaram temas ligados à avicultura e suinocultura e ao mercado de carnes. Os tradicionais bailões foram animados pelas bandas Danúbio Azul e Elo Brasil e um show de humor com João Kuiu integraram a programação da festa. Mantendo sua característica de sementeira, a Expolucas abriu espaço para a celebração de contrato para instalação de incubatório de aves Globo Aves e para o lançamento da pedra fundamental da Ema Alimentos, marcando assim o início da instalação do frigorífico de aves no município, ações que alavancaram a implantação do novo ciclo econômico na região. Os dois eventos contaram com a presença do então governador Blairo Maggi, que também prestigiou a inauguração da primeira agroestrada de Mato Grosso. O tradicional show de prêmios sorteou duas casas e um carro.

A Expolucas 2005 levou para o palco principal um show católico com Padre Zezinho. A banda de pop rock Ira! e o sertanejo Leonardo foram os destaques da grade de shows, que também abriu espaço para os Talentos da Nossa Terra. No show de prêmios foram sorteadas uma casa, duas motos e um carro. Mais uma vez a Expolucas serviu de palco para discussão de temas de interesse regional, como a importância da Ferronorte para ajudar a resolver os gargalos de infraestrutura e logística.

A Expolucas 2006 foi realizada entre os dias 2 e 6 de agosto e o ciclo de palestras tratou da formação de culturas consolidadas para integração lavoura e pecuária e nutrição animal, com lançamento do projeto de terceira safra. Tratou também da suinocultura industrial, da utilização de dejetos de suínos como biofertilizantes, produção avícola industrial e utilização da cama de aviário como adubo orgânico, enfim, temas integrados ao desenvolvimento sustentável. Os artistas que se apresentaram no palco da Expolucas naquele ano foram KLB, Rick & Renner e Grupo Tradição. Os bailes foram animados pelas bandas Recanto, Meteoros e Liverpool e o show de prêmios sorteou dois carros e três motos.

Em 2007, as atrações artísticas da Expolucas agradaram a diferentes gostos musicais, com shows dos sertanejos Cesar Menotti & Fabiano e o romântico Daniel, além dos forrozeiros Falamansa e da banda gospel “Filhos do Homem”. Naquele ano, a Expolucas agregou também um toque beneficente ao promover uma partida de futebol entre a Comissão Organizadora e a dupla César Menotti & Fabiano e os músicos da sua banda. Para ver o jogo, os torcedores tinham que levar alimentos não perecíveis, que foram doados a famílias carentes do município. Entre os dias 1 e 5 de agosto foram sorteados, no show de prêmios, três carros e duas motos.

Na Expolucas 2008 os shows de Leonardo, Capital Inicial, Teodoro & Sampaio e João Neto & Frederico animaram o público. A festa dos 20 anos de emancipação de Lucas do Rio Verde também contou com rodeio e show de prêmios, que sorteou duas motos, dois carros e uma caminhonete S-10.

Na Expolucas 2009 a animação ficou por conta dos shows de Claudia Lette, Zezé di Camargo & Luciano, Amado Batista, Paralamas do Sucesso, e Montenegro & Boiadeiro. A rainha da festa, Gabriela Dallagnol, cativou o público com sua beleza e simpatia e, dias depois da feira, ingressou em carreira de modelo internacional. Com foco no desenvolvimento com sustentabilidade, o ciclo de palestras tratou de questões ligadas ao meio ambiente e sua preservação. O rodeio atraiu bom público todas as noites e os jovens luverdenses Pedro & Luiz conquistaram espaço no palco principal da festa, que sorteou quatro motos e duas caminhonetes.

A Expolucas 2010 foi uma festa grandiosa e trouxe para Lucas do Rio Verde grandes nomes da música nacional, como Chitãozinho & Xororó, banda Calypso, Ivete Sangalo e Luan Santana. O grupo de música eletrônica Spyzer também fez sucesso entre os luverdenses. O rodeio daquele ano integrou o Circuito Mato-grossense de Rodeios, e o show de prêmios sorteou duas caminhonetes e três motos. O desenvolvimento regional foi destaque no ciclo de palestras, que discutiu a viabilidade da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. O cenário político do Brasil foi analisado com bastante propriedade pela jornalista Cristiana Lobo, comentarista da GloboNews.

A Expolucas 2011 trouxe grandes shows: Victor & Leo, Eduardo Costa, Tchê Garotos, NX Zero,

Milionário & José Rico e Michel Teló deram o tom musical, além dos artistas da casa, Pedro & Luís, e dos Valores da Nossa Terra, selecionados em festival realizado em diferentes bairros da cidade nos meses que antecederam a feira. Algumas inaugurações importantes para a comunidade foram realizadas, como a sede da Agência Fazendária e o reservatório de água no bairro Venturini. No circuito de palestras o destaque ficou por conta da participação do então senador gaúcho Pedro Simon, que apresentou um cenário da política brasileira.

Em 2012 a feira atraiu cerca de 100 mil pessoas que se dividiram nas cinco noites para assistirem aos shows de João Bosco & Vinícius, Guilherme & Santiago, Calcinha Preta e Jota Quest. No show de prêmios foram sorteados cinco carros. O leilão virtual de gado de corte da Estância Bahia foi uma das inovações da feira, mostrado em rede nacional pelo canal Terra Viva.

Em sua última edição, em 2013, a Expolucas manteve sua característica de sementeira ao abrir espaço para debater a realidade econômica de Mato Grosso, expectativas e gargalos, no painel “Caminhos e Desafios do Desenvolvimento Sustentável”. A interiorização da Universidade Federal de Mato Grosso também foi debatida durante a Expolucas, em palestra do então vice-reitor da UFMT, João Carlos de Souza Maia, que afirmou ver em Lucas do Rio Verde todos os predicados para sediar um dos polos da universidade no interior do estado. O Pavilhão da Cadeia Produtiva mostrou o que é produzido na área rural de Lucas do Rio Verde e região, desde animais de corte a piscicultura, hortifrutigranjeiros e artesanato, além da agricultura familiar. Em espaço de 600 m² no Pavilhão Cadeia Produtiva, a BRF mostrou os processos da cadeia de soja, milho, grãos, ração, criação de aves e suínos até a área industrial, passando pelo programa Saúde, Segurança e Meio Ambiente para comprometimento de práticas sustentáveis. Inovação no ciclo de palestras, que possibilitou o debate sobre sexo e qualidade de vida na palestra Relações Afetivas e Sexualidade, proferida pela sexóloga e escritora Laura Muller. A discussão sobre educação financeira também teve espaço no ciclo de palestras. Leilão virtual de gado de corte da Estância Bahia por meio do canal Terra Viva, rodeio, sorteio de quatro carros zero, shows de Munhoz & Mariano, Aviões do Forró, Capital Inicial, Jorge & Mateus e Felipe & Ferrari completaram as atrações da feira, que teve também o estande do Programa Vida Nova com brinquedos e atrações gratuitas para crianças e adolescentes, e, ainda, o Palco Mix, onde artistas locais encontraram espaço para apresentar sua música e dança.

Foram 25 edições, Jubileu de Prata, razão suficiente para a comemoração ser especial. Precisava também ser marcante, pois estava festejando os 25 anos de emancipação de Lucas do Rio Verde. E foi marcante e especial! Em junho, no lançamento da Expolucas 2013, foram lançadas também sementes de gratidão, de respeito e reconhecimento às pessoas que ajudaram a construir a história de Lucas do Rio Verde. Em confraternização que contou com animação da banda The Originals, foram homenageados com uma estatueta da ema – ave símbolo do município, 25 homens e 25 mulheres em reconhecimento aos serviços prestados à comunidade. “Nós, luverdenses, temos orgulho do que se fez nesses 25 anos em Lucas do Rio Verde, porque ninguém fez sozinho, por isso as homenagens, por isso nós temos a tranquilidade de afirmar que Lucas se superou, pela garra, pela vontade, pelo trabalho dos luverdenses, que produziram riquezas e qualidade de vida na nossa terra abençoada”, destacou o então presidente da Comissão Organizadora da Expolucas, Helmut Lawisch.

PARQUE DE EXPOSIÇÕES ROBERTO MUNARETTO

Na sessão ordinária de 24 de março de 2003, a Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde aprovou o projeto de lei de autoria dos vereadores Carlos Giroto, Ildo Romancini, José Luiz Picolo, Marli Heldt Ventura e Petronílio Jacinto de Souza, denominando Parque de Exposições Roberto Munaretto o espaço público destinado à realização da Expolucas.

“Roberto Munaretto foi um munícipe que sempre esteve com seu pensamento voltado ao desenvolvimento de Lucas do Rio Verde e quando faleceu ocupava cargo na Comissão Organizadora da Expolucas”, ressaltaram os vereadores ao justificarem a homenagem.

Roberto Munaretto integrou a Comissão Organizadora da Expolucas em 1997, ao lado de Helmut Lawisch, Roberto Morandini e tantos outros que trabalharam diuturnamente para garantir o êxito da exposição daquele ano. No dia 8 de agosto de 1997, quando todos ainda comemoravam o sucesso da IX Expolucas, Roberto Munaretto sofreu um acidente na BR-163, tendo morte instantânea. Ele retornava de Cuiabá, onde fora levar a dupla Osvaldir e Carlos Magrão, que fizera show na Expolucas, para tomarem o avião de volta para Porto Alegre (RS).

EXPOLUCAS ABRE ESPAÇO PARA ARENA CULTURAL

“Criamos a Expolucas com objetivos claros e esses objetivos foram alcançados. A Expolucas cumpriu sua função com louvor, mas é um modelo que precisa ser atualizado e nós vamos atualizar”, resumiu o prefeito Otaviano Pivetta ao anunciar, no dia 21 de janeiro de 2014, que a Expolucas daria lugar a uma grande festa popular, com espaço para shows, festival de música e manifestações culturais das diferentes regiões brasileiras, já que Lucas do Rio Verde abriga migrantes de todas as partes do Brasil.

Uma das justificativas para o fim da Expolucas foi de que os eventos de difusão de tecnologia

realizados pela Fundação Rio Verde (Show Safra e Entec\$) vinham assumindo com muita propriedade o papel de feira, demonstrando o potencial do município e promovendo negócios. Assim, caberia na semana de aniversário do município a realização de evento festivo para contemplar a população luverdense como um todo.

“Esse evento será de fundo cultural, uma festa para o nosso povo. Vamos fomentar a cultura luverdense, ao mesmo tempo em que valorizamos todas as outras culturas que estão presentes em nosso município”, reforçou o prefeito Otaviano Pivetta.

A concepção de festa popular em que os cidadãos luverdenses tivessem oportunidade de participar, confraternizar com a família e amigos, se divertir, se alegrar e se orgulhar deu certo. As quatro edições ora realizadas atenderam à proposta e deram novo sabor às comemorações do aniversário da cidade, que receberam o tempero da diversidade. O pequeno espaço geográfico do parque de exposições conseguiu reunir diferentes atrações e os luverdenses de todas as cores, credos, ideologias e preferências puderam escolher entre assistir às apresentações artísticas do Palco Mix, participar com as crianças das atividades ofertadas pelo Programa Vida Nova, se deixar envolver pelo clima do rodeio, se emocionar com os shows nacionais ou simplesmente degustar uma refeição da variada culinária servida na praça de alimentação.

O Palco Mix cumpriu plenamente seu papel de servir de espaço para manifestações locais e regionais, demonstrando a diversidade cultural que coabita o universo luverdense. O Espaço Vida Nova oportunizou, democraticamente, entretenimento e lazer a adultos e crianças. O sorteio de prêmios no tradicional bingo fez a sorte sorrir a pessoas humildes que talvez nem conseguissem sonhar que um dia conseguiriam ter uma moto, quanto mais um carro ou caminhonete. Sim, em suas quatro edições, a Arena Cultural possibilitou a uma considerável parcela dos luverdenses o sabor de comemorar o aniversário da sua cidade.

VISTA PARQUE EXPOLUCAS EM 1994



VISTA PARQUE EXPOLUCAS EM 2004



Associativismo, organização e cooperação marcam desenvolvimento

Lucas do Rio Verde tem muito do que se orgulhar de sua história, especialmente pela participação comunitária e pela marca da cooperação em todos os avanços alcançados desde a formação do vilarejo à bela cidade que se destaca às margens da BR-163. Movidos pelas dificuldades e pela necessidade, os primeiros moradores de Lucas do Rio Verde aprenderam a se organizar e buscar na união de esforços o caminho para o desenvolvimento da comunidade. Assim, o município se tornou solo fértil para o nascimento e crescimento de sindicatos, conselhos comunitários, cooperativas e associações. A essência do cooperativismo foi determinante para que aquelas famílias conseguissem o mínimo de infraestrutura necessária para começar a viver com um pouco mais de dignidade.

COOPERLUCAS

O projeto de assentamento que deu origem ao município de Lucas do Rio Verde nem tinha sido fundado oficialmente, mas já abrigava uma cooperativa que firmara um termo de cooperação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para fornecer assistência técnica aos assentados e ajuda na organização socioeducacional da nova comunidade. Fundada em 10 de dezembro de 1981, a Cooperlucas foi a primeira cooperativa da região e se tornou responsável por representar e buscar melhorias sociais e de crédito para que tivessem início as atividades agrícolas no assentamento.

“O município foi criado em volta da Cooperlucas. A cooperativa foi o pivô da criação do município. Foi ela quem colocou as estacas para demarcar os lotes dos parceiros”, conta o presidente da cooperativa, Antonio Carlos Costa Lima. Ele revela que em 1986 o rádio amador da Cooperlucas era praticamente o único meio de comunicação da localidade e resalta que a cooperativa era o ponto de apoio de tudo. “A Cooperlucas prestava um serviço maravilhoso para esta cidade como se ela fosse a ‘mãe’ do município, chegou a ser uma das maiores cooperativas do Brasil e todos que viveram nesta época se sentem orgulhosos deste grande e importante movimento social realizado através das cooperativas. Foram as cooperativas que movimentaram a comunidade no início de sua história”, enfatiza Antonio Carlos.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA

Criada em 1984, a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucas do Rio Verde foi responsável pela organização e direcionamento da comunidade na busca de soluções para os problemas e necessidades da cidade em formação. Conquistas importantes vieram como resultado da participação ativa e direta de todas as famílias: rede de água, energia elétrica, pavimentação asfáltica, unidade de saúde, um posto telefônico e, principalmente, a tão sonhada emancipação político-administrativa. “Nossa união aconteceu pela necessidade de irmos em busca e conseguirmos tudo aquilo que precisávamos na época. A primeira conquista desta associação foi a titulação das áreas e, posteriormente, fomos adquirindo recursos para a infraestrutura, recuperação ambiental através da implantação do horto municipal. A associação foi tão importante que antes do vilarejo se tornar distrito era esta associação que movimentava e representava a comunidade”, relata Antônio Donizete Cavalaro, um dos fundadores da entidade.

ROTARY CLUB

Fundado oficialmente em 17 de setembro de 1987, o Rotary Club de Lucas do Rio Verde teve início bem antes, conforme relata o pioneiro Sebastião Garcia Costa, o Tião da Farmácia, que reside em Lucas do Rio Verde desde 1982. “Nós começamos a fazer as reuniões, o Rotary de Sorriso era o padrinho do nosso clube e nós passamos dois anos achando que nossa entidade estava documentada por Sorriso e não estava, então atrasou. A fundação oficial dele foi em 1987, mas já estávamos trabalhando há dois anos sem registro”.

Sempre ativo no município, com ações sociais e solidárias que ajudam a promover o desenvolvimento, nos seus mais de 30 anos de história, o Rotary registra larga contribuição na construção da sociedade luverdense, especialmente nos primeiros anos de formação da comunidade. “Naquela época, tudo

o que se fazia aqui era o Rotary que tomava dianteira, desde a instalação da antena retransmissora do sinal de televisão, antena para o posto telefônico, tudo era o Rotary, concerto, assistência técnica, tudo era o Rotary que providenciava. Lembro que o Rotary foi três vezes para Minas [Minas Gerais] para levar a antena do telefone para o concerto”, relata Tião.

TRADIÇÃO EM QUALQUER CHÃO

No dia 20 de fevereiro de 1989 foi fundado o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Sentinela da Tradição, que se tornaria parceiro da municipalidade na realização de vários eventos socioculturais, incluindo a Expolucas. Quando da fundação do CTG, estimava-se que 80% da população luquense era originária do Sul do país e a entidade foi criada para cultivar e difundir a cultura gaúcha. A patronagem provisória foi composta por Adair Boito (patrão), Otaviano Olavo Pivetta, Edgar Pinto, Valdir Sbabo, Luiz Fernando Destri, Otacildo Osório Pivetta e Luiz Melo. Para o Conselho de Vaqueanos foram eleitos José Almiro Huber, Claudio Cimpak, Assis Simon, Telmo Linhares, Zoltir Brandini, Adroaldo Jacobi e Valmor Carpenedo. O grupo fundador do CTG contava ainda com: José Ilmo Fuerst, encarregado da existência e divulgação; Enio Mantelli, agregado das falas; João José Callai, patrão da Invernada Campeira; Mário Silvestrini e Joacir Luiz Cavalli, agregados da Invernada Artística.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde foi fundado no dia 26 de fevereiro de 1989, em assembleia realizada na sede da Comunidade Menino Deus, com a presença de 58 agricultores. A diretoria provisória, eleita com a missão de proceder a todo trâmite legal para criação da entidade, tinha à frente o agricultor Hélio Dallagnol. Como tesoureiro e secretário foram eleitos, respectivamente, Valter Tamiozzo e Gilberto Borges da Silva. Para o Conselho Fiscal foram eleitos Adílio Armando Gabriel, Nery Bernardes Prestes e Breno Lampugnani.

Com o propósito de defender os interesses da categoria patronal, proprietários rurais de Lucas do Rio Verde reuniram-se no dia 2 de abril de 1989 para fundar o Sindicato dos Produtores Rurais, que teve na diretoria provisória Otacildo Osório Pivetta como presidente, Willians Reinaldo de Andrade como secretário e João José Callai como tesoureiro.

Pouco mais de 14 anos depois, a maturidade ideológica e avanço organizacional dos trabalhadores e dos produtores rurais levariam os dois sindicatos a assinarem a primeira Convenção Coletiva do Trabalho Rural de Lucas do Rio Verde. O fato ocorreu no dia 15 de setembro de 2003: os então presidentes do Sindicato Rural, Helmut Lawisch, e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Nilfo Wandscheer, assinaram o documento que entrou para a história também como a primeira convenção coletiva do trabalho firmada no município.

CONSELHO COMUNITÁRIO

No dia 29 de maio de 1989 foi criado o Conselho Comunitário Municipal, de acordo com a Lei nº 017/89, de 25 de abril. Órgão consultivo, o Conselho tinha, dentre outras incumbências e atividades, “a aprovação de planos que visem a melhoria das condições de vida aos munícipes e um melhor aperfeiçoamento entre as relações do Executivo e a comunidade no que se refere à habitação, lazer, educação, saúde e saneamento básico, aprovação do plano rodoviário municipal e suas implicações e, ainda, emitir pareceres e relatórios sobre assuntos a ele encaminhados”. Para compor o Conselho Comunitário Municipal, o prefeito Werner Haroldo Kothrade nomeou Paulo Messias de Mello, Nari Pandolfi, Lúcia Aparecida Sachukc Werner e Norivaldo Alves Peixoto. “Criamos o Conselho Comunitário Municipal para decidirmos em conjunto, pois se errarmos, erraremos juntos e no acerto, será a comunidade de Lucas do Rio Verde que sairá ganhando”, assinalou o prefeito Kothrade.

ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL

Representantes do comércio e da indústria de Lucas do Rio Verde reuniram-se no dia 19 de julho de 1989, nas dependências da Igreja Nossa Senhora de Fátima, para aprovar o estatuto, eleger a primeira diretoria e oficializar a criação da Associação Comercial e Empresarial de Lucas do Rio Verde (Acilve). O então proprietário do Cartório de Registro Civil e Tabelionato do município, Jaime Seiti Fujii, foi eleito presidente. “O Jaime foi escolhido presidente pelo respaldo que tinha junto a todos os segmentos da sociedade”, recorda o empresário Osvaldo Martinello, que foi o grande articulador para a criação da Associação. “Saí pessoalmente, de estabelecimento em estabelecimento, com uma pastinha debaixo do braço, levando a ideia de criação da associação e fazendo a inscrição de associados”.

Martinello conta que nessa “missão” recebeu o apoio de “pessoas-chave”, como o contabilista Antônio Donizete Cavalaro, o comerciante Benedito Brizola Ferreira, e o prefeito Werner Haroldo Kothrade. Dentre as principais razões que levaram as lideranças empresariais a criarem a Acilve estavam a necessidade

de disponibilizar aos comerciantes uma ferramenta de proteção nas vendas a prazo, por meio da conquista de um banco de dados do SCPC para Lucas do Rio Verde. Mas a contribuição da entidade para o desenvolvimento do município foi muito além. “A Acilve sempre se fez presente no processo de transformação da cidade, discutindo com a municipalidade as alternativas possíveis e que resultaram no direcionamento, no planejamento de longo prazo, que fez o diferencial em Lucas do Rio Verde”, afirma Osvaldo Martinello.

DESPORTO

Com a missão de abranger todas as atividades esportivas amadoras do município e atuar como órgão consultivo da administração municipal, em outubro de 1989 foi estruturado o Conselho Municipal do Desporto, que fora criado em maio do mesmo ano, por meio do decreto 021/89. Formado por representantes de todos os segmentos da sociedade, o conselho tinha, dentre outras atribuições, promover o desenvolvimento do esporte amador no município, assessorar a administração na coordenação e execução dos programas esportivos municipais e representar o município em promoções esportivas de âmbito municipal, estadual e federal, além de aprovar o Plano Anual Esportivo, bem como os regulamentos e tabelas de competições esportivas municipais e articular-se com órgãos e instituições federais, estaduais e municipais para a promoção de competições do esporte amador.

SICREDI

Reunidos nas dependências do Centro Comunitário de Lucas do Rio Verde, 27 agricultores de Lucas do Rio Verde e Tapurah constituíram a Cooperativa de Crédito Rural Lucas do Rio Verde – Credilucas, no dia 10 de fevereiro de 1990. Para constituir a Credilucas, cada associado teve que integralizar uma cota-parte de 500 BTNF (Bônus do Tesouro Nacional Fiscal), índice que era usado para correção monetária. A cota de 500 BTNF correspondia ao valor de 63 mil cruzeiros da época e foi convertido em sacas de soja. Cada saca de soja equivalia a 3,5 dólares, mas o problema é que aqueles visionários eram ricos em sonhos e ideais, mas não dispunham de recursos para integralizar as cotas e a soja ainda estava na lavoura. Eles, então, procuraram a Cooperlucas e acertaram a chamada venda de soja verde, ou seja, fizeram a venda antecipada do produto para juntar a quantia necessária à integralização do capital que cada um precisava colocar na cooperativa. A Credilucas se transformou na Sicredi Ouro Verde MT, que encerrou o exercício 2017 com 59 mil associados distribuídos nos 14 municípios em que atua.

Enquanto o crescimento médio das instituições financeiras no Brasil foi de 10% em 2017, a Sicredi Ouro Verde cresceu mais de 28% e fechou o ano com R\$2,1 bilhões em Ativos administrados, resultado que coloca a instituição entre as maiores do Sistema Sicredi e do país, com Patrimônio Líquido de R\$515 milhões no final do exercício 2017. Ao longo de sua trajetória, a Sicredi Ouro Verde tornou-se referência, não apenas pelos números que evidenciam seu crescimento a cada ano, mas também por seu modelo organizacional, por sua essência cooperativa e por sua contribuição para o desenvolvimento regional, características que não só orgulham aqueles que cometeram a “loucura” de fundar a cooperativa, mas que reforçam a importância do cooperativismo na construção de Lucas do Rio Verde.

“Nada teria acontecido não fosse pelas parcerias e pela união das pessoas”, assinala o presidente da Sicredi Ouro Verde, Eledir Pedro Techio. “Com o ingresso no sistema Sicredi, em 1998, o apoio do Banco Cooperativo permitiu maior ascensão financeira aos produtores, que passaram a investir em tecnologia rural para ampliar seus lucros e estabilizar a economia no município. Além do fortalecimento econômico, a cooperativa teve e ainda tem seu papel social bastante ativo, apoiando iniciativas públicas e privadas e apoiando as pequenas e médias atividades empresariais”, destaca Eledir.

COOAGRIL

Em 30 de agosto de 1990 foi fundada a Cooperativa Agropecuária e Industrial Luverdense Ltda - Cooagril, com o principal objetivo de promover a diversificação da propriedade rural, fomentar a suinocultura como alternativa viável para melhorar a renda do produtor, fixando as famílias no campo, e criar condições para desencadear o processo de verticalização da produção agrícola. A ideia já vinha sendo discutida desde a primeira Expolucas e foi difundida nos municípios vizinhos, resultando na criação da Integração das Cooperativas do Médio-Norte Mato-grossense (Intercoop), constituída oficialmente no dia 28 de fevereiro de 1991, em assembleia realizada nas dependências do Clube Seriema. Otaviano Pivetta, que era presidente da Cooagril, foi eleito presidente da Intercoop, que funcionava como uma espécie de central das cooperativas integradas ao projeto de suinocultura. Essa central foi responsável pela construção do frigorífico Excelência, em Nova Mutum, atualmente, Excelência Carnes Suínas, que atende o mercado interno e exporta para países da América do Sul e Central, Europa, União Aduaneira e países orientais.

A união dos agricultores trouxe, além da utilização de grãos produzidos no município, maior ganho real de valor agregado ao produto. O projeto de criação de suínos trouxe bons resultados e motivou um grupo de empreendedores a idealizarem também um projeto de criação e industrialização de aves, que deu origem à empresa Ema Alimentos. Estes dois projetos constituíram-se o grande diferencial que atraiu as atenções da Sadia, hoje BRF, para o município, desencadeando o processo de industrialização de Lucas do Rio Verde.



INAUGURAÇÃO DA ACILVE



PRIMEIRAS REUNIÕES DIRETORIA ACILVE



REUNIÃO PARA CONSTITUIÇÃO DA CREDILUCAS



INAUGURAÇÃO DA CREDILUCAS



FUNDAÇÃO DA COOAGRIL



INTERCOOP NA EXPOLUCAS



INAUGURAÇÃO DA ESTRUTURA DA COOPERLUCAS EM 1988



SEDE DA COOPERLUCAS

ACRILUCAS

No dia 23 de março de 1991 foi constituída a Associação dos Criadores de Lucas do Rio Verde (Acrilucas), congregando criadores de gado, de suínos e de aves. A associação nasceu como instrumento de organização, de luta e de fortalecimento da categoria em busca de melhorias para o setor, e seu primeiro presidente foi Otacildo Osório Pivetta. Um dos objetivos da entidade era o de organizar feiras e exposições agropecuárias e realizar leilões de gado, difundindo a pecuária na região e fomentando negócios. Durante vários anos, a Associação dos Criadores ficou responsável pela administração do Parque de Exposições e, junto com o Sindicato Rural, Associação Comercial, Prefeitura e Câmara Municipal, era responsável pela realização da Expolucas.

FUNDAÇÃO RIO VERDE

No dia 1º de agosto de 1992, na sede da Associação dos Funcionários da Cooperlucas, realizou-se a assembleia que elegeu a primeira diretoria da Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Integrado Rio Verde – Fundação Rio Verde, constituída com a função primordial de respaldar a pesquisa e criar e validar tecnologias para promover o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola. Fruto do processo de integração político-econômica da região, a Fundação Rio Verde foi criada por iniciativa das prefeituras e cooperativas de produção dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah e Sorriso.

“A Fundação nasce da consciência da necessidade que os órgãos como as prefeituras e cooperativas têm de se integrarem e de trabalharem juntos”, acentuou o primeiro presidente Fundação Rio Verde, Valdir Giaretta, produtor rural em Lucas do Rio Verde.

A diretoria tinha ainda na sua composição os seguintes membros: 1º vice-presidente, Nereu Bresolin (Sorriso); 2º vice-presidente, Mauro dos Santos Franco (Eldorado/Tapurah); 1º secretário, Sérgio Massamitsu Arimori (Nova Mutum); 2º secretário, Álvaro André Gomes (Tapurah); 1º tesoureiro, Egidio Raul Vuaden (Lucas do Rio Verde); 2º tesoureiro, Washington Lima Queiroz (Sorriso). O Conselho Curador reunia representantes das cooperativas e prefeituras dos quatro municípios e tinha os seguintes membros: Luiz Matsubara, José Nakiri, Gervasio Marco Becker, Eurides Ricardo dos Santos, Nelci José Lorenzi, Willians Reinaldo de Andrade, Emiliano Pgeiban, Moacir Antonio Fontana e Orlando José Bender.

Foi destinada para a Fundação Rio Verde a área do lote “10”, que o Inbra reservara para pesquisa dentro do PEA Lucas do Rio Verde e que fora utilizada durante um período pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (EMPA). A área foi transformada em Campo Experimental, que era mantido pelas prefeituras e cooperativas dos quatro municípios. Porém, durante a grave crise que se abateu sobre a agricultura nos anos de 1994/1995, essas instituições não conseguiram destinar recursos para a Fundação e as atividades do órgão de pesquisa foram paralisadas. O trabalho foi retomado em 1997, quando a Fundação Rio Verde foi reestruturada, graças a uma parceria entre produtores rurais e Prefeitura de Lucas do Rio Verde. Em agosto daquele ano, em assembleia geral, foi aprovada a alteração do estatuto e eleita a nova diretoria da instituição, que ingressou numa nova fase e passou não só a desenvolver trabalhos de pesquisa como também promover a difusão das tecnologias geradas ou validadas em seu campo experimental.

A diretoria eleita em 1997 era encabeçada pelo empresário e produtor rural Joci Piccini, e tinha em sua composição os seguintes membros: vice-presidente, Egidio Raul Vuaden; secretária, Dora Denes Ceconello; tesoureiro, José Henrique Hasse; suplente, Valdir Giaretta.

A importância e abrangência da Fundação Rio Verde no desenvolvimento de Lucas do Rio Verde e região serão tratadas em um próximo capítulo.

COOPERAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Ao longo da trajetória de Lucas do Rio Verde, o perfil cooperativo se mostra sempre presente, seja na união em torno da organização da Expolucas, seja na idealização e implementação de projetos como o sistema de consórcios rodoviários inaugurado em 2003, com a pavimentação da MT-449 (Rodovia da Mudança), que interliga Lucas do Rio Verde e Tapurah.

O projeto de agroestradas é outro sistema de parceria que possibilita a pavimentação de estradas rurais no município. Por este sistema, produtores rurais e prefeitura municipal se unem e dividem custos para levar asfalto ao interior do município, valorizando as propriedades e melhorando a vida de quem vive e trabalha no meio rural.

Sobre estes dois projetos, detalharemos em outros capítulos onde ficará evidenciado que os traços da união, da organização e da participação comunitária estão presentes nos avanços alcançados por Lucas do Rio Verde em suas três décadas de emancipação. Como diz uma velha canção de Geraldo Vandré, “quem sabe faz a hora, não espera acontecer” e os luvardenses nunca ficaram de braços cruzados à espera de milagres ou de ajuda governamental. Unidos pelas dificuldades e espírito de cooperação, se organizaram e traçaram os próprios caminhos. “Tudo aquilo que brotou do seio da sociedade prosperou”, testemunha Otaviano Pivetta.

07

Pesquisa e desenvolvimento

“Em 1980, começamos abrir área e plantar. Naquela época a única cultura que se conhecia aqui era arroz, não se plantava outra coisa. E nós trabalhamos assim uns quatro anos, abria um pouquinho de terra e plantava arroz. Em 1983 começou a ser introduzida a cultura de soja. Até então, a gente plantava arroz dois a três anos e tinha que abandonar aquela terra, porque pegava a doença chamada brusone e não produzia mais. Não se tinha assistência técnica, não tinha nada, a gente plantava e produzia a partir da experiência de outros produtores que já estavam há mais tempo na região, e assim ia derrubando o cerrado, mecanizando a terra, plantando arroz, observando qual era o material que melhor se comportava na região, que adubação que se fazia, correção de solo nem se fazia para o arroz. Se produzia, em média, 30 sacas por hectare, cobria os custos”, relata o produtor rural Domingos Munaretto.

Técnico agrícola, natural de Águas de Chapecó, Santa Catarina, Marino José Franz foi quem desenvolveu os primeiros trabalhos de pesquisa em solo luverdense. “Cheguei em Mato Grosso em agosto de 1980. Vim de ônibus até Sinop e, de lá, vim até a Fazenda Progresso, uma das poucas fazendas que havia na região. Eu soube que lá havia um campo de pesquisa da EMPA [Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária], que era em parceria com a Embrapa, e precisava de técnico agrícola para desenvolver o campo experimental. Fui contratado e fiquei lá até 1982, quando efetivamente começou Lucas do Rio Verde. Então a EMPA conseguiu 200 hectares de terra do Inbra dentro do assentamento e eu vim abrir este lote e iniciar os trabalhos de pesquisa aqui”, relata Marino.



PRIMEIROS TRABALHOS DE PESQUISA NO CAMPO EXPERIMENTAL DA COOPERLUCAS



PRIMEIRO DIA DE CAMPO EM LUCAS DO RIO VERDE



MARINO FRANZ NO CAMPO EXPERIMENTAL DA EMPA



ELEIÇÃO DA 1ª DIRETORIA DA FUNDAÇÃO RIO VERDE



DIAS DE CAMPO REALIZADOS NO INÍCIO DOS ANOS 90 EM LUCAS DO RIO VERDE



GESTÃO ECOLÓGICA DO SOLO
O CAMINHO PARA UMA
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Inicialmente, diz Marino, foram realizados testes de arroz para avaliar plantio, variedade, espaçamento. “O primeiro experimento com soja começou em 1983 e serviu para avaliar variedades. Em 1984, iniciamos experimentos com milho, e foi assim que começamos ter os primeiros dados científicos com fundamento para desenvolver a agricultura em Lucas do Rio Verde e na região”, acentua.

“A Fazenda Progresso foi um grande apoio para a Cooperlucas na época, para o fornecimento de dados da pesquisa. São coisas que deram a possibilidade de uma formação cultural e de formação agropecuária importantes para Lucas do Rio Verde”, ressalta o pioneiro Klaus Huber, responsável, dentro da Cooperlucas, pela organização socioeducacional das famílias do assentamento.

Munefume Matsubara, ou ‘seu Mune’, como é conhecido pelos pioneiros da região, conta que desde menino tinha o sonho de ser fazendeiro, mas quando chegou para iniciar a abertura da área que comprara às margens do Rio Verde, por volta de 1972, não imaginava que seria o precursor da pesquisa na região, o que o tornaria um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento de uma das mais importantes fronteiras agrícolas do país.

O produtor rural, que largou o comércio para tornar-se fazendeiro, conta que sua inexperience na atividade agropecuária o levou a plantar capim gordura, uma espécie que dava certo no cerrado em Minas Gerais, e ele imaginou que daria certo aqui também. “Nasceu, meio raquítico, mas foi. Aí quando levamos o gado, depois de uma semana ficou tudo vermelho. O gado arrancava com raiz e tudo a pastagem”, diverte-se ao lembrar da situação.

Seu Mune acredita que foi o pioneirismo da Fazenda Progresso na região inexplorada que atraiu pesquisadores para suas terras, que acabaram se tornando campo de experimentação de técnicas da agricultura tropical. Dentre os pesquisadores, Munefume destaca Romeu Kiihl, do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC), de Brasília, que desenvolveu a adaptação de variedades de soja do sul do país ao clima da região, e o francês Lucien Seguy, do CIRAD, responsável pelos primeiros estudos para inclusão do plantio direto como técnica para melhoria da qualidade do solo e aumento da produtividade.

A partir de 1986, com a aquisição de uma área para desenvolvimento de pesquisa, a Cooperlucas começou a estruturar seu campo experimental e a desenvolver trabalhos voltados para as condições da região. O primeiro Dia de Campo realizado em Lucas do Rio Verde aconteceu em 2 de fevereiro de 1993. Os participantes foram recebidos no armazém da Cooperlucas, de onde saíram os grupos para visita à Área Experimental de Desenvolvimento Agropecuário da Cooperlucas e ao campo de experimentação da Fazenda Progresso. O segundo dia de campo do município, realizado em 9 de fevereiro de 1994, já incluiu o Campo Experimental da Fundação Rio Verde – área antes pertencente à EMPA –, onde foram apresentados trabalhos de introdução e avaliação de frutíferas, introdução e avaliação de genótipos de milho, sorgo e arroz, e programa de melhoramento de soja.

FÓRUM DEFINE PRIORIDADES

Em 1992, nos dias 28 e 29 de abril, aconteceu o 1º Fórum Regional de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, que reuniu cerca de 60 participantes, entre agrônomos, veterinários, pesquisadores, técnicos agrícolas, produtores rurais, pecuaristas e empresários. Os participantes foram distribuídos em grupos de trabalho, que levantaram propostas para estruturação física do campo de pesquisa da Fundação de Pesquisa, que estava sendo instituída.

Ao final do fórum, os participantes haviam aprovado o estatuto da Fundação Rio Verde e elencado diversas ações que deveriam ser desencadeadas com vistas ao desenvolvimento regional, dentre elas: priorizar estudos de melhoramento e adubação para as culturas de soja, milho e arroz; buscar alternativas para algodão, girassol, sorgo, trigo e olericultura; enfatizar a suinocultura como prioridade e buscar alternativas para avicultura, piscicultura e ovinocultura, além da bovinocultura de corte e de leite; desenvolver estudos de conservação de solos e trabalhos integrados visando a preservação do meio ambiente; trabalhar pela viabilização de indústria esmagadora de soja com aproveitamento de resíduos para ração; incrementar a indústria leiteira e lutar pela instalação de indústria frigorífica.

“O processo de verticalização tornou-se uma exigência para sobreviver”, assinala o engenheiro agrônomo e produtor rural, Egídio Raul Vuaden, ao lembrar os desafios enfrentados pelos pioneiros para desenvolver a agricultura na região. Ele recorda que a Fundação Rio Verde foi criada dentro da filosofia de integração regional. “Até hoje é um admirável exemplo de instituição privada de pesquisa e validação tecnológica que certamente contribuiu para incrementar sensivelmente o PIB de Mato Grosso”, destaca. Dentre as principais contribuições da instituição para a agricultura regional, Egídio destaca a diminuição do espaçamento de 90cm para 45cm entre linhas no milho e a difusão de tecnologias de cobertura vegetal. “A inoculação da semente de soja havia sido negligenciada e até abandonada pela maioria dos produtores. Foi preconizado o retorno do uso de inoculantes com estirpes mais eficientes na fixação do nitrogênio e a produtividade de soja teve significativo incremento. Mais uma das tantas contribuições da equipe de pesquisadores da Fundação Rio Verde”, acentua.

VALIDAÇÃO E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA

A atuação efetiva da Fundação Rio Verde no campo de pesquisa e validação tecnológica aconteceu a partir do ano 2000, com a estruturação do seu corpo técnico e a definição das linhas de pesquisa. Teve início já naquele ano o projeto Safra, com a realização de dias de campo específicos para as culturas da soja e do milho. Num segundo momento, esses dias de campo se transformaram no Show Safra, evento anual realizado sempre no final de janeiro. Foi também no ano 2000 que a Fundação Rio Verde lançou o projeto de pesquisa com culturas de safrinha, que contemplava a realização de dia de campo para demonstração das tecnologias avaliadas. A forte demanda por estas tecnologias ficou evidenciada já no primeiro ano, quando o Dia de Campo Safrinha 2000 atraiu mais de 300 produtores rurais e contou com 17 empresas parceiras.

A soma da competência na condução dos trabalhos de pesquisa com a metodologia empregada na difusão dos resultados levou a Fundação Rio Verde a conquistar credibilidade das classes ligadas ao agronegócio, firmando-a como entidade de pesquisa e desenvolvimento agrícola no estado de Mato Grosso.

Percebendo a necessidade de ampliação dos dias de campo das culturas de safrinha, em 2003, a Fundação Rio Verde criou o Encontro Nacional de Tecnologias para Segunda Safra (ENTECS\$) para proporcionar aos parceiros e participantes uma feira de tecnologias do pré-plantio ao pós-colheita, agregando discussão sobre temas de interesse do agronegócio. Assim, além de demonstrar aos produtores rurais as tecnologias de produção geradas no Centro de Pesquisa da Fundação Rio Verde para segunda safra, o ENTECS\$ se tornou também vitrine de máquinas e equipamentos, palco de palestras, cursos e seminários.

A safrinha ganhara tamanha importância na economia regional que já era reconhecida como segunda safra e o ENTECS\$ se tornou o maior evento do agronegócio no estado de Mato Grosso, atraindo mais empresas parceiras a cada ano. Assim, o Encontro Nacional de Tecnologias para Segunda Safra passou a ser denominado Encontro Nacional de Tecnologias de Safras (ENTECS), tornado o evento mais amplo e abrangente.

Dentre as tecnologias desenvolvidas pela Fundação Rio Verde e levadas a campo, pode-se destacar as técnicas de espaçamento e densidade com a cultura do milho, que resultou num incremento de 30% na produção sem aumentar custos. Os sistemas de culturas consorciadas focados na formação do perfil de solo para o plantio direto não só trouxeram ganhos ambientais como também abriram a possibilidade de agregação de renda à propriedade por meio da integração lavoura pecuária.

DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

“Para mantermos uma atividade econômica estável no município, com oportunidades para todos, precisamos diversificar”, apontou o então prefeito Marino Franz na abertura do 1º Encontro da Diversificação da Economia, que teve a finalidade de discutir novas alternativas de produção para melhorar a vida dos agricultores lucenses e fortalecer a economia do município.

Realizado pela prefeitura de Lucas do Rio Verde no sábado, 16 de abril de 2005, o encontro reuniu 250 produtores rurais no Centro Tecnológico da Fundação Rio Verde para um dia inteiro de palestras e debates norteados por seis temas, alargando horizontes e informando aos agricultores as diferentes possibilidades de fortalecimento da agricultura familiar e diversificação da propriedade rural. A viabilidade técnica e econômica e os desafios da ovinocultura, suinocultura, avicultura, piscicultura, hortifruticultura e pecuária de leite foram detalhadas, abrindo um leque de possibilidades para fazer frente à instabilidade



econômica provocada pela monocultura de grãos (soja e milho).

Ao final do encontro, prefeitura, Fundação Rio Verde e Associação dos Chacareiros da Microbacia do Córrego Lucas assinaram termo de cooperação para desenvolvimento de pesquisa agrícola voltada para a produção de hortifrutigranjeiros.

Com foco na mesma direção e buscando contribuir com os agricultores e com o município na busca de alternativas para diversificação das atividades econômicas, a Fundação Rio Verde instalou uma unidade demonstrativa de integração lavoura pecuária para desenvolver tecnologia e avaliar a viabilidade da atividade. “Como o produtor está pensando em diversificar a propriedade, nós estamos pensando em incrementar o nosso foco, agregando novas atividades”, explicou o então presidente da Fundação Rio Verde, Egídio Raul Vuaden.

O projeto de integração lavoura pecuária, também conhecido como terceira safra, foi concebido para aproveitar as áreas que ficavam ociosas no período da seca. A tecnologia desenvolvida pela Fundação Rio Verde comprovou que mantendo brachiária como cobertura de solo era possível engordar gado de corte por meio de semiconfinamento com bons resultados econômicos. “Os pecuaristas da região sentem muita falta de alimentação para o gado no período da seca, ao passo que o plantio de gramíneas consorciadas com os cultivos de segunda safra podem fornecer a forragem necessária para o gado nos meses de junho e julho”, detalhou o então diretor de pesquisa da Fundação Rio Verde, Clayton Bortolini, ao exaltar o ineditismo da terceira safra. “Lucas do Rio Verde é o único lugar do mundo que produz três safras por ano numa mesma área, sem necessidade de irrigação, mesmo convivendo com um período de seca de cinco meses”.

SELO DE ORIGEM IDENTIFICA E FORTALECE CADEIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Apresentado durante o 1º Encontro de Diversificação Econômica, em 16 de abril de 2005, o selo de origem dos produtos alimentícios produzidos em Lucas do Rio Verde constituiu-se num grande avanço para o fortalecimento da agricultura familiar no município.

Ressaltando a importância do selo na identificação dos produtos de Lucas do Rio Verde, sejam de origem animal ou vegetal, o então prefeito Marino Franz explicou o significado de suas cores, que representam as atividades econômicas do município: “O amarelo representa a pecuária, incluindo a suinocultura e avicultura; o azul representa a piscicultura; o verde, a agricultura e hortifruticultura; o marrom representa a indústria; e o vermelho, o comércio. Como pano de fundo foram utilizados símbolos que lembram o Rio Verde, elemento importante por dar nome ao município”.

O selo de origem e qualidade foi lançado oficialmente na noite de 5 de agosto de 2005, durante a Expolucas. “A partir de agora, os consumidores já poderão encontrar produtos de Lucas do Rio Verde devidamente identificados nas gôndolas dos supermercados. São produtos certificados, portadores do Selo de Origem e Qualidade fornecido pela Prefeitura de Lucas do Rio Verde”, comemorou Marino Franz.

SHOW SAFRA E ENTEC\$ SE FUNDEM EM SHOW SAFRA BR- 163

Com visão comercial, técnica e política da agricultura regional, a Fundação Rio Verde decidiu unificar seus dois principais eventos, o Show Safra e o Encontro Nacional de Tecnologias de Safras (Entecs). “Após análise e discussões com os principais parceiros e aprovação do Conselho Curador, resolvemos unificar o Show Safra e o Entec\$, que passa a se chamar Show Safra BR-163, denominação mais simples, como o produtor gosta e que faz referência também à importância regional e estadual do evento. O objetivo é transformar a realização na maior feira tecnológica de Mato Grosso”, explicou o diretor administrativo e financeiro da Fundação Rio Verde, Rodrigo Pasqualli ao anunciar a decisão da instituição.

Fazer com que o Show Safra BR 163 seja um retrato da agricultura mato-grossense, projetando a região como referência internacional de produção de alimentos. Este foi o tom ditado na abertura da primeira edição do evento, que aconteceu de 25 a 28 de março de 2014. “O Show Safra BR-163 é uma oportunidade de atualização técnica, acesso a novas informações sobre tendências produtivas e econômicas que visam garantir melhor eficiência na atividade agropecuária. Outro objetivo do evento é despertar na comunidade produtora e estudantil o interesse pelo desenvolvimento tecnológico sustentável e ambientalmente correto”, salientou Pasqualli ao destacar a importância do evento.

Naquela primeira edição, a Fundação Rio Verde já precisou dobrar o número de lotes destinados para maquinários agrícolas e atingiu 100% de ocupação das áreas demonstrativas de empresas parceiras. Foram 130 estandes usados pelas empresas de insumos para demonstração de seus produtos e tecnologias. Realizados sempre no final de janeiro e no final de maio, o Show Safra e o Entec\$, respectivamente, tinham uma ocupação média de 85% dos espaços.

Em sua quinta edição, em 2018, o Show Safra BR 163 reuniu 200 expositores, 25% a mais que em 2017, atraiu um público de 45 mil pessoas, 10 mil a mais que na edição anterior, e movimentou R\$ 1,2 bilhão em negócios. “A feira vem atingindo seu objetivo, que é levar informação, tecnologia e oportunidade de

negócios ao homem do campo e às empresas que expõem seus produtos e serviços”, atesta o presidente do Conselho Curador da Fundação Rio Verde, Marino Franz, ao ressaltar a grandiosidade do evento.

“O Show Safra BR-163 é, com certeza, a maior feira do estado de Mato Grosso, provavelmente a maior do Centro-Oeste, uma das maiores do Brasil e tem uma importância muito grande, não só pra Lucas do Rio Verde, mas para toda nossa região, para todo Mato Grosso, pela grande extensão de área agricultável e de lavoura que a feira abrange, provavelmente a maior área de lavoura do Brasil é abrangida pelo Show Safra BR 163”, assinala o prefeito de Lucas do Rio Verde, Luiz Binotti, ciente de que o evento ainda reserva muitos benefícios para o desenvolvimento socioeconômico do município e região.

LEGADO

“A Fundação Rio Verde é uma semente que o cooperativismo plantou a partir da necessidade de criar alternativas para diversificar a agricultura, porque era a nossa vocação. Depois, ela se tornou referência, trouxe muitas novidades, trouxe diversificação, tecnologia, segurança para o produtor, mostrando que é possível fazer agricultura no cerrado, é possível produzir, é possível fazer toda essa cadeia que nós fizemos de duas safras, três safras por ano, de agricultura e pecuária, nós conseguimos fazer com que plantassem soja, milho, arroz, algodão, sorgo, milheto. Toda essa cadeia produtiva que temos hoje passou pela confirmação da Fundação, que é uma instituição que se confunde muito com o sucesso dos produtores, ela fez parte do crescimento e depois de desenvolvida a região ela continua colaborando e continua viva, prestando mais suporte no serviço à sociedade, um ótimo serviço à agricultura e à região, já nem mais para Lucas do Rio Verde, mas para a região Norte de Mato Grosso”, resume o pioneiro, produtor rural e empresário Joci Piccini ao ressaltar o legado da Fundação Rio Verde para o desenvolvimento do município e região.



No dia 3 de outubro de 1992 os luquenses elegeram Paulo Vicente Nunes, o segundo prefeito na história do jovem município de Lucas do Rio Verde. Seu vice era Neri Guilherme Artmann, que presidia a Cooperlucas e já vivenciara militância política no Rio Grande do Sul. “Juventude e experiência” foi o mote da campanha vitoriosa do popular “Paulinho”, que chegou a Lucas do Rio Verde em dezembro de 1982, vindo de Ronda Alta (RS).

O processo eleitoral em Lucas do Rio Verde, naquele ano, foi desencadeado em março, quando iniciaram as reuniões e negociações partidárias, e as especulações em torno de possíveis nomes para concorrer à prefeitura. Desde o início do processo, Norivaldo Alves Peixoto, que era secretário de Obras do município, figurava como virtual candidato do PMDB, enquanto o vice-prefeito, Otacildo Osório Pivetta (o Chico), era o potencial candidato do PFL. A princípio, nenhum nome despontava como candidato no PTB, enquanto no PDT seis nomes eram cogitados. A solução encontrada pelo PDT foi realizar uma prévia dentro do partido, em que todos os filiados tiveram oportunidade de votar, chegando, então, à escolha de Paulo Vicente Nunes. Nas convenções partidárias, realizadas no final de junho, foram definidas as coligações e seus respectivos candidatos: PDT e PTB coligaram, tendo Paulo Nunes e Neri Artmann como cabeças de chapa; PMDB e PFL formaram a coligação União por Lucas e lançaram Norivaldo Peixoto e Domingos Munaretto como candidatos a prefeito e vice-prefeito. A união, porém, não vingou, e os dois partidos acabaram lançando chapa pura, o PMDB com Norivaldo Peixoto e Décio Denardin, e o PFL com Chico Pivetta e Domingos Munaretto, substituído durante o processo eleitoral por Francisco Gemelli. Foi a única vez, nos 30 anos de emancipação de Lucas do Rio Verde, que uma campanha municipal teve três candidatos a prefeito. Nas urnas, Norivaldo Peixoto e Décio Denardin somaram 938 votos, Chico Pivetta e Chico Gemelli fizeram 987 votos, e Paulo Nunes e Neri Artmann totalizaram 1.766 votos. O apoio do prefeito Werner Haroldo Kothrade ajudou a fazer a diferença a favor de Paulo Nunes, que prometeu uma gestão voltada para o social, mas sem assistencialismo, uma administração com justiça, sem paternalismo.

O Poder Legislativo ficou constituído por três vereadores do PDT, dois do PTB, dois do PFL e dois do PMDB, sendo, respectivamente: Carlos Krieger Giroto, Vilmar Scherer, Walmenir Cândido da Silva, Neri Bernardes Prestes, Ronald Celso Schwebel, Ildo Romancini, Roberto Morandini, Petronílio Jacinto de Souza e Sebastião Garcia Costa.

Tendo como filosofia a promoção de uma administração participativa, Paulo Nunes assumiu o mandato em 1º de janeiro de 1993, adotando o slogan “Socializando o Progresso”. A cerimônia foi realizada no Clube Seriema. Em seu discurso de posse, reafirmou as promessas de campanha, de priorizar as áreas de saúde, educação, habitação e transporte, além de dedicar especial apoio às micro e pequenas empresas do município, trabalho para o qual contaria com a participação da Associação Comercial e Empresarial



de Lucas do Rio Verde.

Sua gestão deixou legados significativos, especialmente no campo educacional, com a centralização das escolas e a implantação do transporte escolar. Os profissionais da educação conquistaram avanços importantes, com a oferta de cursos por meio do programa de formação continuada e, em 1995, com a aprovação do Estatuto do Magistério, que atendeu a uma antiga reivindicação da categoria.

Na área ambiental, o principal legado foi o Programa Integrado de Manejo e Conservação do Solo e das Águas, que difundiu conceitos e promoveu ações voltadas para a sustentabilidade.

Sobre a centralização das escolas e sua importância para a qualidade do ensino, assim como o Programa Integrado de Manejo e Conservação do Solo e das Águas, trataremos em capítulos especiais dedicados à educação e ao meio ambiente.

EDUCANDO PARA A VIDA

Um dos grandes projetos sociais desenvolvidos pela gestão Paulo Nunes foi o projeto Educando para a Vida. Idealizado pela primeira-dama, professora Cleci Fátima Nunes, o projeto teve início em março de 1993 com um grupo de meninas que participavam de cursos de bordado, tricô, crochê, corte e costura e culinária na sede da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Ação Social. Foi ampliado em setembro do mesmo ano, passando a atender também meninos, com a implantação do projeto de hortas comunitárias e cultivo de mudas para arborização das ruas, praças, escolas e comunidades do município.

O projeto era desenvolvido no Horto Municipal e tinha como principal objetivo dar atendimento integral a crianças e adolescentes, cujas famílias trabalhavam o dia todo, eram de baixa renda e não tinham com quem deixar os filhos no turno em que não estavam na escola.

As meninas e meninos atendidos pelo projeto participavam das atividades no contraturno escolar e, além do aprendizado, recebiam assistência e uma ajuda de custo que contribuía para aumentar a renda familiar. “O mais importante, porém, é que o projeto prevê um atendimento integral a essas crianças e adolescentes, na área médica, odontológica, psicológica e de relações humanas, num trabalho com o Conselho Tutelar do nosso município. Além disso, estamos aproveitando uma área que se encontrava ociosa, pertencente ao patrimônio público, que é o horto comunitário que, com a implantação do projeto, passou a cumprir sua função social”, orgulhava-se o prefeito Paulo Nunes.

“ESTA TERRA TEM DONO”

Foi com esta chamada que o jornal Folha Verde, em sua edição de 28 de outubro de 1993, noticiou que Lucas do Rio Verde, enfim, receberia do Incra a titulação da área urbana. A escolha da frase “Esta terra tem dono” tinha duplo significado histórico: para os gaúchos, que na época eram maioria em Lucas do Rio Verde, lembrava a façanha do “herói guarani missioneiro rio-grandense”, Sepé Tiaraju, chefe indígena dos Sete Povos das Missões, que liderou uma rebelião contra o Tratado de Madri e, na luta em defesa das fronteiras do Rio Grande do Sul, empunhou a lança e bradou seu grito de guerra; para o povo luquense, “esta terra tem dono” era uma resposta às correntes contrárias ao progresso, que tentaram, desde o início da colonização, denegrir a imagem de Lucas do Rio Verde, taxando o lugar de “terra sem lei”.

Para compreendermos a importância da titulação da área urbana, precisamos detalhar a problemática vivida pelo município nos seus primeiros anos de emancipação, quando a prefeitura sequer podia instituir a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), porque a área ainda estava sob domínio do Incra.

A luta pela titulação do perímetro urbano de Lucas do Rio Verde iniciou tão logo o prefeito Werner Haroldo Kothrade tomou posse, em janeiro de 1989. Um longo caminho foi percorrido desde então, num processo lento e burocrático, que exigiu muito esforço e empenho. No processo enviado ao Incra requerendo a titulação, uma série de documentos e certidões tiveram que ser anexadas: cópia da Lei 5.318, que cria o município de Lucas do Rio Verde, ata de posse do prefeito, certidão de existência e funcionamento de posto de saúde, Lei específica aprovada pela Câmara de Vereadores (Lei 005/89), autorizando o Chefe do Executivo Municipal a receber a área urbana em doação onerosa, certidão de existência de iluminação pública, certidão de existência e funcionamento de escola de 1º e 2º graus, além de inúmeras outras justificativas e informações complementares que comprovavam a existência da cidade.

Durante mais de dois anos, o processo percorreu caminhos diversos, tornando até difícil seu acompanhamento, fato que levou o prefeito Werner Kothrade a enviar ofício, em maio de 1991, ao então presidente da República, Fernando Collor de Mello, solicitando agilidade na liberação da titulação. A resposta para o ofício veio em fevereiro de 1992, informando que a Resolução 188, de 13 de dezembro de 1991, do Conselho de Diretores, autorizava o Incra a doar para a Prefeitura de Lucas do Rio Verde a área total de propriedade do Incra, bem como as benfeitorias edificadas por aquele órgão federal no imóvel denominado “Gleba Lucas do Rio Verde”. O ofício informava ainda que já haviam sido remetidas ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária as minutas de documentos que serviriam para edição do decreto de doação.

Mas, ainda havia “uma pedra no meio do caminho”.

No ministério, o processo foi submetido à análise da Consultoria Jurídica, onde recebeu parecer contrário, e foi encaminhado para a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), vinculada ao ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. A alegação da Consultoria Jurídica era de que “os ditos imóveis fazem parte de um todo maior, de propriedade da União”, não sendo, assim, matéria de competência do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Foi nesta situação que o prefeito Paulo Vicente Nunes encontrou o processo no início de sua gestão, na primeira viagem que fez a Brasília para tratar do assunto. Vários esforços foram necessários para transformar o parecer contrário da Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária em parecer favorável na SPU.

No dia 20 de agosto de 1993, a Coordenação de Legislação Aplicada da Secretaria do Patrimônio da União emitiu parecer favorável à doação, assinalando a competência do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária para promover a doação. No dia 28 de agosto de 1993, o secretário do Patrimônio da União deu o seu “de acordo”, encaminhando o processo à Assessoria do Gabinete do Ministério da Fazenda para a tramitação de praxe, com vistas à deliberação final da Presidência da República. Em 31 de agosto de 1993, o projeto foi encaminhado ao sub-chefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, que o devolveu ao Ministério da Fazenda no dia 6 de setembro de 1993 para correções. No dia 22 de setembro de 1993, o prefeito Paulo Nunes fez sua quinta viagem a Brasília para tratar da titulação e providenciou as correções exigidas pela Casa Civil da Presidência da República.

Quase um mês se passou até que, no dia 19 de outubro de 1993, o prefeito Paulo Nunes foi recebido pelo então ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, Dejandir Dalpasquale, que assinou uma exposição de motivos enviada ao presidente Itamar Franco, encaminhando o decreto de doação para assinatura presidencial. Já havia um entendimento do ministério com a assessoria jurídica da Presidência da República e o despacho do ministro Dalpasquale era o documento que faltava para completar o processo de doação. Então, no dia 22 de outubro de 1993, o presidente da República, Itamar Franco, assinou e fez publicar o decreto autorizando a doação da “Gleba Lucas do Rio Verde” ao município de Lucas do Rio Verde.

E, no dia 6 de novembro de 1993, em visita a Lucas do Rio Verde, o ministro Dejandir Dalpasquale fez a entrega solene do título de propriedade do perímetro urbano ao prefeito Paulo Nunes, em evento realizado no CTG Sentinela da Tradição. A cerimônia concretizou uma luta e uma espera de longos anos pela conquista da documentação dos lotes urbanos. Luta iniciada ainda em 1987, pela Associação de Desenvolvimento Comunitário, que chegou a fazer tratativas com o Incra para doar a área à prefeitura de Diamantino. Assim, quando fosse criado o município de Lucas do Rio Verde, o perímetro urbano já estaria documentado.

Ao receber a documentação das mãos do ministro Dalpasquale, o prefeito Paulo Nunes destacou a colaboração e apoio de várias pessoas ao longo do processo de titulação, dentre elas, dos então deputados federais Rodrigues Palma, Jonas Pinheiro e José Augusto Curvo, o então senador Louremberg Nunes Rocha, o então governador de Mato Grosso, Jaime Campos, o então prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira, que fora ministro da Reforma Agrária, o então deputado estadual Antonio Joaquim, o prefeito Werner Kothrade e sua equipe, os vereadores da primeira e da segunda legislatura e muitas outras pessoas que trabalharam no anonimato para ver realizado o sonho de toda uma comunidade.

Com a documentação do perímetro urbano em mãos, a prefeitura pode, enfim, emitir os títulos de propriedade aos proprietários dos lotes urbanos do município. Estes, por sua vez, conseguiram escriturar seus lotes, tornando-se legalmente proprietários de seus terrenos.

Dentre os municípios oriundos de assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso, Lucas do Rio Verde foi o primeiro a receber a titulação. Conforme informação do superintendente do Incra, na época, muitos municípios estavam há mais de 30 anos esperando pela documentação.

RACIONAMENTOS E APAGÕES

Já vimos em capítulos anteriores que os luquenses fizeram festa quando a energia elétrica chegou à cidade, mesmo que o fornecimento ocorresse poucas horas por dia. Somente no dia 27 de novembro de 1991 é que a cidade passou a ter energia elétrica 24 horas por dia e, para comemorar o avanço, os moradores fizeram uma carreata. Mas o município continuava em franca expansão e a estrutura da usina termelétrica da Cemat não acompanhava nem de longe esse crescimento. O abastecimento iniciara em maio de 1988, com dois grupos geradores. Em 1993 eram sete, mas não atendiam à demanda, os racionamentos eram diários e os apagões, frequentes. Por conseguinte, as reclamações eram constantes.

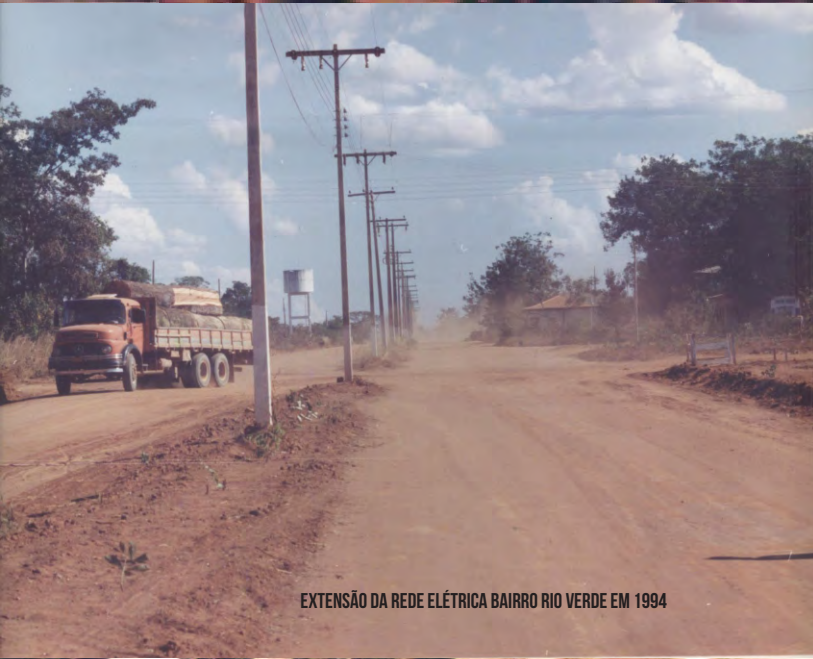
A solução, mais uma vez, nasceu da participação e contribuição da própria comunidade, ratificando a capacidade dos luquenses de resolverem os problemas comuns com união e esforço coletivo. Da Cemat e do Governo do Estado, nem mesmo a manutenção dos grupos geradores existentes era possível esperar. Então, atendendo a um chamamento do prefeito Paulo Nunes, em novembro de 1993, comerciantes e empresários concordaram em arrecadar recursos, por meio da Acilve, para adquirir um grupo gerador de 850 kva que, somado a outros dois que os agricultores estavam pagando por meio da Cooperlucas e aos sete já existentes, deveria solucionar o problema de abastecimento de energia elétrica na cidade até a chegada do Linhão,



VISTA PARCIAL DA CIDADE EM 1994



OBRAS NA AVENIDA MATO GROSSO EM 1995



EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA BAIRRO RIO VERDE EM 1994



VISTA PARCIAL DA CIDADE EM 1996

acreditava-se.

Mas, na prática, não foi exatamente o que aconteceu: o grupo gerador de 850 kva trouxe mais problemas do que solução: era um equipamento usado, “quebrava” com frequência e exigia manutenção constante, além do alto consumo de combustível. E, para complicar ainda mais a situação, alguns dos empresários que haviam assinado a lista de pessoas que se comprometiam a ajudar parar o motor, não honraram seus compromissos e a Acilve ficou com a conta para pagar. A situação chegou ao ponto de, na edição do jornal Folha Verde da segunda quinzena de junho de 1994, o então presidente da Acilve, Antonio Cavalaro, publicar nota explicando que a população poderia ficar no escuro, pois, em razão da dívida, a entidade cogitava vender o grupo gerador para pagar a conta.

Outro comunicado da Acilve, publicado pelo Folha Verde na edição da segunda quinzena de agosto de 1994, dava conta de que a entidade estava tentando uma negociação para que prefeitura assumisse o saldo devedor do grupo gerador adquirido em dezembro de 1993. No mesmo comunicado, a Acilve relacionou todas as empresas que haviam contribuído para a compra: Amazônia Máquinas Agrícolas, BB Ferreira, Banco Bamerindus, Banco do Brasil, Bradesco, Eletromóveis Martinello, Ceval, Colha Bem Comércio e Representações, Cooagril, Cooperagro, Credilucas, Davi F. Guedes, Drogaria Brasil, Fazendas Paulistas Reunidas, Hospital Central Rio Verde, Indústria e Metalúrgica Rolin, TV Som, Kluge & Gonçalves, Norte Pneus, Olvepar, Ovetril, Piccini Armazéns Gerais, Regional Materiais para Construção, Valdir J. Bassani & Cia. Ltda.

RELEGADO À ESCURIDÃO E AO ATRASO

A extensão da linha de transmissão de energia elétrica da Eletronorte, mais conhecida como Linhão, era a grande promessa de desenvolvimento de toda a região Norte de Mato Grosso, que padecia com a escassez de energia elétrica e via os sonhos de seus habitantes se perderem na escuridão.

No dia 14 de setembro de 1991, o então governador Jaime Campos esteve em Sinop, onde assinou contrato com a Eletronorte para extensão da linha de transmissão de energia do Coxipó (Cuiabá) até Sinop. A notícia da construção do Linhão acendeu a esperança dos luquenses, pois tudo levava a crer que em no máximo três anos o município estaria interligado ao sistema nacional de energia elétrica e não mais sofreria com os racionamentos e apagões.

Mas, quando a extensão do Linhão foi projetada, em 1986, Lucas do Rio Verde era só uma agrovila no meio do nada, um pontinho no mapa, o patinho feio da região, nunca lembrado nos planejamentos dos órgãos governamentais. Enquanto Nova Mutum e Sorriso nasceram de projetos privados de colonização, Lucas do Rio Verde nascera de um assentamento de reforma agrária que nem o próprio Incra acreditava que fosse vingar.

O fato é que na extensão do Linhão até Sinop, Nova Mutum e Sorriso foram contemplados, cada um, com sua subestação de rebaixamento de energia elétrica. Lucas do Rio Verde não. Resultado: o Linhão Coxipó/Sinop entrou em operação no dia 8 de dezembro de 1994, as populações de Nova Mutum, Sorriso e Sinop passaram a receber energia do sistema nacional, via Eletronorte, e à população de Lucas do Rio Verde restou apenas ver as torres erguidas em meio às lavouras e os cabos do Linhão passando por cima do município, sem perspectiva ou previsão de quando a energia por eles transmitida chegaria à cidade. Mas esta é uma história para outro capítulo.

Neste capítulo, cabe ressaltar que, pelo menos, alguns dos grupos geradores que sobraram das usinas termoelétricas de Nova Mutum e de Sorriso foram destinados a Lucas do Rio Verde. Foram três grupos geradores, de 375 kva cada, incorporados à usina termoelétrica de nosso município em dezembro de 1994, ajudando a resolver em parte o problema de racionamento de energia elétrica na cidade.

PEREGRINAÇÃO E PROMESSAS

Quando as autoridades municipais constataram que não estava prevista construção de subestação de rebaixamento de energia elétrica para Lucas do Rio Verde, teve início uma verdadeira peregrinação a Cuiabá e Brasília para incluir o município no mapa da Eletronorte.

No dia 23 de novembro de 1994, o prefeito Paulo Nunes esteve no Ministério das Minas e Energia, em Brasília, onde protocolou pedido de instalação de uma subestação de rebaixamento do Linhão, argumentando que o município estava em franco desenvolvimento, mas esbarrava no problema energético. Acompanharam o prefeito na audiência o então presidente da Câmara de Vereadores, Neri Bernardes Prestes, o então prefeito de Tapurah, Ademir Macurim, o deputado federal recém-eleito, Antonio Joaquim, e o deputado federal recém-reeleito, Welington Fagundes.

Eleito governador de Mato Grosso em outubro de 1994, Dante de Oliveira tomou posse em 1º de janeiro de 1995. No dia 13 de janeiro, fez sua primeira visita a Lucas do Rio Verde como governador do estado e foi enfático ao afirmar que resolveria o problema de energia elétrica de Lucas do Rio Verde, por meio de parceria entre governo do Estado e Eletronorte, corrigindo a “injustiça” cometida contra a população

PRIMEIROS ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR - 1993



MOTONIVELADORA



INAUGURAÇÃO DA PREFEITURA - 1993



EMPRESÁRIOS DISCUTEM ENERGIZAÇÃO DE LUCAS DO RIO VERDE 1986



ANTIGO AEROPORTO MUNICIPAL



CHEGADA DE GRUPOS GERADORES

LEONEL BRIZOLA VISITA LUCAS EM 1994



PREFEITO PAULO NUNES COMEMORA TÍTULO DO PERÍMETRO URBANO



REUNIÃO DO MOVIMENTO PRÓ-CIDADANIA



luquense.

Dante explicou que havia se reunido com a diretoria da Eletronorte no dia anterior e que ficara definido que Lucas do Rio Verde receberia energia proveniente das subestações de Nova Mutum e de Sorriso. “Vamos energizar Lucas do Rio Verde através do cabo que passa em cima da Linha de Transmissão, que é o protetor de para-raios, faremos vir energia de Nova Mutum e retornar energia de Sorriso. Com isso, conseguiremos gerar em torno de 8MW para energizar brevemente este município”, detalhou o então governador.

Exatos 14 meses separaram o discurso enfático do então governador Dante de Oliveira da reunião em que o diretor de produção e transmissão da Cemat, Edno Negrini, detalhou a autoridades, lideranças e empresários locais o sistema de para-raios energizado (PRE). Cerca de 50 pessoas participaram da reunião, que aconteceu em 13 de março de 1996 na sede da Acilve e ouviram Negrini esclarecer que a energização da subestação definitiva em Lucas do Rio Verde estava prevista para o final de 1998 e que a decisão de não energizar Lucas do Rio Verde na primeira etapa, junto com Nova Mutum e Sorriso, fora técnica e não política. Negrini esclareceu também que a responsabilidade de fazer o rebaixamento do Linhão era da Cemat e não da Eletronorte e assegurou que o sistema PRE era seguro e forneceria energia com capacidade e qualidade suficientes para suprir o dobro da demanda estimada.

Com a promessa de que em 120 dias Lucas do Rio Verde estaria interligado ao Sistema Nacional de Energia Elétrica, o então governador Dante de Oliveira lançou a obra da subestação de rebaixamento do Linhão no município no dia 29 de julho de 1996. Pelo sistema PRE, o município receberia, numa primeira etapa, 5 megawatts provenientes da subestação de Nova Mutum e, num segundo momento, 3,5 megawatts provenientes da subestação de Sorriso. Naquela época, a usina termoeletrica de Lucas do Rio Verde contava com 14 grupos geradores que, funcionando em condições normais, geravam 2,5 megawatts de energia.

BANDEIRA ELEITORAL

Energia elétrica, ou a falta dela, foi um dos grandes temas da campanha eleitoral de 1996. Se a coligação encabeçada por Osvaldo Martinello, apoiado pelo então prefeito Paulo Nunes, apresentava o prometido sistema de energização por cabo de para-raios como um triunfo a ser alcançado ainda naquele ano, a coligação encabeçada por Otaviano Pivetta, que pregava mudança, questionava o sistema prometido pelo governador e pela Cemat e propunha a construção de subestação rebaixadora do Linhão idêntica às construídas em Nova Mutum e Sorriso.

No final de agosto, em audiência concedida no Palácio Paiaguás a uma comitiva liderada pelo prefeito Paulo Nunes, o ex-prefeito Werner Kothrade e o candidato a prefeito Osvaldo Martinello, o governador Dante de Oliveira anunciou a construção de uma estação rebaixadora do Linhão em Lucas do Rio Verde. Conforme noticiado na época, a construção e energização da subestação acabaria com o racionamento, além de “assegurar a volta do desenvolvimento econômico”, ressaltou Paulo Nunes.

A partir daquele dia, não se falou mais em energizar Lucas do Rio Verde por cabo de para-raios.

E os racionamentos?

Continuaram, ainda, por muito tempo.

E a construção da tão decantada e debatida subestação rebaixadora?

Seguiu o curso que fora anunciado pelo diretor de produção e transmissão da Cemat, Edno Negrini, naquela reunião realizada em 13 de março de 1996, na sede da Acilve. Embora muitas reuniões, audiências, visitas e cobranças tenham sido feitas ao longo dos meses que se sucederam, a subestação só foi energizada em 1998. Mas este é assunto para outro capítulo desta novela.

VISITA ILUSTRE

O dia 19 de julho de 1994 é considerado histórico para muitos luverdenses provenientes da região Sul do país: nesta data, o município recebeu a visita de Leonel de Moura Brizola, considerado um dos grandes estadistas brasileiros, grande defensor da democracia, que ganhou evidência por suas políticas sociais quando governador do Rio Grande do Sul e, anos mais tarde, também governador do Rio de Janeiro. Brizola foi o único político na história do Brasil eleito pelo povo para governar dois estados diferentes. Quando da visita a Lucas do Rio Verde, ele era candidato a presidente da República e foi homenageado pela Câmara de Vereadores com título de Cidadão Honorário do município.

DISTRITO DE GROSLÂNDIA

Por meio do Projeto de Lei nº 013/94, a Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde aprovou, no

dia 29 de agosto de 1994, a criação do Distrito de Groslândia, comunidade localizada a 70 quilômetros da sede do município, que contava, na época, com uma população de aproximadamente 1.000 habitantes, 130 alunos de pré a 8ª séries. Com uma área de 75.100 hectares, a Agrovila Groslândia estava estruturada com rede de energia elétrica, posto telefônico, telefones comunitários, posto de saúde, além de mercados, restaurante, lanchonetes, lojas, posto de gasolina, borracharia, e uma boa estrutura de armazenagem de grãos mantida por cooperativas e empresas do setor. Na safra 1993/94, a Groslândia colheu cerca de um milhão de sacas de grãos.

De autoria do vereador Walmenir Cândido da Silva, que representava a localidade de Groslândia, o projeto de lei teve apoio de todos os vereadores da época e deu origem à Lei nº 303/94, de 14 de setembro de 1994. Entretanto, a criação do Distrito de Groslândia só ocorreu um ano depois, por meio da Lei Municipal nº 372, de 8 de agosto de 1995, que revogou a lei de 1994.

PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Em sessão extraordinária realizada no dia 18 de julho de 1995, a Câmara de Vereadores aprovou o projeto de lei que instituiu o Plano Comunitário para execução de pavimentação asfáltica, obras complementares e melhoramentos de vias e logradouros públicos.

O plano estabelecia critérios para a execução de obras de pavimentação na cidade com a participação financeira dos proprietários de lotes, por meio de acordo firmado entre a Prefeitura e a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucas do Rio Verde.

As avenidas Mato Grosso e Santa Catarina foram as primeiras vias pavimentadas por meio do Plano Comunitário. Na Avenida Mato Grosso, onde a construção da ponte sobre o Córrego Lucas e a pavimentação asfáltica haviam iniciado em agosto de 1993 e as obras estavam paralisadas, os trabalhos foram retomados em outubro de 1995, quando também foram iniciadas as obras na Avenida Santa Catarina.

A inauguração da pavimentação da primeira etapa da Avenida Mato Grosso, no trecho entre a BR-163 e a Avenida Minas Gerais, aconteceu no dia 2 de março de 1996. Com o asfaltamento deste trecho da Avenida Mato Grosso e o início da urbanização da Avenida Amazonas, a cidade começou a ganhar novo visual. Em novembro de 1995, o plantio de grama ao longo da Avenida Amazonas não apenas trouxe mais vida e beleza à cidade, mas também serviu como medida de proteção contra a erosão.

“LUCAS, É TEMPO DE TE AMARI!”

Na década de 1990, a política adotada pelo governo na tentativa de estabilização da moeda teve amparo na âncora cambial, facilitando as importações e dificultando as exportações com o intuito de aumentar a oferta interna de alimentos, mantendo os preços em patamares baixos e usando-se da agricultura como “âncora verde”. A partir do Plano Collor, reajustados pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor), os preços mínimos dos produtos agrícolas tiveram correção de 41,28% enquanto as dívidas dos produtores tiveram correção de 84,23%.

A partir de 1994, com o descasamento entre os custos de produção e os preços dos produtos agrícolas, o endividamento do setor agropecuário aumentou em índices bastante elevados, levando à inadimplência produtores rurais e cooperativas. O ano de 1995 foi de grandes falências no campo.

Em Lucas do Rio Verde, onde a economia ainda estava totalmente ancorada na agricultura, a crise bateu com força, agravada pelo endividamento da Cooperlucas, que era a grande financiadora da atividade agrícola no município. Conforme levantamento apresentado pelo Conselho de Administração da cooperativa em agosto de 1995, a dívida beirava os 100 milhões de dólares, enquanto o patrimônio da cooperativa era avaliado em 27 milhões. Além dos problemas causados pelos sucessivos planos econômicos mal fadados, a causa do endividamento da Cooperlucas residia também na “incompetência e irresponsabilidade” da gestão conduzida por Neri Guilherme Artemann, conforme explicou o então vice-presidente do Conselho de Administração da Cooperlucas, Antonio Fagundes de Oliveira, durante sessão da Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde na noite de 28 de agosto de 1995. Preocupados com o endividamento da Cooperlucas, que podia inviabilizar o município, os vereadores convocaram os diretores da cooperativa para explicar a situação e, juntos, estudar as possíveis saídas.

A situação era alarmante e levou a Câmara de Vereadores a encaminhar indicação para que o prefeito Paulo Nunes decretasse situação de calamidade pública no município. Estava chegando a hora de iniciar o plantio de uma nova safra e, por conta do endividamento da cooperativa e dos próprios agricultores, a maioria deles não conseguira liberação de recursos para comprar insumos e preparar as lavouras.

O panorama crítico espalhou desânimo entre a população e a cada dia aumentava o número de moradores dispostos a encerrar seus negócios, vender suas propriedades e ir embora. Atitudes precisavam ser tomadas e era urgente desencadear ações que levassem à mudança do cenário.

No campo produtivo, as ideias de diversificação de culturas foram retomadas com mais força, incluindo a busca de alternativas para pequenos produtores e agricultores familiares, como projetos de

fruticultura e implementação da bacia leiteira.

No campo social, o Movimento Pró-Cidadania desempenhou importante papel de mobilização da sociedade na busca do resgate da confiança, do entusiasmo e da união de esforços em prol do desenvolvimento do município.

Coordenado por Ronald Spindler e formado por voluntários que representavam os diversos segmentos da sociedade civil, o Movimento Pró-Cidadania fez sua primeira reunião no dia 26 de setembro de 1995 e, no dia 21 de outubro, lançou a campanha “Lucas, é tempo de te amar!”, conclamando toda a população a se unir para construir um Lucas do Rio Verde melhor.

O grupo se reunia semanalmente para estudar formas e ações que levassem à meta estabelecida, que era resgatar o sentimento de amor dos cidadãos pela cidade, envolvendo-os para participação efetiva na condução dos rumos do município. Desde mutirões de limpeza e embelezamento da cidade até campanhas e projetos de educação ambiental foram propostos e realizados pelo Movimento, em parceria com a Prefeitura de Lucas do Rio Verde.

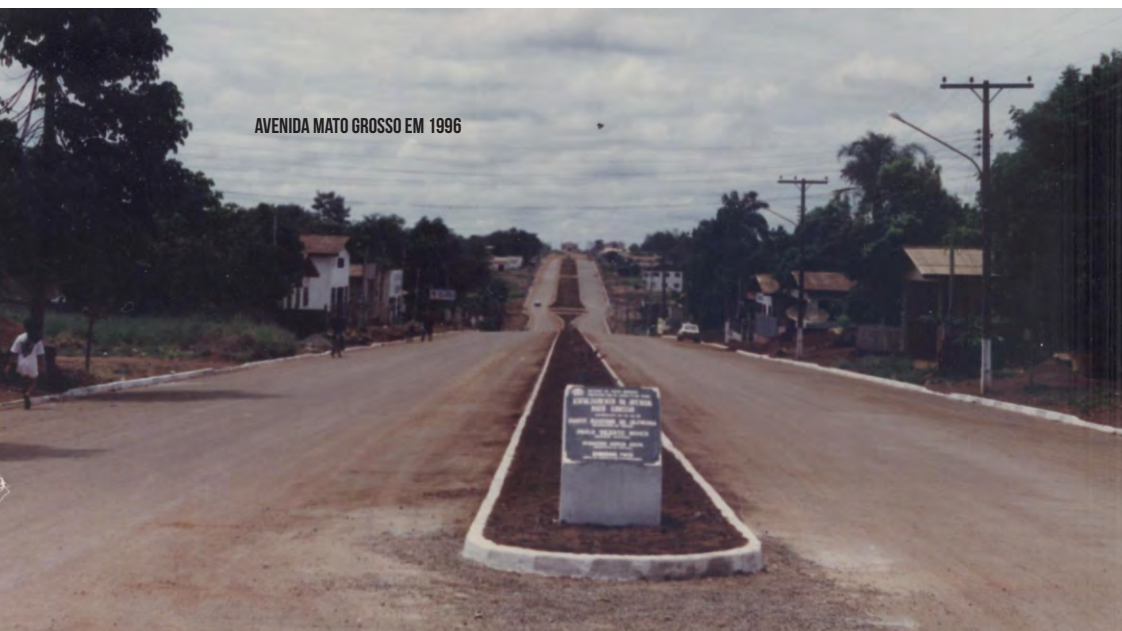
Em abril de 1996, mais precisamente no dia 20, o Movimento Pró-Cidadania reuniu mais de 300 pessoas no 1º Fórum Municipal de Educação e Preservação Ambiental de Lucas do Rio Verde. Com participação do prefeito Paulo Nunes, do presidente da Câmara Municipal, Sebastião Garcia Costa, secretários municipais, vereadores e técnicos da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEMA) e Prodeagro, o Fórum discutiu com a sociedade os problemas que afetavam a reserva do Córrego Lucas e lançou o projeto de recuperação e conservação da área verde.

Detalhes deste projeto e a conseqüente implantação do parque de preservação do Córrego Lucas serão abordados em capítulo específico.

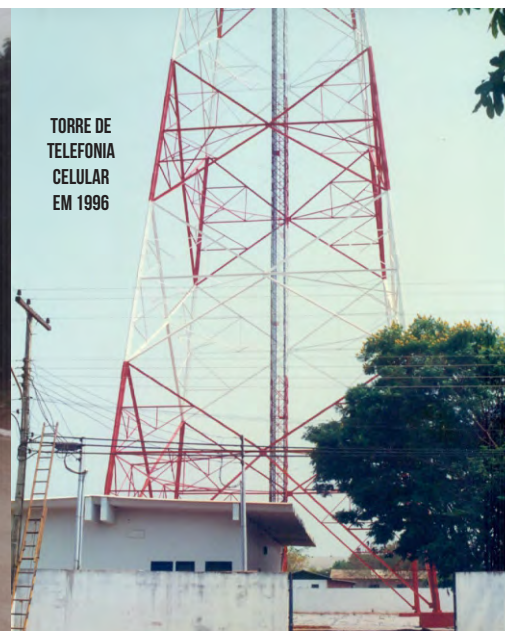
MUNICÍPIO CONQUISTA TELEFONIA CELULAR

O dia 25 de outubro de 1996 marcou a entrada em operação do sistema de telefonia celular em Lucas do Rio Verde. Na primeira etapa, a Telemat colocou à disposição 525 linhas, das quais 414 foram comercializadas no primeiro dia de oferta.

Ao ingressar na era do celular, Lucas do Rio Verde somava aproximadamente 15 mil habitantes e possuía cerca de três mil terminais telefônicos convencionais. Contava com 16 escolas urbanas e rurais, somadas as redes pública (municipal e estadual) e particular, que atendiam mais de 3.500 alunos. Com uma produção aproximada de 438.068 toneladas de grãos e fibra, um rebanho de 68.565 cabeças, incluindo bovinos, suínos, equinos e ovinos, o município era o 13º no estado em arrecadação de ICMS.



AVENIDA MATO GROSSO EM 1996



TORRE DE TELEFONIA CELULAR EM 1996



Desde muito cedo, os homens e mulheres que aportaram em Lucas do Rio Verde descobriram que nada seria alcançado sem esforço, trabalho e determinação, e desde muito cedo aprenderam que organização e cooperação eram essenciais na construção da sociedade que buscavam quando deixaram suas cidades de origem, carregando na bagagem o sonho de conquistar uma vida melhor.

Os primeiros anos foram de dificuldades imensas, mas também de aprendizado e superação, que contribuíram para alicerçar um novo modelo de sociedade, estruturado a partir do esforço coletivo e da visão empreendedora de líderes e gestores que imprimiram no serviço público a política de resultados. Se a coletividade soube se organizar para implantar as redes de água e de energia elétrica, ajudar a construir posto de serviço telefônico, pavimentar ruas e avenidas em sistema comunitário e participar da compra de motores geradores para garantir abastecimento de energia elétrica, estava pronta para participar e contribuir na busca de conquistas maiores.

A organização comunitária conseguiu formar a base estrutural necessária à construção do município, e conseguiu também implementar melhorias, atrair investimentos e somar recursos que resultaram nas obras e serviços necessários à melhoria da qualidade de vida da população.

“A inclusão social, a massificação dos benefícios e da qualidade de vida para as pessoas, ao mesmo tempo, o chamado que estamos fazendo para que o cidadão se inclua e se responsabilize pelo patrimônio, é a grande revolução cultural que produzimos e que estamos começando sentir no dia a dia, ao andar pelas áreas públicas, ao ver o zelo, o capricho, a qualidade do ambiente que todo mundo está ajudando a preservar”, destacou o prefeito Otaviano Pivetta no final de seu segundo mandato, em 2004, considerando que a transformação cultural da sociedade foi o principal legado de sua administração.

Viajar por esses caminhos em que a produção de capital social traz a marca do empreendedorismo cívico, ancorado no protagonismo de uma sociedade que venceu a condição de patinho feio para assumir posição de liderança. Esta é a proposta dos próximos capítulos.

DUAS FRENTES PARTIDÁRIAS DISPUTAM TERCEIRA ELEIÇÃO MUNICIPAL

Seis partidos políticos se organizaram em duas frentes para disputar as eleições municipais de 1996: PSDB e PDT formaram a coligação Cidadania e Desenvolvimento, que apresentou a candidatura do empresário Osvaldo Martinello para prefeito, com o então vereador Neri Bernardes Prestes para vice-prefeito, enquanto PFL, PMDB, PMN e PTB se uniram na coligação Lucas 2000, tendo o produtor rural e empresário Otaviano Pivetta (Gordo) para prefeito e o pecuarista Norivaldo Peixoto para vice-prefeito. Ao todo, 22 candidatos concorreram ao cargo de vereador: oito pelo PDT, três pelo PSDB, cinco pelo PFL, três pelo PMDB, dois pelo PTB e um pelo PMN.

Martinello tinha o apoio do prefeito Paulo Nunes e do ex-prefeito Werner Haroldo Kothrade, enquanto Pivetta defendia a necessidade de empreender “grandes mudanças” que fomentassem o desenvolvimento de Lucas do Rio Verde. Seu mote de campanha era “Vote para mudar”.

A campanha eleitoral foi singular,



marcada por clima acirrado entre situação e oposição, apimentada por investidas verbais em discursos eloquentes e críticas que acenderam um sentimento de disputa não experimentado pelos luquenses nas duas eleições anteriores.

Entretanto, apesar da campanha acirrada, o processo transcorreu de forma democrática e os eleitores exerceram sua cidadania nas urnas no dia 3 de outubro. O resultado foi conhecido no dia 4, quando foi declarada a vitória de Otaviano Pivetta e Norivaldo Peixoto. Dos 5.643 eleitores que compareceram às urnas, 3.103 votaram em Pivetta, 2.385 eleitores votaram em Martinello, 56 votaram em branco e 97 anularam o voto.

No Legislativo, houve renovação de aproximadamente 80%, com a coligação Cidadania e Desenvolvimento ocupando a maioria das cadeiras. Dos cinco vereadores que concorreram à reeleição, dois se reelegeram e dois ficaram suplentes. Das quatro mulheres candidatas, duas conquistaram vaga na Câmara Municipal. Foram eleitos: Gilson Gregório, do PMN, com 411 votos; Jiloir Pelicoli (Mano), do PSDB, com 348 votos; Vilmar Scherer, do PDT, com 344 votos; Roberto Morandini, do PFL, com 333 votos; Neri Geller, do PSDB, com 320 votos; Maria Sidinir Bif Stechert (Nega), do PFL, com 308 votos; Altamir Pandini, do PDT, com 302 votos; José Luiz Picolo (Zeca), do PTB, com 269 votos; e Marli Heldt Ventura, do PDT, com 259 votos.

NOVOS RUMOS

Em ato solene realizado às 9 horas do dia 1º de janeiro de 1997, no CTG Sentinela da Tradição, os eleitos tomaram posse. Minutos antes, os vereadores eleitos reuniram-se para escolher o presidente da Câmara para o biênio 1997/98. Vilmar Scherer foi eleito com cinco dos nove votos, em disputa com Roberto Morandini, que garantiu os outros quatro votos. Coube, assim, a Vilmar Scherer dar posse ao prefeito Otaviano Pivetta, que reafirmou seu propósito de desenvolver uma administração séria e competente, voltada para os interesses do município, sem deixar que questões político-partidárias interferissem no bom andamento dos trabalhos.

“O clima de disputa deve ser definitivamente superado e o desejo de construir um Lucas do Rio Verde melhor é o que deve estimular as ações, tanto do poder público quanto dos cidadãos”, sentenciou.

Determinado a imprimir nova filosofia de trabalho na administração pública, com vistas a uma gestão de resultados, Otaviano adotou o mote “Cuidar, fazer e crescer”, que resumia a missão que definira para sua gestão: “Cuidar do patrimônio público, fazer obras e serviços de boa qualidade, promovendo o desenvolvimento equilibrado de nossa terra em benefício de nossa gente”.

Otaviano entendia e defendia que o envolvimento e participação da sociedade eram fundamentais para o poder público cumprir sua missão. “Não basta o poder público querer e buscar melhorias se a população não estiver imbuída do mesmo espírito, apoiando, incentivando e contribuindo com a administração municipal”, propagava.

A partir desta visão, o prefeito definiu o objetivo da sua administração: “Vender esperança, produzir bem-estar, fomentar a autoestima coletiva e prolongar os momentos felizes”. Iniciava ali um período de avanços importantes, tanto no aspecto econômico como nas áreas sociais, mas foi também um tempo de desafio, principalmente até a energização da subestação do linhão. E não faltaram turbulências, como o Caso Cooperlucas, que por inúmeras vezes colocou o município nas manchetes de jornais estado afora. Alguns dos aspectos que marcaram a gestão Otaviano Pivetta serão abordados neste capítulo, outros serão detalhados em capítulos específicos.

EDUCANDO PARA A VIDA É AMPLIADO

O programa social que teve início com um grupo de meninas a quem eram ensinados trabalhos manuais e foi se tornando um dos carros-chefes da gestão Paulo Nunes na área social, passou por inovações e foi ampliado logo no início da gestão de Otaviano Pivetta.

Dentre as novidades implementadas, destaca-se a utilização do espaço do parque de exposições, que ficava ocioso a maior parte do ano, para a realização de oficinas e cursos de música, dança, teatro, canto, informática e outras atividades artísticas e culturais para atender a crianças e adolescentes.

O trabalho desenvolvido no horto municipal foi mantido, também com algumas inovações, como a introdução do cultivo de rosas de corte para comercialização. Os adolescentes participantes do projeto deixaram de receber a ajuda de custo que recebiam mensalmente, mas passaram a dividir a renda obtida com o trabalho.

DERRUBADA DE TORRE DO LINHÃO

Era uma sexta-feira, mas não era 13, uma torre da linha de transmissão de energia (Linhão) foi derrubada em Lucas do Rio Verde, em protesto pela deficiência de energia no município. Os autores deste capítulo da novela “energia elétrica” nunca foram revelados, mas o fato é que por volta de 7h20 da sexta-feira, 14 de março de 1997, uma pessoa identificando-se apenas como líder da comunidade buscou contato com o



EMA, AVE SÍMBOLO DO POVO LUVERDENSE



VISTA AÉREA PARCIAL EM 1998



VISTA AÉREA PARCIAL EM 2001



VISTA AÉREA PARCIAL EM 2004

jornal Folha Verde para informar da queda da torre e pedir que o acontecimento fosse documentado.

“A população de Lucas do Rio Verde tem sido e está sendo discriminada, a paciência acabou”, dizia uma das faixas colocadas numa das torres ao lado da que fora derrubada.

Os autores do “ato de vandalismo”, conforme noticiado na época, fizeram uma fogueira com pneus debaixo de uma das torres localizadas na fazenda Munaretto, às margens da BR-163. O fogo provocou a queda da torre e todas as cidades atendidas pelo Linhão, desde Nova Mutum a Alta Floresta, ficaram sem energia elétrica por três dias, até que técnicos da Eletronorte consertassem os estragos.

Ao longo do ano de 1997, muitas reuniões e contatos foram travados entre autoridades luverdenses e representantes do governo do Estado, Eletronorte e Cemat para tratar da construção da subestação rebaixadora, mas tudo o que o município conseguiu foi a liberação de outros dois grupos geradores para a usina termoelétrica e o conserto e manutenção de motores que já estavam em operação na usina.

Nos meses de novembro e dezembro de 1997, atendendo a um chamamento do poder público, a sociedade se mobilizou, moradores, comerciantes e empresários se esmeraram na decoração natalina de seus estabelecimentos. Espaços públicos também ganharam decoração especial, deixando a cidade mais bonita e iluminada. Mas, a cidade teve um “Natal Luz” sem Linhão.

LUCAS E TAPURAH SE UNEM PARA ABRIR ESTRADA

A abertura de uma estrada de aproximadamente 35 quilômetros, interligando a Comunidade Itambiquara, em Lucas do Rio Verde, e o município de Ipiranga do Norte foi viabilizada por meio de parceria entre os dois municípios e o empresário Orlando Polato. A obra incluiu duas pontes e bueiros e se justificava por beneficiar diretamente os agricultores assentados no Projeto Ipiranga, que pertencia ao município de Tapurah. Lucas do Rio Verde também tinha interesse econômico na estrada, que ajudaria a viabilizar a bacia leiteira no Projeto Ipiranga, e esse produto seria industrializado no Laticínio Cooperlucas, gerando divisas para o município.

O prefeito Otaviano Pivetta, o prefeito Francisco Junior Specian, de Tapurah, e o empresário Polato se reuniram no dia 8 de março de 1997 para acertar os detalhes da abertura da estrada e no final de maio do mesmo ano a via já estava atendendo aos usuários, cumprindo seu papel integrador e contribuindo para a melhoria das condições de vida de centenas de famílias.

PRIMEIROS PROGRAMAS HABITACIONAIS

A área do antigo aeroporto do município foi transformada em loteamento com 780 lotes dotados de infraestrutura básica, destinados à construção de casas populares. Projeto foi encaminhado pela prefeitura à Caixa Econômica Federal e mereceu aprovação do agente financeiro. Em 17 de dezembro de 1997 aconteceu a assinatura dos primeiros contratos entre a Caixa e os beneficiários do programa habitacional. O primeiro projeto contemplou apenas 50 famílias, mas marcou o início de uma sólida parceria entre o município e a Caixa, que possibilitaria atender a outras milhares de famílias que sonhavam com a casa própria.

Localizadas no Bairro Rio Verde, as 50 primeiras casas do Programa de Habitação Popular desenvolvido no município em parceria com a Caixa foram entregues no dia 19 de junho de 1998. Na ocasião, o gerente regional da Caixa, Moacir do Espírito Santo, anunciou que o projeto das casas que estavam sendo construídas em Lucas do Rio Verde fora adotado como modelo pela instituição financeira e estava sendo usado em programas habitacionais de outros municípios do estado. O arquiteto Luiz Brisola Ferreira, do Departamento de Engenharia da Prefeitura de Lucas do Rio Verde, era o responsável pelo projeto arquitetônico das habitações populares do município.

Além dos projetos habitacionais desenvolvidos em parceria com a Caixa, que beneficiaram cerca de 1.500 famílias entre 1997 e 2004, o município desenvolveu projetos próprios de habitação, como o Minha Vez, lançado em setembro de 1999 para atender a famílias sem comprovação de renda, que não conseguiam acessar os programas da Caixa. A prefeitura financiava o lote dotado de toda a infraestrutura e o material de construção, enquanto as famílias construíam suas casas em regime de mutirão. Cerca de 600 famílias foram atendidas nesta modalidade, entre 1999 e 2004.

Pelo projeto Minha Vez Solidariedade, a prefeitura firmou parceria com empresas estabelecidas no município, viabilizando a casa própria a famílias de funcionários indicados por essas empresas.

O Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) também fez a diferença na vida de centenas de famílias luverdenses, possibilitando acesso à casa própria.

MUNICÍPIO RECEBE EQUIPAMENTOS PARA SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O ano de 1998 iniciou iluminado pela esperança de que, finalmente, o problema do abastecimento de energia elétrica seria solucionado. A Cemat fora privatizada, e o novo diretor de distribuição da



DERRUBADA DE TORRE DO LINHÃO



REUNIÃO COM GERENTE DA CEMAT



LANÇAMENTO DO DISTRITO INDUSTRIAL



CHEGADA DE EQUIPAMENTOS PARA SUBESTAÇÃO DO LINHÃO



INAUGURAÇÃO PISCINA OLAVO BILAC



ENERGIZAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DO LINHÃO - SETEMBRO DE 1998



VISTA DO COMPLEXO EDUCACIONAL OLAVO BILAC E ANJO GABRIEL



concessionária, Antônio Carlos Fernandes da Fonseca, esteve em Lucas do Rio Verde no dia 21 de janeiro quando, em reunião com o prefeito Otaviano Pivetta e vereadores, anunciou que 20 de junho era o prazo para energização da subestação no município.

No dia 14 de janeiro haviam chegado ao município três carretas com equipamentos para a subestação e um transformador de força de 230/13,8 kv, com potência de 33,2 MVA. A população fez carreata, pela manhã, na chegada das três carretas, e nova carreata à tarde, na chegada do transformador, tamanha euforia ao evidenciar que o sonho começava a virar realidade.

Questionado se o 20 de junho não entraria para a história de Lucas do Rio Verde como apenas mais uma data de promessas não cumpridas na longa e exaustiva novela da energia elétrica, Antônio Carlos foi enfático ao responder que os luverdenses não corriam mais este risco. “A Cemat agora é uma empresa privada, cuja filosofia é adequar o sistema e dar aos clientes bom atendimento. Os projetos são analisados sob a ótica da viabilidade técnica e comercial”, assegurou. O novo diretor deixou ainda uma mensagem aos empresários e investidores que tencionavam se instalar no município. “Se a dúvida é com a questão energética, podem vir, porque a energia fornecida será de qualidade e confiabilidade”.

Antônio Carlos explicou que além dos equipamentos que já estavam no município, outros já tinham sido adquiridos e demandariam um prazo de 90 dias para chegar, pois eram fabricados sob encomenda. O investimento total para instalação e energização da subestação seriam de aproximadamente R\$2,5 milhões.

Além da perspectiva de equacionamento da questão energética ainda no primeiro semestre, outros aspectos somavam para que os luverdenses acreditassem que 1998 seria um ano promissor. No campo econômico, a implantação de novas culturas, como o algodão, assim como a inauguração do frigorífico da Intercoop/Excelência, em Nova Mutum, sinalizavam grande impulso no crescimento do município e região.

Inaugurado no dia 13 de fevereiro de 1998, o frigorífico era a concretização de um sonho que fora transformado em projeto no ano de 1991. O prefeito Otaviano Pivetta, um dos grandes mentores do projeto de suinocultura que integrou a região, destacou o trabalho dos que acreditaram e fizeram da ideia um projeto real e pleno de êxito.

Exaltando a iniciativa dos produtores rurais integrados pelo projeto de suinocultura, que acabavam de se tornar também empresários, o então governador Dante de Oliveira ressaltou que o frigorífico da Intercoop tinha uma representação e um simbolismo muito fortes para o estado de Mato Grosso. “O que nós queremos é agregar riquezas aos nossos produtos in natura. Vamos industrializar, vamos agregar valores e, assim, estaremos fazendo nascer um novo Mato Grosso, com novo perfil econômico, que é o Mato Grosso da agroindústria”, assinalou Dante ao dizer que o processo era irreversível.

COM ENERGIA, MUNICÍPIO COMEÇA CONSOLIDAR SEU DESENVOLVIMENTO

Sim, o dia 20 de junho de 1998 passou como mais uma das muitas datas prometidas para equacionar o problema energético no município. Foram necessários outros 80 dias de espera até que, no dia 10 de setembro, a população de Lucas do Rio Verde conseguiu virar esta página de sua história, dando início a um novo ciclo de desenvolvimento. Depois de longos anos de luta e escuridão, concretizava-se um sonho: a energização da subestação do linhão era uma realidade.

Lucas do Rio Verde tem energia!

Para trás ficaram os discursos, os embates políticos, as promessas, o descaso de alguns, a luta desgastante e nem sempre vitoriosa de outros, os racionamentos prolongados, a ameaça de ficar condenado ao subdesenvolvimento, a tristeza e a raiva de ver o linhão passando sem que se pudesse usufruir da energia por ele transmitida. Para trás ficaram o desânimo e a incerteza, abria-se um horizonte em que se tornava possível visualizar o futuro: Lucas do Rio Verde estava, enfim, interligado ao Sistema Nacional de Energia Elétrica.

A subestação foi abençoada pela interseção do padre Antônio Kopinski, que muito bem enfatizou: “Cada vez que alguém ligar um interruptor ou um aparelho numa tomada poderá dizer: esta energia está abençoada”.

Energizada com capacidade de 33 MVA, a subestação teria energia de sobra por pelo menos 10 anos, conforme enfatizou, na ocasião, o diretor de Distribuição da Cemat, Antônio Carlos Fernandes da Fonseca. O consumo médio da cidade, na época, era de 5 MVA.

UM DIA DE GLÓRIA

Com a energização da subestação rebaixadora do linhão, no mesmo dia 10 de setembro de 1998 a prefeitura lançou as obras do distrito industrial e, no mesmo dia, concluiu as negociações com três empresas do setor algodoeiro para se instalarem no município.

A definição de área e instalação do distrito industrial sempre fora uma das grandes reivindicações da Associação Comercial e Empresarial de Lucas do Rio Verde. Empresários, vereadores e autoridades do poder executivo municipal eram todos conscientes da necessidade de demarcar a área e dotá-la de infraestrutura para atrair indústrias e empresas prestadoras de serviço que ajudassem a alavancar o processo de verticalização da produção. Mas, não bastava ter o espaço físico e não ter capacidade energética para atender a

demanda das empresas que ali quisessem se instalar.

Com 371 lotes dotados de infraestrutura, o distrito industrial foi criado em uma área estrategicamente escolhida na Linha 01, atual MT-449 (Rodovia da Mudança), por estar próxima da subestação.

Conforme enfatizou o prefeito Otaviano Pivetta, a energização da subestação significava a conquista da liberdade de crescer, direito que estava negado à população luverdense.

“O dia 10 de setembro de 1998 foi o mais importante da nossa história até aqui, porque vimos concretizado o maior sonho desta sociedade nos últimos 10 anos”, acentuou o prefeito Otaviano Pivetta ao estimar que o município teria um crescimento médio de 20% nos dois anos seguintes, com o processo de agroindustrialização.

A inauguração do distrito industrial aconteceu no dia 29 de março de 1999, com a presença do então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Francisco Turra, que veio ao município fazer o lançamento oficial da colheita da soja. Na ocasião, algumas algodoceiras já estavam se instalando no distrito industrial.

SAAE PASSA A SER ADMINISTRADO PELO MUNICÍPIO

Em fevereiro de 1999, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) passou a ser administrado pelo município. Em abril de 1989, a Prefeitura de Lucas do Rio Verde firmou termo de contrato com a Fundação Nacional de Saúde, que geriu a autarquia municipal SAAE pelo período de 10 anos. Com o término do contrato, o SAAE passou para a administração direta do município e teve como primeiro diretor José Luiz Pícolo (Zeca Pícolo), que na época respondia também pela chefia de gabinete do prefeito Otaviano Pivetta. O novo diretor tomou posse no dia 1º de fevereiro, quando também foi empossado o novo encarregado do SAAE, Daltro Sérgio Figur.

A mudança, conforme explicou o prefeito Otaviano Pivetta, tinha por objetivo tornar a autarquia mais eficiente e mais abrangente: ao órgão foi agregado o serviço de recolhimento e reciclagem do lixo urbano.

A partir de 2001, o SAAE começou a cuidar também do serviço de coleta e tratamento de esgoto sanitário, cuja rede e estação de tratamento foi construída por meio de parceria entre o município e a Fundação Nacional de Saúde. As primeiras residências foram ligadas ao sistema de esgoto sanitário em dezembro de 2001.

A PASSOS LARGOS E DE CABEÇA ERGUIDA

A Câmara de Vereadores aprovou no dia 12 de abril de 1999 o projeto de lei que institui a Ema como ave símbolo de Lucas do Rio Verde. Por ser “uma ave de grande porte e se adaptar com as adversidades do meio ambiente, se enquadra perfeitamente no perfil do município, que, apesar das dificuldades econômicas, mantém crescimento e desenvolvimento estáveis”, destacava o projeto de lei.

De acordo com a justificativa apresentada no projeto de lei, a principal característica que identifica Lucas do Rio Verde com a Ema é que ela “se desloca em passos longos e firmes”, assim como o povo luverdense, que enfrentou com bravura as mudanças econômicas e sociais e sempre se manteve firme no caminho do desenvolvimento.

A Lei Municipal 645/99, de 20 de abril de 1999, sancionada pelo prefeito Otaviano Pivetta, oficializou a Ema como ave símbolo do município por ela caminhar com a cabeça erguida e passos largos. A instituição da Ema como ave símbolo coincidiu com o momento em que a sociedade luverdense se voltava, mais uma vez, para a busca de alternativas de desenvolvimento tanto no campo econômico como no âmbito sociocultural, com a mobilização da sociedade em torno da questão ambiental, conscientizando a população para a necessidade de separar o lixo orgânico do lixo reciclável.

Coincidiu também com o momento em que se definiu como meta alcançar uma cidade em que a qualidade de vida fixasse morada. “A qualidade de vida mora aqui!” passou a ser não apenas um slogan de uma campanha, mas uma crença, um objetivo, uma meta.

De 5 a 8 de abril de 1999, lideranças comunitárias, professores, profissionais liberais, comerciantes e empresários participaram do IFórum de Desenvolvimento Municipal realizado pelo Sebrae-MT, em parceria com a prefeitura e Acilve. O evento teve por objetivo analisar a situação do município, identificar potencialidades e buscar mecanismos para o surgimento de novos empreendimentos que resultassem em desenvolvimento qualitativo para a sociedade luverdense.

A REALIDADE SE FAZ COM SONHOS E AÇÕES

Uma árvore que traz em sua base o desenvolvimento sustentável. Seu tronco é formado por agricultura tecnificada, agronegócio desenvolvido, utilização racional dos recursos naturais, participação política da comunidade, e educação construindo conhecimento e cidadania. Em sua frondosa copa, a árvore traz vasta ramificação, onde se visualiza uma sociedade organizada cuidando de si mesma, uma urbanização

humanizada, um trânsito ordenado e seguro, uma polícia cidadã e preventiva, saneamento básico em toda área urbana, sistema de reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, universidade parceira do desenvolvimento, ensino profissionalizante voltado para a vocação econômica da região, ensino fundamental integral, opções de esporte, cultura e lazer para a população, especialmente para os jovens, projeto do Parque Natural do Córrego Lucas concretizado.

Este é o resumo do sonho coletivo desenhado pelos participantes do I Fórum de Desenvolvimento Municipal de Lucas do Rio Verde, que traçou o planejamento municipal integrado e elegeu prioridades definidas em quatro áreas de ação: diversificação econômica; educação, incluindo esforços para implantação do ensino superior; saúde, incluindo a construção e funcionamento do Hospital São Lucas; ecologia e lazer, com ênfase para a reciclagem do lixo e para implantação do Parque do Córrego Lucas.

A campanha para a coleta seletiva do lixo urbano iniciou, efetivamente, no dia 8 de novembro de 1999, com a inauguração da Central de Triagem e Compostagem de Lixo, instalada com recursos do Banco Mundial e Governo do Estado, por meio do Programa de Apoio Direto a Iniciativas Comunitárias (Padic), subprograma do Prodeagro. A instalação foi viabilizada por meio de parceria entre a Prefeitura de Lucas do Rio Verde e a Fundação Rio Verde.

Em 2001, de 4 a 6 de abril, o auditório da Acilve acolheu lideranças comunitárias e empresariais no II Fórum Municipal de Desenvolvimento, onde foram avaliadas e discutidas situações, possibilidades e propostas para viabilizar a continuidade do desenvolvimento do município.

Dentre as propostas aprovadas, destacam-se o fomento à produção de hortifrutigranjeiros, indústria de transformação do milho, criação de granjas e frigorífico de aves, fomento à indústria moveleira – cujo setor já vinha se organizando –, e implementação de indústria têxtil e de confecção para completar a cadeia do algodão.

Em maio de 2001, por meio da Lei nº 025/2001, que ficou conhecida como lei de incentivos, a administração municipal adotou um conjunto de medidas com o intuito de incentivar a criação e instalação de novas empresas no município. Além dos incentivos fiscais, o poder público municipal implementou ou apoiou “obras de impacto” e desenvolveu um plano de divulgação do município entre potenciais investidores. No conjunto de “obras de impacto”, estavam o Hospital São Lucas, o terminal rodoviário, a implantação da Univerde, a criação da Escola Técnica e melhorias no aeroporto municipal.

A criação da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODEL), no início de 2001, deram o impulso necessário ao planejamento de ações e à criação das condições para o ingresso do município no segundo ciclo econômico.

DISPUTA ELEITORAL ESQUENTA ÂNIMOS NO MUNICÍPIO

A exemplo de 1996, duas grandes frentes partidárias disputaram as eleições municipais em 2000. Otaviano Pivetta concorreu à reeleição pela coligação Lucas do Futuro, tendo como candidato a vice-prefeito o também produtor rural e empresário Marino Franz, em arco de aliança formado pelo PPS, PFL, PTB, PMDB e PSDC. A oposição reuniu PSDB, PT, PDT e PL e lançou o vereador Vilmar Scherer e a professora Serlene de Carli como candidatos a prefeito e vice, pela coligação União Democrática Luquense. O bloco situacionista apresentou uma nominata de 18 candidatos a vereador e a oposição apresentou 15 candidatos.

As candidaturas foram definidas no limite do prazo, 30 de junho, e os três meses de campanha eleitoral esquentaram os ânimos, com denunciamentos e troca de acusações. As denúncias de Pedro Pereira de Souza envolvendo Otaviano Pivetta no “Caso Cooperlucas” foram amplamente usadas pela União Democrática Luquense.

Chegou o dia da eleição, 1º de outubro, o primeiro pleito em que os luverdenses utilizaram a urna eletrônica para exercer o direito de voto e escolher os mandatários e legisladores do município. Com 60,76% dos votos, Otaviano Pivetta foi reconduzido à prefeitura. Foram 6.102 votos contra 3.941 computados para Vilmar Scherer. Naquele ano, Lucas do Rio Verde contava com 12.628 eleitores, dos quais 10.697 compareceram às urnas. Os votos brancos somaram 161 e os nulos, 493.

Para o Legislativo Municipal, foram eleitos: José Luiz Picolo (PTB), com 840 votos; Jiloir Augusto Pelicoli (PSDB), com 829 votos; Neri Geller (PSDB), com 780 votos; Ildo Romancini (PPS), com 559 votos; Demétrio Cezar Teixeira de Souza (PFL), com 504 votos; Carlos Giroto (PPS), com 491 votos; Luiz Francisco Martinello (PL), com 487 votos; Marli Heldt Ventura (PPS), com 449 votos; e Petronílio Jacinto de Souza (PPS), com 416 votos. A coligação Lucas do Futuro elegeu seis e a União Democrática Luquense três vereadores.

Cerca de 300 pessoas participaram da cerimônia de posse dos eleitos, que aconteceu no ginásio poliesportivo Nari Pandolfi, na manhã do dia 1º de janeiro de 2001. Antes da posse, como determina a Lei Orgânica do município, os vereadores elegeram a Mesa Diretora



da Câmara para o biênio 2001/2002. Concorreram à presidência os vereadores Carlos Giroto e Neri Geller. Giroto venceu a disputa por seis votos a três. Para a vice-presidência foi eleito o vereador Ildo Romancini e para os cargos de primeiro e segundo secretário foram eleitos Marli Heldt Ventura e Demétrio Cezar.

ENCURTANDO DISTÂNCIA

Agricultores da Comunidade Morocó se reuniram com o prefeito Otaviano Pivetta e com o vice-prefeito Marino Franz, no dia 5 de fevereiro de 2002, para propôr a construção de ponte sobre o Rio Verde e 20 quilômetros de estrada interligando a cidade de Lucas do Rio Verde à Comunidade da Linha Morocó. Pertencente ao município de Sorriso, a Comunidade Morocó possui uma identificação maior com Lucas do Rio Verde, não apenas pela proximidade, mas porque a maioria dos proprietários rurais daquela localidade reside em Lucas do Rio Verde ou abastece suas propriedades no comércio luverdense.

Na época, a região da Morocó plantava cerca de 50 mil hectares, que produziam o equivalente a 25% de toda a produção colhida em Lucas do Rio Verde. A construção da ponte, concluída em setembro de 2002, atraiu para Lucas do Rio Verde toda essa região produtora, o que justificou o investimento de R\$ 50 mil da prefeitura de Lucas do Rio Verde. Os outros R\$70 mil investidos na ponte e na adequação da estrada foram rateados entre os produtores rurais beneficiados pela obra, considerada o primeiro passo para ligar Lucas do Rio Verde a Nova Ubiratã e a Boa Esperança e encurtar distância até Santa Rita do Trivelato.

CÂMARA MIRIM E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS

Sexta-feira, 15 de fevereiro de 2002: os primeiros vereadores mirins do município de Lucas do Rio Verde são diplomados e tomam posse, inaugurando um projeto de formação de lideranças e construção de cidadania. Proposto pela vereadora Maria Sidinir Bif Stechert na Legislatura 1997/2000, o projeto “Vereador Mirim, a Câmara vai à escola” foi reformulado pelo vereador Carlos Giroto e colocado em prática durante sua gestão à frente da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Formada por estudantes de até 15 anos completos ou 16 incompletos, que estivessem cursando da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental ou qualquer uma das séries do Ensino Médio das escolas públicas ou privadas de Lucas do Rio Verde, a Câmara Mirim foi concebida para formar cidadãos líderes e participativos no contexto de suas escolas e da comunidade e propiciar a formação de futuros legisladores e gestores do município. Os vereadores mirins eram eleitos pelas próprias escolas e tinham mandato de um ano. Como bônus pela participação na Câmara Mirim, cada vereador mirim recebia 25% do salário-mínimo em material escolar, além das despesas com alimentação e transporte nos dias de sessão da Câmara Mirim, que eram mensais.

O projeto, inédito em Mato Grosso, inspirou a criação de câmaras mirins em outros municípios, e vigorou em Lucas do Rio Verde até o final de 2016, cumprindo seu papel de contribuir para a formação de novos líderes. Ramiro Azambuja, que viria a integrar a equipe de governo do prefeito Otaviano Pivetta na gestão 2013/2016 é um dos jovens que fez parte da primeira Câmara Mirim de Lucas do Rio Verde. Em 2017, o presidente do Legislativo Luverdense, Jiloir Pelicioli (Mano) optou por paralisar o projeto como uma das medidas de contenção de gastos que implementou na Câmara de Vereadores.

PALÁCIO DO CIDADÃO

A sede da Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde, localizada na Avenida Pará, foi construída no ano de 2002 e a inauguração se deu no dia 28 de dezembro de 2002, no final do mandato do vereador Carlos Giroto na presidência do Legislativo. Desde então, o “Palácio do Cidadão” se tornou também palco para cursos, palestras, reuniões, eventos artísticos e culturais, formaturas, convenções e também velórios.

O Legislativo Luverdense ocupou outros dois endereços antes de instalar-se no Palácio do Cidadão. De janeiro de 1989 a setembro de 1993, a sede da Câmara de Vereadores ficou instalada na Rua Marechal Cândido Rondon, onde até o final de 1988 funcionou o banco Bradesco, primeira instituição financeira a operar em Lucas do Rio Verde, mesmo antes da instalação do distrito.

Em 20 de setembro de 1993, o Legislativo Luverdense iniciou as atividades nas novas instalações, na Avenida Santa Catarina, na Cidade Nova, nas proximidades do Posto de Saúde Central, permanecendo no local até a construção da sede própria.

GENERAL DO 9º BEC SE SURPREENDE COM CIDADE

“Aqui se vê o trabalho daqueles que sonharam com grandeza”, exaltou o general Enzo Martins Peri em visita que fez a Lucas do Rio Verde em 17 de novembro de 2003, ocasião em que foi homenageado por sua

participação na história do município.

General Enzo chefiou a implantação do acampamento do 9º BEC às margens do Rio Verde, em 1971, quando da abertura da BR-163. Em sua visita, mostrou-se impressionado com a cidade que se formou a partir daquele acampamento. “Em 1971, não existia ainda a estrada, havia um caminho e nós tínhamos que construir a estrada, nós nem sonhávamos que aqui fosse se desenvolver uma cidade. É uma grata surpresa e uma imensa satisfação ver que aquele acampamento de trabalhadores civis e militares que implantavam a Cuiabá/Santarém se transformou numa senhora cidade”.

O general, que morou no acampamento Lucas do Rio Verde durante todo o ano de 1972, contou que não havia dificuldades. “Aqui não havia malária, aqui era um paraíso, e vejo que este paraíso continua”.

Embora não se esperasse ver brotar emoção nas faces de um general, os sentimentos humanos suplantaram a característica rudeza do homem do exército, e o general Enzo não escondeu sua emoção ao dirigir sua mensagem aos luverdenses: “Cumprimento a todos pela oportunidade de ver um lugar como esse. Continuem como fizeram até agora, acreditando no futuro, acreditando no trabalho, acreditando no progresso e acreditando no desenvolvimento, mas com educação e suporte para todos”.

RODOVIA DA MUDANÇA: VITRINE PARA MATO GROSSO, MODELO PARA O BRASIL

Debaixo de sol forte e temperada pela emoção, a cerimônia de inauguração do primeiro trecho da MT-449 – Rodovia da Mudança, assinalou de forma indelével no calendário da história de Lucas do Rio Verde o dia 27 de novembro de 2003. Em apenas seis meses, 60 quilômetros de rodovia foram pavimentados ao custo médio de R\$236 mil por quilômetro. Na época, o preço médio pago pelo governo federal a empreiteiras por quilômetro de asfalto girava em torno de R\$500 mil. “O sistema adotado na pavimentação da Rodovia da Mudança virou vitrine para Mato Grosso, que possui 24 consórcios rodoviários em andamento, sendo 15 com produtores rurais e nove com prefeituras”, ressaltou o então secretário de Estado de Transportes e Infraestrutura, Luiz Antônio Pagot.

O modelo deveria se tornar inspiração para o governo federal implantar as obras necessárias ao desenvolvimento do país, conforme observou o então ministro dos Transportes, Anderson Adauto.

“Os produtores dessa região só sabiam plantar soja, e hoje sabem fazer estrada”, acentuou o então governador Blairo Maggi ao salientar que nasceu em Lucas do Rio Verde o modelo que seu governo estava adotando para “provocar” produtores de outras regiões do estado para pavimentar as estradas estaduais.

“Hoje é um dia importante e um dia de alegria”, ressaltou o prefeito Otaviano Pivetta ao destacar que a Rodovia da Mudança era a realização de um sonho há muito acalentado e desejado pela população de Lucas do Rio Verde e Tapurah, especialmente os produtores rurais da região.

Em dezembro de 2001, a administração municipal de Lucas do Rio Verde começou a desenvolver estudos e envidar esforços para pavimentar a estrada da Linha 01, iniciando no entroncamento com a BR-163, numa extensão de 105,6 quilômetros até Ipiranga do Norte e, num segundo momento, outros 54 quilômetros até Itanhangá. “A pavimentação da Linha 01 em toda sua extensão virá concretizar o anseio de crescimento e, principalmente, ajudar toda uma população agrícola que baseia-se na produção de grãos e o desenvolvimento sustentável de toda uma região”, destacava trecho de documento elaborado pela Prefeitura de Lucas do Rio Verde.

Em março de 2002, em parceria com os proprietários de lotes situados ao longo do trecho da rodovia, a prefeitura iniciou a pavimentação da estrada até o setor algodoeiro, no Distrito Industrial.

Em dezembro de 2002, o recém-eleito governador Blairo Maggi esteve em Lucas do Rio Verde para conhecer o projeto que havia sido implantado naquele trecho da estrada e debater com produtores rurais, autoridades e lideranças do município a proposta de asfaltamento de toda a rodovia. Os produtores rurais já haviam sido mobilizados pelo prefeito Otaviano Pivetta e sua equipe, e a reunião com o governador eleito serviu para definir a forma de participação de cada ente envolvido no projeto: governo do Estado, prefeituras de Lucas do Rio Verde e Tapurah e produtores rurais dos dois municípios. Assim, no dia 12 de dezembro de 2002, foi concebido em Lucas do Rio Verde o modelo de parceria público-privada, batizado de PPP Caipira, que pavimentaria estradas em várias regiões do estado.

No dia 16 de janeiro de 2004, em reunião realizada no auditório da Acilve, o então secretário de Transportes e Infraestrutura de Mato Grosso, Luiz Antônio Pagot, os prefeitos Otaviano Pivetta e Reinaldo Tirloni, e o presidente da Associação dos Beneficiários da Rodovia da Mudança, Gilmar de Oliveira Pinto, assinaram o protocolo de intenções para pavimentação de 96 quilômetros de estrada interligando Lucas do Rio Verde a Tapurah.

E, no dia 4 de abril de 2003, com a presença do governador Blairo Maggi, foram abertos os trabalhos de pavimentação da MT-449, batizada de Rodovia da Mudança. O ato se deu no quilômetro 17 da até então Estrada da Linha 1, na antiga Escola Municipal Gonçalves Dias, na Comunidade dos Gringos, onde foi instalada a base da equipe de obras.

Vontade política, boas doses de ousadia e determinação, união de esforços, divisão de tarefas e responsabilidades e rateio de custos formaram a receita que resultou na pavimentação dos 96 quilômetros da MT-449, concluída em 2004, com investimento total de R\$26,6 milhões.



INAUGURAÇÃO TRAVESSIA URBANA AVENIDA AMAZONAS



AEROPORTO BOM FUTURO



LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA NAS ESCOLAS



FROTA TRANSPORTE ESCOLAR 2004



PRAÇA DOS MIGRANTES EM 2004



INAUGURAÇÃO POLO MOVELEIRO



CONSTRUÇÃO DE GINÁSIOS

AEROPORTO BOM FUTURO

Manhã de segunda-feira, 1º de março de 2004, às 7h10, o Let-410 da Cruiser Linhas Aéreas pousa pela primeira vez no Aeroporto Municipal Bom Futuro, inaugurando voo comercial regular entre Cuiabá e a cidade paraense de Itaituba, com escala em Lucas do Rio Verde, Sinop, Guarantã do Norte e Novo Progresso (PA).

“É um dia histórico e feliz, estamos inaugurando hoje a rota da soja”, comemorou o diretor comercial da Cruiser, Bruno Cichon, ao destacar que a empresa decidira entrar em Lucas do Rio Verde por ser “a cidade que mais vem crescendo na região”.

O vice-prefeito e então secretário de Indústria e Comércio, Marino Franz, ressaltou a importância de um voo regular para Lucas do Rio Verde atrair novos empreendedores e investimentos. “É uma satisfação muito grande receber a Cruiser, porque era um dos grandes projetos do município implantar o aeroporto municipal para podermos aqui receber pessoas com potencial de fazer investimentos”.

Projetado e construído para operar com aeronaves de pequeno e médio porte, numa área de 23 hectares, com pista de 1.500 metros de extensão e 23 metros de largura, sinalizada de acordo com as normas da ABNT NBR 108SS, o Aeroporto Municipal foi inaugurado oficialmente no sábado, 27 de março de 2004, quando foi descerrada também a placa inaugural do terminal de embarque de passageiros.

Lucas do Rio Verde foi a segunda cidade do interior de Mato Grosso a contar com aeroporto dotado de sistema de iluminação. Com investimentos de R\$ 500 mil, o sistema de iluminação de pista foi inaugurado na manhã de 30 de março de 2006. Do total investido, a Ampér Energia S/A entrou com R\$ 230 mil e a prefeitura aplicou R\$ 280 mil.

Dois anos depois de inaugurar seu voo comercial regular entre Cuiabá e Itaituba, a Cruiser decidiu interromper o serviço, alegando não haver demanda suficiente para manter a linha em operação.

Em 2010, o aeroporto municipal ganhou um novo terminal de embarque e desembarque para receber os empresários, visitantes e turistas e atender melhor aos moradores do município que utilizam os serviços do aeroporto, conforme destacou na ocasião o prefeito Marino Franz. A inauguração aconteceu no dia 5 de março, quando também estava sendo concluída a obra de ligação entre o terminal de embarque e desembarque e a pista de pouso.

Os voos comerciais regulares foram retomados em setembro de 2010 pela empresa América do Sul Linhas Aéreas (Asta), operando Lucas do Rio Verde a Cuiabá nas segundas, quartas e sextas. “Esta é uma cidade que, embora esteja localizada relativamente perto da capital do estado, possui uma rodovia que tem um fluxo muito grande de veículos, o que acaba tornando a viagem longa e perigosa. Através de uma análise, conseguimos entender que o município necessita do transporte aéreo de passageiros”, comentou o diretor da Asta, Luís Roberto Silva.

Em 2011, a empresa ampliou o serviço e passou a ofertar voos diários de segunda a sexta-feira, mas a baixa demanda acabou ditando o fim do serviço, que só foi retomado em março de 2016. No mesmo ano, o serviço foi cancelado novamente. Em junho de 2018, o município ainda não contava com oferta de voos regulares.



EMA ALIMENTOS ABRE CAMINHO PARA TRANSFORMAÇÃO DE GRÃOS EM AVES

Com o intuito de agregar valor ao milho produzido em Lucas do Rio Verde, que na época despontava como o maior produtor nacional de milho segunda safra, oito empreendedores locais (produtores rurais e empresários) criaram a Empresa Mato-grossense de Alimentos (Ema Alimentos), que tinha por objetivo implantar um frigorífico de aves com capacidade para abater 150 mil aves/dia, com perspectiva de ampliação para, em cinco anos, atingir a meta de abate de 300 mil aves/dia.

A pedra fundamental da indústria frigorífica foi lançada no dia 5 de agosto de 2004, na margem direita da Rodovia da Mudança, sentido Lucas/Tapurah, com área de 11.549 metros quadrados. Com previsão de investimentos de aproximadamente 20 milhões de dólares, a estimativa era de que seriam gerados 12 mil empregos. O projeto previa um sistema de integração, com a implantação de 520 aviários com até 26 mil frangos cada um, que abasteceriam a indústria.

“Queremos agregar valor ao milho. Onde se produz bem milho, a avicultura e a suinocultura surgem como consequência”, salientou o diretor da Ema Alimentos, Paulo Sérgio Franz.

O prefeito Otaviano Pivetta lembrou que já em 1989, quando foi concebido o projeto de suinocultura, se tinha a visão de que era necessário transformar proteína vegetal em proteína animal para agregar valor à produção primária. “Temos nesta região as melhores condições para produzir proteína animal no mundo”, salientou.

Dois anos depois, percebendo o potencial da região, a Sadia decidiu implantar em Lucas do Rio Verde seu maior complexo industrial da América Latina. Mas este é assunto para um próximo capítulo.



INAUGURAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL



INAUGURAÇÃO DAS CASAS POPULARES



INAUGURAÇÃO RODOVIA DA MUDANÇA



PROJETOS DE HABITAÇÃO



PAVIMENTAÇÃO DA MT 449



INAUGURAÇÃO CASAS FETHAB



AGROESTRADAS DA LINHA 02



LANÇAMENTO DA EMA ALIMENTOS



TERMINAL RODOVIÁRIO



AVENIDA TOCANTINS EM 2004

QUEDA DE TORRES FAZ POPULAÇÃO VIVER 57 HORAS DE APAGÃO

Tarde ensolarada, quarta-feira, 22 de setembro de 2004, início da primavera. Apesar da proximidade da eleição municipal e da animosidade típica dos períodos eleitorais em que nem sempre as disputas se limitam ao campo das propostas, a cidade seguia seu curso. Ninguém, nem vidente poderia antever que ainda naquela tarde a população de Lucas do Rio Verde e de outros 19 municípios da região Norte de Mato Grosso mergulhariam num apagão de 57 horas. A causa? A queda de quatro torres de 230Kw da linha de transmissão da Eletronorte (linhão).

Diferente da queda de torre provocada por ação humana em 1997, desta vez, a queda das torres foi provocada pela força da natureza. Um vendaval com velocidade superior a 100 quilômetros por hora arrastou árvores, destelhou barracões em diversas propriedades rurais e derrubou torres a cerca de 10 quilômetros da cidade, deixando aproximadamente 300 mil pessoas sem energia elétrica. Os danos foram muitos em todos os municípios atingidos pelo apagão. Em Lucas do Rio Verde, o prefeito Otaviano Pivetta decretou estado de emergência em razão da situação crítica que se instalou na cidade.

Para o restabelecimento da energia elétrica, nada menos que 100 pessoas da Eletronorte, Rede Cemat e Prefeitura de Lucas do Rio Verde trabalharam diuturnamente na substituição das torres destruídas. Um gerador de eletricidade e uma rede de transmissão foram instalados no local para possibilitar o trabalho das equipes.

A energia elétrica foi restabelecida nos 20 municípios por volta das 23h15 de sexta-feira, 24 de setembro. A comemoração em Lucas do Rio Verde foi grande, com direito até a fogos de artifício, fazendo lembrar a festa dos luquenses quando foi inaugurada a luz elétrica em abril de 1988.

PROGRAMA DE AGROESTRADAS

Manhã de domingo, 12 de dezembro de 2004. Na beira da estrada, na entrada para a Comunidade Campinho Verde, uma placa aguardava para ser descerrada. Na comunidade, produtores rurais e familiares já estavam reunidos, em festa, afinal, a data merecia uma comemoração: ali seria inaugurada oficialmente a primeira agroestrada de Lucas do Rio Verde e de Mato Grosso.

“Essa nova concepção de estrada tem ousadia, mas, acima de tudo, fé para encontrarmos uma solução para escoar a produção”, celebrara o prefeito Otaviano Pivetta quando foram inaugurados os primeiros 10 quilômetros de pavimentação da estrada, na tarde ensolarada e quente da quinta-feira, 5 de agosto de 2004, durante as comemorações dos 16 anos de emancipação de Lucas do Rio Verde.

“Os produtores perceberam que só através das parcerias as obras necessárias vão acontecer e, conscientes da responsabilidade, abraçaram a causa”, acentuou o presidente da Associação dos Produtores da Linha 02, o produtor rural e empresário Orcival Guimarães, no início da pavimentação da estrada.

Iniciada em 31 de maio de 2004, a primeira agroestrada da história de Mato Grosso nasceu da organização dos produtores rurais, em parceria com a Prefeitura de Lucas do Rio Verde. Foram pavimentados 27 quilômetros entre a Rodovia da Mudança e a MT-338 (Estrada da Baiana), a um custo final de R\$115 mil por quilômetro. Cada produtor da área de influência da estrada desembolsou o equivalente a 75 sacas de soja por hectare.

“Isso é uma mostra de que quando as pessoas se juntam, as coisas acontecem. O que parecia impossível, agora é uma realidade”, comemorou Orcival ao exaltar e agradecer a participação dos produtores rurais para concretizar a obra.

“A prefeitura teve a iniciativa, mas nada disso seria possível sem os produtores, que se organizaram de uma maneira rápida e inteligente. A prefeitura tem a obrigação de vender ideias, mas a parceria, o gesto de civismo, foi dos produtores”, elogiou o vice-prefeito Marino Franz, então, já prefeito eleito do município.

Para o prefeito Otaviano Pivetta, que estava cumprindo os últimos dias de seu segundo mandato, a inauguração da agroestrada tinha o sabor de mais uma missão realizada, mas também um aceno de despedida.

“Estamos no caminho certo: as instituições estão funcionando, Lucas do Rio Verde é uma sociedade moderna, em franca organização, o povo daqui é trabalhador, a nossa sociedade é exigente, tem a cultura do esforço comunitário, do compartilhamento de tarefas, nossa gente está enraizada, assumiu o território e ama esta terra”, acentuou, resumindo a tônica dos seus oito anos de mandato.



Era setembro de 1997, dia 18. Embora o prenúncio da primavera já estivesse no ar, o clima em Lucas do Rio Verde era de tensão. A cidade movimentava-se nervosa, desde cedo, na expectativa do que aconteceria na assembleia geral extraordinária da Cooperlucas. Convocada pelo Conselho Fiscal, a assembleia deveria deliberar sobre o relatório preparado pelo próprio Conselho Fiscal, com base em auditoria realizada nas contas da cooperativa e nas negociações que o Conselho de Administração da Cooperlucas vinha conduzindo para resolver o endividamento da cooperativa.

Desde 1995, a situação da Cooperlucas vinha alarmando não apenas seus associados, mas também autoridades municipais e a sociedade como um todo, por seus reflexos na economia do município.

Em 28 de junho de 1996, o Conselho de Administração da Cooperlucas assinou contrato com a Business Consultoria, representada pelo empresário Pedro Pereira de Souza, para gestão, intermediação e liquidação dos débitos da cooperativa. Em janeiro de 1997, a empresa compradora de grãos Grande Norte se instalou em Lucas do Rio Verde, onde arrendou a estrutura da Cooperlucas para recebimento e compra de soja. A Grande Norte também era administrada por Pedro Pereira de Souza, que teria como sócio o empresário Paulo Bezerra, irmão de Carlos Bezerra, à época senador da República.

Nos quatro cantos do município, ecoavam comentários de que, ao contrário de resolver o problema do endividamento, as empresas de Pedro Pereira de Souza estavam promovendo a “sangria” do patrimônio da cooperativa.

Em 30 de março de 1997, acatando proposta do Conselho Fiscal da Cooperlucas, os associados deixaram a assembleia geral ordinária anual “em aberto” por 30 dias, até que fosse realizada uma auditoria nas contas da cooperativa.

No dia 29 de abril, o Conselho Fiscal se reuniu para examinar o relatório da auditoria, que apontava sérias irregularidades. Assim, no dia 30 de abril, dando continuidade à assembleia geral ordinária anual, o Conselho Fiscal propôs que as contas do exercício de 1996 fossem aprovadas com ressalva, o que foi acatado pela assembleia.

Em 30 de maio, na reunião ordinária mensal, os conselheiros fiscais decidiram encaminhar à diretoria da cooperativa pedido de peritagem nas contas, o que não teria sido acatado, sob a alegação de que a cooperativa não dispunha de recursos para pagar a peritagem.

Conforme relato do Conselho Fiscal, no dia 8 de julho os conselheiros fiscais protocolaram pedido de informações junto à diretoria, solicitando relatório da prestação de contas entre a Cooperlucas e a Business Consultoria, posição sobre a permanência da Grande Norte na cooperativa e documentação das áreas já adquiridas pela cooperativa para dação em pagamento das dívidas.

Pelo relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração da Cooperlucas na assembleia de março, a cooperativa dispunha de 36.870 hectares de terras totalmente sem ônus para oferecer ao Banco do Brasil como reforço de garantias e posterior dação em pagamento dos cerca de R\$ 22 milhões não cobertos pela securitização das dívidas agrícolas. Entretanto, no levantamento feito pelo Conselho Fiscal, apenas 15 mil hectares estavam efetivamente escriturados em nome da Cooperlucas, outros 9.680 que teriam sido escriturados, localizavam-se dentro de uma área de reserva indígena. Dos 12.190 hectares restantes, 8.440 hectares comprados por Paulo Bezerra e Edson Buss, com aval de Ilvo Vendrusculo, Antonio Fagundes e Pedro Pereira de Souza, nunca estiveram em nome da cooperativa, segundo relatório do Conselho Fiscal, e sim penhorada no Banco do Brasil, agência de São José do Rio Claro. Os outros 3.750 hectares estavam escriturados em nome de Pedro Pereira de Souza e não da cooperativa, conforme relatado pelo Conselho Fiscal, que apontou, ainda, outros atos “indignantes” cometidos pela diretoria da cooperativa e pela empresa de Pedro Pereira de Souza.

A retirada de soja que estava depositada em nome da empresa Sanbra para pagamento de dívida da cooperativa com a Mitsui Fertilizantes, porém, sem documento comprobatório, e o uso de recursos da cooperativa para pagamento de avais particulares dos diretores Ilvo Vendrusculo e Antonio Fagundes e do gestor Pedro Pereira de Souza a Paulo Bezerra foram alguns dos atos “indignantes” relatados pelo Conselho Fiscal, que caracterizou a ação como “apropriação indébita e estelionato”, denunciada na Delegacia de Polícia Judiciária Civil de Lucas do Rio Verde.

Também, segundo o relatório do Conselho Fiscal, houve retirada de milho e arroz dos armazéns da cooperativa sem nota de saída. Tratava-se de produto de AGF [aquisição do governo federal] e EGF [empréstimos do governo federal] pertencente à Conab [Companhia Nacional de Abastecimento, órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento].

Diante das irregularidades que estavam levando a “sangria dos poucos recursos” de que a cooperativa ainda dispunha, o Conselho Fiscal da Cooperlucas promoveu uma reunião entre diretores e conselheiros da

cooperativa e autoridades e lideranças locais, dentre elas, o prefeito Otaviano Pivetta e o vice-prefeito, Norivaldo Peixoto. A reunião aconteceu no auditório da Acilve, no dia 18 de agosto, e resultou no afastamento do presidente e vice-presidente, Ilvo Vendrusculo e Antonio Fagundes, pelo período de 30 dias. Uma comissão composta pelos associados Joci Piccini, Saul Marchiori e Antonio Carlos Costa Lima foi eleita para comandar a cooperativa, junto com o Conselho Fiscal, até a realização da assembleia do dia 18 de setembro.

Coube ao presidente do Conselho Fiscal, Helmut Lawisch, presidir a assembleia e detalhar as conclusões apresentadas no relatório do Conselho Fiscal. Após nove horas de assembleia, os associados decidiram destituir a diretoria e os conselhos de Administração e Fiscal e constituir uma comissão provisória, a quem foi dado prazo de 30 dias para preparar assembleia geral extraordinária para eleição de nova diretoria e conselhos. A comissão ficou composta por Joci Piccini, Saul Marchiori, Antonio Carlos Costa Lima e Helmut Lawisch, eleito presidente provisório da cooperativa. Assim, no dia 18 de outubro, os associados da Cooperlucas elegeram nova diretoria e conselheiros de Administração e Fiscal.

“Nós, diretores, somos meros representantes dos sócios, que estamos aqui para administrar a cooperativa em nome deles, que são os verdadeiros donos e precisam participar e nos ajudar a resolver o problema da Cooperlucas”, acentuou o presidente eleito, Antonio Carlos Costa Lima, afirmando ter consciência da gravidade do problema. “Esperamos que os mais de 1.700 associados da Cooperlucas também tenham essa consciência e se unam para encontrar uma saída, pois a cooperativa não é da diretoria ou de seus conselheiros, mas do conjunto dos associados”, reforçou. A dívida da cooperativa, naquela ocasião, ultrapassava os R\$140 milhões.

Apesar do tamanho da dívida e da gravidade da situação, a assembleia ocorreu em clima de tranquilidade, bem diferente daquela de 18 de setembro.

Em janeiro de 1999, o “Caso Cooperlucas” ganhou manchetes de capa nos principais jornais de Cuiabá, por conta de denúncia feita por Pedro Pereira de Souza à Procuradoria da República em Mato Grosso, acusando o prefeito Otaviano Pivetta de ser um dos principais responsáveis pelo desvio de produtos e fraudes praticadas contra produtores rurais associados à Cooperlucas e contra o Banco do Brasil. Imediatamente, Otaviano Pivetta tratou de reunir vereadores e lideranças na Câmara de Vereadores para dizer que as denúncias não passavam de inverdades e lembrou que no início do seu mandato, em 1997, agindo em nome do interesse público e dos cooperados que estavam sendo lesados, interferiu para “a derrubada daquela diretoria e pela expulsão de Pedro Pereira” da Cooperlucas.

Na mesma linha, o presidente da Cooperlucas, Antônio Carlos Costa Lima, lembrou que a empresa representada por Pedro Pereira de Souza deu “calote” nos produtores rurais do município de aproximadamente 140 mil sacas de soja na safra 1997/98 e que na safra anterior foram desviadas da cooperativa 245 mil sacas de milho e 30 mil sacas de arroz. Ainda segundo o presidente da Cooperlucas, Pedro Pereira de Souza e seus “comparsas” desviaram produtos da cooperativa para comprar áreas indígenas, falsificaram documentos e ainda jogaram a conta para o Banco do Brasil. Denúncia relatando tais fatos também foram protocoladas junto à Procuradoria-Geral da República em Mato Grosso.

Em novembro de 1999, o delegado da Polícia Federal, Emanuel Henrique de Oliveira, que presidia o inquérito do Caso Cooperlucas, ficou por cerca de duas semanas em Lucas do Rio Verde, onde ouviu mais de 150 produtores rurais sobre as operações irregulares de AGF e EGF. Antes de iniciar as oitivas, o delegado reuniu os associados da Cooperlucas na manhã de domingo, 31 de outubro, na sede da cooperativa, para explicar o trabalho que a Polícia Federal faria no município nas semanas seguintes.

Concluídas as oitivas, o delegado concedeu entrevista ao jornal Folha Verde, onde disse haver envolvimento da diretoria nas irregularidades que estavam sendo investigadas (período de 1990 a 1997). “Se a pessoa não estiver vinculada à diretoria da Cooperlucas, ela não pode estar vinculada ao esquema que foi formado aqui”, afirmou.

NEGOCIAÇÕES

Desde 1997, o endividamento da Cooperlucas vem sendo negociado, caso a caso, com cada credor, conforme o presidente da Cooperativa, Antonio Carlos Costa Lima. “Nosso passo principal é liberar os produtores. Já conseguimos liberar bastante áreas de hipotecas. Até hoje, ninguém perdeu um pedaço de terra, ninguém perdeu nada e ninguém gastou nada até agora para defender o seu patrimônio. Nós estamos conseguindo defender o patrimônio do cooperado sem ele precisar pôr a mão no bolso”, afirmou Antonio Carlos em entrevista concedida no início de junho de 2018.

Quanto ao processo que ficou conhecido como Caso Cooperlucas, Antonio Carlos explicou que quando a Polícia Federal esteve em Lucas do Rio Verde para investigar denúncias de ocorrência de fraudes em AGF e EGF, esteve em todos os armazéns do município na época, investigou várias empresas e pessoas, muitas delas sem qualquer relação com a Cooperlucas. Como toda operação desencadeada pela Polícia Federal recebe um nome que a identifique, a operação realizada na época pela Polícia Federal em Lucas do Rio Verde foi batizada de Caso Cooperlucas.

O problema da cooperativa, segundo Antonio Carlos, foi de gestão fraudulenta da diretoria da época, que acabou sendo destituída.

Instrumentos de Justiça e Cidadania

A busca dos meios de acesso à justiça e exercício da cidadania sempre foi uma preocupação em Lucas do Rio Verde, que conquistou a instalação do Cartório de Registro Civil e Tabelionato quando ainda era distrito de Diamantino. Os primeiros passos para instalação do órgão foram dados em junho de 1985, e uma longa jornada precisou ser trilhada até a criação do novo Distrito Judicial, em 28 de agosto de 1986, o que permitiu a abertura do cartório em 8 de setembro de 1986, tendo como titular Jaime Seiti Fujii. Em 3 de março de 2004, após aprovação em concurso público, Paulo Henrique Felipetto Malta assumiu a serventia.

Com a criação e instalação do município, poder público e sociedade civil organizada sempre andaram de mãos dadas na busca dos instrumentos de justiça e cidadania. O município foi um dos primeiros em Mato Grosso a constituir o Conselho Tutelar, por exemplo, oficializado no dia 4 de abril de 1993. Em 1997, o órgão foi reestruturado, assim como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tornado-se um dos principais instrumentos na rede de proteção de crianças e adolescentes no município.

Em 1996, a comunidade luquense conquistou o Juizado Especial Civil e Criminal, conhecido como juizado de pequenas causas. A inauguração aconteceu no dia 21 de junho de 1996 e o órgão começou a operar no dia 24 de junho, tendo como conciliadora a advogada Noeli Alberti, escolhida pelos advogados de Lucas do Rio Verde para atuar nos primeiros 30 dias de funcionamento do juizado.

Considerado uma grande conquista, o Juizado Especial conseguiu alto índice de resolutividade, tornando-se referência para os cidadãos que buscavam garantir seus direitos. O órgão também serviu para abrir caminho para a conquista de outros instrumentos de justiça e cidadania.

MUNICÍPIO CONQUISTA COMARCA

Em 21 de agosto de 1997, em sessão do Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso foi votada e aprovada a criação da Comarca de Lucas do Rio Verde, luta que já vinha de algum tempo.

“A criação da comarca é um fato histórico”, comemorou o então presidente da Comissão Pró-Instalação da Comarca, advogado Willians Reinaldo de Andrade, ao explicar que o passo seguinte seria encaminhar o projeto para aprovação na Assembleia Legislativa. Concomitantemente, a sociedade precisava ser mobilizada para contribuir para a construção do Fórum da Comarca e para as residências dos juizes, conforme explicou o presidente.

“Conseguimos o mais difícil, porque não dependia de nós. Temos certeza que o resto será bem mais fácil”, assinalou o prefeito Otaviano Pivetta. A jurisdição da comarca compreendia Lucas do Rio Verde e Tapurah, cuja sociedade também estava mobilizada para contribuir. “Tapurah fará o que pode e até o que não pode para auxiliar”, garantiu o prefeito Francisco Junior Stecian.

Em sessão realizada na manhã de 4 de novembro de 1997, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou a criação da Comarca de Lucas do Rio Verde. O projeto de lei foi imediatamente encaminhado ao Governo do Estado e sancionado pelo então vice-governador, Márcio Lacerda, dois dias depois de aprovado na Assembleia. A Lei nº 6.949, que criou a Comarca de Lucas do Rio Verde - Primeira Entrância, foi publicada no Diário Oficial do Estado no dia 6 de novembro de 1997.

“LUCAS AGORA TEM OS TRÊS PODERES”

Com este título, o jornal Folha Verde noticiou a instalação do Fórum da Comarca de Lucas do Rio Verde, que aconteceu no dia 3 de abril de 1998. Com a presença do então vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, desembargador José Jurandir de Lima, do então corregedor-geral de justiça, desembargador José Ferreira Leite, várias autoridades municipais e regionais e toda classe advocatícia do município, o Fórum da Comarca foi instalado em sede provisória no Bairro Pioneiro. Na mesma data, foi lançada a pedra fundamental para construção da sede própria do Fórum.

“Passados apenas nove anos da emancipação, estamos instalando o terceiro poder constitucional”, salientou o pioneiro da advocacia luverdense, Willians Reinaldo de Andrade.



“A instalação da Comarca de Lucas do Rio Verde é resultado do esforço da comunidade dos dois municípios. Não fosse a dedicação, obstinação e espírito empreendedor deste povo, isto não seria possível”, enfatizou o juiz titular da Comarca de Sorriso, Paulo Roberto da Silva Pedroso, que respondeu temporariamente também pela Comarca de Lucas do Rio Verde.

Na tarde de quarta-feira, 24 de junho de 1998, foi realizado o primeiro júri popular da história de Lucas do Rio Verde, quando foi levado a julgamento o mecânico Mário Fernandes de Souza. Em julho de 1996, o acusado matou com golpes de faca a comerciante Wilma Vieira da Silva, que fora à sua casa cobrar a dívida de uma moto. O mecânico foi condenado a 14 anos de reclusão. O júri foi presidido pelo juiz Paulo Roberto da Silva Pedroso, e atuou como representante do Ministério Público o promotor Antônio Sérgio Cordeiro Piedade.

O dia 20 de julho de 1998 foi marcado pela posse da juíza Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva, a primeira juíza a atender a Comarca de Lucas do Rio Verde em tempo integral.

Mais de seis anos foram necessários até que o município conquistasse outras duas varas e mais juizes para o Fórum da Comarca. No dia 26 de novembro de 2004, uma sexta-feira, foram instaladas oficialmente a 2ª e a 3ª Varas e empossados os respectivos juizes. “Tudo o que o município conseguiu é fruto da determinação”, elogiou o então presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, desembargador José Ferreira Leite ao reafirmar seu compromisso de instalar a 4ª Vara e elevar a comarca para segunda entrância tão logo fosse concluída a sede própria do Fórum.

O compromisso foi cumprido no dia 22 de fevereiro de 2005, uma terça-feira. O salão do tribunal do júri da sede própria do Fórum da Comarca de Lucas do Rio Verde, na Avenida Mato Grosso, bairro Jardim das Palmeiras, ficou lotado para a cerimônia de inauguração do Palácio da Justiça do Município. O ato solene, que contou com a presença de autoridades e lideranças do município e de cidades vizinhas, marcou também a elevação da Comarca para segunda entrância. Embora ainda faltasse a nomeação do juiz que assumiria a quarta vara, o Fórum já contava com as quatro varas em pleno funcionamento.

Sem esconder a emoção, o então presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador José Ferreira Leite, voltou a exaltar a organização da sociedade luverdense, a atuação da Câmara de Vereadores, o envolvimento dos advogados e, especialmente, a seriedade com que os prefeitos Otaviano Pivetta e Marino Franz honraram os compromissos assumidos com o Poder Judiciário, tanto na criação e instalação da Comarca, como em todo o processo que efetivou a construção e inauguração do Fórum e elevação para segunda entrância. A solenidade inaugural teve início às 18 horas e, ao final, os vereadores luverdenses entregaram ao desembargador José Ferreira Leite uma placa com o título de Cidadão Honorário de Lucas do Rio Verde, uma homenagem pelos relevantes serviços e empenho do desembargador ao longo do processo de criação, instalação e elevação da Comarca.

Mais de nove anos depois, no dia 14 de abril de 2014, os desembargadores do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso aprovaram por unanimidade a elevação da Comarca de Lucas do Rio Verde à categoria de terceira entrância. A comarca contava, na ocasião, com três varas cíveis, uma vara criminal e um juizado especial. Com a elevação, passou a contar com seis varas, o juizado especial foi transformado em vara, e foi criada outra vara.

“É uma conquista histórica. É uma vitória da sociedade, da advocacia, do Executivo, do Legislativo. Somamos todos esses esforços para conseguir que esta comarca fosse elevada”, comemorou o então presidente da 21ª Subseção da OAB, Abel Sguarezi.

Novo avanço no atendimento judiciário em Lucas do Rio Verde foi comemorado no dia 22 de março de 2016, com a implantação do PJe (Processo Judicial Eletrônico) na 1ª, 2ª, 3ª e 6ª varas do Fórum da Comarca do município. Com o PJe, toda a tramitação, como o envio de documentos pela internet e a elaboração de peças processuais, ocorre dentro de uma plataforma única, facilitando o cumprimento de prazos, o acesso a todo o conteúdo dos autos e a diminuição do uso de papel.

21ª SUBSEÇÃO DA OAB

Em reunião com a conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Mato Grosso, Ana Stefanello, advogados de Lucas do Rio Verde oficializaram no dia 7 de março de 1999 a criação da 21ª Subseção da OAB de Mato Grosso. Duas comissões foram criadas na ocasião: uma para cuidar dos trâmites legais para constituição da subseção e outra para conduzir o processo eleitoral para escolha da primeira diretoria da OAB de Lucas do Rio Verde. Antes da criação da OAB Lucas, os advogados do município estavam ligados à 17ª Subseção da OAB, com sede em Sorriso.

No dia 23 de julho de 1999 foi instalada a 21ª Subseção da OAB em uma sala no Fórum da Comarca de Lucas do Rio Verde. A solenidade de posse da primeira diretoria aconteceu no dia 1º de setembro de 1999, na Câmara de Vereadores. A diretoria era composta pelas advogadas Noeli Alberti e Soleica Fátima de Goes Firmino de Lima, e pelos advogados Sílvio Antônio Fávero, Adelar Comiran e Marcos Aparecido Rodrigues, que assumiram o compromisso de “trabalhar unidos, coesos e irmanados para o progresso de Lucas do Rio Verde”.

A sede própria da OAB foi inaugurada no dia 27 de janeiro de 2010 e foi considerada pelas autoridades presentes uma das mais belas do interior de Mato Grosso até aquele momento.

MINISTÉRIO PÚBLICO

O dia 27 de maio de 2000 entrou para a história de Lucas do Rio Verde como a data em que os cidadãos ganharam mais um órgão em favor dos seus direitos. Conforme destacou o promotor de justiça

Miguel Shlessarenko, o primeiro a atuar na Promotoria de Justiça de Lucas do Rio Verde, com a instalação do órgão, o cidadão luverdense passaria a ter mais agilidade na resolução de seus problemas. A primeira sede do Ministério Público em Lucas do Rio Verde foi na Rua Giruá, em frente à Praça Francisco Lucas. O prédio foi construído pela prefeitura e cedido para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Com o crescimento do município, as demandas da população também cresceram e a Promotoria de Justiça de Lucas do Rio Verde sentiu a necessidade de um espaço maior. A construção de uma nova sede foi viabilizada por meio de parceria entre a prefeitura e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso. A inauguração da sede no Bairro Jardim das Palmeiras, próxima do Fórum da Comarca, aconteceu no dia 3 de agosto de 2006, durante os festejos dos 18 anos de emancipação do município.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Em 26 de fevereiro de 2003, Lucas do Rio Verde viveu mais “um dia de glória”, conforme enalteceu o advogado pioneiro Willians Reinaldo de Andrade na cerimônia de inauguração da Vara Itinerante do Trabalho no município.

“Trazer a justiça do trabalho para mais perto do cidadão que trabalha é uma conquista muito grande, porque esta é uma valiosa ferramenta para o trabalhador”, ressaltou o então vice-prefeito, Marino Franz.

A Vara Itinerante do Trabalho funcionava uma ou duas semanas por mês, conforme a demanda de processos, e era atendida pelo então juiz da Vara do Trabalho de Diamantino, Paulo Brescovischi. A Vara foi instalada na Avenida São Paulo, no Bairro Alvorada, no mesmo prédio onde funcionavam o Conselho Tutelar e o Juizado Especial de Pequenas Causas.

Uma longa e árdua caminhada de mais de oito anos e muito engajamento do poder público municipal, OAB-Lucas e sociedade organizada se fez necessária até que o município conseguisse a instalação definitiva da Vara do Trabalho.

Com 1.046 processos transferidos da comarca de Sorriso, a Vara da Justiça do Trabalho de Lucas do Rio Verde já começou grande. “Em uma cidade com progresso e pujança econômica, numa região em que surgem milhares de empregos, é normal que surjam conflitos entre empregados e empregadores”, avaliou o ministro João Oreste Dalazen, então presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Dalazen veio a Lucas do Rio Verde para a cerimônia de inauguração da Vara do Trabalho, que aconteceu na noite de 26 de agosto de 2011, quando também foi firmado termo de compromisso entre a Prefeitura de Lucas do Rio Verde e o Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso para ampliação das instalações.

“O rápido crescimento de Lucas do Rio Verde requer decisões rápidas”, acentuou o prefeito Marino Franz, ressaltando a importância da instalação da Justiça do Trabalho no município, fruto da união da população com as entidades competentes.

No dia 17 de dezembro de 2013 foi inaugurada a ampliação da sede da Vara do Trabalho, que passou a ter 334 metros quadrados, mais que o dobro dos 155 metros quadrados inaugurados em agosto de 2011. Um volume de 2.200 novos processos foram abertos somente em 2013 na Vara de Lucas do Rio Verde, o que a colocou na posição de terceira vara mais movimentada de Mato Grosso.

CARTÓRIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS

O Cartório de Registros de Imóveis, Títulos e Documentos de Lucas do Rio Verde começou a funcionar no dia 12 de março de 2004, o que foi considerado uma conquista para o município, pois a pessoa que necessitasse fazer o registro do seu imóvel ou de algum título ou documento precisava se deslocar até Sorriso.

Ao explicar que a instalação do Cartório só se tornou possível depois da implantação da Comarca de Lucas do Rio Verde, a titular da serventia, Maria Carolina de Magalhães, ressaltou a importância do Cartório de 1º Ofício, inclusive, para prevenir eventuais danos patrimoniais.

21ª ZONA ELEITORAL

Fruto do programa de recomposição das zonas eleitorais de Mato Grosso, cujos objetivos eram reduzir custos e melhorar a organização da jurisdição eleitoral no estado, a Justiça Eleitoral instalou a 21ª Zona em Lucas do Rio Verde no dia 14 de maio de 2004.

“Para nós, que até há pouco tempo dependíamos de Diamantino e, mais recentemente, de Sorriso, vamos poder resolver todos os problemas relacionados à justiça eleitoral aqui e ainda atender os municípios de Tapurah, Ipiranga do Norte e Itanhangá, o que vai tornar o nosso município mais importante e também se caracterizar e se firmar como polo regional”, destacou o prefeito Otaviano Pivetta, ressaltando que a instalação da Zona Eleitoral era mais um passo rumo à organização da sociedade. Juntos, os quatro municípios da jurisdição da 21ª Zona Eleitoral somavam 24.800 eleitores naquela data.

Para o então presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Flávio Bertin, a instalação da nova zona eleitoral representava o compromisso do TRE-MT de “levar essa justiça especializada a todos os recantos do estado de Mato Grosso”.

O juiz Túlio Duailibi Alves Souza, que era diretor do Fórum da Comarca de Lucas do Rio Verde, assumiu também o Juízo Eleitoral da 21ª Zona. Em 2009, com desmembramento promovido pelo TRE-MT, o município de Ipiranga do Norte passou para a jurisdição da zona eleitoral de Sorriso.

Em 2015, o Cartório Eleitoral ganhou uma nova sede, com 265,45 metros quadrados de área construída em terreno doado pela prefeitura. Na construção, pensada para oferecer mais conforto e segurança para os eleitores, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) investiu cerca de R\$700 mil. A inauguração aconteceu no dia 27 de março de 2014, quando Lucas do Rio Verde contava 45.612 eleitores.

INSTALADO ÓRGÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Resultado de um convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Lucas do Rio Verde, o Procon foi instalado no município no dia 15 de outubro de 2004. A iniciativa de criar o Procon em Lucas do Rio Verde foi do Poder Executivo local, que conseguiu aprovação na Câmara de Vereadores para criar a organização, a divisão, a comissão e o conselho do sistema municipal de defesa do consumidor.

“A instalação do Procon no município é o cumprimento de mais um compromisso que visa atender às necessidades da sociedade, já que Lucas vem despontando como um polo regional de comércio, onde os negócios se avolumam cada dia mais”, resumiu o prefeito Otaviano Pivetta.

Pelo convênio assinado com o Estado, para viabilizar a instalação da Coordenadoria do Procon no município, a prefeitura cedeu o espaço físico e duas funcionárias. A primeira coordenadora do Procon no município foi a servidora pública Aline Hartmann.

DEFENSORIA PÚBLICA

O primeiro defensor público a atuar em Lucas do Rio Verde foi Flávio Marcos Peixoto, que começou seu trabalho no município no dia 20 de março de 2006 em uma sala na Avenida São Paulo, bairro Alvorada, junto ao Conselho Tutelar.

A instalação da Defensoria Pública foi considerada uma conquista para o município. “A atuação do defensor público vai agilizar e melhorar o acesso à justiça aos cidadãos de baixa renda e facilitará o trabalho dos demais órgãos ligados à segurança e à justiça”, avaliou o então presidente do Conselho Municipal de Segurança Pública, Eliseu Sávio Diniz.

No ano seguinte, a Defensoria Pública foi transferida para um prédio cedido pela Prefeitura de Lucas do Rio Verde, no bairro Rio Verde, onde permaneceu até a inauguração da sede própria.

Em 27 de outubro de 2016, o Defensor Público Geral de Mato Grosso, Djalma Sabo Mendes Júnior, entregou a nova sede da Defensoria Pública de Lucas do Rio Verde, um espaço de 600 metros quadrados localizado na Avenida Goiás, com sete salas, além de uma recepção ampla e uma sala de atendimento, sala para psicólogo e assistente social, sala de conciliação, copa e uma brinquedoteca.

“A sociedade luverdense cresce de maneira expressiva a cada ano, e a Defensoria Pública, como um órgão de relevante expressão na sociedade, tem que acompanhar este crescimento”, acentuou o defensor público Leandro Jesus Pizarro Torrano, então coordenador do Núcleo de Lucas do Rio Verde.

“A reinauguração do nosso Núcleo em Lucas do Rio Verde engrandece a instituição e nos orgulha muito. Por isso, todos nós comemoramos neste dia tão esperado”, acentuou o Defensor Geral.



INSTALAÇÃO DA COMARCA



PRIMEIRA SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO



INAUGURAÇÃO DO
CARTÓRIO ELEITORAL



INAUGURAÇÃO DO FÓRUM



AUDIÊNCIA DE ELEVAÇÃO COMARCA



INAUGURAÇÃO
DA DEFENSORIA
PÚBLICA

Área verde do Córrego Lucas: pulmão da cidade

“Nós sofremos muita pressão para ocupar o espaço por chácaras, mas não deixamos. Hoje a área verde é o pulmão da cidade”, afirmou o primeiro prefeito de Lucas do Rio Verde, Werner Kothrade, ao ser homenageado com o Troféu Harri Müller no dia 13 de junho de 2017, durante as comemorações da Semana Municipal do Meio Ambiente em Lucas do Rio Verde.

Kothrade tem razão em sentir orgulho ao testemunhar a importância da área verde do Córrego Lucas para a qualidade do ar dos luverdenses, pela beleza que ela empresta à cidade e pela oportunidade de contemplação da natureza que ela proporciona aos moradores de Lucas do Rio Verde.

Data de 20 de março de 1989 a Lei nº 012/89, que “determina a preservação da área verde situada no perímetro urbano, margeando o Córrego Lucas”. Pela lei, sancionada pelo prefeito Werner Haroldo Kothrade, ficou proibido “a qualquer cidadão derrubar árvores, caçar e apreender animais e aves e demais atitudes que prejudiquem a vida animal e vegetal dentro desta referida área”. Jogar qualquer tipo de lixo na área verde também ficou proibido. A quem descumprisse, a lei prevê multa de um salário de referência e os reincidentes ficam sujeitos a multa de três salários de referência.

Em 1995, a preservação da área verde do Córrego Lucas ganhou força dentro do Programa Integrado de Manejo e Conservação do Solo e das Águas de Lucas do Rio Verde, por meio de um projeto de transformação da área verde em unidade de conservação municipal. Com isso, foi prevista a adoção de algumas medidas que visavam conter o avanço da urbanização nas duas margens do córrego, limitando o acesso à área verde e impedindo seu desmatamento.

“O acesso da população à área poderá ser dado somente por trilhas adequadas, servindo como cenário para educação ambiental”, previa o plano de ação. Outras medidas estabelecidas para implantação da área de conservação: “canalizar as águas pluviais dos três acessos entre uma parte e outra da cidade, respectivamente, Avenida Mato Grosso, Avenida Tocantins e Avenida Goiás; regularizar a drenagem das avenidas Amazonas, Rio Grande do Sul e Paraná, que destinam águas pluviais aleatoriamente para o Córrego Lucas; canalizar os esgotos sanitários [projeto que estava sendo executado pela Fundação Nacional de Saúde por meio do Saae]; disciplinar o lazer da população urbana, que busca as águas do Rio Lucas como balneário; limpeza e desassoreamento do leito do rio; adequação do Horto Municipal localizado na área da microbacia, integrando-o às atividades preservacionistas e de educação ambiental; adequar a área de esportes, CTG Sentinela da Tradição e Parque de Exposições localizados na área da bacia”.

O plano de ação para implantação da área de conservação estabelecia medidas também para a parte da área verde localizada na zona rural, começando pela cabeceira do Córrego Lucas. As medidas incluíam desde o cancelamento de alvará de funcionamento de dois restaurantes localizados na BR-163 quase às margens do Córrego Lucas, até a mobilização dos proprietários rurais localizados nas nascentes, para a instalação e manutenção de reservas legais. Incluíam, ainda, a integração dos proprietários de chácaras localizadas na margem direita do córrego ao programa de manutenção, e o disciplinamento do uso de agrotóxicos e do fogo nas áreas rurais próximas à reserva.

Ainda em 1995, o Movimento Pró-Cidadania, em parceria com a Prefeitura de Lucas do Rio Verde, realizou o 1º Fórum Municipal de Educação e Preservação Ambiental, ocasião em que a sociedade ratificou o desejo de ver a área verde do Córrego Lucas preservada e legitimou o Movimento Pró-Cidadania a atuar na elaboração do projeto do Parque Municipal do Córrego Lucas, detalhando as ações de recuperação, conservação e preservação que deveriam ser implementadas na área verde. Para esse trabalho, foram mobilizados engenheiros florestais, agrônomos, engenheiros civis, arquitetos e educadores, que atuaram de forma voluntária, com assessoramento de técnicos da FEMA e do Prodeagro, de onde viriam os recursos para implantação do projeto.

No final de maio de 1996, representantes do Departamento de Recursos Naturais do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), instituição que integra o Grupo Banco Mundial, e da Coordenadoria do Ministério do Planejamento e Orçamento do governo brasileiro estiveram em Lucas do Rio Verde para vistoriar o andamento dos trabalhos do Programa de Manejo e Conservação do Solo e das Águas e também conheceram o anteprojeto de preservação da reserva do Córrego Lucas. Os técnicos ratificaram a importância da proteção da área verde e sinalizaram para a possibilidade de alocação de recursos para o projeto, que previa a instalação de três módulos no trecho situado dentro do perímetro urbano.

O Módulo I correspondia ao trecho compreendido entre o limite do quadro urbano - que, na época, ficava na altura do Horto Municipal/Avenida das Nações - e a Avenida Goiás. Pelo projeto, o trecho seria

transformado em Área de Preservação Municipal e/ou em área para estudos ecológicos e educação ambiental (fauna, flora, água e solo).

Compreendido entre as avenidas Goiás e Tocantins, o Módulo II seria destinado ao lazer, com a implantação de trilhas para caminhadas, pontes artesanais interligando as margens, espaço para churrasqueiras, restaurantes/bares, etc.

Para o Módulo III, compreendido entre a Avenida Tocantins e a Foz do Córrego Lucas, no Rio Verde, a proposta era criar um parque ecológico na parte alta e um parque aquático na parte baixa.

O projeto foi apresentado à sociedade luverdense na noite de 31 de outubro de 1996, durante reunião promovida pelo Movimento Pró-Cidadania na sede da Acilve. Em meados de novembro, o projeto foi protocolado no Prodeagro. De passagem por Lucas do Rio Verde no dia 26 de novembro, o responsável pela equipe de descentralização do Prodeagro, Daniel Vilani, que assessorou o Movimento Pró-Cidadania e a Prefeitura de Lucas do Rio Verde na elaboração do projeto, informou que outros municípios mato-grossenses já haviam manifestado interesse em desenvolver projetos semelhantes. Vilani sempre se mostrou muito confiante na aprovação e execução do projeto via Prodeagro/Bird, mas o fato é que aquele projeto acabou se perdendo nos corredores da burocracia ou esquecido em alguma gaveta de algum desses órgãos que atrasam o país.

ANOS DE LUTA

Marcando as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho de 1997, autoridades municipais e integrantes do Movimento Pró-Cidadania fizeram o lançamento do Parque Natural Municipal na Microbacia do Córrego Lucas. O prefeito Otaviano Pivetta anunciou que inicialmente seria aberta uma rua ao longo da área verde e abertas algumas trilhas para possibilitar a visitação à reserva. As obras iniciaram, efetivamente, no final do mês de junho, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que tinha à frente o engenheiro agrônomo Egidio Raul Vuaden. Dias antes, o projeto fora entregue ao então secretário estadual de Meio Ambiente e presidente da FEMA, Frederico Müller, que prometeu destinar recursos do Estado para implantação do parque.

O Projeto de Lei nº 082/99, que propunha a criação do Parque Municipal do Córrego Lucas, foi aprovado pela Câmara de Vereadores em votação única durante sessão ordinária no dia 8 de novembro de 1999. Pelo projeto, ficava criado o parque com área de 95,30 hectares dentro do perímetro urbano de Lucas do Rio Verde. Em julho de 2002, a prefeitura deu início à abertura das trilhas, mas esbarrou na falta de verbas para executar o projeto conforme havia sido concebido. Em maio de 2003, o prefeito Otaviano Pivetta encaminhou projeto de lei à Câmara visando autorização para fazer outorga e doação de 28,83 hectares da área de reserva do Córrego Lucas para o Estado, via Fundação Estadual do Meio Ambiente, com o compromisso de que o Estado implantaria o Parque Estadual de Preservação Ambiental no espaço entre as



avenidas Mato Grosso e Goiás. O projeto foi aprovado por unanimidade na sessão ordinária do dia 9 de junho de 2003 e em 11 de março de 2004 o prefeito Otaviano Pivetta e o então secretário estadual de Meio Ambiente, Moacir Pires, assinaram convênio no valor de R\$459 mil para implantação do projeto. O lançamento das obras aconteceu no dia 27 de março de 2004, com a presença do governador Blairo Maggi. Exatos oito meses depois, Blairo Maggi e Moacir Pires voltavam ao município para inaugurar o Parque dos Buritis, anunciado como a primeira etapa do projeto do Parque Natural Municipal na Microbacia do Córrego Lucas.

PARQUE DOS BURITIS

Manhã ensolarada de sábado, 27 de novembro de 2004. Na entrada do Parque dos Buritis, um aglomerado de crianças e adolescentes de escolas públicas de Lucas do Rio Verde aguardava alvoroçado a chegada da comitiva do governador Blairo Maggi, que se deslocava de bicicleta do Aeroporto Municipal Bom Futuro até a cidade, acompanhado por outro grupo não menos alvoroçado de estudantes. A ideia de promover um “pedalaço” com as autoridades foi do prefeito Otaviano Pivetta, que mobilizou estudantes, professores, secretários municipais e lideranças comunitárias para se dirigirem de bicicleta até o aeroporto recepcionar as autoridades que vinham ao município participar de algumas inaugurações, dentre elas, o Parque Ecológico dos Buritis, com três quilômetros de trilha para caminhada, além de quiosques espalhados no meio do bosque e um centro administrativo.

Para o governador e sua comitiva, aquela era apenas mais uma inauguração, mas para os moradores de Lucas do Rio Verde, especialmente os pioneiros, significava a concretização de parte de um sonho iniciado ainda em 1989.

O nome “Parque dos Buritis” fora escolhido no início do mês de novembro de 2004, por meio de um miniconcurso lançado pela Prefeitura de Lucas do Rio Verde, dando oportunidade aos moradores de sugerirem o nome do parque situado no coração da cidade. De acordo com o então secretário de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente, Daltro Figur, foram recebidas mais de 200 sugestões. O nome escolhido foi uma sugestão da moradora Vanda Lima Carrias, em razão da grande quantidade de buritis existente na área verde e pela importância dessa planta para a sobrevivência de pássaros e outras espécies de animais.

LAGO ERNANI JOSÉ MACHADO

Em 2005, o trânsito na Avenida Tocantins ficou interditado por cerca de quatro meses para execução das obras que resultaram no Lago Ernani José Machado. Para os luverdenses que haviam integrado o



REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DOS BURITIS EM 2015



LAGO ERNANI JOSÉ MACHADO



LAGO HARRI MULLER

Movimento Pró-Cidadania, a construção do lago significava a realização de mais uma parte do sonho acalentado desde o início dos estudos e elaboração do plano de preservação da área verde do Córrego Lucas. Mas foi um termo de ajustamento de conduta firmado entre a Prefeitura de Lucas do Rio Verde com o Ministério Público, em 2004, que levou a gestão municipal a adotar um conjunto de medidas de preservação ambiental, contemplando, principalmente, o desassoreamento do córrego e a limpeza da vegetação morta existente no seu entorno, o que possibilitou a formação do lago que se tornou um dos mais belos cartões-postais da cidade.

A obra foi considerada “emergencial” pelo prefeito Marino Franz, em junho de 2005, pois o alagado que se formara no entorno do córrego, além de matar a vegetação, se tornara um criadouro de mosquito *Aedes aegypti*, aumentando sensivelmente os casos de dengue no município. As obras de drenagem e limpeza foram feitas com o acompanhamento do Ministério Público e da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEMA).

Em 29 de agosto de 2005, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade o projeto de lei de autoria do vereador Jiloir Pelicioli (Mano), denominando Lago Ernani José Machado o espelho d’água formado entre as avenidas Tocantins e Mato Grosso. A denominação é uma homenagem à família Machado, pioneira de Lucas do Rio Verde, que instalou a primeira estação rodoviária no aglomerado urbano que viraria a cidade de Lucas do Rio Verde.

Filho de Antônio e Júlia Machado, Ernani era um jovem cheio de sonhos e ideais, que acreditava no desenvolvimento de Lucas do Rio Verde, mas morreu tragicamente no ano de 1985, num acidente de carro na BR-163, próximo ao Posto Gil, quando se deslocava a Cuiabá buscar óleo diesel para os motores que forneciam energia.

Considerado pelo prefeito Marino Franz “um presente para a população luverdense”, o Lago Ernani José Machado, com as obras urbanísticas e de paisagismo no seu entorno, foi inaugurado no dia 7 de dezembro de 2006. A obra demandou investimento de aproximadamente R\$ 1 milhão.

Em 2015, a prefeitura desenvolveu um programa de revitalização das praças e parques municipais para tornar os ambientes mais atrativos e garantir mais opções de lazer para as famílias luverdeses. Neste programa de revitalização, o Lago Ernani José Machado ganhou pedalinhos para alegria das crianças, um restaurante foi instalado no local e novas pistas de caminhada foram construídas. O Parque dos Buritis também ganhou novas trilhas, além de estrutura para prática de arborismo.

A inauguração da nova estrutura aconteceu na manhã de 23 de agosto de 2015, um dia de sol e calor ardentes em que filas imensas de crianças e pais se formaram para passear de pedalinho pelo lago. “Estamos perenizando o que foi pensado lá atrás e, com isso, criando um ambiente para que as pessoas possam usar, é um espaço público para uso da sociedade”, salientou o prefeito Otaviano Pivetta.

PARQUE ECOLÓGICO E LAGO HARRI MÜLLER

Na gestão do prefeito Marino Franz, dois novos parques municipais foram criados: o Parque Municipal do Córrego Verde (Harri Müller) e o Parque Municipal do Córrego Xixi (Bromildo Lawisch).

Localizado entre os bairros Parque das Américas e Parque das Araras, o Parque Ecológico Harri Müller é composto por uma área superior a 60 hectares que compreende área de preservação do Córrego Verde, pista de caminhada com iluminação, e lago com 25.500 metros quadrados. Somados os R\$ 886 mil aplicados na viabilização do espaço de lazer e os R\$ 253 mil investidos nas obras de infraestrutura, o parque demandou recursos totais de R\$ 1,14 milhão, e foi entregue à população no dia 24 de junho de 2012.

O nome é uma homenagem ao cidadão luverdense e servidor público municipal Harri Müller, que foi um grande defensor do meio ambiente. “Se ele visse alguém cortando um galho de árvore que fosse, ele brigava”, lembrou o então presidente da Câmara de Vereadores, Carlos Giroto, na cerimônia de inauguração do parque, que contou com a presença de familiares de Harri Müller, falecido em 2008.

Em janeiro de 2016, o Lago Harri Müller recebeu seis pedalinhos para tornar mais festivos e divertidos os momentos de lazer das famílias frequentadoras daquele espaço público. A instalação dos pedalinhos, a exemplo do que já ocorrera no Lago Ernani José Machado, foi parte do programa de revitalização das praças e parques implementado pelo município. A entrega oficial dos novos equipamentos aconteceu no dia 24 de março.

Em dezembro de 2012, foi criado o Parque Municipal Bromildo Lawisch, com área de 60 hectares, destinado à preservação da área verde do Córrego Xixi e à ampliação das áreas de proteção ambiental do município, “com o intuito de manter seu patrimônio ecológico, de seus recursos naturais e garantir a qualidade de vida da população luverdense”.

A denominação do parque é uma homenagem ao pioneiro Bromildo Lawisch que se instalou em Lucas do Rio Verde no início dos Anos 80. Natural de Giruá, Bromildo foi um “luverdense de coração, que ao longo de sua morada em Lucas do Rio Verde demonstrou garra e vontade de fazer uma cidade melhor para as gerações futuras”, conforme destaca a justificativa para denominação do parque. Bromildo Lawisch faleceu em 14 de outubro de 1998, em Lucas do Rio Verde.

Somando as áreas verdes destes dois parques e a do Córrego Lucas, o município possui no perímetro urbano mais de 700 hectares de mata nativa preservada.

13

Saúde: do furgão do Inamps ao moderno Hospital São Lucas

“Médico aqui não existia. Nem em Sorriso não tinha. Era só em Sinop que tinha um. Um, dois... Cuiabá tinha a Santa Casa”, conta o catarinense Aldemar Cosma ao lembrar como era a vida na região quando ele decidiu comprar um pedaço de terra e se estabelecer em Lucas do Rio Verde em 1977.

No acampamento do 9º BEC, havia um profissional de enfermagem que prestava assistência exclusiva para o pessoal do Batalhão do Exército que estava abrindo a BR-163, conforme relata o técnico em Enfermagem Jorge Vanni, que atua na área de saúde em Lucas do Rio Verde desde 1982. Segundo Vanni, quando o Incra assentou os agricultores de Ronda Alta, esse profissional do Exército era quem dava apoio às famílias até o governo federal destinar para o assentamento um ônibus do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), equipado com consultório médico. “Mas na época era muito difícil conseguir médico para ficar aqui”, assinala.

Em 1982, o governo federal implantou uma unidade da Fundação Serviços de Saúde Pública (Fundação Sesp), numa construção de madeira. “Éramos oito funcionários: dois técnicos de enfermagem, um técnico de laboratório, um auxiliar de saneamento, uma visitadora sanitária, um auxiliar de serviços gerais e um médico, que era o Dr. José da Costa Vanzer, médico da Fundação Sesp”, detalha Vanni.

Com a instalação da unidade de saúde da Fundação Sesp, Lucas do Rio Verde já ficou mais avançado que Sorriso no atendimento à saúde, conforme relata Jorge Vanni. “Sorriso já tinha um começo de cidade, mas não tinha uma unidade de saúde pública, tinha um hospitalzinho particular. Aí, quando tinha campanha de vacina, por exemplo, a gente ia a Sorriso aplicar vacinas nas crianças, ia nas fazendas, inclusive, nas comunidades”, relata o técnico de enfermagem, assinalando que vinham pessoas de outras localidades também em busca de assistência à saúde. “A gente atendia mais pessoas de fora do que de Lucas, porque Lucas ainda tinha pouca gente na época”.

Em 1986, a construção de madeira deu lugar a um prédio de alvenaria e a unidade de saúde da Fundação Sesp passou a ter médico “permanente”. A inauguração da unidade aconteceu no dia 26 de setembro daquele ano, e parte da construção permanece até os dias atuais, integrando a estrutura do Posto de Saúde da Família do bairro Pioneiro.

Cerca de 30 dias antes da inauguração da unidade, chegou ao Distrito a médica Elisa Bertoldo Luccini, designada para assumir a chefia do posto de saúde, cujo horário de atendimento era das 7h30 às 11 horas e das 13h30 às 19 horas. Eram atendidas, em média, 30 consultas por dia.

Além de consultas e atendimento ambulatorial, a unidade da Fundação Sesp também realizava exames laboratoriais, vacinas, campanhas educativas e prestava serviços de orientação sanitária com instalação de privadas pré-moldadas, abertura de fossas para colocação de lixo, e atuava na fiscalização sanitária. “Foi um dos melhores serviços de saúde pública que o Brasil já teve”, ressalta a médica, referindo-



FURGÃO INAMPS



POSTO DE SAÚDE DO SESP - 1986



PRIMEIRA AMBULÂNCIA - 1988



HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA, 1991



se à Fundação Sesp, que atuava essencialmente em regiões brasileiras que estavam sendo desbravadas.

Fora o atendimento público de saúde, Lucas do Rio Verde contava, nesta época, com atendimento hospitalar particular, mantido pelo médico Antônio Régio Mendes. Era uma pequena construção de madeira localizada no bairro Pioneiro. Em meados de 1986, chegou ao Distrito o casal de médicos Telma Buchala e Euclides Buchala Junior, ele pediatra e ela clínica geral. Os dois acabaram se associando ao Dr. Antônio e construíram um novo hospital, na Avenida Mato Grosso, que funcionou até o início de 1993, quando o prédio foi adquirido pela Prefeitura de Lucas do Rio Verde. Atualmente, no local funciona o Posto de Saúde Central.

Em 1991, a médica Elisa Bertoldo Luccini colocou em funcionamento o Hospital Nossa Senhora Aparecida, na Avenida Paraná, em frente à Praça dos Migrantes, no centro da cidade, fato que acabou atraindo novos profissionais de medicina para o município, como os médicos Ademir Sauner Machado, Edvar Minoru Haida e Nilton Haragushiku. À medida que a cidade foi crescendo e ganhando melhorias na infraestrutura urbana, começou a atrair outros profissionais da saúde, inclusive médicos.

HOSPITAL SÃO LUCAS

A instalação de um hospital foi o segundo item elencado entre as prioridades apontadas pela população de Lucas do Rio Verde em outubro de 1998, quando a prefeitura encomendou pesquisa para saber da população que obras e serviços públicos deveriam ser priorizados pela administração municipal.

Na noite de 10 de novembro de 1998, lideranças comunitárias, produtores rurais e empresários lotaram o auditório da Acilve para conhecer a proposta de criação de uma “fundação pública de direito privado” que ficaria responsável por construir, equipar, colocar em funcionamento e manter um hospital no município.

A proposta foi apresentada pelo prefeito Otaviano Pivetta, e, da reunião, saiu composta uma comissão que foi incumbida de desenvolver estudos e elaborar uma minuta de estatuto, bem como cuidar de todo trâmite legal para constituir a Fundação.

No dia 9 de dezembro, também no auditório da Acilve, lideranças municipais e integrantes da Comissão Pró-Fundação Hospitalar se reuniram para analisar e discutir a proposta de estatuto.

Em 4 de fevereiro de 1999 aconteceu a assembleia que elegeu o primeiro Conselho Deliberativo e Conselho Curador da Fundação Luverdense de Saúde. A assembleia aconteceu no auditório da Acilve e, na mesma ocasião, o engenheiro civil Paulo Roberto De David, que na época ocupava o cargo de secretário municipal de Obras e Serviços Públicos, apresentou a planta do Hospital São Lucas.

O Conselho Deliberativo era formado por uma diretoria e conselheiros. Para a diretoria foram eleitos Otaviano Olavo Pivetta como presidente, Altamir Pandini como vice-presidente e Soleica Fátima de Goes Fermino de Lima como secretária. Os conselheiros efetivos eleitos foram Sidney Thomaz, Francisco Martinello e Antonio Isaac Fraga Lira, que tinham como suplentes Dora Denes Ceconello e Jean Jhoni Machado.

Para o Conselho Curador foram eleitos João Alfaro Duarte, Darci Frantz, Pastor Luiz Godinho, Marli Heldt Ventura, Jorge Vanni, Vilson Copetti, Ildo Romancini e Altamiro Leite Miranda.

Constituída a Fundação, teve início a busca de recursos para construção do Hospital São Lucas, cujas obras tiveram início em junho de 1999. Produtores rurais, comerciantes e empresários fizeram doações para viabilizar o projeto, que previa sete etapas, totalizando 6.238,47 metros quadrados e 153 leitos. A primeira etapa contemplou 1.812,12 metros quadrados de construção e a instalação de 40 leitos.

“Saí com um caderno debaixo do braço, pedindo doações para construir e equipar o hospital”, recorda Marino Franz, que em 2001, como vice-prefeito e vice-presidente da Fundação Luverdense de Saúde, dedicou especial empenho para viabilizar a conclusão das obras.



“Esta é uma conquista da sociedade, com a participação da sociedade”, enfatizou o prefeito Otaviano Pivetta na cerimônia de inauguração da estrutura física da primeira etapa do Hospital São Lucas, que aconteceu no dia 4 de agosto de 2001, dentro da programação dos 13 anos de emancipação de Lucas do Rio Verde.

Quase dois anos depois, em 4 de abril de 2003, os luverdenses viram concretizado o sonho de ter o Hospital São Lucas pronto e equipado para iniciar o atendimento à população. Na primeira etapa, que entrou em funcionamento, efetivamente, na segunda-feira, 6 de abril de 2003, foram investidos R\$946.850,00 na obra física e R\$656.000,00 na aquisição de móveis e equipamentos. Os recursos foram obtidos por meio de destinações da Prefeitura de Lucas do Rio Verde, doações de produtores rurais e empresários e, ainda, promoções que envolveram a participação da comunidade.

A administradora hospitalar Catarina Morelatto Roa, que participou desde a concepção da ideia, assumiu como diretora administrativa do Hospital São Lucas. O médico pediatra Jaime Eduardo Borges Floriano, que também se engajou no projeto desde sua concepção, foi o primeiro diretor clínico do São Lucas, e a enfermeira-chefe era Fabiana Dameto Mertz. O primeiro bebê nascido no Hospital São Lucas foi Renan Mateus Bergmann, filho de Renato Bergmann e Vera Lúcia dos Santos Batista. Ele nasceu às 11 horas do dia 6 de abril de 2003, pesando 3.060Kg e medindo 49 centímetros. O médico obstetra foi André Thumé.

Com a construção e instalação do São Lucas, o município deixou de praticar a “ambulâncioterapia”, como costumava dizer o secretário municipal de Saúde, Márcio Pandolfi. “Seria muito cômodo o município comprar umas quatro ambulâncias e despachar os doentes para Sinop ou Cuiabá, demandaríamos menos recursos, teríamos menos trabalho e correríamos menos riscos de cometer erros”, desabafou o secretário num dos muitos momentos de dificuldades do Hospital São Lucas.

O fato é que o desafio de construir, equipar e colocar em funcionamento o hospital se tornou pequeno diante do desafio de manter o funcionamento da unidade. “Não é possível que meia dúzia de pessoas tenha que carregar 30 mil pessoas nas costas, não é justo”, sentenciou o prefeito Marino Franz em entrevista ao Folha Verde no dia 11 de fevereiro de 2008, ao revelar que o hospital vivia em constante crise financeira.

Na ocasião, prestes a completar cinco anos de funcionamento, o Hospital São Lucas corria o risco de “fechar as portas”, conforme declarou o prefeito, porque seu custo estava se tornando pesado demais para o município e para os poucos empresários que ainda se dispunham a contribuir para a manutenção da instituição. Na época, a prefeitura repassava ao HSL o valor mensal de R\$ 150 mil para compra de serviços, o chamado “contrato de gestão” com a Fundação Luverdense de Saúde, mas o custo mensal de manutenção do hospital girava em torno de R\$ 250 mil. Parte desta diferença era arrecadada por meio de convênios (Unimed, Cassi, SUS, e outros) e uma parcela bem pequena era conseguida dos atendimentos particulares. “As contas não fecham”, concluiu Marino Franz ao demonstrar preocupação e também descontentamento, especialmente com os usuários que, mesmo tendo condições financeiras para pagar pelos serviços de saúde, cobravam atendimento gratuito.

“A população de Lucas do Rio Verde ainda não acordou para a importância do Hospital São Lucas e da responsabilidade de zelar para que a instituição continue a prestar um bom serviço. As pessoas que têm condições financeiras precisam se oferecer a ajudar o hospital a continuar funcionando”, assinalou Marino Franz.

Na quarta-feira, 25 de junho de 2008, a Fundação Luverdense de Saúde inaugurou a ampliação do Hospital São Lucas, uma ala com 32 novos leitos distribuídos em enfermarias, áreas de obstetrícia para gestantes, pré-parto e pós-parto, internamentos clínicos e cirúrgicos, além de uma ala infantil equipada com brinquedoteca.

A nova ala foi construída com recursos do município e do empresariado luverdense. “A construção desta nova ala se fez necessária em função do crescimento da cidade”, justificou o prefeito Marino Franz.

Doações da iniciativa privada viabilizaram uma nova ampliação do Hospital São Lucas, com a instalação de outros 22 leitos. A inauguração aconteceu no dia 14 de julho de 2012. “Desde o princípio, quando começamos a implantação do Hospital São Lucas, foi passado o chapéu de porta em porta e nós conseguimos muitas doações de empresas”, acentuou o prefeito Marino Franz, salientando que o hospital São Lucas não tem “um dono”, mas é um patrimônio da sociedade luverdense.

Em março de 2014, a Fundação Luverdense de Saúde, mantenedora do Hospital São Lucas, conseguiu certificação de entidade beneficente de assistência social (CEBAS), conforme portaria nº 165, publicada no Diário Oficial da União no dia 7 de março de 2014. Com isso, a instituição ficou isenta do pagamento de tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o que resultou em redução de custos, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados no Hospital São Lucas.

Em setembro de 2014, depois de muita luta da administração para atender às exigências e normativas, a Fundação Luverdense de Saúde conseguiu incluir o Hospital São Lucas no programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área de saúde, conhecido como PROSUS. E, em março de 2015, o Hospital São Lucas conquistou o título de utilidade pública federal, reconhecimento que havia sido solicitado ainda na gestão do prefeito Marino Franz. O reconhecimento foi confirmado pela Portaria 674, publicada no Diário Oficial da União no dia 31 de março de 2015.

NOVA ALA

A construção de uma nova ala do Hospital São Lucas foi um dos compromissos do prefeito Otaviano Pivetta amplamente difundidos na campanha eleitoral de 2012. Para elaboração dos projetos da nova ala,

Otaviano Pivetta mobilizou diversos profissionais da área de engenharia e arquitetura, que atuaram de forma voluntária, dividindo tarefas por setores. A engenheira civil Edlaine Daniela Siriani produziu o projeto de segurança; o engenheiro sanitário Nildo Borges cuidou do projeto hidrossanitário e ambiental; a arquiteta Denise Zottis Boscoli e a engenheira civil Ivanir Ganzer fizeram o projeto arquitetônico e estrutural; a arquiteta Letícia Alves Berté cuidou dos licenciamentos; e o mestre de obras Valdemar Janing ficou responsável pela execução.

Em abril de 2014, a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei autorizando o repasse de R\$ 1,6 milhão dos cofres municipais para a Fundação Luverdense de Saúde aplicar na ampliação do Hospital São Lucas. Com isso, no dia 25 de abril de 2014, a prefeitura e a Fundação Luverdense de Saúde assinaram o convênio para início das obras. Na ocasião, o Conselho de Administração da Fundação aprovou o projeto de ampliação da unidade de saúde, que também demandou esforço coletivo para que ficasse pronta.

A nova ala foi inaugurada no dia 15 de dezembro de 2016, quando também foi inaugurada a estrutura física da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 Horas, construída com verbas do governo federal, via Ministério da Saúde. “A partir de hoje, o Hospital São Lucas e a Unidade de Pronto Atendimento estão entregues nas mãos da sociedade e de seus líderes para fazer bom uso, fazer com que funcionem bem e todos os cidadãos necessitados sejam bem atendidos”, discursou o prefeito Otaviano Pivetta.

As duas unidades de saúde demandaram investimentos de aproximadamente R\$ 19 milhões, incluindo obras físicas e equipamentos. A nova ala do Hospital São Lucas possui 4.067 metros quadrados divididos em 20 leitos de UTI (10 adulto e 10 neonatal), 50 leitos de enfermaria, sete salas de cirurgia, centro de imagens e consultórios médicos. Entre a construção e a compra de equipamentos foram investidos cerca de R\$ 16 milhões, recursos oriundos do poder público municipal, e de entidades e órgãos como o Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde, que doou R\$ 1 milhão, e o Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso (TRT-MT), que repassou R\$ 2,3 milhões para a instituição. O recurso resultou de acordo firmado entre o Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) e a empresa BRF, com a homologação da Justiça do Trabalho. Já o montante repassado pelo Sindicato Rural foi arrecadado entre seus associados.

DESAFIO CONSTANTE

A manutenção do Hospital São Lucas continua sendo o grande desafio, não apenas da mantenedora, Fundação Luverdense de Saúde, mas também do poder público municipal e da sociedade luverdense. Embora o atendimento à saúde de média e alta complexidade não seja obrigação do município, com o Estado cada vez mais ausente dos seus deveres para com os cidadãos, município e sociedade organizada são forçados a preencher a lacuna para garantir atendimento digno à população.

“Nos últimos anos, o município deixou de fazer na atenção básica aquilo que é obrigação dele. Diminuiu os recursos na atenção básica para poder atender alta e média complexidade, que não é obrigação total do município”, queixou-se o prefeito Luiz Binotti em março de 2017, ao enfrentar o primeiro momento de crise de sua gestão em relação ao Hospital São Lucas.

Em 2016, o município aplicou 34% de sua receita em saúde, quando a obrigação constitucional prevê aplicação de 15% do orçamento. Boa parte dos 34% foi para cobrir atendimentos de média e alta complexidade feitos por meio de compra de serviços do Hospital São Lucas e do Hospital Regional de Sorriso.

Mas os recursos repassados via contrato de compra de serviços nunca são suficientes e, para cobrir o déficit do Hospital São Lucas, a Fundação Luverdense de Saúde acaba recorrendo ao poder público municipal, que faz subvenções frequentes para poder manter o hospital em funcionamento. Dentre as razões que levam a instituição ao déficit é a defasagem da tabela SUS, que não cobre os custos dos procedimentos médicos. Mais de 60% dos atendimentos prestados no Hospital São Lucas são pelo SUS.



ATENÇÃO BÁSICA

A evolução que Lucas do Rio Verde conquistou na área da saúde é algo que impressiona. O velho furgão do Inamps cumpriu seu papel no começo da colonização. A Fundação Sesp também cumpriu seu papel, com a unidade de saúde que depois se tornou o Posto de Saúde da Família do bairro Pioneiro. Os PSFs se multiplicaram e atendem a todos os bairros, com instalações modernas, confortáveis, acolhedoras e, o mais importante, dotadas de estrutura e de profissionais aptos a acolher com qualidade as demandas dos cidadãos luverdenses na atenção básica.



A vida é uma caminhada constante e, à medida que trilhamos o caminho, agregamos conhecimento, adquirimos experiência, enriquecemos nossa bagagem cultural, amadurecemos ideias, avançamos rumo às conquistas que planejamos alcançar. O sonho é o que nos move, a determinação é quem nos faz chegar à meta desejada.

Com Lucas do Rio Verde não foi diferente. O planejamento, o trabalho e a determinação ditaram o ritmo do desenvolvimento e colocaram o município em lugar de destaque, permitindo aos cidadãos luverdenses sonhar e realizar sonhos.

Os importantes avanços conquistados a cada passo da longa caminhada fizeram de Lucas do Rio Verde uma terra de oportunidades que atraiu e continua atraindo brasileiros de todos os cantos do nosso imenso país. Os desafios sempre foram muitos, “não há mágica” nesta história de sucesso, “há planejamento, determinação, trabalho e superação”, conforme apregoa Marino Franz, e boas doses de ousadia, criatividade e engajamento coletivo.

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DOMINA DEBATE NA QUINTA DISPUTA ELEITORAL

A grande questão posta na disputa eleitoral de 2004, no município, foi a geração de emprego e renda. A tônica era de que os jovens luverdenses saíam para estudar e precisavam de oportunidades para retornar ao município.

Depois de meses de especulações, na noite de 30 de junho de 2004 as convenções partidárias definiram os candidatos ao pleito municipal. Interessante foi o fato de que o empresário Osvaldo Martinello, que na eleição de 1996 se defrontou nas urnas com Otaviano Pivetta, foi homologado como candidato a vice-prefeito na chapa da situação, encabeçada por Marino Franz, com o aval e a bênção de Otaviano Pivetta. Nove partidos formaram o bloco situacionista: PPS, PTB, PP, PL, PFL, PT, PMN, PSB e PDT, que lançaram duas chapas com candidaturas a vereador, cada uma com 12 candidatos.

Já o bloco de oposição lançou o ex-vereador Vilmar Scherer para prefeito, com o jovem empresário Rogério Ferrarin como candidato a vice-prefeito. Também com nove partidos em sua composição – PSDB, PMDB, PSL, PSDC, PRTB, PAN, PV, PSC e PTdoB – o bloco oposicionista lançou 26 candidatos a vereador, divididos em duas chapas.

Denominada Desenvolvimento Social Luverdense, a coligação da frente de oposição defendia geração de emprego e inclusão social como prioridades e prometia uma gestão com “responsabilidade, transparência e honestidade, e com visão empresarial”, focada no lema “Oportunidade para Todos”.

A coligação Lucas para Todos amparava-se no mote “Lucas ainda melhor” com “dignidade para todos”, e embasava suas propostas na continuidade e melhoria dos projetos que vinham sendo desenvolvidos desde 1997, com ênfase para geração de emprego e renda.

Um sábado de muito calor antecedeu o dia das eleições em Lucas do Rio Verde. Por volta da meia-noite do dia 2 de outubro, uma chuva calma fez cair um pouco a temperatura e o domingo, 3, amanheceu ameno. O dia transcorreu tranquilo, sem grandes incidentes, e os luverdenses puderam exercer seu direito de cidadania de forma serena e ordenada na maior



parte das seções eleitorais.

Às 18h24, a Justiça Eleitoral por meio do Cartório Eleitoral de Lucas do Rio Verde, disponibilizou o resultado oficial das urnas: o candidato Marino Franz, da coligação Lucas para Todos, venceu com 60,83% dos votos válidos, contra 39,17% do candidato Vilmar Scherer, da coligação Desenvolvimento Social Luverdense.

De um total de 14.729 eleitores aptos a votar, 13.392 compareceram às urnas. Destes, 7.841 votaram em Marino e Martinello, 5.048 votaram em Vilmar e Rogério, 131 votaram em branco e 372 anularam o voto.

A Câmara Municipal foi renovada em mais de 50%, com cinco novos vereadores contra quatro reeleitos. Dentre os eleitos, Márcio Pandolfi (PPS), que fora secretário de Saúde, foi o mais votado, com 1.202 votos. A professora Cleci Fátima Nunes (PSDB) foi a segunda mais bem votada, com 755 votos. Demétrio Cezar (PMDB) foi reeleito com 677 votos; Jiloir (Mano) Pelicioli (PSDB), reeleito com 656 votos; Nestor Albrecht (PTB), eleito com 611 votos; Carlos Giroto (PPS), reeleito com 600 votos; Raimundo Dantas (PFL), eleito com 575 votos; Elder Biazus (PPS), eleito com 457 votos; e Marli Heldt Ventura (PPS), reeleita com 437 votos. Dos nove eleitos, seis eram da coligação Lucas para Todos e três da coligação Desenvolvimento Social Luverdense.

Durante 90 dias, a cidade ficou dividida entre o 23 e o 45, números que representavam as duas coligações. Divulgado o resultado das urnas, a turma do 23 tomou a Avenida Mato Grosso e ruas do entorno do comitê, que ficava nas proximidades do Posto de Saúde Central. A Banda Meteoros embalou a multidão e, coincidência ou não, os termômetros da Avenida Mato Grosso marcavam 23° enquanto corria a festa da vitória “consagradora” de Marino e Martinello.

Uma política de valorização do ser humano, com atenção especial às crianças e aos idosos e uma forte política de geração de emprego e renda, com a promoção da diversificação da economia no município foram as principais propostas reforçadas por Marino Franz e Osvaldo Martinello na comemoração da vitória. “Nós queremos aquilo que é melhor para Lucas do Rio Verde e vamos nos doar nos próximos quatro anos e trabalhar pelo bem de cada um dos cidadãos luverdenses”, discursou Marino Franz já como prefeito eleito.

Fazer de Lucas do Rio Verde a cidade mais bela de Mato Grosso era outra proposta de Marino Franz, que no decorrer do seu mandato buscou parcerias com empresários e conclamou os moradores para cada um assumir sua cota de responsabilidade “na construção da cidade que queremos”.

Planejar a cidade para o crescimento que viria com o novo ciclo econômico foi um dos grandes desafios: o plano diretor apontou os caminhos e definiu os eixos estruturantes do desenvolvimento.

UMA MULHER NA PRESIDÊNCIA

O dia 1º de janeiro de 2005 ficou registrado na história de Lucas do Rio Verde como a data em que pela primeira vez uma mulher foi conduzida à presidência da Câmara Municipal de Vereadores. Eleita presidente da Mesa Diretora da Câmara para o biênio 2005/2006, coube à Marli Heldt Ventura dar posse ao prefeito Marino José Franz, em cerimônia que aconteceu no auditório da Câmara de Vereadores.

Marli avaliou sua eleição para a presidência do Legislativo como o reconhecimento pela dedicação e trabalho prestados ao município durante seus três mandatos como vereadora, além do período em que atuou como secretária municipal de saúde na gestão do prefeito Otaviano Pivetta.

“Nós trabalharemos juntos em prol de Lucas do Rio Verde, porque a partir do momento que fomos eleitos, não temos mais partido político, nosso partido é Lucas do Rio Verde”, assinalou Marli ao pregar a união dos vereadores pelo bem do município.

Nos 30 anos de emancipação de Lucas do Rio Verde este foi o único período em que o Legislativo Luverdense foi presidido por uma mulher.

EIXOS ESTRUTURANTES PREPARAM MUNICÍPIO PARA SER CENTRO DE CONVERGÊNCIA

Com localização geográfica privilegiada, no coração de uma das mais importantes regiões produtoras do Centro-Oeste brasileiro, Lucas do Rio Verde vem, ao longo de sua história, agregando componentes que fazem do município um centro de convergência regional. A pavimentação de algumas estradas vicinais, assim como a construção de pontes que encurtaram caminhos entre municípios e comunidades vizinhas, formaram um conjunto de eixos estruturantes que contribuíram decisivamente para tornar o município um polo de desenvolvimento.

A rodovia Vale do Verde, ligando Lucas do Rio Verde a Ipiranga do Norte, incluindo a construção das pontes sobre os rios Cedro e Divisão; a ponte sobre o Rio Verde, ligando a cidade de Lucas do Rio Verde à Comunidade Morocó; ponte sobre o Rio Teles Pires, ligando Lucas do Rio Verde a Nova Ubiratã; outros acessos, como a ligação da comunidade Marape com a Gleba Três Cinco, além da Rodovia da Mudança, formaram um conjunto de obras estratégicas executadas por meio de parceria entre prefeitura e produtores rurais, e, algumas delas, com participação do governo do Estado.

“Enquanto Lucas do Rio Verde planta 240 mil hectares, o Vale do Verde e a Morocó plantam 100 mil e Nova Ubiratã, algo em torno de 400 mil hectares”, comparou o prefeito Marino Franz, em junho de 2005, salientando a importância das obras que estavam em andamento.

A duplicação de sete quilômetros da Rodovia da Mudança, entre a BR-163 e o Complexo Industrial Norte Atílio Fontana integrava o conjunto de obras estratégicas para estruturar Lucas do Rio Verde. A obra definida com o governo do Estado contemplava, além da duplicação, a construção de sete quilômetros de ciclovia margeando a Rodovia da Mudança.

Embora o governador Blairo Maggi tivesse assumido, em fevereiro de 2007, o compromisso de investir na duplicação da rodovia, o convênio só foi assinado em 30 de abril de 2010, já na gestão do governador Silval Barbosa, com previsão de investimento de R\$3,2 milhões do Estado e 10% de contrapartida do município. Os recursos começaram a ser liberados em julho daquele ano e a inauguração do trecho duplicado aconteceu no dia 21 de novembro de 2011. O custo total da obra – que incluiu também a construção de três rotatórias e canteiro central, que inicialmente não estavam previstos – ficou em R\$6,7 milhões, dos quais o governo do Estado investiu R\$4,5 milhões e o município R\$1,2 milhão.

Conforme levantamento feito na época pela Associação dos Beneficiários da Rodovia da Mudança, entidade responsável pela manutenção da MT-449, passavam cerca de 345 mil veículos por mês no trecho de sete quilômetros entre a BR-163 e o Complexo Industrial Norte Atílio Fontana, enquanto pelo posto de pedágio da rodovia trafegavam 57 mil veículos por mês.

Na sessão ordinária de 13 de agosto de 2012, a Câmara de Vereadores aprovou a incorporação dos sete quilômetros duplicados da MT-449 à malha viária do município, porque o Estado não estava conseguindo garantir a manutenção do trecho.

FEST LUCAS FOMENTA TURISMO E LAZER NO MUNICÍPIO

“Lucas do Rio Verde é uma cidade acolhedora, que trata bem seus visitantes, que respeita seus valores e tem um carinho muito grande pelo nosso Rio Verde”, exaltou o prefeito Marino Franz ao comemorar o sucesso do 1º Festival de Pesca de Lucas do Rio Verde (Fest Lucas). Realizado nos dias 9 e 10 de julho de 2005, o festival reuniu cerca de 160 embarcações, somando as 131 que participaram das competições e as utilizadas pelas equipes de apoio, fiscais e organizadores, projetando o município no cenário estadual também como campo turístico.

“É o início de uma nova era para Lucas do Rio Verde, pois o lazer e o turismo precisam ter espaço na região e o Fest Lucas veio ao encontro desta necessidade”, avaliou o vice-prefeito e secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Osvaldo Martinello.

Além de Lucas do Rio Verde, que participou com o maior número de equipes, 69, o festival atraiu equipes de Sorriso, Nova Mutum, Sinop, Diamantino, Tapurah, Barra do Bugres, Ipiranga do Norte, Porto Espiridião, Vera, Cláudia, Cuiabá, Feliz Natal, Nova Ubiratã e Santa Rita do Trivelato.

“De todos os festivais que participei na região, este foi o melhor, mais organizado, de fácil acesso, perto da cidade e excelente atuação das equipes de apoio”, elogiou Valdinei Sazaki, líder da equipe Trairões do Brejo, de Sorriso, campeã do 1º Fest Lucas.

Em 2006, na segunda edição do Fest Lucas, as ações voltadas para a educação e preservação do meio ambiente chamaram a atenção da Secretaria de Estado de Turismo e colocaram Lucas do Rio Verde entre os 10 finalistas do Prêmio Top de Turismo. “A união, a determinação e a organização foram os quesitos que mais chamaram a atenção aqui”, destacou o coordenador de eventos da Secretaria de Turismo, José Humberto Montes Falcão acentuando a iniciativa “fantástica” dos organizadores do Fest Lucas em promover a coleta de lixo no Rio Verde. A ação envolveu todas as equipes participantes do 2º Fest Lucas e retirou quase duas toneladas de lixo das margens do rio.

Sempre com o objetivo de incentivar a prática da pesca esportiva, promover educação ambiental e ampliar as possibilidades turísticas do município, outras quatro edições do Festival de Pesca de Lucas do Rio Verde foram realizadas. A última delas (6ª edição) aconteceu nos dias 3 e 4 de outubro de 2015, no Parque das Águas Condomínio Náutico e Marina – Fazenda Romancini.

SABOTAGENS A TORRES DO LINHÃO

Era final de tarde de quarta-feira, 31 de agosto de 2005, o vento começou a soprar mais forte, sinalizando que poderia ocorrer um dos costumeiros vendavais de final da estação seca, nuvens pesadas anunciavam chuva e, de repente, toda cidade ficou no escuro. Quedas de energia ocorriam com frequência em dias de chuva e vendaval e, num primeiro momento, a população acreditou tratar-se de apenas mais uma queda passageira. Mas o restabelecimento da energia elétrica estava demorando mais que o habitual e não tardou para a notícia da causa da falta de energia correr a cidade: a força dos ventos havia derrubado três torres do Linhão a poucos quilômetros da cidade.

Porém, constatou-se, na sequência, que a queda das torres tinha sido causada por ato de sabotagem. De acordo com informações meteorológicas, os ventos naquela tarde não passaram de 40 quilômetros por hora, e os peritos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança, Coordenadoria de Criminalística de Sinop,

VISTA AÉREA EM 2005



VISTA AÉREA EM 2007



constataram que os 384 parafusos existentes nas bases das torres foram afrouxados. Além disso, as torres foram serradas em suas bases, onde os peritos constataram cerca de 100 cortes de aproximadamente um centímetro cada.

Com a queda das torres, 350 mil pessoas de 24 municípios da região Norte foram prejudicadas, ficando 33 horas sem energia elétrica. Cerca de 120 técnicos da Eletronorte e Rede Cemat atuaram no reparo das torres e a Prefeitura de Lucas do Rio Verde disponibilizou cerca de 60 servidores para auxiliarem as equipes.

Passados menos de 40 dias, mais três torres do Linhão foram alvo de sabotagem a poucos quilômetros da cidade de Lucas do Rio Verde, desta vez, em duas propriedades no município de Sorriso. Quem descobriu a sabotagem foi o produtor rural Alcides Favaretto, na manhã de 4 de outubro, quando percorria sua propriedade para colocar veneno nas formigas. O produtor viu os parafusos no chão e acionou a Prefeitura de Lucas do Rio Verde que, imediatamente, acionou a Eletronorte, a Polícia Civil e a Polícia Federal, e também as prefeituras das cidades de Sorriso, Sinop e Nova Mutum. A rápida mobilização dos municípios conseguiu garantir a segurança das torres e evitar que caíssem, o que provocaria novo apagão.

Oito prefeitos e lideranças da região se reuniram na cidade de Sorriso, no dia 11 de outubro de 2005, com representantes da Eletronorte, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal e uma “força-tarefa” foi formada para auxiliar nas investigações e atuar na prevenção de novos atos de sabotagem e vandalismo contra as torres do linhão. No dia 13, em reunião na sede da Polícia Federal em Cuiabá, representantes da Eletronorte e Brasil Telecom decidiram oferecer recompensa de R\$ 5 mil a quem fornecesse informações capazes de auxiliar as polícias nas investigações, mas os sabotadores não foram identificados.

Por cerca de três anos, não houve novos registros de sabotagem às torres da linha de transmissão de energia na região. Mas no dia 23 de julho de 2008, equipe técnica da Eletronorte que estava percorrendo o trecho Nobres/Sinop para fazer a medição de resistência de terra em todas as torres da linha de transmissão identificou sabotagem em três torres no mesmo local em que haviam sido derrubadas três torres em agosto de 2005. Os vândalos retiraram 64 parafusos, alguns deles foram serrados, conforme informou o técnico Osvaldo Marques de Andrade.

“Uma inclinação de 10 centímetros seria suficiente para derrubar as estruturas e para isso não precisaria ventar muito forte. Eles tinham a intenção de derrubar essas estruturas”, concluiu Andrade. “Em Mato Grosso, só vejo acontecer isso, aqui”, completou.

Em 14 de agosto, durante uma vistoria de rotina, os técnicos da Eletronorte detectaram outra sabotagem no mesmo local e informaram que na semana anterior já haviam encontrado uma torre sabotada a cerca de cinco quilômetros da cidade. Os recorrentes atos de vandalismo levaram a Eletronorte a adotar novas medidas para aumentar a vigilância e diminuir as possibilidades de quedas de torres. Uma das medidas foi “achatar” os parafusos das 192 estruturas distribuídas em uma extensão de cerca de 40 quilômetros no sentido Lucas/Nova Mutum e 40 quilômetros no sentido Lucas/Sorriso. Um helicóptero também foi contratado pela Eletronorte para sobrevoar periodicamente o trecho.

Embora os casos de sabotagem tenham sido investigados pela Polícia Civil e tenham sido encaminhados também à Polícia Federal, nenhum suspeito foi identificado. De acordo com o delegado da Polícia Civil Flávio Stringuetta, que na época respondia pela Delegacia de Polícia de Lucas do Rio Verde, no episódio da queda das três torres em 2005 foi identificado um suposto responsável e uma motivação para o atentado ao sistema de fornecimento de energia, mas a participação do suspeito acabou não se confirmando por falta de indícios de autoria. “Ficamos com quase certeza de quem era o autor do fato, mas a certeza não pode ser transmitida para os autos do inquérito policial e por isso ele acabou ficando carente de provas” e foi encaminhado para o arquivamento.

Assim, paira ainda no ar a pergunta: quem teria promovido as sabotagens às torres do Linhão?

AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

Investimentos de aproximadamente R\$600 milhões e a geração de quatro mil empregos diretos e 12 mil indiretos, em 2009, em projeto de produção e industrialização de aves era o que previa o contrato para instalação da Sadia em Lucas do Rio Verde, assinado às 17h24 da segunda-feira, 19 de setembro de 2005, no auditório da Câmara de Vereadores.

“É um momento histórico para Lucas do Rio Verde, que ingressa no segundo ciclo econômico, fomentando o desenvolvimento a partir da agroindustrialização”, assinalou o prefeito Marino Franz.

Momento considerado histórico também para a empresa, representada no ato pelo então presidente do Conselho Administrativo, Walter Fontana Filho. “O desenvolvimento da Sadia efetivamente passa pelo Centro-Oeste e aqui em Mato Grosso é que nós estamos depositando a nossa confiança de que seremos vencedores”, enfatizou.

O projeto da Sadia foi concebido a partir do projeto da Ema Alimentos. Fontana explicou que a Sadia comprara o projeto da Ema e cerca de 400 hectares na Rodovia da Mudança para desenvolver o projeto da empresa para Lucas do Rio Verde.

“É preciso que nossos produtores tenham uma visão deste momento e façam sua parte, sejam



SABOTAGEM DAS TORRES DO LINHÃO



NOVA SUBESTAÇÃO INICIADA EM 2008



INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO VIADUTO BROMILDO LAWISCH



GRITO DO IPIRANGA



AVENIDA DA PRODUÇÃO



AVENIDA MINAS GERAIS, ATUALMENTE AVENIDA BRASIL



Governo do Estado de Mato Grosso
 Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde

Obra: PONTE SOBRE O RIO TELES PIRES
 Extensão: 120mt
 Convênio: 261/04

VALOR DA OBRA: R\$ 283.378,24
 Recursos do Estado: R\$ 255.040,42
 Recursos do Município: R\$ 28.378,24

Início: Julho de 2004
 Administração: LUCAS DO FUTURO - 2001/2004
 Término: Abril de 2005
 Administração: LUCAS PARA TODOS - 2005/2008

LUCAS DO RIO VERDE-MT - AGOSTO DE 2005.



INCUBATÓRIOS DA SADIA

parceiros, pois este projeto se dá num sistema de integração”, conclamou Marino Franz ao reforçar a importância da instalação de uma planta industrial do porte da Sadia, que desencadearia a instalação de outras plantas industriais no município.

Grande articulador das negociações entre a Ema Alimentos e a Sadia, Otaviano Pivetta salientou que começava a se realizar ali um sonho de longos anos, de transformação da proteína vegetal em proteína animal. “Este empreendimento, por si só, vai representar 100% de aumento no valor adicionado do município, ou seja, o movimento econômico que temos hoje, a redor de R\$600 milhões, a partir de 2009, terá um incremento de aproximadamente R\$600 milhões sem aumentar um hectare de lavoura”, explicou.

Menos de quatro meses depois de fechada a negociação com os empresários da Ema Alimentos e anunciado o projeto de produção e industrialização de aves, a Sadia comprou da Cooagril os ativos correspondentes ao núcleo de suinocultura. O então presidente da Cooagril, Paulo Sérgio Franz, em coletiva à imprensa de Lucas do Rio Verde no dia 13 de janeiro de 2006, anunciou o fechamento do acordo. “A proposta vinha sendo estudada desde agosto de 2005. No dia 27 de dezembro a diretoria da Cooagril levou a proposta para a assembleia, onde os associados decidiram autorizar a venda do núcleo de suinocultura”. Franz informou que o núcleo de suinocultura reunia 45 dos 54 associados da cooperativa e representava um faturamento anual de R\$75 milhões. A negociação compreendia as granjas da cooperativa em Sinop, Sorriso e Lucas do Rio Verde, incluindo creches, maternidades, seleção e testes. As unidades de terminação de suínos situadas nas propriedades dos associados não foram vendidas e ficou a critério desses suinocultores se filiarem ao sistema de integração da Sadia.

A decisão da Cooagril viabilizou duas novas indústrias no complexo industrial da Sadia, que já em 2005 trazia na manga o projeto de instalar, além da indústria de aves e fábrica de rações, um frigorífico de suínos com capacidade para abater sete mil animais/dia e uma indústria de embutidos e salsicharia.

No dia 13 de abril de 2006, o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Lucas do Rio Verde (Codel) reuniu-se para analisar a emissão de parecer sobre os incentivos fiscais propostos pela municipalidade para instalação da Sadia, que estava preparando o início das obras de suas plantas industriais no município.

Com parecer favorável do Codel, os principais compromissos assumidos pelo município contemplavam a isenção de alguns impostos municipais e um conjunto de ações que incluíam desde a viabilização de obras estruturais, como vias de acesso, reestruturação de redes de energia elétrica, ampliação de programas habitacionais, até a busca de parcerias para implantação de cursos de formação de mão de obra.

Os incentivos à instalação da Sadia foram formalizados pelo município em maio de 2006, depois de uma reunião realizada no dia 6, no saguão da prefeitura, da qual participaram os vereadores, os membros do Codel e representantes da empresa, além do prefeito Marino Franz e de empresários locais.

As obras de terraplanagem, um dos compromissos assumidos pelo município, demandaram investimento de aproximadamente R\$ 5 milhões e foram executadas por meio da Associação de Desenvolvimento Comunitário. A Sadia antecipou os recursos para a Associação executar a terraplanagem e a municipalidade assumiu o compromisso de ressarcir os cofres da empresa num prazo de cinco anos. O aval à operação foi dado pelos empresários e produtores rurais Otaviano Olavo Pivetta, Marino Franz, Jorge Luccini e Joci Piccini e pelo empresário Osvaldo Martinello. Estava dado o grande passo para a transformação do perfil socioeconômico de Lucas do Rio Verde.

O início da instalação da Sadia – que pouco tempo depois se fundiria com a Perdigão, dando origem à BRF – desencadeou o processo de agroindustrialização no município, promovendo a transformação de grãos em carnes e biocombustíveis.

No dia 5 de julho de 2006, a Amaggi anunciou a instalação de unidade industrial com capacidade para esmagar três mil toneladas de soja/dia, produzir 300 mil toneladas/ano de farelo de soja, 200 mil toneladas/ano de óleo degomado e 50 mil toneladas/ano de casquinha de soja. No dia anterior, 4 de julho, quando Lucas do Rio Verde completava seus 18 anos de emancipação político-administrativa, diretores da empresa estiveram no município para explicar o projeto da indústria esmagadora à sociedade luverdense.

O anúncio da empresa dava conta de que o empreendimento demandaria investimentos superiores a R\$ 50 milhões e proporcionaria a geração de 120 empregos diretos. A escolha de Lucas do Rio Verde foi motivada pela instalação da Sadia, que absorveria grande quantidade de farelo de soja na alimentação de suínos e aves, conforme explicou Ocimar C. Villela, um dos diretores da Amaggi.

Na quinta-feira, 7 de fevereiro de 2008, a Amaggi recebeu o primeiro carregamento de soja em sua planta industrial de Lucas do Rio Verde. O carregamento era proveniente de uma das lavouras do produtor rural Orcival Guimarães.

Também motivada pela instalação do complexo industrial da Sadia, a Dânica Termointustrial Brasil Ltda., controlada pela dinamarquesa Dânica Corporation, anunciou a instalação de uma fábrica de materiais termoisolantes no município. O acordo para instalação da fábrica foi assinado pelo prefeito Marino Franz e o diretor-presidente da Dânica, Per Bark Nevermann, no início de novembro de 2006.

Em janeiro de 2008, entrou em operação a fábrica de biodiesel da Fiagril, com capacidade para produzir 160 milhões de litros/ano de biocombustível, sendo que parte da matéria-prima utilizada é oriunda de pequenas propriedades, fortalecendo a filosofia estratégica traçada no início da história do município, de promover o desenvolvimento regional.

ENERGIA DE QUALIDADE

Com o ingresso do município no segundo ciclo econômico, marcado especialmente pela implementação dos projetos de avicultura e suinocultura, um leque de oportunidades se abriu para os produtores rurais. Mas no bojo das oportunidades estava também um problema de tirar o sono daqueles que pretendiam integrar-se aos projetos da Sadia e de causar preocupação às autoridades do município. As linhas de transmissão de energia elétrica no meio rural, quase todas bancadas pelos próprios agricultores, eram antigas, estavam defasadas, já não comportavam a nova realidade da região e tampouco eram capazes de atender à demanda criada pela instalação de aviários e unidades de terminação de leitões.

“É provável que uma nova rede de distribuição tenha que ser construída para disponibilizar aos produtores rurais a energia com a potência e qualidade que eles necessitam para fazer frente à nova realidade econômica que está sendo traçada no município”, assinalou o então assistente da Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais da Rede Cemat, Robson Luís Slompo, depois de participar de reunião com produtores rurais, lideranças e autoridades de Lucas do Rio Verde na noite de 10 de fevereiro de 2006. Realizada no auditório da Câmara de Vereadores, a reunião daquela sexta-feira resultou na criação de um grupo de trabalho para negociar com a Rede Cemat uma saída para as redes particulares de distribuição de energia.

Para que a concessionária de energia elétrica assumisse as linhas de transmissão do meio rural, os agricultores precisavam assinar um termo de doação para a Rede Cemat, que não aceitava receber as redes na situação em que se encontravam. Assim, todas as ampliações, recomposições, melhorias ou substituições que necessitassem ser feitas tinham que ser assumidas pelos produtores rurais e isso estava colocando em risco até mesmo o processo de diversificação econômica e agroindustrialização.

Mais de um ano se passou, inúmeras reuniões dos agricultores aconteceram e incansáveis contatos com a concessionária foram mantidos por intermédio da prefeitura. Na tarde de 16 de fevereiro de 2007 o prefeito Marino Franz reuniu lideranças políticas e empresariais, prefeitos dos municípios vizinhos que viviam o mesmo problema, representantes da Sadia e das outras grandes empresas que estavam se instalando no município e o vice-presidente de Operações da Rede Cemat, Arlindo Antonio Napolitano.

A reunião resultou no acordo de que a Rede Cemat ingressaria com uma contrapartida na reconstrução e/ou ampliação das redes, o que reduziu em pelo menos 60% o custo que os agricultores teriam. A Associação de Desenvolvimento Comunitário assumiu a responsabilidade de fazer o levantamento das demandas de energia elétrica dos proprietários rurais para subsidiar a Rede Cemat na elaboração do projeto de construção, melhoria ou ampliação das linhas existentes. Para fazer frente aos investimentos que lhes coube na execução do projeto, os agricultores recorreram à cooperativa Sicredi Ouro Verde MT, que criou uma linha especial de financiamento para atender àquela demanda específica. E assim foi possível construir a rede-tronco e empreender as melhorias necessárias nas redes de distribuição de energia no meio rural. Ao todo, 276 quilômetros de novas linhas foram implantados.

Tão importante quanto a construção da rede-tronco e adequação das redes de distribuição foi a instalação de duas novas subestações de energia no município, que demandaram investimento de R\$40 milhões. Juntas, as duas unidades ficaram responsáveis pela produção de 135 MVA de energia, o suficiente para atender a uma cidade de até 400 mil habitantes, conforme anunciou o prefeito Marino Franz, ao relatar as inúmeras reuniões realizadas com diretores da Eletronorte, tanto em Cuiabá como em Brasília, para viabilizaras duas subestações.

Mas o fato que marcou o período no campo energético foi, com certeza, a construção da pequena central hidrelétrica Canoa Quebrada, no Rio Verde, assunto que trataremos em capítulo especial.

AGENDA 21 LOCAL E AS METAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A opção de empresas como Sadia, Amaggi e Dânica por Lucas do Rio Verde se deu pela pujança demonstrada pelo município, mas principalmente, pela perspectiva de futuro que os empresários conseguiram detectar. Perspectiva que estava ancorada na estruturação que vinha sendo planejada e construída no município desde o final da década de 90. Com o segundo ciclo econômico batendo à porta, era preciso acelerar e aprimorar os instrumentos de planejamento.

Conclamados pelo poder público municipal, representantes dos diversos segmentos organizados da sociedade se reuniram na noite de 31 de outubro de 2005 para formação do Fórum Agenda 21 Local. A finalidade era definir “um rol de necessidades do município e de que forma aquilo que é prioritário deve ser resolvido”, explicou o prefeito Marino Franz.

Formado por voluntários da sociedade e representantes dos poderes executivo e legislativo locais, o Fórum tinha como principais incumbências a formulação do plano diretor de Lucas do Rio Verde, a elaboração do estatuto da cidade e a elaboração do zoneamento ecológico e econômico, e do plano de desenvolvimento sustentável do município.

Na noite de 9 de novembro aconteceu a segunda reunião do Fórum, quando foram criadas as comissões para cada uma das incumbências previstas na Agenda 21 Local. Em janeiro de 2006, a prefeitura contratou o arquiteto urbanista Enio Perin, de Curitiba (PR) para assessorar a comissão técnica e o Fórum da Agenda 21 na elaboração do Plano Diretor. A primeira reunião dos técnicos e dos integrantes do Fórum com o especialista

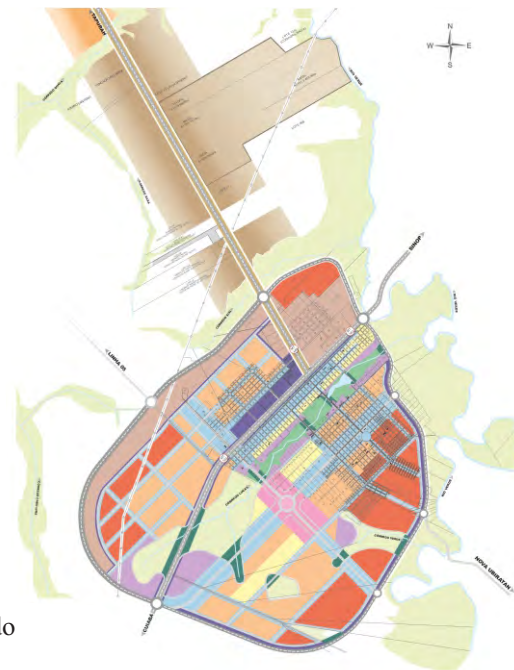
aconteceu na noite de 30 de janeiro.

O projeto do Plano Diretor começou a ser discutido com a sociedade em 19 de julho de 2006, quando aconteceu a primeira audiência pública em que foram apresentadas as informações já coletadas até aquele momento. “O Plano Diretor é uma das ações mais importantes que o Poder Público está promovendo junto à sociedade, pois servirá para planejar e estruturar o tipo de cidade que queremos”, salientou o prefeito Marino Franz.

Na manhã de 7 de fevereiro de 2007, quando apresentou aos vereadores e aos integrantes do Codel o primeiro esboço do plano diretor, o prefeito Marino Franz reforçou a necessidade de planejamento. “Não podemos mais agir sem planejamento. Nós estamos preparando o crescimento de Lucas do Rio Verde de forma planejada”.

Na sessão ordinária na noite de 26 de novembro de 2007, os vereadores aprovaram o Plano Diretor que definiu os rumos do desenvolvimento do município.

Em março de 2018, Enio Perin comentou o crescimento do município e lembrou que quando foi convidado a coordenar a elaboração do plano diretor, Lucas do Rio Verde “era uma pequenina cidade de 28 mil habitantes”. Passada pouco mais de uma década “surge uma cidade de médio porte com 80 mil habitantes, polo regional de indústria e serviços”. Perin observa que o “gigante distrito industrial” onde se destacam as plantas da BR Foods (Sadia), Amaggi, Fiagril Biodiesel, FS Bioenergia e Dânica não existia quando foi pensado o Plano Diretor. Na área urbana, ressalta Perin, “deslocamos o centro administrativo quatro quilômetros do centro tradicional da cidade e propusemos dois eixos estruturantes norte/sul e leste/oeste”. Segundo o arquiteto, a criação do “novo centro” fomentou o surgimento de um novo setor urbano com mais de 30 mil habitantes. “Isso é fazer planejamento urbano”, acentua. “Pobre do arquiteto/urbanista que não olhar 50 anos adiante de seu tempo”, completa.



GRITO DO IPIRANGA

O movimento que se consagrou como um dos maiores na história da agricultura brasileira foi desencadeado em Ipiranga do Norte no dia 17 de abril de 2006 e conquistou a adesão de produtores rurais em nove estados do país.

Por meio do Grito do Ipiranga, os produtores rurais mostraram sua indignação com a falta de política agrícola. Bloqueando rodovias, interditando saída de produtos dos armazéns, fechando agências bancárias e promovendo panelaços pelas ruas, os agricultores reivindicaram, principalmente, a redução dos preços do óleo diesel e dos insumos agrícolas, cobraram uma solução para o endividamento agrícola e buscaram solução para os problemas de infraestrutura e logística, reivindicando, especialmente, a pavimentação da BR-163 da região Norte de Mato Grosso até o Porto de Santarém (PA).

Em Lucas do Rio Verde, os agricultores montaram acampamento na beira da BR-163, saída para Nova Mutum, onde permaneceram por cerca de 30 dias e cativaram o apoio de todos os segmentos da sociedade. A solidariedade era renovada e a fé fortalecida nos momentos diários de oração, dirigidos, normalmente, pelo padre Matheus Helmann. A gravidade da crise da agricultura era tanta que em 2006 a Fundação Rio Verde cancelou a realização do ENTECS\$, também como uma forma de apoiar e fortalecer o Grito do Ipiranga.

Depois de toda mobilização e inúmeras reuniões com parlamentares e representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com os responsáveis pela área econômica do país, o governo federal anunciou um pacote de medidas que, segundo os organizadores do Grito do Ipiranga, atendeu a cerca de 30% das reivindicações.

Os prêmios de escoamento da produção (Pepro, Prop e Pesoja) com garantia do preço mínimo dos produtos agrícolas foram considerados os principais avanços e beneficiaram diretamente o município e região. “A garantia do preço mínimo do milho, por exemplo, trouxe um incremento em torno de R\$ 20 milhões para a economia de Lucas do Rio Verde”, comemorou o então delegado da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Neri Geller, um dos líderes do Grito do Ipiranga no município.

CÂMARA CASSA MANDATO E DIREITOS POLÍTICOS DE VEREADOR

O relógio na parede do Plenário da Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde assinalava exatamente 01h45 da madrugada do dia 30 de janeiro de 2008, quando o então presidente da Casa, Raimundo Dantas de Souza Filho, declarou o resultado da votação que deu por encerrada a sessão de julgamento do vereador Jiloir Augusto Peliccoli, o Mano.

A sessão tivera início às 8 horas do dia 29 e tinha como finalidade decidir se Mano teria ou não seu mandato de vereador e seus direitos políticos cassados. Foram necessárias mais de 15 horas só para a leitura do processo, que enchia 358 páginas, entre atas, ofícios, certidões, depoimentos e declarações. Finda a leitura, a cada vereador foi concedido o tempo de 15 minutos para se manifestar na tribuna e ao acusado ou seu

ASSINATURA DO ACORDO PARA VINDA DA SADIÁ



VISTA PARCIAL DO COMPLEXO INDUSTRIAL ATÍLIO FONTANA, EM 2007



ENCONTRO HISTÓRICO DE PREFEITOS EM FEVEREIRO DE 2012



PRÊMIOS DE GESTÃO EFICIENTE



FESTLUCAS



POSSE PREFEITO, VICE E VEREADORES



advogado o tempo de até duas horas para defesa. Nem todos os vereadores fizeram uso do seu tempo e Mano utilizou apenas 45 minutos do tempo a que tinha direito.

O auditório estava lotado e a expectativa pelo resultado era grande. Afinal, Mano cometera ou não cometera falta de decoro parlamentar?

Essa pergunta conduziu o processo, que teve início em 29 de outubro de 2007, quando constituída a Comissão Processante, pela Resolução nº 115, “para apurar a denúncia de infração político-administrativa apresentada por Carlos Krieger Giroto”.

A denúncia apresentada por Giroto teve origem em uma matéria veiculada por um jornal da região, onde Mano dizia que a Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde era “mais podre” que o Congresso Nacional que, na época, já estava mergulhado em escândalos. “O vereador Mano foi denunciado por falta de decoro, pois feriu o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município”, esclareceu o então vereador Pedro Góis, quando eleito membro da Comissão Processante. O denunciante Carlos Giroto era vereador e estava licenciado do cargo parlamentar por atuar no cargo de Chefe de Gabinete do prefeito Marino Franz.

Passados três meses, período em que a Comissão Processante “assegurou ao denunciado o princípio da ampla defesa”, a Câmara de Vereadores realizou a sessão de julgamento e Mano teve o mandato eletivo cassado e também lhe foram cassados os direitos políticos pelo período de oito anos. Por seis votos a três, os vereadores condenaram Mano “por procedimento incompatível com a dignidade da Câmara e faltar com o decoro na sua conduta pública”. Votaram pela cassação de Mano os vereadores Elder Biazus, Márcio Pandolfi, Marli Heldt, Nestor Albrecht, Pedro Góis e Raimundo Dantas. Votaram pela absolvição de Mano os vereadores Demétrio Cezar, Cleci Nunes e Emerson Lucas, suplente que assumiu a vaga de Mano quando ele foi afastado até que o processo fosse concluído.

O presidente da Casa, Raimundo Dantas, exaltou o trabalho do Legislativo Luverdense. “Acredito que nossa decisão vai se tornar uma referência para o Estado e, tenho certeza, para o país”, ressaltou.

“Saio de cabeça erguida e com a consciência tranquila do dever cumprido”, assinalou Mano ao afirmar que entraria com recurso e retornaria à Casa. E retornou. Amparado por decisão judicial, Mano reassumiu sua cadeira na Câmara, e cumpriu seu mandato até o final.

REVIRAVOLTA MARCA INÍCIO DO PLEITO ELEITORAL 2008

Tudo parecia acertado: Marino Franz decidira enfrentar novamente as urnas em busca da reeleição, o empresário e produtor rural Joci Piccini aglutinava as principais forças de oposição, representadas pelo PSB, PDT, PT, PP e PSDB, e, numa terceira via, o PTB liderava um grupo de nove partidos “nanicos”, formando uma coligação dita autônoma, que aprovou, nas convenções, os nomes de Eronivaldo Vasconcelos e Marly Bruno para concorrer aos cargos de prefeito e vice-prefeito, respectivamente.

Mas no final da tarde de segunda-feira, 30 de junho, último prazo para realização das convenções partidárias, depois de longas reuniões, Joci Piccini e o seu partido, o PSB, decidem compor com o grupo situacionista, e as convenções partidárias aprovaram a aliança PPS, PSB, PDT, PR, DEM e PMDB, com os nomes de Marino Franz e Joci Piccini como candidatos a prefeito e vice-prefeito, respectivamente.

A decisão de Joci deixou a oposição desarticulada, e seus líderes passaram a manter conversações para encontrar uma nova estratégia e escolher uma chapa para concorrer às eleições, donde surgiram os nomes da professora e então vereadora, Cleci Fátima Nunes, e do Pastor Edivaldo, congregando o PSDB, PT e PP.

Assim, se desenhava um pleito municipal com três chapas na disputa, fato que só havia ocorrido nas eleições de 1992. Porém, na hora de registrar as coligações e candidaturas, apenas duas coligações confirmaram participação no pleito 2008. De um lado, Marino Franz e Joci Piccini confirmados como candidatos majoritários da coligação Lucas no Rumo Certo, que apresentou 27 candidatos a vereador. De outro lado, Dr. Vasconcelos e Marly Bruno foram confirmados como candidatos majoritários da Coligação Movimento Democrático, que registrou 10 candidatos a vereador.

PSDB, PT e PP optaram por não levar adiante a candidatura Cleci Nunes/Pastor Edivaldo. Os pré-candidatos do PSDB a vereador foram liberados a comporem com outros partidos caso quisessem pleitear vaga na Câmara Municipal.

AÇÃO DO GAECO

Era quinta-feira, 11 de setembro de 2008. Com a proximidade das eleições, o clima sucessório espalhava certo nervosismo pela cidade e o que parecia, no início, uma eleição fácil, se apresentava temperada por momentos de forte disputa e tensão. Naquele dia, a população luverdense foi surpreendida por uma operação do Ministério Público Estadual e do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (GAECO), que deixou a prefeitura, além de algumas empresas e residências, fechadas durante todo o dia para cumprir mandatos de busca e apreensão. Foram levados documentos e computadores que pudessem comprovar denúncias de possíveis irregularidades em processos licitatórios da prefeitura.

Licenciado do cargo para se dedicar à campanha eleitoral, o prefeito Marino Franz se declarou tranquilo quanto às investigações e disse estar pessoalmente empenhado em esclarecer todas as eventuais

irregularidades.

O vice-prefeito, Osvaldo Martinello, que estava no exercício do cargo de prefeito, declarou que ele e a equipe da prefeitura “atenderam a todas as solicitações requisitadas pela ação” e salientou que a prefeitura tinha o maior interesse em que as investigações ocorressem de forma transparente, dentro dos ditames legais, para que tudo fosse esclarecido e, se confirmadas as irregularidades, que os responsáveis fossem punidos.

A promotora de Justiça Patrícia Eleutério Campos, que respondia pela Promotoria de Lucas do Rio Verde e coordenou a ação, limitou-se a dizer que as investigações corriam em segredo de justiça e nada tinha a declarar.

Transcorridos quase 10 anos, o alvoroço da operação ainda está na memória de muitos, mas de concreto e evidente, nada mais foi declarado.

MARINO É REELEITO COM 73% DOS VOTOS VÁLIDOS

Com 11.819 votos, o equivalente a 73,11% dos votos válidos, Marino Franz foi reconduzido ao cargo de prefeito de Lucas do Rio Verde. Outros 4.346 eleitores, o correspondente a 26,89%, votaram em Dr. Vasconcelos. A divulgação oficial do resultado ocorreu às 19h15 e mostrou que dos 22.115 eleitores aptos a votarem, 4.070 deixaram de comparecer às urnas, enquanto os brancos e nulos somaram 1.880 votos.

A eleição foi marcada também por renovação na Câmara de Vereadores de quase 90%. A renovação já era esperada, uma vez que quatro dos nove vereadores eleitos em 2004 optaram por não concorrer à reeleição. Dos cinco que pleitearam um novo mandato, apenas Carlos Giroto se reelegeu. Três candidatos que concorreram em 2004 e haviam ficado na condição de suplentes, conseguiram se eleger em 2008: Airton Callai, Fernando Pael e Pedro Góis.

Outro fato marcante no pleito de 2008 foi a decisão da Justiça Eleitoral de excluir os candidatos Jiloir Pelicioli (Mano) e Paulo Nunes da Coligação Lucas no Rumo Certo. Filiados ao PSDB e PP, respectivamente, os dois se juntaram à coligação depois da decisão de seus partidos de recuarem do processo eleitoral e deixarem seus pré-candidatos livres para escolher uma das duas coligações para concorrer ao pleito. Mas o Ministério Público Eleitoral, representado pela promotora Patrícia Eleutério Campos, impugnou o ingresso dos dois na coligação, porque ele se deu após o término das convenções partidárias. O juiz eleitoral João Thiago de França Guerra acatou a impugnação, a coligação recorreu da decisão no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, mas o TRE-MT ratificou a decisão. A coligação ainda tentou um recurso no Tribunal Superior Eleitoral, porém, sem sucesso, a exclusão foi mantida e, apesar da expressiva votação dos dois candidatos, eles não puderam assumir o mandato. Mano conquistou 1.682 votos e Paulo Nunes 1.252 votos.

Assim, foram considerados eleitos os seguintes vereadores: Márcio Albieri (PPS), 1.866 votos; Zé Carlos (PR), 1.001 votos; Airton Callai (PSB), 935 votos; Aluizio Bassani (PR), 840 votos; Ana Kothrade (DEM), 824 votos; Fernando Pael (PT), 674 votos; Eliseu Sávio Diniz (PSB), 645 votos; Carlos Giroto (PPS); 588 votos; Pedro Góis (PPS), 512 votos.



CRESCER COM SUSTENTABILIDADE

“Vamos continuar fazendo o que está dando certo”, anunciou o prefeito reeleito, Marino Franz, na cerimônia de posse que lotou o auditório da Câmara de Vereadores na manhã do dia 1º de janeiro de 2009.

Vereador que conquistou o maior número de votos no município no pleito de 2008, Márcio Albieri presidiu a sessão solene, dando posse aos colegas vereadores e conduzindo o processo de eleição da Mesa Diretora da Câmara. As reuniões, articulações e conversas de bastidores que ocorreram nas semanas que antecederam a posse sinalizavam que duas chapas poderiam concorrer, mas apenas uma se apresentou e, aos vereadores, coube apenas legitimar a chapa encabeçada por Márcio Albieri. Para o cargo de vice-presidente da Mesa Diretora foi eleito o vereador Fernando Pael e para os cargos de primeiro e segundo secretário foram eleitos Eliseu Sávio Diniz e Ana Chupel Kothrade, respectivamente.

Eleito presidente, Albieri deu sequência à cerimônia, empossando o prefeito e seu vice-prefeito. “Lucas é uma sociedade especial, que cultiva grandes valores. Tenho a esperança e a certeza que vamos construir um município próspero”, assinalou Marino Franz. Ao concluir seu mandato, em 2012, Marino Franz comemorava o salto do município que passara da 15ª economia do Estado em 2007 para a 5ª economia de Mato Grosso. O valor adicionado do município, que era de R\$570 milhões/ano em 2005, saltou para R\$1,65 bilhão no final de 2011.

SEBRAE INAUGURA AGÊNCIA NO MUNICÍPIO

O Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) inaugurou sua agência em Lucas do Rio Verde no dia 22 de janeiro de 2010 para atender a nove municípios da região. “Nós queremos estar juntos com essas pessoas que vieram de todas as partes do Brasil e fizeram dessa cidade referência em nível nacional e internacional”, assinalou o então superintendente do Sebrae-MT, José Guilherme Barbosa Ribeiro.

“O Sebrae vai fomentar muito a pequena e média empresa e o empreendedorismo de uma forma geral”, acentuou o prefeito Marino Franz ao comentar que as dificuldades do setor poderiam ser sanadas pelos técnicos lotados na agência, o que abriria novas oportunidades para o município. “Hoje, 97% da economia, no setor de serviços e comércio, são oriundos das micro e pequenas empresas”, completou.

A parceria do Sebrae com o município sempre esteve presente, desde a criação da Associação Comercial e Empresarial, em 1989, por meio de cursos, seminários, fóruns, palestras e consultorias. A presença efetiva do órgão, por meio de instalação da agência, veio fortalecer os vínculos e ampliar as possibilidades de cursos, treinamentos e capacitações aos empresários locais, especialmente no campo dos micro e pequenos negócios.

ENCONTRO HISTÓRICO DOS PREFEITOS LUVERDENSES

A primeira sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde no ano de 2012 entrou para os anais da Casa Legislativa como um momento histórico que reuniu os quatro prefeitos que o município tivera: Werner Haroldo Kothrade (1989/1992), Paulo Vicente Nunes (1993/1996), Otaviano Olavo Pivetta (1997/2000 e 2001/2004) e Marino José Franz (2005/2008 e 2009/2012), que estava no último ano do seu segundo mandato.

Com caráter solene e deliberativo, a sessão foi presidida pelo vereador Carlos Giroto, que pela segunda vez exercia mandato de presidente da Mesa Diretora da Casa.

“Meu lema era ‘Certeza de Progresso’ e acho que meu lema deu certo”, comemorou Kothrade dizendo-se honrado de ver que Lucas do Rio Verde se tornou uma grande cidade.

“Ter sido prefeito de Lucas do Rio Verde é um privilégio e um orgulho que muitos gostariam de ter”, acentuou Paulo Nunes ao creditar o progresso e desenvolvimento do município às famílias pioneiras “que derramaram seu suor”.

“A fase da minha vida em que mais tive alegrias foi no tempo em que fui prefeito de Lucas do Rio Verde”, declarou Otaviano Pivetta, ressaltando que administrou o município com carinho e que teve muito apoio, inclusive de quem fora seu adversário.

“Lucas cresce muito rápido e vai continuar crescendo. Hoje o PIB municipal é R\$1,3 bilhão, mas nós temos uma projeção interna que até o ano 2021 o PIB chegará a R\$3,3 bilhões e uma população na casa dos 130 mil habitantes. Ou seja, é um desafio muito grande e só havendo sintonia entre os poderes conseguiremos vencê-lo”, assinalou Marino Franz.

“Os números mostram que a população acertou na escolha de seus gestores ao longo dessas décadas. Do primeiro ao atual prefeito, todos tiveram visão de futuro e na Câmara de Vereadores não foi diferente”, acentuou Carlos Giroto, que estava no seu quinto mandato de vereador.

PAÇO MUNICIPAL: A MARCA DE UM NOVO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA

O dia 1º de maio de 2012 foi a data escolhida pelo prefeito Marino Franz para inaugurar o moderno e imponente Paço Municipal, uma obra de três mil metros quadrados de construção, que custou R\$ 4.183 milhões. Edificado em uma área de 108 mil metros quadrados, o prédio da prefeitura foi anunciado como a primeira etapa dentro do projeto de concepção do Centro Cívico, que deveria contemplar também a nova sede da Câmara Municipal de Vereadores e um espaço cultural com museu histórico, anfiteatro e biblioteca. “Tudo está previsto e planejado no Plano Diretor”, assinalou Marino Franz ao salientar que para crescer é preciso ter um norte. “O Plano Diretor vem nortear nosso crescimento”, assegurou.

“O centro cívico na interseção dos eixos estruturais leste/oeste e norte/sul é uma referência do ponto de vista estratégico de desenvolvimento da cidade em seu Plano Diretor. O prédio foi concebido dentro de uma visão moderna, com espaços integrados, ficando fechado apenas o gabinete do prefeito”, descreveu o arquiteto urbanista Enio Perin, responsável pelo projeto do centro cívico e coordenador do Plano Diretor.

Sobre a magnitude do Paço Municipal, o prefeito Marino Franz explicou que o grande potencial de Lucas do Rio Verde levou a gestão pública a “apostar alto” na obra. “Estamos sendo fiéis à inspiração dos nossos pioneiros que, como diz o Hino de Lucas do Rio Verde, tiveram a visão e a certeza do progresso”, argumentou. “Temos um passado glorioso e um futuro promissor”, completou.

A festa de inauguração do Paço Municipal, que foi também uma festa em comemoração ao Dia do Trabalhador, contou com diversas atrações, incluindo shows de artistas locais, desfile da Fanfarrinha Municipal e apresentação da banda marcial São João, do Rio Grande do Sul, que trouxe a sua orquestra de metais com

PRIMEIRA SEDE DA PREFEITURA



SEGUNDA SEDE DA PREFEITURA



TERCEIRA SEDE DA PREFEITURA



INAUGURAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL



PREFEITURA ATUAL



músicos executando um repertório variado composto por MPB, Jazz, Samba e Bossa Nova, além de músicas latinas e regionais do Rio Grande do Sul.

A instituição do centro cívico contou com aprovação unânime dos vereadores luverdenses. O Projeto de Lei nº 33/2012, que instituiu o Centro Cívico de Lucas do Rio Verde, foi votado pela Câmara de Vereadores durante a sessão ordinária realizada na noite de 27 de abril de 2012.

O Paço Municipal ocupou três outros endereços antes de se mudar para o majestoso prédio na Avenida América do Sul, Loteamento Parque dos Buritis. Em janeiro de 1989, o Paço Municipal foi instalado na Avenida Rio Grande do Sul, no bairro Pioneiro, em prédio antes ocupado pelo terminal rodoviário de Lucas do Rio Verde. O espaço foi cedido pelo proprietário, Antônio Machado, que não cobrou aluguel nos primeiros meses, dando assim sua contribuição para a instalação da prefeitura. Em julho de 1993, o Paço Municipal foi transferido para a Avenida Mato Grosso, onde atualmente funciona o Posto de Saúde Central. Antes de abrigar a sede da Prefeitura de Lucas do Rio Verde, o prédio abrigava o Hospital Santo Antônio, de propriedade dos médicos Antonio Régio Mendes, Euclides Buchala Junior e Telma Buchala. A inauguração do Paço Municipal naquele espaço aconteceu em 1º de agosto de 1993, na abertura dos festejos do quinto aniversário de emancipação político-administrativa do município.

Uma nova sede do governo municipal de Lucas do Rio Verde começou a ser construída em abril de 1996, na gestão do prefeito Paulo Vicente Nunes, e foi concluída no primeiro semestre de 1997, na gestão do prefeito Otaviano Pivetta.

AUDITÓRIO DOS PIONEIROS ETERNIZA HOMENAGEM A DESBRAVADORES

Os nomes dos pioneiros que chegaram a Lucas do Rio Verde até meados de 1984 estão gravados em aço em um painel no espaço de eventos da Prefeitura de Lucas do Rio Verde, batizado Auditório dos Pioneiros em homenagem a quem abriu caminho para o desenvolvimento da região.

Construído anexo ao Paço Municipal, o Auditório dos Pioneiros foi inaugurado na noite de 23 de maio de 2012. “A ideia de homenagear os pioneiros através da construção de uma galeria com os nomes de cada um deles na parede é um desejo antigo e tem como objetivo valorizar a importância de cada um na construção da história do município”, sintetizou o prefeito Marino Franz, que aportou em Lucas do Rio Verde em 1981. “Homenagear as famílias é uma forma de eternizar a memória daqueles que enfrentaram os dias mais difíceis para tornar a região um grande polo de desenvolvimento econômico”, completou.

Além da galeria, a prefeitura criou e entregou o título e a medalha “Francisco Lucas de Pioneirismo” para destacar a importância das famílias pioneiras do município. Foram três noites de homenagens – 23, 24 e 25 de maio de 2012 – marcadas por lembranças de façanhas dos desbravadores, tocadas pela emoção e temperadas pelo sentimento de orgulho que cada homenageado carrega pela oportunidade de ter participado da construção de uma das mais belas cidades de Mato Grosso e uma das melhores cidades do Brasil em oportunidades.

Para chegar às famílias homenageadas, a prefeitura criou uma comissão de membros da sociedade, que realizou uma pesquisa, coordenada pelo professor José Dário Munhak, que estava cuidando da organização do museu histórico do município. “Foram mais de três meses de trabalho, com levantamentos junto às famílias nas áreas urbana e rural do município, além de documentos e fotografias”.

Dário explicou que a pesquisa dividiu as famílias de pioneiros em três grupos distintos: os posseiros que chegaram antes de 1980 e os assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no começo da década de 80; os que chegaram na mesma época e ainda residiam na zona rural, como os colonizadores da Groslândia, os cooperados da Comunidade Itambiquara e cerca de 30 famílias de parceiros; o terceiro grupo homenageado foi de pessoas que iniciaram as atividades urbanas, em reconhecimento ao trabalho dos primeiros profissionais que contribuíram para o desenvolvimento da cidade, como o primeiro advogado, médico, contador e mecânico.

Nas cerimônias de homenagem, o prefeito Marino Franz reafirmou sua certeza de que a inauguração do Paço Municipal marcava um novo momento no processo de desenvolvimento econômico de Lucas do Rio Verde. “Mas antes de dar este importante passo é necessário lembrar daqueles que deram seu trabalho, esforço e sua vida pelo município”, acentuou.

Ao todo, foram condecorados 190 pioneiros de Lucas do Rio Verde.

Uma segunda etapa de homenagens aconteceu no dia 26 de junho de 2012, quando foram condecoradas famílias de produtores rurais que se instalaram em Lucas do Rio Verde por meio do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer). O programa de cooperação entre os governos brasileiro e japonês teve início em Mato Grosso no ano de 1985, com o objetivo de promover a agricultura sustentável e produzir alimentos para o mercado mundial.

Em Lucas do Rio Verde, o Prodecer foi implantado por meio da Cooperlucas e assentou 40 famílias no projeto Piúva, no ano de 1986.

Também na noite de 26 de junho foram homenageadas com o título e medalha Francisco Lucas de Pioneirismo as entidades pioneiras do município: Associação de Desenvolvimento Comunitário, Clube de Mães e Rotary Clube.



Pequena Central Hidrelétrica Canoa Quebrada

Para um município que caminha “a passos largos” como Lucas do Rio Verde, é muitas vezes difícil compreender a morosidade com que alguns projetos percorrem os trâmites legais e burocráticos até se tomarem concretos. Um típico exemplo da lentidão a que nos referimos é a Pequena Central Hidrelétrica Canoa Quebrada, que começou a ser desenhada em 1988 e só entrou em operação no final de 2006, um longo caminho de quase 19 anos.

Em 1988, a Centrais Elétricas Mato-grossenses (Cemat) iniciou estudos para construção de uma PCH no Rio Verde. Em visita ao município no final de abril de 1989, o então presidente da concessionária de energia elétrica, José Meireles, informou que os estudos para construção da usina estavam avançados e que no dia 12 de maio haveria uma reunião, em Cuiabá, com representantes do Ministério das Minas e Energia e de empresas interessadas em participar da licitação para a implantação da PCH. A empresa que vencesse a concorrência, receberia concessão para construir a usina e explorar a energia por 30 anos.

Três anos depois, no dia 30 de abril de 1992, interessada em habilitar-se para obter a concessão para construir e explorar a usina, a Intercoop assinou um contrato de risco com quatro empresas do ramo de engenharia e construção, tendo por objeto a obtenção de concessão, viabilização de recursos e construção de uma pequena usina hidrelétrica no local denominado Ilha Pequena, no Rio Verde. Com validade de um ano, o contrato previa que nesse prazo as empresas contratadas executassem os serviços e estudos que viabilizassem a obtenção de concessão, destinação de recursos e construção da usina. A Intercoop, por sua vez, comprometia-se a não contratar outras empresas com a mesma finalidade, enquanto o contrato estivesse em vigor. Os recursos para pagamento das empresas seriam oriundos do financiamento que seria pleiteado. Na época, a Intercoop estava empenhada na viabilização do projeto de suinocultura e o intento com relação à usina não avançou.

Nove anos depois, no dia 26 de novembro de 2001, o prefeito Otaviano Pivetta recebeu em seu gabinete o empresário Armando de Oliveira, à época, diretor da Amper Construções Elétricas, que recebera autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para construir no Rio Verde a Pequena Central Hidrelétrica Canoa Quebrada. O empresário comunicou ao prefeito que a autorização saía no dia 17 de setembro, pela Resolução 395/2001, e que a usina geraria 28 megawatts de energia, o suficiente para atender Lucas do Rio Verde, Tapurah e Sorriso. A previsão da empresa era de iniciar as obras em maio de 2002 com prazo de execução de aproximadamente dois anos. O prefeito se mostrou confiante com a obra que viria “contribuir significativamente para a mudança do perfil socioeconômico da região”.

O ano de 2001 terminou, veio 2002, 2003, 2004, em janeiro de 2005, a Amper Energia obteve do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a aprovação do financiamento de R\$76,7 milhões para a construção da Pequena Central Hidrelétrica Canoa Quebrada. Conforme informado na época, o valor correspondia a 66% do investimento total estimado para a construção da PCH, que teria uma capacidade instalada de 28MW, geraria 400 empregos durante sua construção e estava prevista para entrar em funcionamento em janeiro de 2007, de acordo com o projeto.

O prefeito Marino Franz comemorou a notícia, destacando a importância da usina, que traria uma oferta significativa de energia, “ampliando o potencial para a cadeia do agronegócio e abrindo um leque para o setor de turismo”. As obras da PCH Canoa Quebrada tiveram início no dia 2 de maio de 2005, depois de fechadas as negociações com os proprietários das áreas que seriam atingidas pelo lago da usina.

Em dezembro de 2006 a PCH Canoa Quebrada entrou em operação, com potência de 28 MW, utilizando três turbinas do tipo Kaplan S horizontal, barragem de terra com 630 metros de crista e altura máxima de 38 metros. A barragem possui filtro de areia no meio e proteção de barramento a montante, feita com solo-cimento, devido à ausência de enroscamento. A vazão do vertedouro é 590 m³/s e as duas comportas de segmento medem seis por oito metros. A queda nominal da usina e a vazão total turbinada é de 135 m³/s.





“Estamos inaugurando aqui um novo conceito de geração e distribuição de energia”, acentuou o empresário Luís Otávio Koblitz, que falou em nome dos investidores na cerimônia oficial de inauguração da PCH Canoa Quebrada, no dia 4 de julho de 2007.

“A usina atraiu para Lucas do Rio Verde os olhares de grandes empreendedores que estão se instalando aqui e promovendo a transformação da economia da região por meio da agroindustrialização”, comemorou o prefeito Marino Franz ao observar que a instalação da usina coincidiu com os primeiros sinais de fraqueza do agronegócio, em 2005, e ajudou a amenizar os problemas econômicos oriundos da crise do setor agrícola.

Durante a execução da obra, a Canoa Quebrada empregou 600 trabalhadores e gerou cerca de 1.000 empregos indiretos. A instalação da usina demandou investimentos de R\$ 134 milhões, 75% deles financiados pelo BNDES. O restante dos recursos foram investidos pela Atiaia Energia, uma sociedade de propósito específico controlada por uma holding do grupo pernambucano Cornélio Brennand, com sede no Recife, e pela Koblitz S/A, também com sede no Recife.

“O que vemos aqui é o encontro da natureza com o empreendedorismo e a ousadia de investidores que apostaram num negócio rentável, de baixo impacto ambiental”, exaltou o então deputado estadual Otaviano Pivetta.

Situada no Rio Verde, na divisa dos municípios de Lucas do Rio Verde e Sorriso, a PCH Canoa Quebrada gera energia suficiente para abastecer uma cidade com população de 100 mil habitantes, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico de toda a região. A Canoa Quebrada está enquadrada de acordo com as diretrizes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), o que possibilita a venda da energia gerada na usina para a Eletrobras.

ORIGEM DO NOME

Quando do início das obras da PCH Canoa Quebrada, em 2005, o advogado Willians Reinaldo de Andrade, pioneiro de Lucas do Rio Verde, que integrou a comissão de Emancipação, Energia e Telefone, e que costumava pescar no Rio Verde, relatou ao jornal Folha Verde uma história que teria dado origem ao nome da PCH Canoa Quebrada.

“No final dos anos 80 e começo dos anos 90, a escassez de energia no município era gritante e o assunto fazia parte do cotidiano das reuniões comunitárias. Um dia, o cidadão Léo Pasqualli deu uma ideia de que nos fundos da terra que administrava, de propriedade de Dario Wustro, existia um lugar feito pelas mãos de Deus para ser construída uma pequena usina no Rio Verde. O local em V, que possuía uma área de fuga rebaixada, própria para o desaguadouro, sem necessidade de escavações maiores. Visitamos o local e achamos interessante levarmos ao conhecimento do pessoal da Cemat, na pessoa do Dr. Fernando Luna, que posteriormente mandou uma equipe para levantar o local, que foi vistoriado em duas ocasiões por técnicos da Cemat. E, por volta de 1992, veio uma equipe da empresa Amper junto com a equipe da Cemat. Como precisavam atravessar o Rio Verde, foi-lhes emprestada uma pequena embarcação de nome POLLY, registrada na Capitania dos Portos de Cuiabá sob número 483-010665-4, tendo como piloto amador Joel Domingos de Souza que, abusando da capacidade da embarcação, tentou a travessia com superlotação e, como o barco era de pequena capacidade, comportava apenas três passageiros, emborcou e afundou, ficando preso no fundo das águas pelas pedras que afloravam do fundo do rio. Depois do susto e de todos postos a salvo, o fim do acidente foi comemorado batizando de Canoa Quebrada a pequena usina hidrelétrica que ali seria construída”.

O projeto Lucas do Rio Verde Legal, iniciado em 2006, colocou o município como exemplo nacional na recuperação de áreas de preservação permanentes, abriu mercado mundial para produtos oriundos do município e rendeu a Lucas do Rio Verde prêmios no campo da sustentabilidade ambiental.

A preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade vem desde o começo da história do município. No dia 23 de setembro de 1989, nas dependências da Câmara de Vereadores, a equipe do escritório local da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Empaer-MT), apresentou aos agricultores e autoridades de Lucas do Rio Verde o projeto de conservação do solo por microbacias. Depois da reunião, os participantes se deslocaram até a região do Rio Quatá, na Linha 01 [atual MT-449, Rodovia da Mudança], onde verificaram as voçorocas que estavam se formando por conta do excesso de água que escorria pela estrada no período de chuvas fortes. Ficou, então, definida a implantação de uma área-piloto que serviria de modelo para outras áreas do município. O trabalho foi resultado de parceria entre a Prefeitura de Lucas do Rio Verde, Empaer-MT, Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cooperlucas, com aval da Câmara de Vereadores.

“O engenheiro da Emater dizia que era importante fazer as microbacias para conservação das estradas. Então, resolvemos fazer um teste na Linha 1, na frente da Fazenda Violeiro, inclusive o Helmut Lawisch emprestou um trator para a prefeitura pra fazer essas microbacias, pra mostrar pros agricultores que não podia jogar a água na estrada, que a água tinha que ficar na lavoura, fizemos esse teste, deu certo e então o projeto se expandiu para o município inteiro e foi um trabalho muito bom para a conservação das estradas, porque antes das microbacias a água corria pela estrada e abria aquelas voçorocas, aquela erosão, a prefeitura arrumava, mas quando vinha chuva forte abria tudo de novo e depois que fizemos as microbacias terminou esse problema. Quando os agricultores viram que era importante, cada um fez a sua parte”, relata o primeiro prefeito de Lucas do Rio Verde, Werner Haroldo Kothrade.

MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO

Poder público, cooperativas, entidades representativas de classe, instituições financeiras, produtores rurais e empresários deveriam engajar-se numa luta única pela preservação do solo, tido como patrimônio coletivo. Esta foi a grande mensagem lançada no 1º Seminário Municipal de Manejo e Conservação do Solo de Lucas do Rio Verde, realizado no dia 10 de fevereiro de 1995.

“O Programa de Manejo e Conservação do Solo de Lucas do Rio Verde só se tornará possível se houver a conscientização dos produtores rurais e a participação efetiva de toda a sociedade, seguindo na mesma direção, somando esforços, repartindo encargos, dividindo responsabilidades para multiplicarmos resultados”, assinalou o então prefeito Paulo Nunes.

Ao apresentar o perfil do município, o engenheiro agrônomo e consultor em meio ambiente, Cícero Bley, demonstrou os fatores de risco e a grande predisposição do solo de Lucas do Rio Verde para erosão, tanto hídrica, nas estações chuvosas, quanto eólica, nas estações secas, características que justificavam a necessidade de implantação do programa de manejo e conservação.

“A um passo do desenvolvimento sustentável” foi o tema norteador do seminário que lançou as bases para a implantação e desenvolvimento do programa. Foi criada a Comissão Municipal de Manejo e Conservação dos Solos e das Águas para gerenciar o programa. Ela funcionava como uma espécie de Organização Não Governamental (ONG) na viabilização de recursos e no trabalho de formação da consciência dos produtores rurais para a necessidade de implantação do programa, cuja principal finalidade era melhorar a vida do homem do campo por meio de novas alternativas econômicas, conforme explicou, na época, o presidente da comissão, Egídio Raul Vuaden. Para organização e execução do programa, o município foi dividido em 12 microbacias hidrográficas, cada uma com uma comissão responsável pela mobilização dos produtores rurais e acompanhamento dos trabalhos. As microbacias contempladas foram: Sapezal, Marape, União, Divisão, Fabio, Xixi e Lucas, Piranha, Quatá 01, Quatá 02, Cedro 01, Cedro 02 e Cedro 03.

O município foi incluído no Programa para Desenvolvimento Agroambiental (Prodeagro) em abril de 1995, o que garantiria o recebimento de recursos do Banco Mundial para implantação do programa de manejo e conservação de solos e águas. Dentre as medidas definidas como prioritárias dentro do programa,

ganharam destaque as estratégias técnicas de aumento da cobertura vegetal do solo, aumento da infiltração de água no solo e diminuição do escoamento superficial de água no solo. A recomendação primordial dada aos produtores rurais foi de abolir o uso de grade e manter no solo os restos culturais da safrinha do milho, sorgo e milheto, evitando, assim, a erosão e melhorando a fertilidade do solo. Medidas complementares, como a construção de depósito de lixo tóxico e de abastecedores comunitários [para uso de pulverizadores], e drenagem de solos alagáveis também foram contempladas.

Em outubro de 1995, o programa de manejo integrado do solo e das águas de Lucas do Rio Verde já havia atingido 22 mil hectares com demarcação de curvas de nível, construção e adequação de terraços, beneficiando 74 propriedades no município. Pelo avanço do programa, que se tornaria modelo para Mato Grosso, o governo do Estado escolheu o município para fazer o lançamento do Manual de Mapas e Solos, do Manual Técnico de Microbacias e da Cartilha Ambiental. O evento aconteceu em meados de outubro, na Fazenda Três Estrelas, de propriedade da família De David.

Os produtores rurais foram incentivados a se organizarem em associações por microbacias, pois esta era uma exigência do Prodeagro, cujas verbas seriam repassadas para as respectivas associações.

CENTRAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Lucas do Rio Verde foi o quinto município de Mato Grosso a ter uma Central de Recebimento e Processamento de Embalagens de Defensivos Agrícolas. A inauguração aconteceu no dia 20 de novembro de 1998 e resultou de uma parceria entre a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), Prefeitura de Lucas do Rio Verde e Fundação Rio Verde, em cumprimento a uma das metas previstas no Programa de Manejo Integrado do Solo e das Águas de Lucas do Rio Verde.

“O nosso produtor é muito competente na produção, que o seja também no manejo das embalagens de defensivos”, desafiou o prefeito Otaviano Pivetta na cerimônia de inauguração da Central, ao ressaltar a importância de dar a destinação correta às embalagens de defensivos agrícolas.

“Nós temos a obrigação de deixar este legado para as futuras gerações”, frisou o então diretor de Projetos Ambientais da Andef, Carlos Albert, reforçando a necessidade de os produtores rurais se empenharem no cumprimento de ações de preservação do meio ambiente.

Os produtores rurais de Lucas do Rio Verde entenderam o recado e aceitaram o desafio, pois a Central se tornou referência dentro do Sistema Campo Limpo, que é responsável por operacionalizar a correta destinação das embalagens vazias de agrotóxicos em todo o país.

Por ação do Sistema Campo Limpo, cerca de 94% das embalagens plásticas que entram em contato direto com o produto, as chamadas embalagens primárias, e 80% do total das embalagens de produtos agroquímicos comercializados anualmente no Brasil recebem a correta destinação pós-consumo. Nenhum país do mundo registra uma cobertura tão ampla e a Central de Recolhimento e Processamento de Embalagens e Defensivos Agrícolas de Lucas do Rio Verde está entre as primeiras do ranking nacional.

De acordo com o coordenador da Central, Rangel Portela, a conscientização e responsabilidade são quesitos importantes que vêm sendo trabalhados ao longo dos anos junto aos produtores rurais, o que faz a logística reversa de embalagens vazias de defensivos ser considerada um exemplo mundial.

LUCAS LEGAL

“Ainda é cedo para determinar prazos ou mesmo dizer que projetos podem ser implementados através da TNC em Lucas do Rio Verde, mas vejo possibilidades concretas de isso vir a acontecer”, declarou o norte-americano David Cleary, ao sair da reunião com o prefeito Marino Franz na tarde de 12 de setembro de 2005, uma segunda-feira. Na ocasião, Cleary era diretor da The Nature Conservancy para a região amazônica e reuniu-se com Marino para apresentar um projeto de regularização ambiental que a ONG desenvolvia com produtores rurais de Santarém (PA), em parceria com a Cargill.

Naquela tarde, numa reunião regada a café, foi lançada a semente da qual brotaria o projeto Lucas do Rio Verde Legal. Menos de nove meses separaram aquela reunião da cerimônia de assinatura do termo de cooperação entre a Prefeitura de Lucas do Rio Verde, a TNC e empresas e instituições parceiras para enquadramento e regularização socioambiental das propriedades rurais do município.

“Nós temos que ter consciência de que se quisermos continuar produzindo para o mercado mundial, temos que ter produtos com rastreabilidade, com origem”, alertou o prefeito Marino Franz na tarde de 6 de junho de 2006, quando foi lançado o projeto denominado Selo Verde.

O Projeto Lucas do Rio Verde Legal foi lançado no dia 8 de dezembro de 2006, objetivando a regularização de todas as propriedades rurais do município. “A iniciativa surgiu não só pelas pressões de mercado, mas também para buscar a sustentabilidade ambiental da atividade rural, principal fonte de renda do



PRÊMIO BRASIL DE MEIO AMBIENTE



AUDIÊNCIA COM MINISTRO MANGABEIRA UNGER



APRESENTAÇÃO RESULTADOS LUCAS LEGAL



RECOMPOSIÇÃO DE APP'S



APRESENTAÇÃO RESULTADOS DE DEZ ANOS DO LUCAS LEGAL



FORUM MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



CENTRAL DE EMBALAGENS



RECOMPOSIÇÃO DE APP'S

município”, explicou a então secretária municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Luciane Bertinatto Copetti.

Iniciativa da Prefeitura de Lucas do Rio Verde e da TNC, o projeto tinha como parceiros a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Fundação Rio Verde, Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde, Ministério Público Estadual, Sadia, Instituto Sadia de Sustentabilidade, Syngenta e Fiagril. A meta do Lucas do Rio Verde Legal era projetar o município nos cenários estadual e nacional como o município que não possui passivos florestais, trabalhistas e sanitários na atividade agropecuária.

“Hoje já não basta produzir com qualidade, é preciso ter em mente a preocupação com as questões ambientais, sociais e sanitárias”, reforçou o prefeito Marino Franz ao conclamar os produtores rurais a se unirem na integração de esforços para fazer o projeto acontecer.

Pouco mais de um ano depois de seu lançamento, o Projeto Lucas do Rio Verde Legal foi reconhecido com o Prêmio Brasil de Meio Ambiente como “destaque municipal”. Realizado pelo Jornal do Brasil e pela revista JB Ecológica, em parceria com a Gazeta Mercantil e a Revista Forbes Brasil, com patrocínio da Petrobras, o prêmio foi entregue ao prefeito Marino Franz na noite de 29 de janeiro de 2007, em evento realizado no Copacabana Palace, no Rio de Janeiro.

“O primeiro passo para regularizarmos nosso passivo ambiental é fazer com que não se plante mais nas áreas de preservação permanente”, acentuou o prefeito Marino Franz ao anunciar a assinatura do decreto municipal definindo as áreas de preservação permanente (APPs) como áreas prioritárias de ação governamental no âmbito do município.

A assinatura do decreto, no dia 17 de agosto de 2007, marcou o início da segunda etapa do projeto Lucas do Rio Verde Legal, que previa o reflorestamento e reposição das APPs. A primeira etapa foi de estudos e levantamento da situação das propriedades rurais do município.

O rastreamento feito pela TNC, que catalogou as propriedades rurais por meio de fotos de satélite, identificou mais de 1.400 hectares de APPs devastadas. O levantamento identificou 704 nascentes no município. “É muita nascente, é um município irrigado, cheio de cursos de rios e água para todo o lado”, salientou Luciane Bertinatto Copetti ao comentar a identificação das áreas de preservação permanente que necessitavam de recuperação.

Em 8 de fevereiro de 2008, 13 prefeitos integrantes do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental (Cidesa) do Alto Teles Pires se reuniram no auditório do Centro Tecnológico da Fundação Rio Verde para conhecer o projeto Lucas do Rio Verde Legal, alinhar ideias e definir ações para promover a regularização ambiental das propriedades rurais da região.

Ao final dos debates, ficou decidido que o Lucas Legal serviria de apoio e de modelo a ser reproduzido pelos municípios do Cidesa. “Se formos inteligentes, faremos deste projeto um empreendimento único para Mato Grosso e exemplo para todo o Brasil”, apontou o prefeito Marino Franz.

“A nossa intenção é que o projeto Lucas do Rio Verde Legal seja multiplicado em todos os municípios, cada um com suas particularidades financeiras, geográficas, populacionais, políticas, exercendo seu papel na manutenção das reservas florestais e contribuindo para melhorar o meio ambiente e a desgastada imagem de Mato Grosso perante o Brasil e o mundo”, resumiu a secretária de Agricultura e Meio Ambiente, Luciane Bertinatto Copetti. Em abril de 2008, inspirando-se no projeto Lucas do Rio Verde Legal, o então deputado estadual Otaviano Pivetta apresentou projeto de lei na Assembleia Legislativa criando o programa Mato Grosso Legal.

Os avanços alcançados pelo Lucas Legal no primeiro ano de trabalho foram apresentados aos produtores rurais, empresas e instituições parceiras, lideranças locais, prefeitos da região e autoridades estaduais durante evento realizado no dia 13 de junho, no Araras Centro de Eventos.

“O projeto é uma grande conquista para nós luverdenses e para o agronegócio brasileiro, pois o mercado não aceita mais a produção que não seja ambiental e socialmente correta”, acentuou o empresário Miguel Vaz Ribeiro, então diretor da Fiagril, uma das empresas financiadoras do projeto. Motivados pelos resultados positivos apresentados pelo projeto e pela necessidade de se adequar à legislação ambiental, os prefeitos dos municípios integrantes do Cidesa assinaram o pacto ambiental, se comprometendo a implantar medidas de regularização ambiental, garantindo que as propriedades rurais desempenhassem seu papel produtivo e de conservação ambiental.

Na manhã de 24 de junho de 2008, o prefeito Marino Franz e a secretária Luciane Bertinatto Copetti se reuniram, em Brasília, com o então ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos e coordenador do Plano Amazônia Sustentável, Roberto Mangabeira Unger, para apresentar o projeto Lucas do Rio Verde Legal. “Nosso projeto vai servir de luz para o governo federal, que está perdido na política de meio ambiente”, anunciou Marino ao informar que o Lucas Legal se tornaria um programa e serviria de modelo para a regularização ambiental das propriedades rurais brasileiras, especialmente nas regiões do bioma amazônico.

Um mês depois, no dia 25 de julho, Mangabeira Unger visitou Lucas do Rio Verde para conhecer o projeto Lucas do Rio Verde Legal e compreender como o Estado brasileiro pode organizar ao mesmo tempo a preservação e o desenvolvimento.

Na manhã de sábado, 2 de agosto de 2008, foi a vez do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Clifford Sobel, conhecer e se entusiasmar com o projeto Lucas do Rio Verde Legal. O embaixador se comprometeu a dar “um pouco mais de força” para as empresas norte-americanas instaladas no Brasil apoiarem o projeto.

Em maio de 2009, o projeto venceu o XII Prêmio Mérito Fitossanitário da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) na categoria socioambiental. O destaque se deu em razão do projeto promover a regularização dos passivos socioambientais e sanitários nas 680 propriedades rurais mapeadas no município e também por orientar os produtores rurais a adotarem práticas alinhadas com a legislação ambiental e trabalhista.

“O projeto mudou a percepção do mercado internacional em relação aos produtos de origem do estado de Mato Grosso. Se não fosse este projeto, fatalmente os produtos do estado de Mato Grosso estariam boicotados e nós, fadados à falência, porque o estado é um grande exportador de produtos de origem vegetal e animal, esta é a nossa vocação econômica”, destacou o prefeito Marino Franz durante evento de avaliação das contribuições do Projeto Lucas do Rio Verde Legal.

Realizado no dia 13 de dezembro de 2012, o evento reuniu produtores rurais e parceiros do Projeto Lucas do Rio Verde Legal e marcou a comemoração pelos seis anos de implantação do projeto pioneiro no Brasil. “Com o Lucas do Rio Verde Legal, o município passou a ser visto como exemplo de município onde é praticada uma agricultura sustentável”, comemorou o prefeito Marino Franz.

“Este é mérito para nós, que estamos um passo à frente. Para o futuro ainda vamos sentir o valor disso”, avaliou o produtor rural Domingos Munaretto, um dos primeiros a aderirem ao Lucas do Rio Verde Legal.

“Toda a discussão começou aqui, então, todos os frutos, se temos, em termos de política de meio ambiente, que diz respeito a instrumentos que ajudem à adequação ambiental de propriedades rurais começou aqui. Hoje nós temos um Ministério do Meio Ambiente regularizando, por exemplo, o Cadastro Ambiental Rural, que é uma experiência que a gente iniciou aqui em Lucas do Rio Verde. Então, Lucas é um exemplo em todos os sentidos”, assinalou a diretora da TNC, Gina Timóteo ao analisar os resultados do Lucas do Rio Verde Legal após seis anos de sua implantação.

Na comemoração dos 10 anos do projeto, produtores rurais, representantes de empresas e instituições parceiras, prefeitura e TNC avaliaram que o Lucas do Rio Verde Legal conseguiu promover uma mudança na mentalidade dos produtores rurais quanto à questão ambiental. “O projeto trouxe ao produtor rural conhecimento, trouxe às instituições respaldo para trabalhar legislação e trouxe à administração municipal ferramentas e instrumentos para fazer esta regularização de uma forma bastante profissionalizada, tendo como objetivo aliar a produção agrícola, e agora industrial, ao meio ambiente”, analisou a secretária de Agricultura e Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde, Luciane Bertinatto Copetti.

O evento comemorativo dos 10 anos do projeto, realizado em dezembro de 2016, serviu também para o lançamento de outro desafio: a recuperação das áreas de reserva legal. Diagnóstico apresentado pela TNC na época apontou a existência de 120 imóveis rurais com passivo de reserva legal em Lucas do Rio Verde, totalizando 14 mil hectares.

O projeto foi implementado em um momento em que Mato Grosso passava por uma turbulência no que se refere a fiscalizações de propriedades rurais sobre a preservação ambiental, conforme lembra o tesoureiro do Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde, Júlio Cimpak. “Foi um projeto bastante ousado na época, e Lucas saiu na frente, junto com a TNC, implementando este projeto Lucas Legal, e ao longo dos anos tomou corpo, se consolidou, e hoje o produtor é muito consciente de que tem que preservar o meio ambiente, porque depende diretamente do solo, da infraestrutura que tem o meio ambiente pra sobreviver. Hoje nós já estamos bem adiantados neste processo de regularização, ainda temos alguns passivos para resolver, o Código Florestal novo deu uma situação jurídica confortável para o produtor, que até então não tinha, e o produtor está se sentindo melhor pra fazer estas regularizações”, acentua.

FATO INTERESSANTE

Era junho de 1996, Lucas do Rio Verde era apenas um menino que se preparava para festejar seus oito anos de emancipação, nunca se ouvira falar em exigência de licenciamento ambiental para implantação ou operação de qualquer atividade, mesmo as potencialmente poluidoras, como postos de combustíveis. Foi a Resolução 273 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), editada em 29 de novembro de 2000, que definiu as regras para o licenciamento ambiental dos postos de combustíveis. Daí a relevância da atitude e ação do pioneiro Vilarim Tibirissá, que providenciou a construção de caixa de retenção de resíduos no posto de combustíveis que acabara de instalar no centro da cidade, onde operava também com posto de lavagem. “A gente quer evitar que o óleo e outros resíduos possam chegar ao Rio Lucas, o que pode causar prejuízos ao meio ambiente”, relatou Tibirissá, na época, ao apresentar cheio de orgulho as medidas que estava adotando em seu estabelecimento.

Demonstrando sensatez, responsabilidade e respeito ao meio ambiente, Tibirissá percebeu que a caixa de retenção não seria suficiente. “Entrei em contato com a Shell do Brasil e solicitei um projeto adequado às necessidades do posto e executamos o projeto conforme as normas”. O sistema compreendia caixa coletora de lama, caixa separadora de óleo, filtros de brita e chapas metálicas. “A população de Lucas do Rio Verde pode ficar tranquila que o nosso posto não está poluindo o ambiente natural de nossa cidade”, ressaltou o empresário na ocasião.

Fazendo o melhor pela vida

Em pouco mais de 20 anos de emancipação, Lucas do Rio Verde saíra da condição de patinho feio da região e assumira a postura altiva da ema, caminhando firme, a passos largos e de cabeça erguida para tornar-se um dos mais importantes polos de desenvolvimento do cerrado brasileiro. Com a postura ousada, destemida e determinada de seus gestores e líderes, com a participação responsável da população trabalhadora e o envolvimento cívico de seus empreendedores, o município se tornou modelo de sociedade, ganhou fama e seus exemplos se espalharam por Mato Grosso, se tornaram conhecidos no Brasil e, alguns, até no mundo.

Porém, internamente, os desafios e demandas sociais se tornavam maiores a cada dia. E o conceito de desenvolvimento sustentável precisava se fazer sentir na prática ao todo da população, que crescia, em média, 12% ao ano.

Com o propósito de promover ações e executar obras públicas que levassem o município a se tornar referência regional no desenvolvimento social, propiciando aos cidadãos uma cidade ordenada, segura e sustentável, em que todos pudessem viver com bem-estar e confiança no futuro, Otaviano Pivetta escolheu o slogan “Fazendo o melhor pela vida” para nortear seu terceiro mandato à frente da Prefeitura de Lucas do Rio Verde.

Fazer o melhor pela vida significava focar a educação como base do modelo de desenvolvimento, investir no ensino de tempo integral e firmar parcerias na oferta do ensino profissionalizante e educação de nível superior. Significava também empreender melhorias na saúde de média e alta complexidade, promover uma sinergia positiva capaz de levar as pessoas a olharem para frente e avançar. Significava, ainda, induzir o desenvolvimento econômico fomentando a verticalização de cadeias produtivas como a do algodão, a exemplo da soja e do milho. Mas era necessário também promover a integração das diferentes correntes migratórias que aportaram no município a partir do processo de agroindustrialização, difundindo entre os novos habitantes o sentimento de pertencimento para que também se sentissem responsáveis por levar adiante os ideais de desenvolvimento sustentável traçados para o município.

Esta parte recente da história de Lucas do Rio Verde também tem nuances e episódios interessantes que valem a pena ser lembrados.

LUCAS CADA VEZ MELHOR OU IGUAL PARA TODOS?

Os 23 partidos aptos a disputarem as eleições municipais de 2012 realizaram suas convenções no dia 30 de junho e se organizaram em duas frentes partidárias: Lucas Cada Vez Melhor, formada pelo PDT, PPS, DEM, PSDB, PR, PSD, PSB, PSDC, PV, PHS, PSC, PMN e PRP, com Otaviano Pivetta e Miguel Vaz Ribeiro para prefeito e vice, respectivamente; Lucas Igual Para Todos, formada por PMDB, PT, PP, PSL, PRTB, PT do B, PC do B, PRB, PTB e PTN, com Rogério Ferrarin e Paulo Nunes como candidatos a prefeito e vice, respectivamente.

“Queremos Lucas cada vez melhor para cada criança, operário, cidadão que escolheu Lucas do Rio Verde para viver”, anunciou Otaviano Pivetta diante das lideranças dos partidos aliados reunidas no auditório da Câmara de Vereadores no fechamento das convenções. “Assumo o compromisso de trabalhar todos os dias para fazer melhor do que já fizemos no passado, fazer uma gestão para cuidar das pessoas”, completou, ditando o tom da campanha.



PREFEITO OTAVIANO E VICE MIGUEL

“Lucas precisa ser reconhecida não só pela pujança do agronegócio. Para fazer a diferença, precisa ser reconhecida também como um polo regional na saúde, na educação”, apontou Rogério Ferrarin diante de lideranças e militantes partidários reunidos no ginásio de esportes da Escola Estadual Dom Bosco. “A maior riqueza de Lucas do Rio Verde são as pessoas e nossa administração vai olhar para as pessoas”, comprometeu-se, anunciando a caminhada para uma administração mais humanizada.

Para o cargo de vereador, a coligação Lucas Cada Vez Melhor lançou 28 candidatos, enquanto a coligação Lucas Igual Para Todos apresentou 35 candidatos a vereador.

Começava ali uma das disputas mais acirradas para a Prefeitura de Lucas do Rio Verde, que deixou a cidade literalmente dividida em duas frentes partidárias. Enfim, no dia 7 de outubro, os eleitores foram às urnas para escolher seu novo prefeito e vereadores. Foi um dia tenso, com a prisão de pelo menos 20 pessoas flagradas fazendo boca de urna.

O resultado do pleito foi conhecido logo após o fechamento da votação: com 13.587 votos (54,57% dos votos válidos), Otaviano Pivetta foi eleito prefeito de Lucas do Rio Verde pela terceira vez. O candidato Rogério Ferrarin alcançou 11.310 votos (45,43% dos votos válidos). Dos 31.949 eleitores aptos a votar, 25.916 compareceram às urnas, uma abstenção de cerca de 18%. Na hora de votar para escolha do prefeito, 400 eleitores escolheram votar em branco e outros 619 anularam o voto. Para vereador, o número de votos brancos foi de 890, enquanto 347 eleitores anularam o voto. Outros 1.667 eleitores votaram apenas na legenda.

Seis novos vereadores foram eleitos para compor o Legislativo Luverdense: Dirceu Cosma (PV), 1.553 votos; Cleusa de Marco (PT), 1.085 votos; Roberto Barra (PMDB), 1.052 votos; Demétrio Cezar Teixeira de Souza (PDT), 1.043 votos; Gilson Baitaca (PMDB), 869 votos; e Gilson Gregório (PSDB), 607 votos. Dos oito vereadores que concorreram à reeleição, apenas três foram reeleitos: Airton Callai (PSD), 1.109 votos; Fernando Pael (PT), 1.009 votos; e Pedro Fernandes de Gois (PPS), 918 votos. Assim, a coligação Lucas Cada Vez Melhor elegeu cinco vereadores, enquanto a coligação Lucas Igual Para Todos elegeu quatro.

COMPOSIÇÃO PARA MESA DIRETORA DA CÂMARA

Como vereador mais votado, Dirceu Cosma presidiu a sessão solene de 1º de janeiro de 2013 e deu posse aos demais vereadores. Em seguida, conduziu o processo de eleição da Mesa Diretora, que contou com chapa única, formada a partir de uma composição das duas frentes que disputaram a eleição municipal. Com Airton Callai presidente, Gilson Gregório vice-presidente, Cleusa de Marco primeira-secretária e Pedro Fernandes de Gois segundo secretário, a chapa recebeu apenas um voto contrário, do vereador Roberto Barra.

Eleito presidente, Callai assumiu a condução dos trabalhos e deu posse ao prefeito Otaviano Pivetta e ao vice, Miguel Vaz Ribeiro, que fizeram o juramento e assinaram o Termo de Compromisso e Posse. “É honroso demais ser prefeito de Lucas do Rio Verde”, afirmou Otaviano Pivetta, declarando seu amor à cidade que começava a administrar pela terceira vez. “Procuro ser empresário da sociedade e fazer bons negócios para a sociedade. Tenho certeza que serei melhor do que fui nas outras oportunidades. Nossa responsabilidade é cuidar das pessoas, acentuou, reforçando seus compromissos de campanha.

Se declarando pronto para desempenhar as tarefas que lhe fossem confiadas, Miguel Vaz Ribeiro salientou que estava entrando para a vida pública de “coração e mente abertos e cabeça erguida” e pretendia concluir seu mandato da mesma maneira. “Quero desempenhar minhas tarefas com entusiasmo, coragem, alegria, responsabilidade e austeridade”, afirmou.

Ao despedir-se da administração municipal, Marino Franz lembrou que cada fase da história tem seus desafios e dificuldades e que a boa gestão pública precisa estar amparada no tripé econômico, social e ambiental. “Ninguém vive de sonhos e ilusões, mas de fatos e de atos”, salientou.

CONDOMÍNIO ROSA

Um dos projetos lançados por Otaviano Pivetta durante a campanha eleitoral foi batizado por ele de Mulheres de Fibras, que tinha como meta o desenvolvimento da cadeia do algodão no município. No projeto, estava delineada a instalação de uma indústria de fiação, fábrica de tecelagem e o Condomínio Rosa, que se destinava a agregar os empresários do ramo de confecções, fomentando o associativismo, qualificação profissional e a organização da produção.

As reuniões para articulação dos empresários do ramo de confecções tiveram início ainda em 2012, coordenadas por um grupo de trabalho formado por representantes das malharias e assessores nomeados pelo prefeito eleito Otaviano Pivetta. No início de janeiro de 2013, por solicitação do grupo de trabalho, o Sebrae-MT, por meio da agência de Lucas do Rio Verde, realizou palestra para orientar os empresários na elaboração do plano de negócios e viabilizar o Condomínio Rosa.

Da mesma forma que atuara na organização do polo moveleiro do município, o Sebrae atuou como órgão de consultoria aos empreendedores. “Para abrir uma empresa de forma planejada é necessário saber quanto será o investimento, o custo gerado e quanto se poderá ganhar com isso. Eles podem se organizar através de uma associação, cooperativa ou mesmo tornando-se um empreendedor individual com seu próprio

CNPJ”, orientou a consultora Sandra Simon ao assinalar que a atividade de costureira/confeccionista se mostrava atrativa, desde que exercida com profissionalismo.

Integrante do grupo de trabalho, o empresário João Pagotto também ressaltou a necessidade do setor estar preparado para as mudanças. “Se não estivermos organizados quando for lançada a indústria de tecelagem, podemos ser engolidos por outras empresas que virão”. Mão de obra qualificada foi apontada pelo empresário como um grande desafio. “Estou precisando de costureiras e não acho. Eu mesmo estou treinando elas, o que leva de 60 a 90 dias. Já deixei de pegar muitas encomendas, porque não tenho gente para produzir”.

Enquanto os empresários do ramo de confecção avançavam na criação do Condomínio Rosa, empresários do agronegócio também se organizavam para a instalação de uma indústria para a transformação do algodão em fio. A indústria de fiação é a primeira etapa prevista no projeto Mulheres de Fibra. O protocolo para instalação da indústria de fiação foi assinado no dia 23 de maio de 2013. “É o início de uma nova etapa para o desenvolvimento da cadeia do algodão, assim como já aconteceu com a cadeia da soja e do milho”, salientou o vice-prefeito, Miguel Vaz Ribeiro.

A oferta de cursos de qualificação foi uma das medidas adotadas para fomentar o desenvolvimento da cadeia do algodão. No dia 12 de março de 2015, um grupo de 30 mulheres iniciou curso de costura industrial na primeira turma do projeto Mulheres de Fibra. Com certificação emitida pelo Instituto Mato-grossense do Algodão (IMA), o curso se destinou à formação de mão de obra para o Condomínio Rosa. Das 30 que iniciaram o curso, 21 receberam certificado de conclusão e 19 decidiram se unir e formar uma cooperativa. A CooperRosa foi criada para facilitar as negociações de encomendas e entrega de produtos, melhorar a comercialização das peças confeccionadas e promover o fortalecimento do negócio.

“Surgiu a oportunidade de ter um espaço para mim. Na minha casa era muito apertado. Gostei muito disso, e aqui tem a chance de termos mais clientes”, comemorou a costureira Marilda Maria Ventura Martins, ao se instalar em um dos 28 boxes do Condomínio Rosa levando na bagagem sua experiência de 25 anos de profissão.

Inaugurada no dia 6 de novembro de 2015, a construção de 1.600 metros quadrados demandou a aplicação de aproximadamente R\$1,8 milhão. Edificado na Avenida Ângelo Dall’Alba, bairro Parque dos Buritis, além dos boxes para empreendedores do ramo de confecções, o prédio abrigava espaço de convivência e salas destinadas a cursos de qualificação dos empresários e colaboradores.

Quando inaugurado, o Condomínio Rosa reunia 15 empresas que se dedicavam à produção de uniformes empresariais e escolares, tapetes de fru-fru, lingoeries, calças jeans, camisas, moda festa, moda evangélica, modinha e roupas infantis, além de artigos de decoração para festas e eventos.

“Fizemos uma proposta à sociedade, que agora se torna visível e palpável, baseada nos nossos potenciais e na capacidade de Mato Grosso produzir algodão. Sempre fomos inspirados em verticalizar a cadeia produtiva. Sabemos que é um caminho longo, mas alguém tinha que começar”, pontuou o prefeito Otaviano Pivetta ao fazer a entrega da obra.

Para muitas mulheres luverdenses, o Condomínio Rosa surgiu como uma oportunidade de aprender, empreender e mudar de vida.

PROGRAMA VIDA NOVA

Com o objetivo de promover qualidade de vida e criar um ambiente de integração entre todos os moradores de Lucas do Rio Verde, a gestão municipal criou o Programa Vida Nova, cuja intenção era mudar o cotidiano dos luverdenses. Lançado na praça do bairro Jardim Primavera no dia 6 de fevereiro de 2013, o programa foi implantado gradativamente em todos os bairros da cidade, promovendo a ocupação dos espaços públicos com atividades monitoradas, fomentando assim hábitos mais saudáveis entre a população.

“O objetivo é produzir bem-estar em escala, ou seja, saúde, cultura, educação e, especialmente, criar um ambiente para que estes brasileiros todos que vieram para cá nos últimos 10 anos se sintam luverdenses, comecem uma convivência de integração, de entrosamento entre as famílias, pela prática do esporte, do lazer, da cultura”, assinalou o prefeito Otaviano Pivetta ao explicar que o “Vida Nova” ia além de um programa de saúde pública preventiva.

O desenvolvimento do programa contava com a união das secretarias de Saúde, Educação, Esporte, Lazer e Cultura, e Cidadania e Habitação. Os profissionais de saúde da rede municipal foram responsáveis por encaminhar as pessoas sedentárias para as atividades oferecidas pelo programa nos bairros. Já os profissionais de assistência social tinham a incumbência de identificar as famílias em situação de vulnerabilidade social que pudessem ser atendidas pelo programa, encaminhando as crianças e adolescentes para as atividades esportivas, recreativas ou culturais.

Solidificando-se como um programa de governo, o “Vida Nova” chegou a atender, em média, seis mil pessoas por mês, em mais de 70 pontos da cidade, com orientações para a saúde e para o bem-estar.

O DIA EM QUE DILMA COMEU SOJA

“É uma imensa alegria assistir àquela quantidade de soja jorrando pela colheitadeira, conseguir

POSSE PREFEITO, VICE E VEREADORES



CURSO DE COSTURA INDUSTRIAL



CONDOMÍNIO ROSA



ESPAÇO DO EMPREENDEDOR



CICLOVIAS



ATIVIDADES PROGRAMA VIDA NOVA



pegá-la, jogar para cima e provar um grão de soja”, comemorou a presidente Dilma Rousseff ao revelar sua empolgação com a pujança da agricultura de Lucas do Rio Verde. “Hoje percebi de uma forma muito especial como é grande a emoção que vocês sentem quando vocês presenciam o ato da colheita e, particularmente aqui, junto também o ato do plantio”, revelou.

Lucas do Rio Verde recebeu a presidente Dilma Rousseff no dia 11 de fevereiro de 2014, ocasião em que ela participou da abertura oficial da colheita da safra 2013/2014 e da abertura oficial do plantio de milho segunda safra. Foi a primeira vez que o município recebeu a visita de um presidente da República. Quebrando o protocolo, a presidente subiu em um trator com plantadeira e operou a máquina, depois subiu em uma colheitadeira e operou a colheita de um talhão de soja. O cerimonial da Presidência da República previa que Dilma apenas subisse na plantadeira e acionasse o botão para descarregar a soja já colhida.

“Ela está só sorrisos”, descreveu o então secretário Nacional de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, ao falar da satisfação e alegria da presidente com o que viu em Lucas do Rio Verde.

“A senhora está no município agrícola mais brasileiro do Brasil”, enfatizou o prefeito Otaviano Pivetta ao agradecer a visita da presidente Dilma Rousseff e cobrar dela a presença mais efetiva do Estado brasileiro no desenvolvimento da região. O prefeito ressaltou o trabalho, a coragem e a inteligência dos agricultores da região, que souberam acolher e aplicar as tecnologias adequadas e conseguiram transformar uma “terra inóspita” nas “terras mais produtivas e valiosas do mundo”. Salientando a necessidade de investir em modais inteligentes de transporte para dotar a região da infraestrutura necessária à consolidação do seu desenvolvimento, Otaviano Pivetta disse reconhecer na presidente Dilma Rousseff “uma pessoa legitimada para ajudar o país a fazer os avanços” que precisa.

“Aqui está um dos eixos de sustentação do nosso país, que é o agronegócio, alimento que nos dá o diferencial em relação ao mundo. Teremos que colocar todo empenho em construir o que há de melhor no modal de transportes”, assinalou Dilma Rousseff ao confessar sua “fixação” por ferrovias e hidrovias.

ESPAÇO DO EMPREENDEDOR

Projeto de incentivo à atração de novas indústrias e geração de emprego, o Espaço do Empreendedor localiza-se na margem esquerda da MT-449, sentido Tapurah. O novo distrito industrial começou a sair do papel em junho de 2014. A prefeitura investiu R\$ 30 milhões na aquisição da área de 190 hectares e aplicou cerca de R\$ 34 milhões nas obras de infraestrutura, incluindo drenagem, pavimentação, redes de água e de energia elétrica para receber novas empresas da indústria, comércio e prestação de serviços.

As vendas dos terrenos tiveram início em outubro de 2014, com assinatura dos primeiros contratos de cessão de uso de lotes no dia 30. Concebido com visão de futuro e a certeza de que o desenvolvimento de Lucas do Rio Verde vai continuar, o Espaço do Empreendedor possui lotes destinados a microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno, médio e grande porte que queiram investir no município.

PLANEJANDO NOVO MODELO DE GESTÃO

“Temos alguns desafios: a receita per capita líquida a cada ano vem diminuindo e o município tem cada vez menos recursos para aplicar no cidadão, para devolver em serviços públicos. Isso significa que nós precisamos ter uma gestão mais eficiente, mais efetiva, que tenha processos claros para que o recurso chegue da melhor forma possível e de maneira mais imediata para atender a população”, resumiu o vice-prefeito, Miguel Vaz Ribeiro, ao explicar o projeto de um novo modelo de gestão que estava sendo construído com consultoria da Fundação Dom Cabral.

Iniciado em 2014, o projeto percorreu várias etapas ao longo de 2015 e 2016, passando pela fase de avaliação e levantamento sobre a qualidade dos serviços prestados à população e pela fase de planejamento das ações. Conforme explicou o consultor Marçal Chagas, os resultados serão entregues de forma mais eficiente à população à medida que a máquina pública consiga planejar melhor e se organizar melhor. O projeto só tem razão de existir, se entregar “valor público para a sociedade, se ele mudar a vida do cidadão”, enfatizou.

De acordo com a proposta, o trabalho precisaria ser aprimorado nas gestões subsequentes. “Não é um projeto para esta gestão, é um projeto para Lucas do Rio Verde”, apontou Miguel Vaz Ribeiro.

RETIRADA DE TRANSFORMADOR HISTÓRICO DA SUBESTAÇÃO

O primeiro transformador ligado na Linha de Transmissão de 230KV da Eletronorte, energizado na data histórica de 10 de setembro de 1998, foi retirado da subestação de Lucas do Rio Verde 17 anos depois. Na sexta-feira, 17 de abril de 2015, ele deu lugar a novos transformadores.

“A subestação está sendo modernizada e ampliada. Antes tínhamos 30 MVA ligado na Linha de

LANÇAMENTO DA PRIMEIRA USINA DE ETANOL DE MILHO DO BRASIL



INAUGURAÇÃO DA ESCOLA DE SAÚDE



CASA DOS CONSELHOS

FORMATURA DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA



POSTO DO SINE

RESTAURANTE DO TRABALHADOR



Transmissão de 230KV, hoje estamos com dois transformadores de 30MVA ligados na nova Linha de Transmissão de 138KV e estamos montando o terceiro transformador de 30MVA, que ficará pronto até final de julho de 2015”, explicou o líder da Unidade de Serviço da Energisa/Cemat em Lucas do Rio Verde, Lexei da Silva Calçada, na ocasião da retirada do transformador histórico.

Calçada frisou que a ampliação da capacidade da subestação para 90MVA de energia daria condições ao município para crescer de forma segura, podendo acomodar pequenas e grandes empresas, ampliar os conjuntos habitacionais e loteamentos, pois teria energia de sobra. “Estamos melhorando a nossa capacidade energética para Lucas do Rio Verde crescer sem o velho medo da capacidade de energia”.

“Essa é uma linda história”, emocionou-se o prefeito Otaviano Pivetta ao ser informado da retirada do antigo transformador.

CASA DOS CONSELHOS

Inaugurada em 24 de março de 2015, a Casa dos Conselhos foi concebida para ser uma ferramenta de integração entre o poder público e a comunidade. “A Casa dos Conselhos é um símbolo do caráter cooperativo e solidário que caracteriza a sociedade luverdense desde a sua fundação”, ressaltou o prefeito Otaviano Pivetta ao entregar o espaço aos representantes dos 22 conselhos municipais que atuavam em Lucas do Rio Verde na ocasião. Funcionando de segunda a sexta-feira, das 7h às 11 horas e das 13h às 17 horas, a unidade é tida como um incentivo à participação popular na administração pública.

“Fazer uma sociedade organizada é complexo e difícil. É preciso muita dedicação e engajamento. Vejo muitas pessoas que no dia a dia, sem esperar nada em troca, se dedicam ao serviço comunitário, de forma voluntária. Por incrível que pareça, até os conselhos funcionam em nosso município, o que é muito difícil de acontecer em outros lugares”, acentuou o prefeito.

Situada na Avenida São Paulo, no bairro Alvorada, a Casa dos Conselhos é um espaço de informação e cidadania que funciona em sintonia com a Ouvidoria Municipal. Dotado de infraestrutura para acolher reuniões e guardar documentos dos vários conselhos municipais, o espaço também é aberto as associações de moradores, que são orientadas no processo de organização e regularização, o que ajuda a fortalecer as entidades.

Em sua gestão, o prefeito Luiz Binotti também tem procurado fortalecer os conselhos municipais e entidades, defendendo que os moradores sejam participantes do processo de desenvolvimento do município. Com esta visão, Binotti tem promovido a reativação e reestruturação de alguns conselhos municipais estratégicos, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Conselho Municipal de Turismo.

RESTAURANTE DO TRABALHADOR

Inaugurado no dia 5 de agosto de 2015, durante as festividades de aniversário de 27 anos de emancipação de Lucas do Rio Verde, o Restaurante do Trabalhador foi um dos principais compromissos de campanha do prefeito Otaviano Pivetta em 2012.

Dotado de cozinha industrial, refeitório, estacionamento e espaço para descanso em uma área de 1.429 metros quadrados de construção, o empreendimento foi concebido para proporcionar mais dignidade aos trabalhadores assalariados do município, especialmente aqueles que atuam nas empresas do distrito industrial norte. “Esta obra tem cunho social”, assinalou o prefeito Otaviano Pivetta ao destacar que a intenção era a de garantir, ao trabalhador, acesso a uma refeição de qualidade, por um preço justo, próxima do seu local de trabalho. Assim, o trabalhador não precisaria atravessar a cidade todos os dias para almoçar nem levar marmitta para o trabalho.

Localizado na Avenida da Fé, no bairro Tessele Júnior, o restaurante tem capacidade para servir até 1.500 refeições por dia e acomodar até 500 trabalhadores ao mesmo tempo. “Como aqui temos cerca de 1.500 empresas instaladas e algo em torno de seis mil trabalhadores, escolhemos esse lugar porque a indústria está endereçada no eixo da MT-449”, justificou o prefeito ao ressaltar que a abertura do Restaurante do Trabalhador significava a concretização de um sonho.

Quando inaugurado, o preço da refeição foi fixado em R\$5,90. A prefeitura assumia 40% do valor de cada refeição, o restante era responsabilidade do empregador, que poderia cobrar até R\$ 1,76 do trabalhador.

A instalação do Restaurante do Trabalhador ganhou importância também para os agricultores familiares do município, que passaram a ter mais um mercado consumidor dos hortifrutigranjeiros produzidos em Lucas do Rio Verde.

PARCERIA VIABILIZA EIXOS ESTRUTURANTES

O anel viário definido no Plano Diretor, em 2007, se transformou na Avenida da Fé, cuja pavimentação foi viabilizada por meio de parceria com a iniciativa privada. Proprietários de terrenos

VISTA AÉREA EM 2013



localizados no entorno da avenida e a empresa BRF injetaram recursos na obra, que demandou cerca de R\$ 4 milhões. “O segredo da gestão pública é, com pouco dinheiro, tornar a vida das pessoas melhor”, revelou o prefeito Otaviano Pivetta.

No trecho de quatro quilômetros entre a MT-449 e a Rodovia Izidoro Pivetta, a pavimentação da avenida foi bancada pelos proprietários de lotes. Já no trecho de 2,2 quilômetros compreendido entre a Avenida Maranhão, no bairro Luiz Carlos Tessele Júnior, até o entroncamento da MT-449, o asfaltamento foi assumido pela BRF. As obras tiveram início em meados de agosto de 2015.

ESCOLA DE SAÚDE

“É um lugar onde vamos produzir inovação, introduzir novas metodologias para melhorar a eficiência do sistema público de saúde, treinar os nossos servidores, ambientar os novos servidores para que, antes de ingressarem no serviço de saúde, conheçam o sistema e o que o município quer do seu trabalho. A ordem é não aumentar a estrutura e aumentar o desempenho, a oferta dos serviços e a produtividade dos servidores”, resumiu o prefeito Otaviano Pivetta ao descrever os objetivos da instalação da Escola Municipal de Saúde Pública de Lucas do Rio Verde.

Inaugurada na terça-feira, 17 de novembro de 2015, com a proposta de sediar cursos para formação continuada dos servidores da saúde, a Escola Municipal de Saúde Pública foi inspirada na escola de saúde do Estado de Mato Grosso e de outros municípios do país.

Projeto selecionado para representar Mato Grosso no XXXII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, de 1º a 4 de junho de 2016, em Fortaleza (CE), a experiência da Escola Municipal de Saúde de Lucas do Rio Verde foi compartilhada com profissionais da saúde de todos os estados brasileiros.

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA

No dia 9 de janeiro de 2016, Lucas do Rio Verde recebeu a visita do médico de família e comunidade, Eduardo Augusto Dossa, coordenador do Programa de Residência Médica de Sinop e representante do MEC. A visita teve por finalidade conhecer e avaliar a estrutura da área da saúde do município e aprovar um Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade.

“A ideia é trazer qualificação para o município e aumentar a resolutividade dos programas de saúde desenvolvidos na rede pública. Desta forma, os médicos ficarão aptos a muitos procedimentos e poderão cuidar realmente da saúde do paciente no seu âmbito familiar e comunitário”, explicou, na ocasião, a médica especialista em Medicina de Família e Comunidade, Barbara Luiza Rosa, coordenadora do programa em Lucas do Rio Verde.

O primeiro passo para implantação do programa de residência médica foi dado em meados de agosto de 2015, quando teve início o processo de credenciamento e foi criada a Comissão de Residência Médica de Lucas do Rio Verde (COREME), responsável pelo esboço que resultaria no Programa de Residência em Medicina da Família e Comunidade em Lucas do Rio Verde. A iniciativa partiu da Secretaria Municipal de Saúde.

Em março de 2016, seis médicos iniciaram o programa de Residência, sob coordenação e supervisão das médicas especialistas em medicina da família e comunidade, Barbara Luiza Rosa e Fernanda Ventura. Os seis médicos concluíram a Residência e se tornaram Especialistas em Medicina da Família e Comunidade. A cerimônia de formatura aconteceu no dia 3 de maio de 2018, no Auditório dos Pioneiros.

“Estou muito feliz com toda essa trajetória, com tudo o que conquistamos. Lucas é uma cidade linda, muito bem organizada e ficar aqui, ficar com minha família e me dedicar ao trabalho de cuidar da comunidade é extremamente gratificante”, comemorou o médico Marlon Fabian Moreira, um dos seis especialistas formados na primeira turma do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade em Lucas do Rio Verde.

“Foram dois anos de dedicação e sacrifícios e muito tempo de estudo”, destacou a médica especialista em Medicina de Família e Comunidade, Fernanda Ventura. “É um marco histórico para nosso município, porque são seis novos especialistas que passam a atuar em nossas unidades de saúde. O médico da família é aquele que tem o contato com a pessoa antes mesmo dela ficar doente. Ele é a referência para aquela família que está doente, é quem ajuda na prevenção e nas questões sociais e, o principal, com o passar do tempo esse vínculo vai se fortalecendo”, ressaltou a especialista.

PRIMEIRA USINA DE ETANOL DE MILHO DO BRASIL

Investidores norte-americanos escolheram Lucas do Rio Verde para instalar a primeira indústria brasileira de etanol produzido 100% a partir do milho. A F&S Agrisolutions lançou a pedra fundamental da

sua usina em 29 de março de 2016, com a proposta de produzir etanol anidro e hidratado, DDG e CO₂, promovendo a verticalização da cadeia produtiva de grãos na região e fomentando o desenvolvimento de outras empresas ligadas ao setor, impactando na geração de emprego e renda.

Instalado no Parque Industrial Senador Atílio Fontana, o empreendimento resultou de uma parceria entre a empresa Fiagril e o grupo americano Summit Agricultural Group. O então presidente do Conselho de Administração da Fiagril, Marino Franz, considerou o lançamento das obras da F&S Agrisolutions um momento histórico para o município de Lucas do Rio Verde. “Estamos conseguindo trazer uma indústria com tecnologia de ponta que vai desenvolver ainda mais a nossa atividade principal, que é a agricultura. Isso está se tornando possível porque Mato Grosso tem um potencial muito grande”.

A usina foi inaugurada na manhã de 11 de agosto de 2017, com a presença do presidente da República, Michel Temer. “É um orgulho visitar a primeira usina de etanol de milho construída em nosso país”, ressaltou Temer. “A significar que muitas outras virão, e se vierem, estão compatíveis com o Acordo de Paris, que fizemos, porque o etanol, estes combustíveis não poluentes, estão de acordo com a preservação do meio ambiente”, completou o presidente da República.

Com a mesma tecnologia empregada em mais de 100 usinas nos Estados Unidos, a FS iniciou a sua operação processando 600 mil toneladas de milho/ano, podendo chegar a um milhão e 200 mil toneladas de milho, de onde são produzidos, além do etanol, outros coprodutos de alto valor agregado, como farelo e o óleo de milho.

POSTO DO SINE

Com a presença de autoridades municipais e estaduais, no dia 18 de abril de 2016 foi inaugurado o posto de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (Sine) no saguão da Prefeitura de Lucas do Rio Verde.

O então secretário adjunto de Trabalho e Emprego de Mato Grosso, Samir Prado, explicou que a instalação do Sine em Lucas do Rio Verde demandou um longo processo de articulação junto ao Ministério do Trabalho e também junto ao governo do estado. Para concretizar a instalação da unidade, o município entrou com uma contrapartida que incluiu até mesmo a aquisição de mobiliário, que seria de responsabilidade do Estado.

Com o posto pronto para funcionar, ainda faltava a designação de servidores para operar o serviço. “Faltava a vontade de designar servidores para treinamento. Na hora em que as vontades se juntaram, veio o resultado”, pontuou o secretário.

As tratativas da Prefeitura de Lucas do Rio Verde para viabilizar a instalação de um posto do Sine no município tiveram início em 2006. Na época, o assunto foi tratado pelo vice-prefeito, Osvaldo Martinello, e o então secretário adjunto de Trabalho e Emprego da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania de Mato Grosso, Macário Perez Martinêz, em reunião que aconteceu na sede da prefeitura no dia 13 de fevereiro de 2006. A instalação só se concretizou mais de 10 anos depois.

DESENVOLVIMENTO, EFICIÊNCIA E QUALIDADE DE VIDA

Lucas do Rio Verde tem o segundo melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Mato Grosso, atrás apenas de Cuiabá. Entre os 5.569 municípios brasileiros, Lucas do Rio Verde ocupa a 249ª posição, conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) da Organização das Nações Unidas (ONU). Divulgados em 2013, os dados são relativos a 2010, quando Lucas do Rio Verde alcançou índice de 0,768, considerado município de alto desenvolvimento humano.

Dados coletados pelo Pnud em 1991 e divulgados em setembro de 1998 já colocavam Lucas do Rio Verde como a segunda melhor cidade de Mato Grosso em índice de desenvolvimento humano. Com índice 0,319 em educação, 0,694 em renda, 0,748 em longevidade, o município alcançou o índice de 0,549 no ano de 1991. No levantamento realizado em 2000 percebeu-se uma evolução considerável dos índices: 0,485 em educação, 0,730 em renda, e 0,805 em longevidade, resultando num índice de 0,658.

O município vem se destacando também no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), ocupando posições de destaque no ranking estadual e da região Centro-Oeste. Em 2011, o Índice Firjan colocou Lucas do Rio Verde em 8º lugar no ranking nacional, com índice de desenvolvimento 0,9046 e pela segunda vez consecutiva o melhor entre os municípios da região Centro-Oeste. Em 2012, obteve pelo quinto ano consecutivo o melhor desempenho entre os municípios de Mato Grosso em gestão fiscal, com média 0,85, segundo a Firjan. O município também se destacou em 2013 e 2014 conforme o IFDM e, em 2015, novamente o Índice Firjan colocou Lucas do Rio Verde na primeira posição no ranking geral do Centro-Oeste. Em 2018, o Índice Firjan confirmou o município como o de melhor IFDM de Mato Grosso, ficando na sexta posição na região Centro-Oeste. Criado pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro para acompanhar o desenvolvimento socioeconômico do país, o IFDM avalia as condições de Educação, Saúde, Emprego e Renda de todos os municípios brasileiros.



Impulsionado pelo agronegócio e pela agroindústria, em 2015 Lucas do Rio Verde foi considerado o segundo município brasileiro mais desenvolvido entre os 50 municípios com menos de 100 mil habitantes avaliados por pesquisa da Urban Systems para a Revista Exame. Segundo a pesquisa, Lucas do Rio Verde está entre as melhores cidades “pequenas” para fazer negócios.

Em agosto de 2016, ranking de eficiência dos municípios brasileiros colocou Lucas do Rio Verde na primeira posição entre os municípios mais eficientes de Mato Grosso na categoria entre 50 e 200 mil habitantes. Lançada pela Folha, em conjunto com o Datafolha, a ferramenta, até então inédita, tem por finalidade mostrar quais prefeituras entregam mais serviços básicos à população usando menor volume de recurso financeiro. Apresentando dados de 5.281 municípios brasileiros, 95% do total de 5.569, o ranking leva em conta indicadores de saúde, educação e saneamento para calcular a eficiência da gestão. O índice de eficiência varia de 0 a 1 – quanto mais próximo de 1, mais eficiente é o município no alcance de metas básicas. Lucas do Rio Verde alcançou índice 0,457, que corresponde à média dos indicadores avaliados: 0,659 na Educação, 0,457 na Saúde, e 0,690 em Saneamento Básico.

DIRCEU COSMA: PREFEITO POR 11 DIAS

Pela primeira vez em sua jovem história político-administrativa, em 2016 Lucas do Rio Verde teve um presidente do Legislativo assumindo o comando do município. Na manhã de 20 de dezembro, o prefeito Otaviano Pivetta transmitiu o cargo ao então presidente da Câmara Municipal, vereador Dirceu Camilo Cosma, que comandou o município até 31 de dezembro.

Tanto o prefeito Otaviano, como o vice, Miguel Vaz Ribeiro, se licenciaram dos respectivos cargos para tratar de assuntos pessoais. A assinatura da ata e transmissão de cargo aconteceu na prefeitura, com a presença de todos os servidores do Paço Municipal.

“O Dirceu é um pioneiro, uma pessoa humilde, uma pessoa que tem uma trajetória de vida simples e se mostrou, no comando do Legislativo, um cidadão exemplar, além de ser um amigo de longa data. E Lucas nunca deu essa oportunidade para o presidente da Câmara, vale a pena o Dirceu colocar isso na biografia dele, ele merece”, salientou Otaviano Pivetta.

Dizendo-se honrado, Cosma agradeceu pela oportunidade de conduzir o município entrando para a história como o primeiro presidente do Legislativo luverdense a assumir o cargo de prefeito.



Um luverdense se torna ministro da Agricultura

“Sei da responsabilidade que estou agora, mas vamos continuar trabalhando muito”, declarou Neri Geller ao assumir o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na manhã de 18 de março de 2014, uma terça-feira, dia em que um cidadão de Lucas do Rio Verde se tornou ministro no Brasil.

“Sei o que é pequena agricultura, sei o que é agricultura comercial e sei a importância que tem a agricultura de escala para o nosso país”, afirmou Neri ao assumir o compromisso de trabalhar “lincado” na política macroeconômica do governo federal, mas atuar “lincado” principalmente com o setor produtivo.

Com o apoio do setor produtivo rural, Neri assumiu o ministério depois de ocupar por 13 meses a pasta da Secretaria Nacional de Política Agrícola e ter atuado de forma “decisiva” na elaboração do Plano Agrícola e Pecuário, conforme ressaltou a presidente Dilma Rousseff ao dar posse ao novo ministro.

“Nos sentimos honrados em ter uma pessoa oriunda de Lucas do Rio Verde no ministério da Agricultura. Acho que Lucas do Rio Verde contribuiu muito para isso e também para a projeção dele”, destacou o prefeito Otaviano Pivetta.

Natural de Selbach, Rio Grande do Sul, Neri Geller fixou-se em Lucas do Rio Verde em 1984 e desempenhou diversas atividades no meio rural e também no comércio, tornando-se produtor rural e empresário. Ingressou na vida pública em 1996, quando se elegeu vereador em Lucas do Rio Verde, reeleito no pleito de 2000. Em março de 2006 tomou posse como coordenador do Núcleo da Aprosoja em Lucas do Rio Verde, e tornou-se um dos líderes do movimento Grito do Ipiranga. Naquele mesmo ano, candidatou-se a uma vaga de deputado federal por Mato Grosso norteado pelo slogan “a voz do campo e da cidade”. A conquista de 38.297 votos lhe garantiu a vaga de primeiro suplente de deputado federal pelo PSDB de Mato Grosso e, em abril de 2007, assumiu mandato pelo período de quatro meses, durante licença da titular, Thelma de Oliveira. Em 2010, concorreu novamente à Câmara Federal e obteve 45.196 votos, ficando com a vaga de segundo suplente do Partido Progressista. No dia 2 de fevereiro de 2011, tomou posse do cargo de deputado federal ocupando a vaga do titular, Eliene Lima, que se licenciou para ocupar cargo de secretário de Estado no Governo de Mato Grosso. No dia 7 de janeiro de 2013, assumiu o cargo de Secretário Nacional de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), onde permaneceu até 16 de março de 2014. No dia 17 de março de 2014 foi nomeado ministro e permaneceu no cargo até janeiro de 2015.

Dentre as principais ações de Geller à frente do ministério, destacam-se a elevação do volume de recursos do Plano Safra de R\$116 bilhões para R\$156 bilhões para financiamento da atividade agropecuária, e a abertura de 11 novos mercados para os produtos brasileiros.

Outro fato relevante que marcou o período em que Neri Geller esteve no comando do MAPA foi a assinatura do Memorando de Entendimento relativo ao Contencioso do Algodão. Pelo documento, o Brasil e os Estados Unidos deram por encerrada, “de forma exitosa, uma disputa que se estendia há mais de uma década”, conforme destacou o Itamaraty.

A disputa teve início em 2002 e envolveu subsídios domésticos concedidos pelos EUA a seus produtores de algodão, bem como os programas de garantias de crédito à exportação, considerados “incompatíveis com o Acordo de Agricultura e o Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC”. No Memorando, os Estados Unidos se comprometeram a efetuar ajustes no programa de crédito e garantia à exportação GSM-102, passando a operar dentro de parâmetros bilateralmente negociados.

No dia 2 de junho de 2016, Neri Geller voltou a exercer o cargo de Secretário Nacional de Política Agrícola a convite do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, e permaneceu na função até abril de 2018.



“Quando estive em Lucas do Rio Verde, tive uma impressão muito positiva, vi uma cidade limpa, vi ruas largas e limpas”, relata o jornalista, publicitário e escritor José Luiz Tejon Megido em entrevista concedida à Revista Mirante, em julho de 2014. Coordenador do Núcleo de Agronegócio da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM/SP e Diretor Vice-presidente de Comunicação do Conselho Científico para a Agricultura Sustentável (CCAS), Tejon esteve no município pelo menos três vezes proferindo palestras.

Observações de estudiosos como Tejon nos fazem atentar para a importância de ações simples, como o cuidado com o lixo. Em abril de 1997, com o objetivo de conscientizar os moradores para a necessidade de ajudar o poder público a cuidar da limpeza e do embelezamento da cidade, a Prefeitura de Lucas do Rio Verde lançou a campanha Cidade Limpa.

Com o slogan “Em suas mãos uma cidade limpa”, a campanha compreendia desde a coleta de lixo, entulhos, retirada de animais da cidade, limpeza de lotes, construção de muretas e passeios e colocação de suportes [lixeiras] para colocação dos sacos de lixo para recolhimento. A prefeitura adquiriu caminhão compactador para recolhimento do lixo doméstico – a coleta passou a ser diária –, implantou o serviço de disque entulho, providenciou colocação de lixeiras nas praças e espaços públicos e promoveu concursos de redação e desenhos nas escolas, visando difundir a filosofia de que todos eram responsáveis por ajudar a manter a cidade limpa e organizada.

Em 1998, teve início a construção da Central de Reciclagem de Lixo Urbano, projeto desenvolvido com a parceria da Prefeitura de Lucas do Rio Verde e Fundação Rio Verde, com recursos provenientes do Padic/Prodeagro, fruto do trabalho desencadeado a partir do Programa de Manejo Integrado do Solo e das Águas, iniciado em 1995

Com a construção da Central de Reciclagem, a prefeitura fortaleceu as campanhas educativas para separação e coleta seletiva do lixo urbano, por meio de palestras e apresentações teatrais nas escolas e distribuição de material informativo, além de campanhas e mutirões de limpeza nos bairros.

Em setembro de 2005, iniciativa conjunta desenvolvida pela prefeitura por meio do SAAE, em parceria com Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima, resultou na instalação da Central de Recolhimento e Processamento de materiais recicláveis, instalada no bairro Jardim Primavera, saída para a região do Macuco.

A central entrou em operação no dia 30 de setembro empregando cerca de 20 pessoas, entre coletores e operadores das prensas. “Trata-se de um projeto inovador, nos moldes do que há de mais moderno hoje no país no setor de coleta seletiva e reciclagem de lixo urbano”, acentuou o prefeito Marino Franz na instalação do projeto. A intenção era melhorar as condições ambientais, sociais e econômicas, oportunizando geração de trabalho e renda e promovendo a inclusão social de catadores informais.

Organizados em cooperativa, os catadores passaram por treinamento para aprender os conceitos fundamentais do processo de separação do lixo reciclável. Mas para o projeto atingir seus objetivos, a conscientização dos moradores para a separação correta dos resíduos era condição fundamental.

Em 2013, o município instituiu o plano municipal de resíduos sólidos e iniciou a construção do ecoponto municipal. Para dar a destinação correta dos resíduos, a administração municipal implementou três tipos de coleta: domiciliar, reciclável e resíduos de jardinagem e, cumprindo o que determina a legislação que rege o plano nacional de resíduos sólidos, desativou o aterro sanitário que era controlado pelo município.

Com a implementação da coleta seletiva, o lixo domiciliar e os resíduos recicláveis, ambos coletados pelo SAAE, passaram a ser destinados ao ecoponto, onde passam por triagem. O lixo úmido passou a ser encaminhado para o aterro sanitário da Sanorte, no distrito de Primavera do Norte, enquanto os materiais recicláveis são comercializados pela cooperativa de coletores. Os resíduos de jardinagem passaram a ser recolhidos por empresa terceirizada, enquanto os resíduos industriais e hospitalares passaram a ser encaminhados para aterro sanitário legalizado, em Cuiabá.

A prefeitura também desenvolveu um trabalho de conscientização com comerciantes do segmento de borracharias e apoiou a organização de uma associação do setor para a destinação correta dos pneus usados, com o intuito de zerar este passivo no município.



Na construção do ecoponto municipal, foram investidos aproximadamente R\$ 800 mil, e mais R\$ 300 mil foram aplicados na compra dos equipamentos. Quando entrou em operação, Ecoporto Municipal recebia diariamente cerca de 50 toneladas de lixo úmido e cerca de 500 toneladas/mês de materiais recicláveis, volume que poderia ser maior se a população fizesse a separação correta do lixo. A baixa consciência dos moradores quanto à forma correta de separar os resíduos sólidos ainda era um grande desafio.

Concomitantemente à implantação do ecoponto, a prefeitura iniciou a coleta mecanizada do lixo. Quando a ideia foi lançada, em 2013, a coleta de lixo 100% mecanizada parecia um sonho distante, mas, em 2014 o município já começou a instalar os primeiros contentores. A instalação dos contentores foi ganhando gradativamente os bairros ao longo de 2014 e 2015, levando com eles também a mudança de atitude dos moradores, que precisaram aprender a colocar o lixo nos contentores e não mais em lixeiras expostas na frente das residências e estabelecimentos comerciais.

Em março de 2016, o município atingiu 100% de cobertura do serviço de coleta mecanizada nos bairros, com 3.600 contentores para acondicionamento de resíduos úmidos e recicláveis distribuídos pela cidade, transformando a paisagem das ruas e avenidas de Lucas do Rio Verde.

“Esse passo que nós damos é um passo no caminho da libertação das pessoas, um passo que provoca a reflexão da vida em sociedade, provoca a mudança comportamental do cidadão comum em relação a sua responsabilidade no dia a dia. O projeto não está concluído, estão dadas as condições materiais para que tenhamos uma sociedade cidadã e responsável no manuseio e destinação dos resíduos que produzimos no dia a dia”, sustentou o prefeito Otaviano Pivetta ao comemorar mais um “sonho alcançado” com a extinção da profissão de gari em Lucas do Rio Verde.

A inauguração do Monumento ao Gari, na praça do bairro Imperial, no dia 10 de março de 2016, marcou a conquista da cobertura de 100% de coleta mecanizada no município e homenageou os servidores que durante tantos anos cuidaram da coleta do lixo na cidade. A partir da coleta mecanizada, os garis tiveram oportunidade de atuar em outra profissão. Dos 32 servidores que atuavam como garis, 18 participaram de curso de qualificação de panificação e outros continuaram auxiliando na coleta mecanizada.

Lucas do Rio Verde foi primeiro município do Centro-Oeste e o terceiro em todo o país a contar com o sistema de coleta 100% mecanizada. O sistema demandou investimento de R\$ 5,2 milhões, recursos gerados pelo próprio município, por meio do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae).

As ações da coleta mecanizada de resíduos sólidos e da separação dos resíduos no Ecoporto integram o projeto Bairro Consciente, que rendeu prêmio ao município. Em 13 de junho de 2016, o prefeito Otaviano Pivetta recebeu do Sebrae-MT o prêmio estadual Prefeito Empreendedor na categoria Inovação e Sustentabilidade.

“Recebo o prêmio em nome da minha equipe, com muita alegria, porque sinto que somos merecedores. O que fizemos na área da coleta seletiva é algo louvável, algo simples, mas que poucos municípios fizeram no Brasil”, destacou Otaviano.

DESAFIO CONTINUA

Apesar do pioneirismo na implantação de sistema de coleta mecanizada de resíduos no Centro-Oeste e do esforço do poder público municipal em cumprir o que determina a política nacional de resíduos sólidos, Lucas do Rio Verde ainda enfrenta dificuldades para conscientizar seus moradores quanto ao uso correto dos contêineres. A separação correta dos resíduos em orgânicos e recicláveis, condição indispensável para que o sistema funcione adequadamente, ainda é um desafio.

Em 2018, a poucos meses de completar seus 30 anos de emancipação político-administrativa, o município figurava entre os 2.323 municípios brasileiros que têm seu plano municipal de resíduos sólidos, mas a prefeitura ainda desembolsava quase R\$ 4 milhões por ano para destinar o lixo ao aterro sanitário na Primavera, valor que poderia ser reduzido em cerca de 70% se as pessoas separassem adequadamente os resíduos em suas casas.

Na busca de atingir esta meta, o Saae, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, iniciou um trabalho de conscientização nas escolas, levando de forma lúdica para as crianças como fazer a separação correta do lixo em casa. Esse trabalho deve ser permanente, segundo o diretor do Saae, Raimundo Dantas. “Estamos envolvendo todas as escolas nesse trabalho, para fazer as crianças comprarem essa ideia e levarem para suas casas e fazerem a separação do lixo corretamente em casa, para que possa ser dado destino correto”.

Outra medida adotada pela municipalidade na tentativa de melhorar a coleta seletiva foi a aquisição de uma máquina de fazer saco de lixo, na cor azul, para material reciclável, e na cor laranja para material orgânico. A distribuição desses sacos entre as crianças nas escolas é parte da campanha de conscientização da população. “Temos certeza que por meio das crianças e também de um marketing agressivo de levar para a casa das pessoas essa mensagem de conscientização, vamos atingir essa meta”, acentua Dantas.



Em 28 anos de emancipação, quatro gestores estiveram à frente da administração municipal de Lucas do Rio Verde. Cada um deles, com suas características, visão, filosofia de trabalho e condições próprias do seu tempo, contribuiu para elevar o município a um patamar de desenvolvimento invejável no contexto socioeconômico mato-grossense e brasileiro. Para trazer o município a este patamar, os gestores sempre puderam contar com o espírito coletivo e cooperação da sociedade.

O desafio que se impõe ao quinto gestor da história do município é o de garantir condições para que Lucas do Rio Verde continue avançando com sustentabilidade e qualidade de vida, preceitos fundamentais em uma sociedade que cultua o bem-estar como obstinação.

Olhar para tudo o que foi construído e ter a sensibilidade de captar os anseios da sociedade para os próximos anos. Detectar as expectativas da população sobre o futuro do município, saber avaliar quais são os aspectos limitadores do desenvolvimento e como superá-los. Planejar o crescimento, induzir a continuidade do processo de verticalização, promover a evolução dos aspectos sociais, buscar melhorias na infraestrutura e logística, fazer com que o município continue sendo atrativo para seus empreendedores e para novos investidores.

Além disso, promover a integração de todos os luverdenses num mesmo sentimento de pertencimento, para que cada um tenha a compreensão de que Lucas do Rio Verde é a soma do trabalho, do esforço e dos sonhos de todos os seus 75 mil habitantes. “Somos todos por Lucas”, eis o nível de consciência a ser alcançado!

ATITUDE E INOVAÇÃO X DEMOCRACIA E INOVAÇÃO

Durante as convenções municipais realizadas no último prazo definido pelo calendário eleitoral, 5 de agosto, 22 partidos com diretório constituído ou com comissão provisória criada em Lucas do Rio Verde se organizaram em torno de duas coligações majoritárias para concorrer à eleição municipal em 2016, e colocaram em campos opostos companheiros de longa data, que haviam se mantido no mesmo grupo político até poucos meses antes.

Na coligação Atitude e Inovação, Otaviano Pivetta (PSB) e Miguel Vaz Ribeiro (PPS) buscavam a reeleição, acreditando que à frente da gestão municipal tinham correspondido aos anseios dos cidadãos luverdenses e estavam aptos a fazer mais por Lucas do Rio Verde. Na coligação Democracia e Inovação, Flóri Luiz Binotti (PSD) e Sílvio Fávero (DEM) se apresentaram como alternativa para aqueles que queriam mudança, defendendo a alternância de poder como necessária para oxigenar a política. “Somos uma nova opção e não oposição. Queremos manter o que está bom e melhorar algumas coisas que precisam ser melhoradas”, apontou Binotti. Tanto Otaviano e Miguel como Binotti e Fávero assumiram o compromisso de inovar.

Cada coligação aglutinou 10 partidos, já que o PROS não apresentou candidato a vereador e anunciou que se manteria independente no pleito eleitoral.

A coligação Atitude e Inovação apresentou 36 candidatos a vereador, distribuídos em duas coligações proporcionais. A coligação Democracia e Inovação inscreveu 35 candidatos a vereador, também distribuídos em duas coligações proporcionais.



POSSE PREFEITO, VICE E VEREADORES



VISITA DESEMBARGADOR RUI RAMOS E COMITIVA



OFICIALIZAÇÃO DAS NOVAS ATRIBUIÇÕES DA GUARDA MUNICIPAL



Na coligação encabeçada por Otaviano e Miguel aglutinaram-se os partidos PSB, PSDB, PSDC, PSC, PDT, PV, PPS, PTC, PC do B e PRB. Na coligação encabeçada por Binotti e Fávero reuniram-se PSD, DEM, PTB, PP, PTN, PT, PMN, PMDB, PR e Solidariedade.

Estava, assim, lançada mais uma disputa eleitoral, de um lado Otaviano Pivetta pleiteando seu quarto mandato amparado no mote Pra fazer Mais, e de outro, Luiz Binotti, novo na política, construindo sua campanha no mote Mudança com Segurança. Foram 45 dias acelerados e agitados pelo embate eleitoral e ideológico.

No começo da noite de sábado, 1º de outubro de 2016, véspera do pleito, decisão do Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) cai como uma bomba sobre a cidade: Otaviano Pivetta tivera o registro de sua candidatura cassado.

A coligação Democracia e Inovação entrou com pedido de impugnação de candidatura da chapa Otaviano Pivetta e Miguel Vaz com base em uma ação penal que apurava suposto envolvimento de Otaviano Pivetta em esquema de corrupção. A acusação se referia à ocorrência de supostas irregularidades na materialização do convênio nº 3578, de 31 de dezembro de 2001, firmado entre a Prefeitura de Lucas do Rio Verde e o Ministério da Saúde, que destinou R\$ 137.500,00 para aquisição de unidade móvel de saúde para atender às localidades do interior do município. Na compra da unidade, o município gastou R\$ 110 mil e devolveu R\$ 27 mil ao Ministério da Saúde. Entretanto, em 2006, quando veio à tona no país o escândalo conhecido como “Máfia dos Sanguessugas”, que envolvia centenas de políticos em vários estados, acusados de desviar dinheiro público destinado à compra de ambulâncias, o Tribunal de Contas da União passou a investigar todos os convênios que o Ministério da Saúde havia celebrado com prefeituras para compra de ambulâncias.

De acordo com os advogados de Otaviano Pivetta, nesta revisão de convênios, o TCU usou para o termo de referência valores do *site* de compra ‘Mercado Livre’ e, com base nesses valores, encontrou “sobrepreço” nos equipamentos adquiridos para a unidade móvel. O fato é que o processo se arrastou na justiça durante anos e Otaviano Pivetta teve seu nome incluído em uma lista de 206 políticos de Mato Grosso que o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou inelegíveis.

O Ministério Público Eleitoral, por meio do promotor eleitoral da 21ª Zona Eleitoral de Lucas do Rio Verde, Francisco Gomes de Souza Junior, emitiu parecer favorável ao pedido de impugnação, o juiz eleitoral do município, Gleidson de Oliveira Grisoste Barbosa, indeferiu o pedido de impugnação. A coligação Democracia e Inovação recorreu e o Pleno do TRE-MT decidiu, então, pela cassação do registro de candidatura de Otaviano Pivetta.

No dia 14 de dezembro de 2016, por unanimidade, a segunda seção do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, em Brasília (DF), absolveu Otaviano Pivetta na ação penal.

Nas urnas, o candidato de primeira viagem, Luiz Binotti, obteve uma vantagem de 242 votos sobre Otaviano Pivetta em um pleito em que cerca de 20% dos eleitores de Lucas do Rio Verde deixaram de votar. Do total de 38.384 eleitores aptos a votar, 8.020 não compareceram às seções de votação. Entre os 30.364 eleitores, 677 votaram em branco para prefeito. Outros 1.113 anularam o voto. Dos votos válidos, Luiz Binotti recebeu 14.408 votos e Otaviano Pivetta obteve 14.166 votos.

Para vereador, o número de brancos foi ainda maior: 1.686 votaram branco e 884 anularam o voto. Outros 1.429 optaram por votar apenas na legenda dos partidos, sem escolher um candidato.

As coligações Atitude e Inovação I e II alcançaram o maior número de vagas no Legislativo Municipal. Mano da Saúde (PDT) foi o vereador mais votado, com 2.496 votos, seguido por Callai (PSB), reeleito com 1.242 votos, e Jaime Floriano (PDT), com 1.212. Márcia Pelicioli (PSDB) foi a quarta vereadora eleita mais votada, com 1.017 votos, e o vereador reeleito Dirceu Cosma (PV) conquistou 874 votos.

Pela coligação Democracia e Inovação foram eleitos Wagner Godoy (SD), com 956 votos; Marcos Paulista (PTB), com 842 votos; Cristiani Dias (PT), com 703 votos, e Fernando Pael (DEM), reeleito com 546 votos.

SURPRESA NA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA

Acordo costurado em dezembro de 2016 entre os cinco vereadores eleitos pela coligação Atitude e Inovação, com apoio do vereador Fernando Pael, garantia a eleição de Airton Callai para presidir a Mesa Diretora da Câmara no biênio 2017/2018. Pelo acordo, os demais cargos da Mesa Diretora seriam preenchidos pelos vereadores Jaime Floriano (vice-presidente), Márcia Pelicioli (primeira-secretária) e Jiloir Pelicioli (segundo secretário). Esta foi a chapa apresentada na abertura dos trabalhos da sessão de posse de prefeito, vice-prefeito e vereadores, na manhã de 1º de janeiro de 2017, no plenário da Câmara de Vereadores. Porém, um novo acordo havia sido costurado horas antes da posse, e a chapa apresentada recebeu cinco votos contrários, dos vereadores Cristiani Dias, Marcos Paulista, Wagner Godoy, Jiloir Pelicioli e Márcia Pelicioli. Foi, então, apresentada nova chapa, com Jiloir presidente, Wagner vice-presidente, Márcia primeira-secretária e Cristiani segunda-secretária. A sessão foi interrompida por alguns minutos, os nove vereadores conversaram, chegaram ao consenso e a chapa recebeu nove votos favoráveis. Eleito presidente da Câmara de Vereadores, Jiloir Pelicioli empossou o prefeito Luiz Binotti e o vice, Sílvio Fávero.

“Chegou o tempo da mudança”, anunciou Binotti, prometendo uma gestão voltada para todos os luverdenses. “Passo a cuidar da minha cidade, Lucas do Rio Verde, que eu amo muito”, completou ao assumir o compromisso de manter todas as políticas públicas que estavam dando certo e “fazer o melhor” para Lucas do Rio Verde continuar uma cidade de destaque e assumir “definitivamente a condição de cidade polo”.



PROGRAMA CIDADE VIVA



NATAL CIDADE VIVA



DOMINGO NO PAÇO

CIDADE JURÍDICA

Com aprovação da Câmara de Vereadores, a Prefeitura de Lucas do Rio Verde destinou uma área de 25 mil metros quadrados no bairro Parque dos Buritis, proximidades do Paço Municipal, para a construção da nova sede do Fórum da Comarca, que deve abrigar 10 varas, podendo ser ampliada. O Executivo Municipal negocia também a construção da sede de outros órgãos no mesmo local, como Defensoria Pública, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Tribunal Regional do Trabalho, formando o que o prefeito Luiz Binotti denominou Cidade Jurídica.

A instalação de todos esses órgãos em um mesmo local já está prevista no plano diretor, segundo o prefeito, e facilitaria o acesso do cidadão à justiça. As tratativas para a construção do novo fórum tiveram início em maio de 2017, em visita que o prefeito Luiz Binotti fez ao presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Rui Ramos Ribeiro, para apresentar a proposta. No dia 18 de maio, o desembargador esteve em Lucas do Rio Verde para conhecer a área que estava sendo ofertada e dar início às conversações para viabilizar o projeto.

“Lucas do Rio Verde é uma cidade com rápido crescimento populacional, e com isso também ocorre o aumento da demanda processual, naturalmente acaba gerando maior trabalho aos magistrados e servidores. Portanto, o Poder Judiciário precisa crescer igualmente, não apenas em mão de obra, mas também em infraestrutura, com instalações modernas e acomodação adequada para atender à população que procura a justiça”, acentuou Rui Ramos.

O projeto de lei que garante a doação da área para a construção da nova sede do Fórum da Comarca de Lucas do Rio Verde foi aprovado por unanimidade em sessão extraordinária realizada na manhã de 20 de setembro de 2017.



CIDADE VIVA

Em 2017, o programa Vida Nova passou por reformulações e se transformou no programa Cidade Viva, integrando as escolinhas esportivas, as atividades nas praças e algumas novas opções de esporte, lazer e cultura. “Criamos o programa Cidade Viva, voltado para o esporte, a cultura e o lazer. Dentro desse programa, criamos o Domingo no Paço, retomamos as atividades nas praças, vamos desenvolver toda a estrutura do esporte e da cultura, vamos fomentar a criação de associações das diversas categorias esportivas para que essas categorias possam buscar parcerias com o setor privado. Queremos desenvolver muito o esporte, que requer um investimento baixo pelo benefício que gera”, resume o prefeito Luiz Binotti.

Um aulão de dança realizado na noite de 31 de maio de 2017, na Praça dos Migrantes, marcou o lançamento do Programa Cidade Viva, que iniciou as atividades nas praças na noite de 5 de junho. Além das atividades nas praças, o programa também oferece aulas de hidroginástica, natação e pedaladas.

O programa Cidade Viva propõe fortalecer a integração social dos moradores de cada bairro, reduzir o sedentarismo com o incentivo à prática de atividade física, otimizar a utilização da infraestrutura esportiva e de lazer existente no município e promover a educação ambiental.

PROGRAMA CUIDAR

Conjunto de ações realizadas pelas secretarias municipais em parceria com a população luverdense, o Programa Cuidar foi lançado no dia 10 de junho de 2017, com o objetivo de promover a cidadania e oportunizar a



integração dos cidadãos com a administração pública. Cada edição do programa contempla um bairro diferente da cidade, levando serviços e orientações para a população e ouvindo as demandas dos bairros.

“Nosso objetivo é levar os serviços que são ofertados pelo poder público e pelas entidades parceiras e ouvir a população sobre o que é importante, o que eles têm a reivindicar para o bairro. É uma oportunidade de dialogar com a população”, destaca o prefeito Luiz Binotti, explicando que o programa serve também para fortalecer a cidadania, por isso o nome Cuidar. “Nós queremos fazer com que os moradores se sintam participantes das ações do município, tenham um sentimento de pertencimento do bairro, para que cuidem do seu quintal, da sua rua, cuidem da separação do lixo, sejam conscientes, façam a sua parte cuidando do bairro e também reivindicando ao poder público aquilo que é necessário para a comunidade”, ressaltou Binotti no lançamento do programa, no bairro Tessele Júnior.

CAPITAL DA AGROINDÚSTRIA

Tendo por objetivo valorizar e promover o desenvolvimento da agroindústria no município, atraindo novas empresas e gerando mais empregos e renda para a população, o prefeito Luiz Binotti propôs pleitear para Lucas do Rio Verde o título de Capital da Agroindústria. O projeto de lei que definiu o título foi aprovado pelos vereadores em 18 de abril de 2017. Com a aprovação, impressos oficiais e materiais de divulgação do município devem conter a frase Capital da Agroindústria.

“Estamos levantando números e vamos procurar a Assembleia Legislativa para oficializar este título em nível estadual. A ideia é conseguir o título de Capital da Agroindústria do Centro-Oeste e mirar o título de Capital Nacional da Agroindústria. Vamos vender Lucas do Rio Verde para atrair novos investidores. Hoje, o município está com cerca de 75 mil habitantes, até o final da nossa gestão talvez tenhamos mais de 100 mil habitantes, não temos mais como recuar, precisamos olhar para frente e pensar uma cidade com 150 a 200 mil habitantes, com muitas indústrias, com mais oportunidades para todos”, ressaltou o prefeito Luiz Binotti na ocasião.

CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES

Lucas do Rio Verde deve ter o 1º Centro de Triagem de Animais Silvestres de Mato Grosso. O lançamento da pedra fundamental da obra aconteceu no dia 5 de agosto de 2017, quando também foi feita a entrega oficial do terreno para a ONG Amibem e confirmado o repasse de R\$500 mil pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente para a construção do espaço físico. A Amibem será responsável pela gestão do local, com apoio de voluntários. Além dos R\$ 500 mil para início das obras, a Sema e o Ministério Público Estadual viabilizarão madeira de apreensão proveniente de ações de fiscalização da secretaria e do Ibama para a edificação dos recintos. A área, de 1 hectare, sendo 0,5 ha de área aberta e 0,5 ha de mata, foi doada pela prefeitura.

“Lucas já foi a semente do Código Florestal Brasileiro, daqui saiu o Lucas do Rio Verde Legal, que depois se transformou no MT Legal. Nenhum país no mundo tem um regramento tão precioso como o Brasil tem e nós podemos ter orgulho que o Código Florestal teve origem aqui em Lucas do Rio Verde. Uma sociedade evoluída como aqui mostra que ainda temos preocupação com o futuro e com o meio ambiente”, salientou o então vice-governador de Mato Grosso, Carlos Fávaro, que atuou na viabilização do recurso financeiro.

“Não será um zoológico, uma área para visitação pública, mas o projeto contempla uma área de educação ambiental”, explicou a presidente da Amibem, Rose Spindler. O Cetas foi concebido para fazer a triagem e receber animais resgatados pela Polícia, Bombeiros ou pela própria Sema. No local, o animal será avaliado se tem condições de retornar à natureza ou se precisará passar por recuperação.

A expectativa das autoridades luverdenses é de que o Cetas possa abrir caminho para que Lucas do Rio Verde venha a ter um curso ou quem sabe uma faculdade de Medicina Veterinária.

SEGURANÇA PÚBLICA

Desafio constante e um dos principais temas debatidos durante a campanha eleitoral de 2016, a segurança pública mereceu especial atenção da administração municipal no primeiro ano da gestão do prefeito Luiz Binotti. O esforço conjunto do poder público, das forças de segurança e da sociedade organizada, representada no Conselho Municipal de Segurança Pública e no Conselho Comunitário de Segurança Pública, possibilitou alcançar avanços importantes, como o aumento de efetivo e de viaturas para a Polícia Militar, a instalação de dois pontos comunitários de segurança, mudanças nas competências da Guarda Municipal e a criação do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp), além da maior integração entre as forças de segurança do município.

Contribuiu significativamente para esses avanços a criação da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, oficializada em setembro de 2017 com a aprovação do projeto de reforma administrativa.

A aprovação e sanção da lei que estabelece as novas atribuições para a Guarda Municipal também é vista como um dos grandes avanços alcançados no campo da segurança pública em 2017. Esta e outras questões relacionadas à segurança pública no município são tratadas em capítulo específico.

21

Educação, condição para o desenvolvimento

Pensar a educação como mera busca de conhecimento é limitar as possibilidades de avanço, crescimento e desenvolvimento que ela favorece. Caminho para o crescimento pessoal e profissional, e para a conquista da cidadania, a educação é portadora de benefícios que interferem diretamente na saúde, na cultura e na qualidade de vida das pessoas e na construção de cidades boas de se viver.

“Eu acho que isso foi um dos motivos porque Lucas do Rio Verde se desenvolveu tão depressa e tão bem, porque foi dado valor à educação”, ressalta o professor Niklaus Karl Eugen Huber (Klaus Huber), que atuou na criação e organização das primeiras escolas no Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, inclusive a Escola Estadual Dom Bosco, da qual foi o primeiro diretor.

Klaus integrava o grupo de agricultores paulistas que criou a Cooperlucas, em 1981. “Eu fui integrado no projeto porque o grupo queria pessoas que tivessem formação escolar suficiente para poder abrir escolas e movimentar o aspecto social”, conta. Em acordo firmado com o Incra, a cooperativa assumiu a responsabilidade de criar as escolas no assentamento. “Foi negociado que a cooperativa cuidaria da criação das escolas e que o Incra ofereceria infraestrutura material. No início nem isso estava previsto, no meio da discussão dos acordos que foram feitos para integrar nosso grupo ao projeto de assentamento, o Incra pelo menos assumiu a infraestrutura dos prédios escolares. Inicialmente, construiu cinco escolas principais, depois aos poucos foi fazendo pequenas escolas de uma sala de aula só. Das cinco primeiras, uma era aqui na sede, as outras eram na região dos Gringos, no Setor 5, na Itambiquara, e na Linha 2”, detalha.

O professor relata que foi um período bastante sofrido, de muitos riscos e de alguns sustos, como a ocasião em que passou por cima de uma cobra sucuri com seu “fusquinha”. Klaus conta que era a cooperativa quem pagava seu salário e que ele percorria o assentamento com o próprio carro para fazer o levantamento do número de crianças, organizar as turmas e contratar professores. “Era uma professora só, ou um professor, conforme o lugar, que dava aula da 1ª série até a 4ª série. Na minha pesquisa, além de saber o número de crianças, eu procurava saber a escolaridade dos moradores adultos para poder escolher professores, porque não tinha quem pagasse professores para chamar de fora, e a gente nem sabia se a prefeitura [de Diamantino] ia pagar esses professores. Teve lugar que eu tive que colocar professor que tinha apenas a 6ª série”.

Negociar com o prefeito e com os vereadores de Diamantino a criação das escolas, contratação de professores e de onde viria o material básico para abrir as escolas também foi uma luta, de acordo com Klaus. “O Incra entregou os prédios vazios, não ofereceu nada, não tinha carteira, não tinha nada, em algumas escolas nós tivemos que tirar as portas e pintar para servir de quadro-negro, ou pegar dos parceiros ou posseiros umas tábuas para fazer bancos para as crianças poderem sentar”.

“Foi um trabalho conjunto”, acentua a professora Maria Elizabeth Kurmann, ou simplesmente Beth, que dividiu com Klaus a missão de cuidar das escolas. Depois de um ano de luta, as primeiras escolas começaram a funcionar, no início de 1983. “Na época foram criadas oito escolas de uma vez, incluindo a Dom Bosco, que nos primeiros meses funcionou como escola municipal e depois que foi passado para escola estadual. Eu acredito que isso

viabilizou que muitos proprietários rurais de Lucas do Rio Verde pudessem trazer as famílias. A maioria dos posseiros, morava na terra só o chefe da família, a família morava em Sorriso, porque lá tinha escola”.

Mas os desafios estavam apenas



começando: era preciso estruturar as escolas, conseguir liberação de merenda escolar, formar professores. “Primeiro eu orientava as professoras em sala de aula, conversava, às vezes durante a aula, mostrava alguma coisa. Era esse tipo de apoio que eu conseguia dar no começo. Depois, a gente conseguiu levar essas professoras pra Diamantino e, numa segunda etapa, eles vinham dar curso. Então, quando a gente tinha mais estrutura, a gente começou a formar professores aqui”, recorda Beth.

Havia também o problema dos salários. “Na Dom Bosco, nós ficamos um ano sem receber. Mas Diamantino autorizou... Foi muito na base da confiança”, conta Beth.

Aos poucos, os desafios iam sendo superados, inclusive o de convencer o governo de Mato Grosso a tomar a Dom Bosco uma escola estadual, mesmo que Lucas do Rio Verde fosse ainda apenas um assentamento e não houvesse número suficiente de alunos. “E bater na porta, bater na porta, bater na porta. O Klaus teve muita paciência pra conseguir isso. Ele lutou bem, lutou bastante”, salienta Beth.

VAGÃO DE TREM PARA MONTAR SALA DE AULA

A partir de 1984, Lucas do Rio Verde começou a receber um fluxo maior de famílias, incluindo comerciantes, prestadores de serviço, profissionais liberais. Em 1986, a Escola Estadual Dom Bosco já contava com uma equipe bem estruturada de professores, alguns, sem formação específica para o magistério, mas a maioria deles com formação de nível superior. “A escola Dom Bosco se desenvolveu bem por causa da equipe boa que a gente tinha”, confirma Klaus.

Equipe que estava disposta a se lançar em novos desafios, como o de criar uma turma de educação infantil. Havia o interesse, a vontade, a disposição, mas não havia espaço físico para abertura de uma nova turma. Então, surgiu a possibilidade de conseguir um vagão de trem para instalar uma sala de aula. “Foi isso mesmo, foi uma ousadia, nós fazíamos questão de oferecer formação infantil, a gente sabia que pedagogicamente era importante que houvesse formação infantil, não só para que os pais pudessem ter tempo de trabalhar fora, mas por causa da integração das crianças na sociedade”, ratifica Klaus.

O 9º BEC conseguiu o vagão de trem e ele foi colocado num canto do pátio da escola, ganhou pintura e decoração com motivos infantis e se tornou a sala de aula das primeiras turmas de educação infantil da Escola Dom Bosco. A primeira professora a trabalhar com educação infantil na escola foi Doriane Bastian, uma jovem estudante da escola, cheia de ideais, “que depois se formou dentista, saindo direto do 2º grau da Dom Bosco para o vestibular e alcançou sucesso, ou seja, nós tínhamos alcançado um nível bom de escolaridade”, orgulha-se Klaus.

POEIRA, CALOR E AULAS DEBAIXO DE ÁRVORES

Prédio de madeira, janelas pequenas, um longo corredor, salas de aula de um lado, e do outro, sala da direção, da coordenação, cozinha, despensa, e banheiros, estes, localizados bem no meio da construção. Nas tardes de sol escaldante e pouca ventilação, no corredor da escola misturavam-se o cheiro da merenda que era preparada, os odores vindos dos banheiros e do suor exalado das salas de aula lotadas, algumas, com mais de 30 alunos. A alternativa, muitas vezes, era sair para o pátio, e continuar a aula debaixo das árvores.

“E muitas vezes, a árvore estava tão cheia de cigarras que chovia lá de cima, e as cigarras faziam tanto barulho que quase não se podia dar aula”, confirma Klaus. Havia ainda o problema da poeira. “Cada vez que passava um trator na frente da escola, era uma poeira tão grande que as crianças tinham que ter sempre um pano junto para passar por cima do papel para não borrar o caderno pelo suor e pó. Fechar as janelas não dava, elas não tinham vidros, tinham só tela, e fechavam com tábua inteiriça, se fechasse, ficava escuro lá dentro”. Era um tempo em que ainda não havia energia elétrica. À noite, o Inkra cedia energia para a escola até as 21 horas. Depois disso, o motor do Inkra era desligado, “e nós ligávamos o tal do liquinho”, recorda Klaus. Liquinho era o lampião a gás.

ELEIÇÃO PARA DIRETOR DA DOM BOSCO

Eleito em 15 de novembro de 1986, Carlos Gomes Bezerra tomou posse do cargo de governador de Mato Grosso no dia 15 de março de 1987 e desencadeou algumas mudanças na gestão do Estado em todas as áreas, incluindo a educação. Por meio do Decreto Lei Nº 149 de 7 de julho de 1987 ficaram instituídas eleições diretas para gestores escolares nas unidades educacionais da rede estadual. Em Lucas do Rio Verde, a única escola estadual em funcionamento na época era a Dom Bosco, que desde sua criação tinha como diretor o professor Klaus Huber. Inicialmente, duas candidatas se apresentaram para concorrer às eleições: as professoras Angela Borges Pedroso e Leda Perius. No último dia do prazo para inscrição de candidaturas, o professor Genez José Carlin se apresentou como candidato. Em carta aberta aos pais, alunos, professores e servidores, a professora Angela retirou sua candidatura sete dias antes da eleição, cujo processo seguiu disputadíssimo entre Genez e Leda, com a realização de reuniões, debates, e até propaganda eleitoral em carro de som pelas ruas e avenidas da vila. Estavam aptos a votar alunos com idade a partir de 14 anos, pais de alunos, professores e servidores da educação. A eleição ocorreu no dia 14 de novembro de 1987 e resultou na eleição do professor Genez por uma diferença de apenas 10 votos. Das 721



ESCOLA ESTADUAL DOM BOSCO



LANÇAMENTO DO PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA - JANEIRO DE 2007



CRECHE MUNICIPAL ANJO DA GUARDA



VISITA DO SENADOR CRISTOVAM BUARQUE



ESCOLA MUNICIPAL EÇA DE QUEIROZ



ESCOLA MUNICIPAL MENINO DEUS



CEI PEQUENO PRÍNCIPE



ESCOLA MUNICIPAL CAMINHO PARA O FUTURO



PRÊMIO GESTOR EFICIENTE DA MERENDA ESCOLAR



ESCOLA MUNICIPAL VINÍCIUS DE MORAES



PADARIA ESCOLAR



ESCOLA MUNICIPAL OLAVO BILAC

pessoas aptas a votar, 565 compareceram às duas urnas instaladas na escola. Assim, Genez José Carlin entrou para a história de Lucas do Rio Verde como o primeiro diretor de escola eleito pelo voto direto na pequena cidade-distrito que estava lutando para conquistar sua emancipação político-administrativa. Genez cumpriu mandato de dois anos e não concorreu à reeleição. Sua sucessora foi a professora Maria Geny Bess.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ao entregarem a direção e coordenação pedagógica da Escola Bom Bosco, Klaus e Beth Huber optaram por pedir afastamento da escola e passaram a se dedicar à organização do Instituto Padre João Padre, implementando projetos que já haviam iniciado, como a alfabetização de adultos, a formação de professores leigos e a instalação de uma biblioteca. “Então foi trazido o curso Mobral e foi trazido o Logos I e II para formação de professores que estavam em sala de aula e não tinham formação em magistério”, conta Klaus, lembrando que numa etapa posterior, com a instalação da prefeitura, esta tarefa foi compartilhada com o município e teve também parceria do Estado.

SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO

Em dezembro de 1990, por meio da Lei Nº 5.702, de 19 de dezembro de 1990, foi criada a Superintendência Regional de Educação e Cultura de Lucas do Rio Verde com jurisdição sobre os municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso, Tapurah e Nova Mutum. A criação da superintendência foi recebida como uma grande conquista, resultado de uma luta empreendida pelo poder público municipal com a participação de lideranças do setor educacional. Em janeiro de 1991 iniciaram os preparativos para o processo eleitoral para escolha do superintendente. Três candidatos concorreram ao cargo: professora Cleci Fátima Nunes, de Lucas do Rio Verde; professor Rolf Bachmann, de Sorriso; e professor José Chemin, de Nova Mutum. Em meio ao processo eleitoral, Chemin desistiu da candidatura e Nova Mutum solicitou à Secretaria de Estado de Educação para ser reintegrado à jurisdição de Diamantino.

A eleição aconteceu no dia 1º de março nos municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso e Tapurah, que juntos tinham um colégio eleitoral de 508 votantes. A professora Cleci conquistou a totalidade dos votos de Lucas do Rio Verde e parte dos votos de Tapurah, somando 168, de um total de 389 votos válidos. Professor Rolf somou 221 votos e foi eleito superintendente. Deixaram de votar 113 eleitores e seis anularam o voto. Tiveram direito a voto professores e funcionários de escolas públicas e conveniadas dos três municípios da jurisdição, além dos pais e alunos integrantes dos conselhos deliberativos das referidas escolas.

AVANÇOS

Durante sua gestão, o prefeito Werner Kothrade substituiu as escolinhas de madeira construídas pelo Incri no interior do assentamento por escolas de alvenaria, e construiu outras escolas na cidade, como a Eça de Queiroz e a Angelo Nadin.

Em 1993, foi desencadeada a centralização das escolas da área rural, um dos principais legados da gestão Paulo Nunes no campo da educação. As 23 escolinhas multisseriadas que existiam foram centralizadas em sete escolas e distribuídas estrategicamente em regiões polo do município: Eça de Queiroz, na Cidade Nova; Fredolino Vieira Barros, na Groslândia; São Cristóvão, na Comunidade São Cristóvão/Piúva; Gonçalves Dias, na Comunidade Nossa Senhora dos Navegantes, Setor 01, todas atendendo de pré a 8ª série; Euclides da Cunha, na Comunidade Itambiquara, Bernardo Guimarães, na Comunidade Campinho Verde, e Menino Deus, no Bairro Menino Deus, todas atendendo de 1ª a 4ª séries. Mais tarde, foram criadas as escolas Caminho para o Futuro, no bairro Jardim das Palmeiras, e Érico Veríssimo, no bairro Rio Verde.

Também na gestão Paulo Nunes, a Escola Euclides da Cunha, na Itambiquara, foi transformada em escola agrícola, que recebeu novas salas de aula, alojamentos, laboratórios e toda estrutura necessária para atender a alunos em regime de internato. A aula inaugural aconteceu na manhã de 12 de fevereiro de 1996, atendendo a 53 alunos de 5ª a 8ª série. A inauguração oficial aconteceu no dia 2 de março de 1996.

O principal argumento para justificar a centralização das escolas foi o de melhoria da qualidade de ensino. Com a polarização, o trabalho do professor ficou facilitado e o aproveitamento do aluno, melhorado, porque cada professor passou a trabalhar com uma única turma e não mais com alunos de diferentes séries em uma mesma sala de aula.

O acompanhamento da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação também ficou facilitado, possibilitando presença mais efetiva da equipe pedagógica nas escolas para debater com a comunidade escolar, avaliar as demandas e encaminhar as soluções.

Com a centralização das escolas, foi também implantado o serviço de transporte escolar gratuito. Os primeiros veículos do transporte escolar – dois micro-ônibus e um ônibus – foram adquiridos com ajuda do Instituto Padre João Peter, que arrecadou recursos junto a apoiadores na Suíça.

A implementação de um programa de cursos de reciclagem, possibilitando a capacitação de professores, também teve influência direta na qualidade do ensino ofertado. Interessante observar o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Lucas do Rio Verde, que era de 0,549 pontos em 1991 e passou

para 0,658 em 2000 e, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da Organização das Nações Unidas (ONU), a dimensão que mais cresceu, no período 1991/2000, em termos absolutos, foi Educação, com crescimento de 0,166 ponto.

Em janeiro de 1995, o município firmou parceria com o governo do Estado para implantação da Gestão Compartilhada da Educação, o que resultou no planejamento unificado dos conteúdos mínimos necessários e o acompanhamento sistemático às escolas. Num segundo momento, foram criados os Conselhos Escolares e implementada a Gestão Democrática nas escolas públicas municipais, com eleição direta para diretor.

Os profissionais da educação obtiveram grande conquista em 1995, com a aprovação do Estatuto do Magistério, que atendeu a uma antiga reivindicação da categoria.

“A construção do processo educativo em Lucas do Rio Verde é um ponto alto da nossa história”, avalia a educadora e pioneira Cleci Fátima Nunes. Uma das primeiras professoras da Escola Dom Bosco, sempre atuante no setor educacional, interferiu decisivamente no processo de centralização das escolas e na formatação de programas de formação de professores quando fez parte da gestão pública, como primeira-dama e, depois, como secretária de educação no período 1995/1996. “A educação, por meio dos professores, das professoras, das equipes diretivas, procurou fazer o melhor trabalho para que Lucas do Rio Verde se destacasse, tanto que nós temos grandes profissionais no município que saíram das escolas públicas. Então vejo que o ponto alto de Lucas do Rio Verde é a educação”, ressalta.

ESCOLAS ATRATIVAS

“Escola, além de ser boa, pode ser bonita e agradável”. Estes dizeres foram grafados na placa de inauguração da Escola Municipal Olavo Bilac e resumem o pensamento do prefeito Otaviano Pivetta sobre como devem ser as escolas públicas para que sejam respeitadas e admiradas pela sociedade. Com espaço para acolher 1.500 alunos, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Olavo Bilac foi entregue à comunidade escolar no dia 19 de maio de 2000, inaugurando o novo modelo de escolas municipais em Lucas do Rio Verde.

Na mesma data, foram inaugurados o Centro Integrado de Educação Infantil Anjo Gabriel, para 300 crianças da pré-escola, e mais salas de aula na Escola Municipal de Ensino Fundamental Caminho para o Futuro. Também no mesmo 19 de maio foram inaugurados o Centro de Alimentação Vida Boa e o Ginásio Poliesportivo Nari Pandolfi, construídos estrategicamente para atender às três escolas localizadas no bairro Jardim das Palmeiras.

No período de 1997 a 2004, a gestão municipal se esforçou para fazer da educação pública municipal uma referência em Mato Grosso, tanto pela estrutura física quanto pela qualidade do ensino e também da merenda escolar. Todas as escolas da rede pública municipal passaram a ser dotadas de estrutura que inclui refeitório, ginásio de esportes, biblioteca, laboratório de informática e piscina. Em parceria com associações de bairros e conselhos escolares, a prefeitura criou o programa Clube Recreativo Escolar Comunitário (CREC), que possibilitou às famílias da comunidade escolar usufruírem os espaços de esporte e lazer das escolas nos finais de semana.

Formar, capacitar e manter os profissionais da educação sempre atualizados se tornou meta da gestão, que implementou o programa de educação continuada e firmou parcerias com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) para oferecer cursos de graduação e pós-graduação aos professores.

A UNIÃO FAZ A VIDA

Implantado no município em janeiro de 2007, o programa A União Faz a Vida vem semeando a cidadania entre alunos, pais e educadores e possibilitando a vivência de muitas histórias de cooperação na comunidade escolar. Com isso, o programa tem contribuído sensivelmente para os avanços na educação do município. No início de 2018, o programa era desenvolvido em 20 escolas de Lucas do Rio Verde, envolvendo cerca de 600 professores e 15 mil alunos. O programa é gerido pela Fundação Sicredi, em parceria com a secretaria de Educação do município, e tem em sua essência uma metodologia para desenvolver cidadãos cooperativos por meio de valores como o empreendedorismo e a solidariedade.

GESTOR EFICIENTE

Era noite de quinta-feira, 16 de setembro de 2004, quando Lucas do Rio Verde recebeu pela primeira vez o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, em cerimônia realizada na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília. O prêmio foi entregue a 11 municípios brasileiros que mais se destacaram no programa de alimentação escolar no ano de 2003, primando pela qualidade da merenda servida aos alunos da rede pública.

Para conceder o prêmio, a ONG Fome Zero se baseava em critérios bastante rígidos, que avaliavam desde a correta aplicação dos recursos federais, a complementação desses recursos com verbas municipais, a eficiência e inovação administrativa, valor nutricional da merenda servida nas escolas e incentivo ao desenvolvimento econômico local. “Nós temos índices que demonstram quanto é investido na merenda escolar e como ela tem conseguido suprir as necessidades básicas de alimentação das crianças, mesmo que elas não tenham uma alimentação balanceada em casa”, pontuou a então secretária de Educação, Solimara Lígia Moura, que recebeu o prêmio representando o município.

Em 2003, foram servidas 893.850 refeições a 4.425 alunos de escolas municipais. Dos R\$364.826,00 investidos na compra de gêneros alimentícios, R\$101.088,00 foram transferidos pelo Fundo Nacional da Educação Básica (FNDE) e R\$263.738,42 foram complementados pelo município. O custo médio de cada refeição foi de R\$0,41.

Além do prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, em 2004 o município também recebeu o prêmio Qualidade na Educação Infantil, promovido pelo Ministério da Educação, com o projeto Passeando Também se Aprende, desenvolvido pela Creche Municipal Menino Jesus. Em 2000 e 2002 o município já recebera o mesmo prêmio e se destacou como o único de Mato Grosso a obter tal reconhecimento.

Pelo segundo ano consecutivo, o município recebeu na noite de 9 de novembro de 2005 o prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar. Um dos pontos que mais contaram para a conquista foi o investimento do município na merenda escolar, que superou o percentual de 79% do total de recursos investidos. Do total de R\$708.615,15 aplicados na merenda, o governo federal investiu R\$149.430,80 enquanto o município investiu R\$561.184,35. Em novembro de 2006, no dia 22, Lucas do Rio Verde recebeu pelo terceiro ano consecutivo com o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar.

Feita diretamente pela Secretaria Municipal de Educação, a gestão da merenda escolar tinha o acompanhamento do Conselho da Merenda Escolar e contava com a atuação de profissionais de nutrição. A eficiência do programa da merenda escolar rendeu ao município também o troféu Mérito Municipalista na categoria “Gestão de Merenda Escolar”, concedido pela Associação Brasileira dos Municípios (ABM). O prêmio foi entregue no início de julho de 2007, em evento realizado em Brasília.

Em 2007, o município conquistou pelo quarto ano consecutivo o prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, desta vez, na categoria Valorização das Merendeiras. O prêmio foi entregue ao prefeito Marino Franz pelo então ministro da Educação, Fernando Haddad, em cerimônia realizada em Brasília no dia 25 de outubro. Nova premiação foi concedida ao município em dezembro de 2009, quando recebeu pelo quinto ano o Gestor Eficiente da Merenda Escolar, em cerimônia realizada no dia 9, em Brasília. Pelo sexto ano, o município recebeu o prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar em 2010, quando a rede municipal de ensino contava com cerca de sete mil alunos e eram servidas cinco refeições diárias nas escolas do município.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A elaboração do Plano Municipal de Educação demandou anos de estudo e contou com a participação efetiva de educadores e de representantes da sociedade civil organizada. “Não se trata de um plano de governo, mas um plano para a educação de Lucas do Rio Verde”, assinalou a então secretária de Educação, Solimara Lígia Moura, ao esclarecer que o PME era o caminho para instituir o Sistema Municipal de Educação, o que daria ao município autonomia para gerir suas políticas educacionais.

Encaminhado para análise e votação da Câmara de Vereadores em 27 de outubro de 2008, o Plano Municipal de Educação definia objetivos, diretrizes e os rumos da educação do município para um período de 10 anos, e definia também as ações e prazos para executá-las. “Temos metas claras e objetivos definidos tanto na área pedagógica quanto na área de infraestrutura. Trata-se de um conjunto de metas e objetivos que visam à melhoria da qualidade de ensino”, mencionou Solimara.

Os vereadores aprovaram o Plano Municipal de Educação e o Sistema Municipal de Educação em sessão ordinária do dia 24 de novembro. “O Plano Municipal de Educação é de fundamental importância, pois vem ao encontro da necessidade da comunidade educativa luverdense. Já o Sistema Municipal de Educação proporciona autonomia ao município para legislar sobre o ensino. É um grande passo para a educação luverdense”, atestou a vereadora professora Cleci Fátima Nunes.

PRÊMIO CHICO MENDES

O município, que já se tornara referência no estado e no país graças ao projeto Lucas do Rio Verde Legal, no dia 14 de novembro de 2008 foi reconhecido também pelo prêmio Chico Mendes na categoria município, com o projeto Semeando a Educação. Desenvolvido por meio de uma parceria entre a Prefeitura de Lucas do Rio Verde e o Instituto Sadia de Sustentabilidade, o projeto de educação ambiental tinha a missão de ampliar a consciência de crianças e jovens para as questões ambientais, e formar futuros gestores ambientais.

Implantado nas escolas municipais em 2007, o projeto envolvia o trabalho conjunto das secretarias de Educação e de Agricultura e Meio Ambiente. Os estudantes participavam de todo o processo, desde a coleta das sementes, preparação do solo, semeadura e plantio das mudas. Durante o processo, eram desenvolvidos conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, elementos fundamentais para uma participação cidadã e para a construção de uma sociedade sustentável.

Como resultado do projeto, até novembro de 2008 o viveiro municipal havia produzido 10 mil mudas de árvores nativas e tinha outras 10 mil em fase de germinação. As mudas produzidas eram utilizadas na recuperação e recomposição de áreas degradadas situadas no perímetro urbano e em áreas de nascentes.

A entrega do prêmio aconteceu no dia 20 de dezembro, em cerimônia realizada no Espaço Tom Jobim, no Rio de Janeiro. Representaram o município a secretária de Educação, Solimara Lígia Moura, e a coordenadora do projeto Semeando a Educação, Ivanilde Rigo.

ENSINO EM TEMPO INTEGRAL

Em 13 de fevereiro de 2013 o município iniciou a implantação do ensino em tempo integral nas escolas da rede municipal, com os principais objetivos de promover a melhoria do rendimento escolar e oferecer um contraturno de qualidade aos estudantes.

Com oficinas de jogos, recreação, produção textual, reforço de matemática, contação de histórias, estudo monitorado, atividades culturais, confecção de brinquedos, yoga, coral e horta escolar, além da base curricular comum, a educação em tempo integral foi implantada, inicialmente, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Érico Veríssimo, no bairro Rio Verde, e estendida gradualmente para outras unidades.

“Como gestor público e como cidadão, acredito que só há uma forma de construir uma sociedade mais justa e livre: com educação de qualidade. É nisso que estamos apostando com a implantação da escola em tempo integral, uma ferramenta extraordinária para formação de capital social”, acentuou o prefeito Otaviano Pivetta.

PROVA BRASIL E IDEB

O resultado da Prova Brasil aplicada pelo MEC nas escolas de Ensino Fundamental do Brasil inteiro colocou Lucas do Rio Verde em destaque no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2011. O município atingiu resultados surpreendentes em comparação com a média nacional, alcançando nota 6.2 nos anos iniciais e 5.2 nos anos finais, enquanto a média nacional foi de 5.0 para as séries iniciais e 4.1 para as séries finais. A Escola Municipal Érico Veríssimo alcançou a média 6.7, a mais alta entre as escolas municipais de Mato Grosso, e o município atingiu o índice estabelecido pelo MEC como meta para 2019.

Divulgado no início de setembro de 2014, o resultado da Prova Brasil 2013 mostrou que Lucas do Rio Verde atingira a meta estabelecida pelo MEC para 2021 nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). O município obteve a nota 6.5, destacando-se em segundo lugar no estado dentre as escolas municipais. Nos anos finais, o município conquistou a nota 5.2 se posicionando na terceira colocação em Mato Grosso. Nos anos iniciais, a média nacional das escolas municipais ficou 4.9, e 3.8 nos anos finais. A Escola Municipal Érico Veríssimo, localizada no bairro Rio Verde, alcançou a melhor nota entre as escolas do município.

Com o resultado obtido na Prova Brasil 2015, a Escola Municipal São Cristóvão, localizada na comunidade de mesmo nome, alcançou a segunda melhor nota do estado no Ideb e a melhor nota entre as escolas municipais. O índice de 7,4 foi bastante superior à média estadual para os anos iniciais do Ensino Fundamental, de 5,7. Em Lucas do Rio Verde, a média alcançada pelas escolas da rede municipal em 2015 superou a meta estabelecida pelo MEC para 2021, de 6,5 para os anos iniciais. O município classificou-se com a quinta melhor nota do estado nos anos iniciais, se consideradas todas as redes de ensino, e a terceira melhor nota de Mato Grosso, se considerada apenas a rede municipal. Já nas séries finais do Ensino Fundamental, o município alcançou a terceira posição do ranking estadual.

NOTA 10

Em 2015, Lucas do Rio Verde foi reconhecido pelo Instituto Alfa e Beto como o município dotado com a melhor rede municipal de educação pública do Centro-Oeste, o que rendeu a Otaviano Pivetta o Prêmio Prefeito Nota 10, entregue no dia 29 de abril de 2015. Qualidade com equidade foi o principal critério utilizado pelo Instituto Alfa e Beto (IAB) para conceder o prêmio ao gestor do município que conseguiu ter o maior percentual de alunos com desempenho adequado na Prova Brasil de 2013, tanto nas séries iniciais como nas finais. Para garantir escala mínima na rede e representatividade no exame, só concorreram municípios com mais de 20 mil habitantes, com 70% ou mais dos alunos matriculados na rede municipal e onde ao menos 300 alunos do 5º ano e 300 estudantes do 9º ano tivessem feito a Prova Brasil. O vencedor nacional do certame foi o município cearense de Brejo Santo.

O prêmio foi criado para chamar a atenção para as políticas públicas que funcionam na área de educação, que são capazes de dar condições para que todas as escolas de uma rede tenham um bom padrão de qualidade. “Não tem sentido colocar os holofotes na melhor ou na pior escola, como se costuma fazer quando são divulgados os resultados da Prova Brasil. Para mudar a realidade da educação no país, dar o grande salto em direção ao ensino de qualidade em larga escala, capaz de alavancar desenvolvimento econômico e social, precisamos de políticas públicas capazes de fazer todas as escolas oferecerem um bom padrão de ensino”, explicou o professor João Batista Oliveira, presidente do IAB e idealizador do prêmio. “É o caso de Lucas do Rio Verde”, salientou ao comentar que o bom desempenho, sem grandes diferenças entre as escolas, foi considerado louvável especialmente pelo ritmo frenético de crescimento da rede, que praticamente obriga o poder público municipal a criar uma escola a cada ano.

PALMA DE OURO

A luta para dotar Lucas do Rio Verde de ensino superior público não tirou o foco da gestão municipal do prefeito Luiz Binotti sobre a educação básica. A gestão eficiente da educação rendeu ao município o Prêmio Palma de

Ouro. O prêmio foi entregue à secretária municipal de Educação, Cleusa de Marco, no dia 13 de dezembro de 2017, durante o 5º Seminário Brasileiro de Gestores Municipais, em Salvador (BA). “O Troféu Palma de Ouro é uma conquista da sociedade luerdense, pois todos contribuem, indireta ou diretamente, para que a Educação do nosso município tenha tal reconhecimento”, pontuou a secretária.

Criado pelo Instituto Avance, o prêmio contribui para promover e divulgar as boas práticas municipais, além de contribuir com a gestão, por meio da oferta de fóruns e seminários. A concessão do prêmio leva em conta critérios que incluem gestão democrática da educação municipal, projetos pedagógicos, programas de valorização dos profissionais da educação, obras municipais ligadas à educação, política municipal de educação e gerenciamento dos serviços educacionais.

INICIATIVAS EMPREENDEDORAS

Data de 1987 a primeira escola particular instalada em Lucas do Rio Verde. A iniciativa pioneira foi de Dirce Cavalaro e Luciana Roa que, incentivadas por Catarina Morelato Roa, colocaram em funcionamento a Escola Bem Me Quer, que no ano seguinte foi vendida para Ivete Chaminski, que a transformou na Escola Universal Dois Mil, cujas atividades iniciaram em 1989.

Em meados de 1992, um grupo de empresários e produtores rurais iniciou uma mobilização para abrir uma nova escola em Lucas do Rio Verde. A ideia era criar uma escola da Rede CNEC (Campanha Nacional das Escolas da Comunidade), conhecida como “cenecista”. Depois de muitas reuniões, o grupo optou por criar uma cooperativa de ensino e acabou comprando a Escola Universal Dois Mil, transformada em Coensino Dois Mil, que iniciou as atividades em 1994.

Professoras da rede estadual de ensino, Ana Maria Eisele e Maria Geny Bess visualizaram a necessidade e a oportunidade de iniciar um novo empreendimento no campo da educação. Lucas do Rio Verde estava crescendo, o Estado não conseguia atender à demanda e a sociedade clamava por mais escolas de qualidade. Assim, o Centro Educacional Piaget iniciou as atividades em 1993, ofertando Educação Infantil e Ensino Fundamental e, gradativamente, o Ensino Médio.

Também professoras da rede pública de ensino, Anaide Ceccon Griebler, Cleci Fátima Nunes, Loreni Salete Nicoli da Cruz e Vania Elizabete de Souza Floriano Rosa investiram no sonho de ter a própria escola, acompanhando o desenvolvimento do município, que crescia, em média, 10% ao ano. O Centro Integrado Educar iniciou as atividades no ano 2000, ofertando Educação Infantil e Fundamental. O Ensino Médio também foi implantado de forma gradativa.

Em 2007, a Rede La Salle instalou uma unidade em Lucas do Rio Verde, ofertando desde a Educação Infantil ao Ensino Médio.



Ensino superior e ensino técnico profissionalizante

Sonho, luta, desejo, esperança, promessas, visitas, projetos, reuniões e frustrações compõem a história dos luverdenses na busca pela implantação de ensino superior no município. Sonho e luta que vêm de muitos anos.

No dia 21 de abril de 1989, o município de Diamantino recebeu autorização para iniciar o curso de Administração ofertado pelas Faculdades Integradas de Diamantino. Era o primeiro curso da instituição criada a partir da iniciativa de um grupo de professores e empreendedores daquele município. O que pouca gente sabe é que em 1987 muitos profissionais de nível superior, com pós-graduação e mestrado, que residiam em Lucas do Rio Verde ‘emprestaram’ seus nomes para que os idealizadores das Faculdades Integradas de Diamantino pudessem protocolar pedido de autorização e abertura de cursos junto ao Ministério da Educação. Ou seja, Diamantino conquistou sua primeira faculdade com a ajuda de profissionais de Lucas do Rio Verde.

Foi do então vereador Paulo Vicente Nunes, em 1990, a primeira indicação para que o poder público municipal buscasse a instalação de um campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) no município, o que, há de se convir, era um tanto ousado para a época, mas expressava o desejo e a visão da comunidade sobre a importância do ensino superior.

O primeiro curso superior no município foi ofertado pela UFMT. Convênio assinado entre a Prefeitura de Lucas do Rio Verde e a Universidade Federal de Mato Grosso possibilitou a implantação do primeiro curso superior em Lucas do Rio Verde: Licenciatura Plena Modular em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Literatura. O convênio foi assinado no dia 11 de novembro de 1996, em Cuiabá, e nos dias 13 e 14 de novembro foram realizadas as inscrições para o concurso Vestibular, que aconteceu nos dias 16 e 17 de dezembro. Para concorrer às 40 vagas ofertadas, 87 candidatos se inscreveram e prestaram provas objetivas e de redação. O curso se desenvolveu no período de 1997 a 2001, e conseguiu formar 32 dos 40 acadêmicos que iniciaram a caminhada.

Em noite marcada por requinte, beleza e emoção, os formandos colaram grau em 28 de abril de 2001, em cerimônia realizada no pavilhão de festas da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Os formandos escolheram o então prefeito Otaviano Pivetta para ser patrono da turma e a Cleci Fátima Nunes para ser a patronesse. Ela era secretária municipal de Educação quando foi assinado o convênio com a UFMT, em 1996. O paraninfo da turma foi o empresário Osvaldo Martinello, e a professora Maria Lúcia Cavalli Neder, que era pró-reitora da UFMT, representou a universidade na cerimônia de colação de grau. E assim, o 28 de abril de 2001 entrou para a história de Lucas do Rio Verde como a data em que se formou a primeira turma de ensino superior no município.



PESQUISA APONTA GRANDE DESEJO DA POPULAÇÃO

Em estudo realizado pelo Sebrae-MT em Lucas do Rio Verde, em 1999, em preparação ao I Fórum de Desenvolvimento Municipal, um dado chamou especial atenção dos consultores: a maioria dos entrevistados nos diferentes setores apontou o desejo de ter a oferta de ensino superior no município. Para a pergunta “na sua opinião, o crescimento do município está diretamente ligado a”, o Sebrae-MT obteve a resposta “faculdade” de 75% dos entrevistados no setor de serviços, 77,78% no setor indústrias/agroindústrias, 96,67% no setor do comércio e de 80% dos consumidores entrevistados.

Naquele mesmo ano, um grupo de empreendedores locais, sob a liderança dos empresários Marino Franz e Miguel Vaz Ribeiro e do prefeito Otaviano Pivetta, criou a Univerde (União das Escolas Superiores de Lucas do Rio Verde) e, num primeiro momento, protocolou junto ao Ministério da Educação projetos para criação de três cursos de nível superior: Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia. A expectativa do grupo era de poder realizar vestibular para pelo menos um dos cursos já no início do ano 2000. Mas somente no início de março de 2001 a Univerde recebeu aprovação do Ministério da Educação para criação e instalação do curso de Administração.

As portarias de credenciamento e autorização para a Univerde realizar seu primeiro concurso vestibular foram publicadas no Diário Oficial da União no dia 10 de dezembro de 2001. E, no dia 17 de fevereiro de 2002, a

Univerde realizou seu primeiro vestibular para os cursos de Administração e Ciências Contábeis. No dia 22 de fevereiro de 2001, a Univerde inaugurou suas instalações e apresentou seus investidores: Mirna Stoker Franz, Marlene Montagner de David, Neusa Lúcia Pivetta Tissiani, Ademir Nardi, Evandro Gianezi, José Paulo Kummer, Miguelangelo Gianezi, Miguel Vaz Ribeiro, Altamir Rafael Pandini e Fábio Bellot Moura.

“De tantos sonhos sonhados e realizados, este poderia ser apenas mais um que se torna concreto, mas é diferente, porque a Univerde tem a finalidade de formar personalidades”, destacou o então diretor administrativo da instituição, Valni Roque Volpato.

Em novembro de 2007, mais precisamente na noite de terça-feira, 13, a diretoria da Univerde anunciou a incorporação da instituição pela Rede La Salle. “Nós fizemos algo de bom para vocês. Todos vão ganhar!”, afirmou o presidente da União das Faculdades de Lucas do Rio Verde, professor Mauro Kreis, dirigindo-se aos alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Turismo da Univerde.

Kreis relatou que depois de longo período de conversações, os mantenedores da Univerde haviam consolidado a parceria institucional que permitiria “um substancial incremento no ensino superior em Lucas do Rio Verde e região”.

A Rede La Salle assumiu, efetivamente, a Univerde a partir de 1º de janeiro de 2008. “Nosso compromisso é dar continuidade ao trabalho realizado até aqui pelos empreendedores de Lucas do Rio Verde, utilizando toda a experiência que a Rede La Salle acumulou ao longo de 300 anos de educação no mundo e 100 anos de Brasil, no sentido de formar pessoas inteligentes e com visão de futuro”, ressaltou o diretor-geral da Faculdade La Salle Lucas do Rio Verde, Irmão Nelso Antonio Bordignon.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

No início de junho de 2008, o município recebeu a notícia de que o Ministério da Educação havia aprovado a abertura de um polo da Universidade Aberta do Brasil, que iniciou ofertando os cursos de Licenciatura em Química e Pedagogia, e Lato Sensu em Informática na Educação.

Instalado junto à Escola Municipal Vinícius de Moraes, no bairro Jardim Primavera, o Polo de Apoio Presencial da UAB de Lucas do Rio Verde possui seis salas de aula, uma biblioteca, sala de coordenação com duas salas anexas de tutoria acadêmica e uma sala de recepção, dois laboratórios de informática, sendo que um é compartilhado com a escola. Banheiros, cozinha e refeitório também são de uso comum entre o Polo da UAB e a Escola Vinícius de Moraes. O laboratório de informática exclusivo da UAB conta com trinta máquinas, com acesso à internet, para uso exclusivo dos acadêmicos.

Na UAB Lucas do Rio Verde são ofertados cursos de graduação, pós-graduação e formação continuada para professores da rede pública. Os cursos são gratuitos e oferecidos por meio de instituições públicas de ensino superior, como Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Instalado para atender às necessidades e anseios do município na oferta de ensino público gratuito de qualidade, nos seus nove anos de atuação no município, o Polo da UAB é peça-chave na formação e na capacitação de novos profissionais no ensino superior e se tornou referência em educação superior em Lucas do Rio Verde e região.

O SONHO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Ao longo das gestões dos prefeitos Otaviano Pivetta e Marino Franz, diversas parcerias foram firmadas com a UFMT e também com a Unemat, resultando em criação e instalação de turmas especiais, a maioria, de cursos voltados para formação de professores, pois esta era a necessidade mais urgente na época. Mas o sonho e o desejo de ter um campus da UFMT ou da Unemat permaneceram vivos e nunca faltou quem levantasse essa bandeira, tanto na Câmara de Vereadores como na Administração Municipal e também na sociedade.

Em fevereiro de 2011, o então deputado federal Wellington Fagundes apresentou projeto de lei propondo a criação de um campus da UFMT em Lucas do Rio Verde. “O campus vai incrementar ainda mais o desenvolvimento de Lucas e região”, considerou o parlamentar.

“A cidade está crescendo muito e os jovens continuam obrigados a deixar Lucas para estudar fora”, reconheceu o prefeito Marino Franz ao avaliar a iniciativa do parlamentar como “muito boa”.

A então reitora da UFMT, Maria Lúcia Cavalli Neder, confirmou a intenção do governo federal de expandir o ensino superior por meio de um programa de ampliação e instalação de novos campi das universidades federais.

“Estou muito alegre e orgulhoso, pois este é um projeto que, se concretizado, terá valido não apenas a minha eleição, mas a minha existência”, comemorou o então vereador Márcio Albieri, lembrando que desde 2009 já protocolara mais de 60 documentos em gabinetes de parlamentares e na própria UFMT e já participara de várias reuniões em Cuiabá e Brasília levando o pedido de criação do campus.

Despachado para apreciação de quatro comissões distintas na Câmara dos Deputados, o projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Trabalho no final de junho de 2012. Na ocasião, o prefeito Marino Franz e os vereadores Eliseu Sávio Diniz, Márcio Albieri e Pedro Gois estiveram em Brasília para acompanhar o trâmite do

projeto. “Esse é um projeto para se concretizar a partir de 2014, quando Lucas do Rio Verde tiver uma população mais expressiva”, considerou o prefeito ao informar que a prefeitura estava envidando todos os esforços para viabilizar a implantação do campus, inclusive disponibilizando a área e assumindo o compromisso de arcar com o custo da construção da obra física.

Ainda em 2012, o projeto do deputado Wellington Fagundes recebeu pareceres divergentes nas comissões. Enquanto a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público deu parecer favorável, considerando a geração de conhecimento científico e tecnológico indispensável para a manutenção do ritmo de crescimento verificado na região, a Comissão de Educação aprovou parecer do relator, deputado catarinense Espiridião Amin, que pediu a rejeição do projeto, justificando não haver sentido em autorizar o Poder Executivo a realizar ação de sua competência. “A criação ou transformação de instituição de ensino deve ser sugerida na forma de indicação ao Poder Executivo, de acordo com o art. 113 do Regimento Interno desta Casa”, destacava o voto do relator. O projeto deveria ainda passar pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania e, se aprovado em ambas, seguir para votação em Plenário.

Liderada pelo prefeito Marino Franz, uma comitiva que incluía alunos e professores da Escola Estadual Dom Bosco, esteve em Brasília no dia 19 de setembro de 2012, onde manteve contato com o então secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Amaro Henrique Pessoa Lins, e obteve a informação de que o MEC tinha um projeto de expansão de três campi universitários federais para Mato Grosso a partir de 2014 e que um deles poderia ser em Lucas do Rio Verde.

Em audiência com a reitora da UFMT, Maria Lúcia Cavalli Neder, no dia 1º de outubro de 2012, o prefeito Marino Franz e a comissão pró-instalação do campus foram informados dos critérios de avaliação da definição dos locais que receberiam os novos campus. Além da localização, que não podia ser próxima a outro município que já contasse com compus da UFMT, o município-sede e os municípios de sua área de influência precisariam somar pelo menos 100 mil habitantes. O município deveria oferecer também toda logística necessária para alunos e professores.

A implantação de um polo do Instituto Federal de Educação (IFMT) e de um campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em Lucas do Rio Verde foi defendida pelo prefeito Otaviano Pivetta em audiência com o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, no dia 8 de maio de 2013, em Brasília.

Em junho de 2013, a prefeitura chegou a promover uma enquete entre estudantes do ensino médio para descobrir quais os cursos de graduação eram mais desejados pelos estudantes luerdenses. O resultado da enquete, não revelado para não gerar expectativa, foi entregue ao então vice-reitor da UFMT, João Carlos de Souza Maia, no dia 10 de julho de 2013, quando o prefeito Otaviano Pivetta convidou Souza Maia a fazer uma palestra em Lucas do Rio Verde sobre a interiorização da UFMT.

A palestra do vice-reitor aconteceu no dia 2 de agosto, no pavilhão da Comunidade Menino Deus, durante a Expolucas 2013. João Carlos de Souza Maia confirmou que a universidade estava desenvolvendo estudos de viabilidade técnica para implantação de três novos campi, que a divulgação dos municípios contemplados seria feita até o final daquele mês e que Lucas do Rio Verde possuía “todos os predicados para ser um dos municípios beneficiados”.

Conforme o vice-reitor, além do município viver um momento de franco desenvolvimento, a estruturação da educação básica, o bom desempenho no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a preocupação com a sustentabilidade ambiental, e a boa localização geográfica estavam entre os principais fatores que colocavam Lucas do Rio Verde entre os fortes candidatos a sediarem um dos novos campi da UFMT.

A demanda por ensino superior no município e região também somava a favor: 2.630 estudantes cursavam o ensino médio nas escolas públicas e privadas de Lucas do Rio Verde e mais de seis mil estudantes em escolas dos municípios circunvizinhos.

João Carlos de Souza Maia esclareceu que a criação de um campus da universidade federal é feita por decreto do presidente da República e não depende de aprovação no Congresso Nacional, a quem compete aprovar apenas a contratação de servidores. “O caminho correto é a sociedade se juntar e fazer uma proposta. A própria questão da escolha dos cursos que vão ser oferecidos deve partir da iniciativa da sociedade de Lucas e das comunidades, porque os cursos deverão vir para cá, se aprovados, dentro de uma lógica de desenvolvimento regional”, orientou o vice-reitor da UFMT em seu retorno a Lucas do Rio Verde no dia 20 de abril de 2015. Com José Carlos de Souza Maia estava uma equipe técnica da universidade, que visitou escolas, empresas e instituições para conhecer a estrutura do município e assessorar Lucas do Rio Verde para a formatação de um projeto de implantação do campus da UFMT no município. “Achei bastante importante a forma como o poder público tem tratado a questão da educação aqui. E um segundo fator relevante é a questão do desenvolvimento agroindustrial. Ouvi muitos empresários dizendo que necessitam qualificar seus recursos humanos. Então são dois grandes fatores que, junto com a política de desenvolvimento regional, vão contribuir para a formação de um grande projeto inovador para que essa região possa se desenvolver cada dia mais”, analisou.

IFMT

Em visita ao município na última semana de dezembro de 2012, o reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), José Bispo Barbosa, anunciou que a instituição estava desenvolvendo estudo de demanda para identificar os cursos possíveis de implantação em Lucas do Rio Verde

ainda em 2013. O passo seguinte, segundo ele, seria a instalação de um campus do IFMT no município.

“Já podem ser agendados encontros entre as assessorias pedagógicas do município e do IFMT para tratar da instalação do campus”, anunciou. Outro ponto discutido foi a escolha do local para ministrar as aulas até que o campus fosse instalado. José Bispo reuniu-se com o prefeito Otaviano Pivetta, o vice-prefeito Miguel Vaz, vereadores e secretários municipais e visitou escolas municipais. “São escolas muito bonitas e com toda estrutura necessária para uma educação de boa qualidade”, comentou.

No dia 6 de fevereiro de 2014 José Bispo retornou ao município para confirmar a instalação de um campus do IFMT. “Eu visitei a área e gostei muito, é uma área boa, apesar de pequena, mas a gente vai fazer projeto, construir e aumentar o prédio”, declarou o reitor ao avaliar o local onde estava funcionando a Escola Técnica Estadual (Secitec), cuja área e prédio estavam em processo de transferência para o governo federal. “O IFMT está pronto para vir a Lucas do Rio Verde, dependendo somente de uma mensagem do governo do Estado transferindo a unidade da Secitec para o Instituto Federal”, completou José Bispo.

Na terça-feira, 15 de julho de 2014, depois de vencido todo o trâmite burocrático e aprovação pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o prefeito Otaviano Pivetta e o então secretário de Ciência e Tecnologia do estado de Mato Grosso, Rafael Bello Bastos, assinaram o termo de cooperação regulamentando a transferência da área e da estrutura da Secitec em Lucas do Rio Verde para o governo federal, possibilitando, assim, a instalação do IFMT naquele local. “A Secitec tem cumprido um papel fundamental no ensino profissionalizante no município. O IFMT vem para completar as ações em relação a cursos de graduação”, pontuou Bastos.

O anúncio dos primeiros cursos que seriam ofertados no campus do IFMT de Lucas do Rio Verde aconteceu na terça-feira, 13 de janeiro de 2015: Técnico em Edificações, Ensino Médio Integrado na área de Biotecnologia, e Mecânica. O então diretor-geral do campus Lucas do IFMT, Willian Silva de Paula, explicou que a escolha se deu com base no perfil socioeconômico da região. “Somos uma instituição federal que chega a Lucas do Rio Verde para somar com as demais entidades, buscando a formação profissional e tecnológica para os alunos. Os cursos são gratuitos e têm a finalidade de formar profissionais que atuem em Lucas do Rio Verde e na região onde estamos”, esclareceu o diretor.

As inscrições para o primeiro curso do campus avançado do IFMT em Lucas do Rio Verde aconteceram em maio de 2015. Foram abertas 70 vagas para o curso de técnico pós-médio de Biotecnologia. Ao todo, 481 candidatos se inscreveram pelo site do IFMT e 291 efetivaram a inscrição, o que resultou numa concorrência de quatro candidatos por vaga. A seleção não se deu por meio de prova, mas por avaliação dos históricos escolares dos três anos do ensino médio.

Em outubro de 2016, o Instituto abriu inscrições para o seu primeiro vestibular para curso superior no município, com a oferta de 25 vagas para bacharelado em Biotecnologia. O número de inscritos superou as expectativas. Foram 480 inscritos, dos quais 117 efetivaram a inscrição e realizaram a prova no dia 11 de dezembro na Escola Estadual Ângelo Nadin, resultando numa concorrência de 4,3 candidatos por vaga. As aulas tiveram início em 2017 e o curso tem duração de quatro anos.

ESCOLA COMUNITÁRIA PROFISSIONALIZANTE

A preocupação com o ensino profissionalizante e a formação de mão de obra qualificada também tem sido uma constante em Lucas do Rio Verde e perpassa as gestões municipais, que sempre buscaram firmar parcerias com instituições como Sebrae, Sesi, Senai, Senac, Pronatec, Secitec, IMA, e outros, viabilizando a oferta de cursos de formação e qualificação profissional a milhares de jovens e trabalhadores luverdenses. Iniciativas locais para dotar o município de escola profissionalizante também foram desencadeadas.

Começou no ano 2000 a mobilização da sociedade luverdense para instalar no município uma escola voltada exclusivamente para a formação técnica, que atendesse, preferencialmente, a vocação da região. Em maio daquele ano, a Prefeitura de Lucas do Rio Verde e a Fundação Rio Verde, com apoio e aval da Cooagril, Acilve, Sindicato Rural, Sicredi e Instituto Padre João Peter, enviaram carta consulta ao Ministério da Educação e deram início ao projeto. Quase dois anos depois, em 6 de março de 2002, o prefeito Otaviano Pivetta e a então presidente da Fundação Rio Verde, Dora Denes Ceconello, assinaram o convênio com o Ministério da Educação para a liberação de recursos para a construção e instalação da Escola Comunitária de Educação Profissionalizante de Lucas do Rio Verde. O convênio, assinado pelo então ministro Paulo Renato Souza, previa o montante de R\$2.867.566,00 provenientes do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). Também participaram da solenidade, em Brasília, o então presidente da Câmara de Vereadores, Carlos Giroto, o vice-presidente da Fundação Rio Verde, Egídio Raul Vuaden, e o consultor Valni Roque Volpato.

No Brasil, convênio assinado não significa, necessariamente, verba liberada. E foi o que aconteceu com o convênio da Escola Comunitária Profissionalizante de Lucas do Rio Verde: os recursos não foram liberados no prazo previsto, veio o período eleitoral, Luiz Inácio Lula da Silva venceu as eleições, instalou-se um novo governo e foi determinada a reavaliação de todos os convênios assinados durante o último ano de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Assim, uma nova maratona precisou ser feita pelos órgãos, repartições e ministérios para justificar a viabilidade técnica do projeto e a necessidade de implantação da escola que atenderia a alunos de toda a região. Só no final de abril de 2004 o Ministério da Educação autorizou que fosse dado andamento ao projeto, que precisou ser atualizado, adequando-o à nova realidade da região.

Em julho de 2005, mais precisamente na segunda-feira, dia 29, o então presidente da Fundação Rio

Verde, Egídio Raul Vuaden, e o prefeito Marino Franz, acompanhados pelo então deputado federal Carlos Abicalil, assinaram novamente o convênio com o Ministério da Educação para construção e instalação da escola comunitária. A assinatura do convênio aconteceu em Brasília, em solenidade presidida pelo então ministro da Educação, Tarso Genro, que assinou, na ocasião, 24 convênios e sete termos de compromisso com entidades e órgãos federais, estaduais e do segmento comunitário para construção de escolas profissionalizantes.

O início da construção da escola se deu em abril de 2006, depois de cumpridas todas as formalidades e prazos legais para licitação e contratação da empresa para executar a obra física. Com 1.098 metros quadrados de área construída, a escola foi edificada numa área de quatro hectares na Avenida Universitária. A área foi doada à Fundação Rio Verde pelos produtores rurais Otaviano Olavo Pivetta e Ivanhoé Silveira Moura. A criação oficial do Centro Tecnológico de Formação Profissional de Lucas do Rio Verde (CETEC) aconteceu no dia 9 de junho de 2006, em assembleia geral extraordinária da Fundação Rio Verde, mantenedora da escola.

Idealizado para atender à demanda do mercado por mão de obra qualificada, incentivando, assim, o desenvolvimento tecnológico local e regional, o CETEC foi inaugurado no dia 19 de janeiro de 2007. “Nossa preocupação é de não só fazer cursos para apresentar números, mas formar profissionais de qualidade. Os cursos do CETEC precisam dar aos alunos o preparo profissional com consciência de equipe e de cidadania, qualidade tão importante quanto o conhecimento”, assinalou Egídio Vuaden.

Os primeiros cursos do CETEC tiveram início em maio de 2007 e foram cursos básicos para atender às demandas mais urgentes do município naquele momento, como Operador e Mantenedor de Máquinas e Implementos Agrícolas, Gestão em Vendas e Agente de Serviços da Rede Hoteleira, dentre outros.

Em 2009, depois de longo período de negociação, teve início o processo de incorporação do CETEC pelo Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Secitec). O termo de compromisso firmado entre a Fundação Rio Verde, a Secitec e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi publicado no Diário Oficial no final de outubro. O processo de estadualização do CETEC iniciou oficialmente no dia 27 de março de 2010, quando foi assinado o acordo entre Fundação Rio Verde, Secitec e Ministério da Educação em que o MEC doava para o Estado de Mato Grosso o prédio e todo o mobiliário do CETEC. Do mesmo modo, a Fundação Rio Verde doou para o Estado o terreno onde está construída a escola, assim, a Secitec assumiria e custearia todo o funcionamento da unidade. “Acredito que agora a escola acha seu rumo para suprir as necessidades do município”, apontou a então diretora-geral da Fundação Rio Verde, Dora Denes Ceconello, durante cerimônia que aconteceu no auditório da Câmara de Vereadores.

No dia 8 de maio de 2010, durante realização do ENTECS, foi assinado o termo de doação do prédio e dos equipamentos para o governo do Estado, o que efetivaria a estadualização da escola. “O município terá um número muito maior de pessoas com formação, com capacitação e uma possibilidade de arrumar outros empregos e estar mais profissionalizado”, ressaltou a então secretária de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Ilma Grisoste. No final de julho de 2010 foram abertas as inscrições para os primeiros cursos profissionalizantes pela Escola Técnica Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Lucas do Rio Verde, que mais tarde passou a ser simplesmente Secitec e continua atuante no município.

UNIDADE DO SENAI

“É uma grande satisfação para o Senai poder estar presente na cidade de Lucas do Rio Verde com o principal objetivo de qualificar a mão de obra da indústria moveleira da região”, celebrou o então diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em Mato Grosso, Gilberto Gomes de Figueiredo. Era final de tarde de segunda-feira, 6 de dezembro de 2004, e o Senai inaugurava uma unidade em Lucas do Rio Verde, a 10ª da instituição em Mato Grosso.

Instalada em parceria com a prefeitura e com a Associação dos Moveleiros de Lucas do Rio Verde, a unidade demandou investimentos de aproximadamente R\$200 mil em equipamentos para o laboratório de marcenaria, móveis para salas de aula e identificação visual interna e externa. “Foi de fundamental importância a participação e parceria efetiva da prefeitura e da Amovel para a concretização da instalação”, enfatizou Figueiredo.

As negociações para instalação da unidade tiveram início cerca de um ano antes, quando os moveleiros começaram a organizar o Arranjo Produtivo Local do setor moveleiro, que teve também a parceria e consultoria do Sebrae-MT, da prefeitura e da Acilve. Na ocasião, foi identificada a necessidade de investimento em qualificação profissional dos trabalhadores da indústria moveleira.

“O Senai, com seus 60 anos de experiência, e sendo a maior instituição de ensino profissional do mundo, sabe da importância da qualidade da educação”, observou o então presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT), Nereu Pasini, ao ressaltar a importância da capacitação para o crescimento do setor produtivo. Os cursos ofertados pela unidade do Senai naquele primeiro momento foram todos voltados para o setor moveleiro.

Também participaram da cerimônia de inauguração o então presidente do Conselho Regional do Senai e secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia, Alexandre Furlan, e o então gerente de desenvolvimento do Senai, Mauro Mendes Fernandes.

Desde então, os vínculos do Senai com o município vêm sendo mantidos e aperfeiçoados, com a oferta de cursos profissionalizantes em outras áreas da indústria. Em setembro de 2012, o presidente da FIEMT, Jandir

Milan, e o prefeito Marino Franz anunciaram parceria da instituição e a prefeitura para instalação de uma Unidade Operacional do Senai em Lucas do Rio Verde para ofertar qualificação profissional. A instalação da chamada escola do Senai, vista como uma obra de grande relevância para os empregadores do município, que precisam sempre de mão de obra mais qualificada para desenvolver seus negócios, se tornou um dos principais compromissos de campanha do então candidato a prefeito, Otaviano Pivetta.

“Viemos aqui para realmente escolher a área e fazer o Senai aqui em Lucas do Rio Verde. Avançamos na conversa e decidimos fazer aqui também o Sesi”, anunciou Jandir Milan em visita ao município no dia 11 de maio de 2013, quando reuniu-se com o prefeito Otaviano Pivetta, com o vice-prefeito, Miguel Vaz Ribeiro, e equipe técnica da prefeitura para definição das áreas para construção da escola Senai e das unidades do Sesi e do Sebrae. “São três projetos importantes: o Sebrae com o objetivo dele, que é capacitar o empresário, o Senai para capacitar o trabalhador, e o Sesi que vai ajudar na saúde, educação e no lazer do trabalhador da indústria”, detalhou Milan,

As áreas definidas na ocasião localizam-se na avenida Pará. Para o Sebrae foi escolhida uma área ao lado do PSF IV, no Bairro Alvorada. Já para as unidades do Senai e Sesi, a área definida fica ao lado da Câmara de Vereadores, no Bairro Cidade Nova. “É uma área muito boa, bem localizada, com quase cinco mil metros quadrados, atende às necessidades do Senai e é de fácil acesso ao trabalhador”, destacou Milan.

Depois de quatro anos de trâmite burocrático, que incluiu desmembramento e doação de área para o Senai, com todos os projetos passando pela aprovação da Câmara de Vereadores, aconteceu no dia 15 de dezembro de 2016 o ato simbólico de lançamento da pedra fundamental da escola. Pela previsão, as obras deveriam ter iniciado no segundo trimestre de 2017, com investimento de aproximadamente R\$ 11 milhões entre obra física e equipamentos.

A área em que foi lançada a pedra fundamental da unidade, no bairro Cidade Nova, mede mais de 21 mil metros quadrados e margeia a área verde do Córrego Lucas. Os possíveis impactos que a construção da escola produziria sobre o meio ambiente e os elevados custos que a adequação da área demandaria levaram a direção da FIEMT/Senai a solicitar a destinação de outro terreno.

A prefeitura destinou, então, uma área dentro do Parque de Exposições Roberto Munaretto, no bairro Menino Deus. A destinação da nova área foi aprovada pela Câmara de Vereadores no início de agosto de 2017.

De acordo com o projeto, a escola terá 1.873,70 metros quadrados de área construída, divididos em ala administrativa, biblioteca, salas de aula e laboratórios. A unidade terá capacidade para atender a mais de 1.200 alunos nos três turnos, com cursos técnicos e profissionalizantes, com previsão de também instalar ensino superior.

CIDADE DO CONHECIMENTO

Dentro da visão do prefeito Luiz Binotti de elevar o município definitivamente à condição de polo regional, foi criado logo no início de sua gestão o programa Cidade do Conhecimento. “Queremos que Lucas do Rio Verde, além de ser próspera em produção de grãos e na transformação de proteína vegetal em proteína animal, também se destaque em conhecimento. Temos um ensino municipal elogiado, muito bom, mas precisamos também do ensino superior público. Pretendemos buscar a UFMT, buscar parcerias com a Unemat, trazer mais cursos do IFMT, ampliar os cursos a distância da UAB”, descreveu Binotti ao comentar o programa.

No início de fevereiro de 2017 o município recebeu a visita de uma comitiva da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), integrada pela reitora Ana Maria Di Renzo, pelo pró-reitor Alexandre Porto e um grupo de professores e técnicos. O encontro, que aconteceu na prefeitura, teve por finalidade avançar nas discussões acerca da possibilidade de instalação de um campus da Unemat no município. “Esta já foi a terceira conversa que tivemos com a reitoria da universidade”, acentuou Binotti ao informar que estavam sendo feitos estudos para implantar, inicialmente, dois cursos, sendo Engenharia Civil e Engenharia de Alimentos.

As negociações avançaram e, no início de maio, a Prefeitura de Lucas do Rio Verde encaminhou para a Câmara de Vereadores o projeto de lei solicitando autorização para firmar convênio com a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat) para implantação dos dois cursos de graduação superior, prevendo a oferta de 50 vagas para Engenharia de Alimentos e 50 vagas para Engenharia Civil. O projeto foi aprovado por unanimidade durante sessão extraordinária realizada na noite de 10 de maio de 2017.

No dia 5 de agosto de 2017, foi assinado o termo de cooperação e intercâmbio educacional, técnico, científico e cultural entre a Unemat e a prefeitura, tendo como interveniente a Fundação de Amparo ao Ensino, Pesquisa e Extensão do Norte de Mato Grosso (FAEPEN/MT). Pelo convênio, a Unemat se comprometeu a implantar os dois cursos e a prefeitura assumiu a responsabilidade de arcar com R\$2,6 milhões para viabilizar a realização dos cursos.

O edital de Processo Seletivo Simplificado para abertura dos dois cursos foi lançado no início de março de 2018 e a aula inaugural dos cursos de Engenharia Civil e de Alimentos pela Unemat aconteceu em 23 de abril de 2018. Das 100 vagas ofertadas para os cursos, por meio da formação de turmas especiais, cerca de 80% foram preenchidas por estudantes de Lucas do Rio Verde. As aulas são presenciais e acontecem na Escola Municipal Olavo Bilac, de segunda a sábado. Os cursos têm duração de cinco anos. “Lucas se transformou em uma cidade operária e é preciso que o poder público busque trazer cursos gratuitos, universidade pública, para atender a esta demanda. Estamos buscando trabalhar mais pela capacitação dos nossos jovens. Daqui cinco anos, estaremos colocando 100 brasileiros em um caminho diferente, de futuro e realizações”, ressaltou o prefeito Luiz Binotti

O esforço do poder público municipal de Lucas do Rio Verde em firmar o convênio com a Unemat para

implantação dos dois cursos está embasado também no interesse e na possibilidade de implantar um campus da universidade no município. A parceria da Unemat com Lucas do Rio Verde vem desde o início dos anos 2000, quando foram implantados cursos modulares de graduação na área de educação, atendendo a uma demanda do município na formação de professores. Desde então, a Unemat manifesta interesse em se estabelecer no município.

Na aula inaugural dos cursos de Engenharia Civil e de Alimentos, a reitora da Unemat, Ana Maria Di Renzo, confirmou o interesse da instituição em manter e ampliar as parcerias com o município.

Além da parceria com a Unemat, o município continua pleiteando a instalação de um campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Em março de 2017, durante a realização do Show Safra BR 163, o município recebeu a visita de representantes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) para traçar novos planos para viabilizar a implantação de um campus da instituição em Lucas do Rio Verde. O secretário de Articulação e Relações Institucionais da UFMT, Fabrício Carvalho, o secretário de Tecnologia Educacional da UFMT e coordenador da Universidade Aberta do Brasil (UAB), Alexandre Martins, e o professor doutor Joanis Tilemahos fizeram parte da comitiva que se reuniu com o prefeito Luiz Binotti e equipe da Secretaria de Educação do município para orientar sobre a retomada do projeto de implantação da instituição.



UNIVERDE, 2001



INAUGURAÇÃO SENAI EM 2004



INAUGURAÇÃO DO CEPEC



VISITA DE COMITIVA DA UFMT, 2015



UAB



IFMT



ABERTURA DE CURSOS UNEMAT EM 2005



AULA INAUGURAL CURSOS ENGENHARIA CIVIL E DE ALIMENTOS DA UNEMAT, 2018

Cultura, uma identidade em construção

Lucas do Rio Verde tem uma das agriculturas mais eficientes do mundo, mas tem também um patrimônio humano espetacular e nele está o diferencial do desenvolvimento que estamos construindo. Esta linha de pensamento denota a cultura da sociedade luverdense, que vem se mostrando capaz de miscigenar os diferentes costumes e hábitos culturais trazidos das várias regiões brasileiras com os costumes e hábitos dos habitantes da terra que acolhe novos moradores a cada dia.

Colonizado predominantemente por sulistas, especialmente gaúchos e paranaenses, e por algumas poucas levas de paulistas e mineiros, Lucas do Rio Verde começou a experimentar a integração com a cultura de Mato Grosso na virada do milênio. Foi por volta do ano 2000 que mato-grossenses de Cuiabá e de outros municípios da Baixada Cuiabana, especialmente Nobres e Rosário Oeste, iniciaram a descoberta dos municípios da região Centro-Norte e neles encontraram espaço e oportunidade de trabalho.

Mas foi a partir do ingresso de Lucas do Rio Verde no segundo ciclo econômico, 2005/2006, que o município experimentou fluxos migratórios intensos, com a chegada de trabalhadores de todas as regiões brasileiras, especialmente do Norte e Nordeste e do próprio Centro-Oeste. E, junto com a transformação econômica, teve início também a transformação cultural.

Conforme pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Unicamp [Universidade de Campinas, São Paulo], em 2009, apenas 13% dos habitantes de Lucas do Rio Verde eram nascidos no município. Os pesquisadores desenvolveram trabalho de campo nos meses de fevereiro e março de 2009 e o estudo mostrou que 24% da população luverdense eram pessoas nascidas em outros municípios de Mato Grosso. “Aproximadamente 63% das pessoas nasceram fora de Mato Grosso”, pontuou o professor doutor Álvaro de Oliveira D’Antona, coordenador da pesquisa, ao divulgar os dados do estudo, em outubro de 2009. Segundo o levantamento, a população ainda era predominantemente sulista. “Entre os nascidos em outros estados, predominam os paranaenses (36%), os gaúchos (23%) e os catarinenses (9%)”, apontou o estudo do NEPO/Unicamp.

Entretanto, os fluxos migratórios oriundos do Norte e Nordeste se intensificaram a partir daquele ano e o cenário de tradições predominantemente sulistas se abriu para dar lugar à diversidade de crenças, hábitos, costumes, comportamentos, misturando ingredientes da cultura gaúcha com a nordestina, goiana, paulista e mato-grossense. Assim, começou a se formar em Lucas do Rio Verde uma nova identidade cultural, temperada pelo dinamismo que sempre caracterizou o município construído no coração do cerrado mato-grossense. O que se espera e se deseja, é que essa identidade própria do povo luverdense floresça como florescem as lavouras de soja, milho, algodão, girassol e quantas outras sementes o solo fertilizado pela tecnologia der conta de fazer produzir. Que ela floresça como florescem as plantas do cerrado, mesmo nos períodos mais secos.

Que se faça, pois, a cultura de Lucas do Rio Verde a partir da integração dos pioneiros com os migrantes que aportaram na última década e com os que aqui nasceram e nascem todos os dias, com os que continuam chegando diariamente a esta terra de oportunidades, que se transformou também na terra da diversidade. Que ela nasça do sentimento de orgulho de um povo que está escrevendo sua história e deixando suas marcas para as gerações que virão.



As manifestações artísticas são parte desta cultura e, embora muitos possam pensar que em solo luverdense só brotam lavouras de grãos, que se transformam em suínos, aves e biocombustíveis, a história nos mostra que nesta terra fértil também se produz arte, em suas mais variadas formas, e com qualidade capaz de encantar. São tantas as ações, iniciativas, produções e manifestações artísticas e culturais que marcaram diferentes momentos da história de Lucas do Rio Verde que não cabem nas poucas páginas de um livro. Destacaremos algumas.

A MENINA E O VENTO

Palco não havia. Também não havia auditório, salão, ginásio, centro comunitário, quadra de esportes ou qualquer outro espaço que comportasse acomodar as pessoas para assistirem a uma apresentação teatral. O espaço que havia, e que estava sempre aberto para reuniões e eventos da comunidade, era a igreja Nossa Senhora de Fátima, com seus longos bancos de madeira, sem encosto.

E foi dentro da igreja que aconteceu a apresentação da primeira peça teatral produzida em Lucas do Rio Verde. Uma adaptação da peça A Menina e o Vento, de Maria Clara Machado, a apresentação teatral reuniu alunos da Escola Estadual Dom Bosco, que se dedicaram por mais de três meses na composição de seus personagens, na decoração das falas, na entonação correta da voz, na interpretação de cada gesto, olhar, palavra ou movimento. Empenharam-se também em reunir os materiais necessários para a montagem do palco e do cenário, que incluía uma árvore cujos galhos alcançavam o teto da igreja. Aquele pequeno grupo de artistas entusiasmados com a experiência precisou contar também com a compreensão do padre Lauro Barth, que se mostrou também um grande incentivador da arte. A apresentação teatral aconteceu em dezembro de 1987, após a missa do domingo, e encantou seus espectadores. Realizada com o apoio da direção e professores da Dom Bosco e de pais de alunos, o espetáculo A Menina e o Vento foi um dos gratificantes trabalhos que eu, Vera Terezinha Faccin Carpenedo, então professora de Português da Escola Dom Bosco, tive a honra de coordenar.

A PRIMEIRA BIBLIOTECA

O Instituto Padre João Peter foi responsável pela instalação da primeira biblioteca da história de Lucas do Rio Verde. Ela ganhou espaço físico próprio em 1988, com a criação do Instituto, mas já existia desde 1983 como biblioteca ambulante, criada para atender à demanda do sistema escolar da época, que incluía a Escola Dom Bosco no núcleo urbano e escolas multisseriadas nas comunidades rurais.

Criado por um grupo de 14 empreendedores sociais (agricultores, empresários, professores, profissionais liberais) liderados pelo professor Klaus Huber, o Instituto Padre João Peter foi concebido para desenvolver atividades sociais, culturais, de saúde alternativa e de preservação do meio ambiente.

Muito mais do que um espaço dedicado à leitura e à pesquisa, a Biblioteca do Instituto Padre João Peter foi, por muitos anos, um espaço irradiador de cultura, arte e educação, onde foram desenvolvidas atividades diversas, desde apresentações teatrais e musicais, mostras e exposições, além de cursos e oficinas. O espaço formou profissionais com o curso do Logos II para professores leigos em sala de aula e alfabetizou adultos com o Mobral. Ofereceu cursos de piano, teclado, flauta, percussão, além de corais infantil e adulto. A biblioteca também foi palco de exposições, atividades cívicas, reuniões do Movimento Pró-Cidadania e do Clube de Filatelia, e também de campeonatos diversos, como o de xadrez.

Instalada em local acessível, no centro da cidade, a biblioteca serviu de apoio ao desenvolvimento de Lucas do Rio Verde, mas foi fechada em janeiro de 2009. “Com o desenvolvimento de Lucas, as escolas já contam com suas bibliotecas e há mais de cinco anos a prefeitura deu início a uma biblioteca pública,



portanto, não cabe mais a uma instituição beneficente, como é o caso do Instituto, oferecer esse tipo de serviço”, justificou o presidente do Instituto Padre João Peter, Klaus Huber, ao anunciar o fechamento da biblioteca.

Na época do fechamento, a biblioteca contava com cerca de um mil usuários regulares cadastrados e um acervo de 18 mil livros. Conforme informou Klaus, cerca de três mil livros eram oriundos de parcerias com outras instituições, como o Colégio Dois Mil/Eduluc, grupo Uninter de Ensino Superior e escola técnica, e foram devolvidos às instituições de origem. Já o acervo pertencente ao Instituto foi doado para a comunidade de União do Sul, município do Norte de Mato Grosso que estava formando sua biblioteca.

CONSELHO E FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Em 1999, artistas, produtores culturais e lideranças ligadas ao setor artístico e cultural do município se mobilizaram para eleger os membros do Conselho Municipal de Cultura, criado pela Lei nº 690/99 e regulamentado pelo Decreto 877, de 12 de novembro de 1999, assinado pelo prefeito Otaviano Pivetta. Muitas ações foram desenvolvidas a partir dali, sob influência ou com a participação direta do Conselho, mas muitas ações e atividades esbarravam no problema financeiro. Havia sempre um grande volume de solicitações de apoio junto à prefeitura e ao CMC para edição de livros, lançamento de CDs, realização de shows, espetáculos teatrais, festivais e outros projetos e precisava ser encontrada uma forma legal para dar suporte a essas demandas. Assim, 10 anos depois de criado o Conselho, conseguiu-se a criação do Fundo Municipal de Cultura, em abril de 2009. Os recursos que compõem o Fundo são oriundos do IPTU e do ISSQN, com a destinação de 1% da arrecadação destes dois impostos.

Com ajuda do Fundo, inúmeros projetos culturais se tornaram realidade no município a partir de 2010, nas áreas de artesanato, artes cênicas, festivais de cultura popular, dança, folclore, fotografia e literatura.

A nova configuração do cenário cultural do município, resultante do surgimento de várias entidades do setor, demandou a necessidade de recomposição do Conselho Municipal de Cultura. O assunto foi debatido e encaminhado durante reunião de produtores culturais do município no dia 28 de novembro de 2015. Das 18 organizações culturais constituídas em Lucas do Rio Verde, com CNPJ ativo na ocasião, 11 se fizeram representar por produtores culturais em reunião realizada em 14 de abril de 2016, no Auditório dos Pioneiros, para eleger os novos membros do Conselho Municipal de Cultura. Na composição do Conselho ficaram representadas as seguintes entidades: Mistura Pai D’Égua, Associação Flor do Cerrado, Associação Luverdense de Artesanato, Associação Conviver, Instituto Capoeira Semente Brasil, Associação Cultural Grüner Wald, Associação Aplausos, Rota Cultural La Salle, CTG Sentinela da Tradição e Aliança das Organizações Sociais.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO

Criada em 2002 e inaugurada oficialmente em 19 de setembro de 2003, a Biblioteca Pública Municipal Monteiro Lobato contava, em sua abertura, com um acervo superior a cinco mil volumes, e passou a enriquecer o Centro Cultural, onde eram ofertadas diversas oficinas de arte e cultura, desde capoeira e caratê a teclado, violão, violino, teatro e dança, além de oficinas de artes plásticas e artesanato.

Em janeiro de 2012, o município recebeu uma verba de R\$115 mil do Ministério da Cultura, por meio da Fundação Biblioteca Nacional, para modernização da Biblioteca Monteiro Lobato, aos quais foram somados R\$51 mil como contrapartida do município. Ao todo, foram investidos R\$166 mil na aquisição de equipamentos e livros e em projetos de incentivo à leitura.

Com a proposta de facilitar o acesso das crianças e adolescentes que frequentavam o Parque Cultural, dentro do Parque de Exposições Roberto Munaretto, em outubro de 2013 a Secretaria Municipal de Cultura transferiu a Biblioteca Monteiro Lobato para a antiga sede do Sindicato Rural, na entrada do Parque de Exposições. O argumento era de que o imóvel cedido pelo sindicato oferecia um pouco mais de espaço e conforto aos visitantes e usuários da biblioteca. Entretanto, não apenas as crianças e adolescentes do Parque Cultural como toda população usuária da biblioteca ficou sem acesso ao acervo por mais de dois anos, porque a Biblioteca Municipal Monteiro Lobato só foi reaberta em outubro de 2015.

Quando da transferência para o Parque Cultural, a biblioteca contava com 18.200 livros, além de coleções de gibis, almanaques e revistas. Em março de 2016, a Secretaria de Cultura iniciou o cadastramento de novos usuários e a confecção de carteirinhas, que permitiam o empréstimo dos livros de seu acervo. Na ocasião, segundo o secretário de Cultura, Márcio Albieri, a biblioteca estava passando por um trabalho de triagem para retirada de obras desatualizadas. “Vamos dar um destino muito positivo para eles. Sabemos que a língua portuguesa passou por uma mudança recentemente, então esses livros ficaram desatualizados. Temos alguns livros de contabilidade, por exemplo, que datam de 1970. A gente sabe que a contabilidade também passou por muitas mudanças, especialmente nos últimos anos. Então, esses livros já não atendem mais a sua função”, descreveu o secretário ao informar que os livros retirados do acervo da Monteiro Lobato seriam



BIBLIOTECA MONTEIRO LOBATO



INAUGURAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA



OFICINA DE MÚSICA - DEPARTAMENTO DE CULTURA



OFICINA DE CAPOEIRA



TEATRO DEPARTAMENTO DE CULTURA



GRUPO GRÜNER WALD



VOLUNTÁRIOS DA PRAÇA



ESPETÁCULO DA FLOR DO CERRADO



INÍCIO DA ORQUESTRA JOVEM MUNICIPAL

destinados às oficinas de artesanato do Parque Cultural.

No início de 2017, com a volta das oficinas culturais para o antigo Departamento de Cultura, na Avenida São Paulo, a biblioteca ficou fechada por algum tempo até ser também transferida de volta para seu primeiro endereço, junto à Secretaria Municipal de Cultura, na Avenida São Paulo.

VOLUNTÁRIOS DA PRAÇA

Movidos pelo espírito de solidariedade e voluntariado, moradores, comerciantes e profissionais liberais do entorno da Praça dos Migrantes, no centro da cidade, mobilizaram-se para a realização de eventos culturais com fins beneficentes. A mobilização iniciou em outubro de 2002 e o primeiro evento foi realizado no dia 22 de novembro daquele ano. A Rua Chapecó foi fechada para o trânsito e nela foi montado um palco onde se apresentaram grupos folclóricos, estudantes de escolas públicas e particulares, academias e artistas locais, mostrando a diversidade das manifestações culturais do município por meio da dança, poesia e música.

Na rua também foram distribuídas mesas e cadeiras, formando uma espécie de barzinho ao ar livre. No calçadão da Praça dos Migrantes foram montadas barracas para venda de comida, bebida e artesanato. Para a realização do evento, os Voluntários da Praça mobilizaram amigos, empresas, entidades numa verdadeira corrente voluntária de solidariedade. Todo o lucro do evento foi convertido na compra de cestas básicas. A ideia inicial era realizar uma ação para beneficiar famílias carentes do município, contribuindo para que tivessem um Natal mais feliz. Mas o que pareceria uma brincadeira, quase uma aventura meio incerta, conquistou a sociedade luverdense e ganhou uma dimensão que nem seus idealizadores imaginavam que poderia alcançar. O sucesso do evento e seu resultado prático – 200 cestas básicas entregues diretamente a famílias carentes, além de material de higiene e limpeza doado à Casa Lar – motivaram os Voluntários da Praça a planejarem novos eventos.

Em março de 2011, depois de 13 edições do evento, os Voluntários da Praça decidiram não mais realizar a festa cultural da solidariedade, amparados no argumento de que o evento tomara uma dimensão muito maior do que o número de pessoas dispostas a continuar se envolvendo voluntariamente na organização e realização. Exemplo de envolvimento e organização voluntária, sem qualquer vínculo político-partidário, o movimento Voluntários da Praça deixou marcas positivas, pela abertura que deu à revelação de talentos artísticos locais, pela valorização da cultura local, pelo espaço de convívio e integração que proporcionou às famílias luverdeses e pela ajuda que destinou às inúmeras entidades que desenvolvem trabalho social no município.

CULTURA EM DESTAQUE

A Secretaria Municipal de Cultura foi criada em Lucas do Rio Verde em 2013. Até então, a cultura era apenas um departamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nem por isso deixou de ser destaque ou de encontrar espaço nas ações do poder público e também fora dele. Em 2003, com a criação do Centro Cultural do Município, no espaço antes ocupado pela Escola Municipal Eça de Queirós, na Avenida São Paulo, 1200 crianças e adolescentes eram atendidas pelas oficinas culturais permanentes de capoeira, caratê, dança, teatro, teclado, violão e violino, além da Fanfarra Municipal. Também eram desenvolvidas oficinas de leitura, artesanato e artes plásticas. “Temos aqui uma verdadeira escola de arte”, orgulhava-se a coordenadora de Cultura, Maria Sidinir Bif Stechert (Nega).

Exemplo do sucesso das atividades desenvolvidas na “escola de arte” foi a participação do Grupo Municipal de Teatro Arte Viva, que abriu a temporada de teatro no Centro Cultural Casa Cuiabana, nos dias 12 e 13 de junho de 2004. Formado por crianças e adolescentes de escolas públicas do município, o grupo encantou Cuiabá com os espetáculos Macaco Malandro e O Repouso de Adonis. “Foi a glória! E os jovens atores luverdeses mostraram que têm talento e responsabilidade e são capazes de representar muito bem o município”, ressaltou Nega.

E Lucas do Rio Verde foi ainda mais longe: em julho de 2004, a Secretaria de Estado de Cultura levou 102 artistas mato-grossenses para Brasília, para representar Mato Grosso na Festa dos Estados 2004, evento organizado pelo Ministério das Relações Exteriores. A Companhia de Dança do Colégio Dois Mil, que era coordenada pelo bailarino e coreógrafo Fernando Pael, esteve na comitiva de artistas mato-grossenses, junto com grupos tradicionais como Os Mascarados e Aurora do Quariterê, de Poconé e Vila Bela da Santíssima Trindade, respectivamente. Realizado de 9 a 11 de julho, o evento reuniu representações de 15 estados brasileiros e de 15 países que tiveram oportunidade de mostrar um pouco das respectivas culturas.

De 13 a 31 de julho de 2004, a Secretaria de Estado de Cultura realizou, em Cuiabá, uma exposição de artes plásticas, e lá estavam cinco artistas luverdeses ocupando uma galeria inteira, com uma mostra coletiva, destacando paisagens de Lucas do Rio Verde. Cíntia Pereira Deliberalli, Daniela Valério Barboza, Maribel Bezerra de Souza de Oliveira, Marli Cattani Corrêa e Roberto de Souza foram os artistas plásticos luverdeses que fizeram bonito em Cuiabá.

O grupo teatral Arte Viva fez sucesso também em vários municípios da região, participando de

festivais ou atendendo a convites para levar arte e cultura a eventos organizados por prefeituras ou entidades.

Bailarinos luverdenses também se destacaram durante a Copa do Mundo de 2014. De 12 a 24 de junho de 2014, período em que Cuiabá sediou jogos da Copa do Mundo, oito bailarinos de Lucas do Rio Verde integraram o espetáculo “Mato Grosso: do ouro à soja”, que contou com 13 apresentações na arena instalada no Memorial João Paulo II, popularmente conhecido como Sesi Papa.

ORQUESTRA SINFÔNICA JOVEM

Em noite encantada pela magia da música, aconteceu em 31 de março de 2016 o lançamento da Orquestra Sinfônica Jovem de Lucas do Rio Verde. O projeto vinha sendo idealizado desde 2013 e se tornou possível a partir de parceria com o Instituto Ciranda – Música e Cidadania, de Cuiabá, que disponibilizou 10 professores de música para auxiliar nas aulas das oficinas do município.

Com cunho sociocultural e artístico, o projeto ofertava oficinas de flauta, saxofone, flauta transversal, clarinete, trompa, bateria e percussão, trombone, violino, viola clássica, violoncelo e tuba, preparando músicos para a Orquestra Sinfônica Jovem.

“As crianças envolvidas em um projeto cultural como esse serão cidadãos mais bem formados e preparados para a vida”, assinalou o vice-prefeito, Miguel Vaz Ribeiro, ao ressaltar que o município estava dando mais um passo importante para a cultura e um acréscimo para a educação das crianças e adolescentes.

“Estamos muito felizes, esta é uma data que entra para a história da cultura”, comemorou o secretário de Cultura, Márcio Albieri, informando que o projeto estava cadastrado na Lei Rouanet, o que permite às empresas apoiadoras da orquestra deduzir do imposto de renda parte das doações destinadas à manutenção do projeto.

NOVEMBERFEST

Em novembro de 1985, marcando o encerramento do plantio e levados pela necessidade de arrecadar recursos para dotar a Paróquia Nossa Senhora de Fátima de infraestrutura necessária, voluntários da comunidade católica promoveram o primeiro Baile do Chopp de Lucas do Rio Verde. O evento foi evoluindo e se tornou tradicional na cidade até que, cerca de 20 anos depois, por sugestão do então pároco da paróquia, padre João Haidmann, o baile do chope ganhou novo formato e foi batizado de Novemberfest. “Desde então, se caracterizou como uma festa folclórica diferente, que contribui para momentos de alegria a toda população luverdense e região, servindo de fonte de arrecadação e movimentando o comércio local”, ressalta o empresário e produtor rural Marino Franz, um dos idealizadores e grande incentivador da Novemberfest.

Em sua 19ª edição, realizado em 2017 sob a coordenação da Associação Cultural Grüner Wald, o tradicional evento folclórico da cultura germânica reuniu cerca de quatro mil pessoas em duas noites de festa. O lucro obtido com a Novemberfest, R\$ 100 mil, foi doado ao Hospital São Lucas como contribuição para a construção da cerca da unidade de saúde.

FLOR DO CERRADO

Com o espetáculo “Meu pedacinho de chão”, realizado no início de dezembro de 2017, a Associação de Preservação da Cultura Mato-grossense Flor do Cerrado marcou as comemorações dos 10 anos de fundação da entidade, uma organização não governamental focada na cultura, nas questões sociais e na solidariedade.

Idealizada e fundada pelo bailarino, coreógrafo e produtor cultural Fernando Pael, a Flor do Cerrado nasceu com a proposta de divulgar a cultura mato-grossense no Médio-Norte do estado. A entidade foi fundada em 10 de agosto de 2006, em reunião realizada na Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde, mas suas atividades tiveram início em fevereiro de 2007, com aulas de dança, como o balé clássico, jazz dance, hip hop, dança de salão, dança do ventre, teatro, jiu jitsu, muay thai, judô, xadrez.

Ao longo de sua história, a Flor do Cerrado já apresentou inúmeros espetáculos de dança, como Mato Grosso uma Terra Encantada, 100 Anos de Cinema, Brasil 500 Anos, Equilíbrio, Alegria, Colcha de Retalhos, Saltimbancos. Mas um dos eventos de maior destaque da entidade é o Festival da Cultura Mato-grossense, que une o balé clássico e várias modalidades de dança em suas manifestações, com participação de grupos de cururu e siriri da cultura mato-grossense, dança da tradição gaúcha, danças germânicas, indígenas e nordestinas. “Em 10 anos, já passaram pelos palcos do festival aproximadamente 4.500 artistas da dança”, acentua Fernando Pael.

A Feirinha Cuiabana é outra atividade tradicional da Flor do Cerrado. O espaço reúne culinária, música e dança e se tornou ponto de encontro de famílias luverdenses todos os finais de tarde de sexta-feira.

Esgoto sanitário: saúde e qualidade de vida

Embora seja um dos elementos básicos de saúde pública e qualidade de vida, os serviços de coleta e tratamento de esgoto ainda constituem-se privilégio acessível a pouco mais da metade da população brasileira. Dados constantes no Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas, divulgado em setembro de 2017 pela Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo Ministério das Cidades, 45% da população brasileira ainda não tem acesso a serviço adequado de esgoto.

Lucas do Rio Verde está entre os 4.288 municípios brasileiros que possuem serviços de coleta e tratamento de esgoto que alcançam pelo menos parte da população. Em alguns desses municípios, o serviço de esgotamento sanitário alcança menos de 5% da população.

Em Lucas do Rio Verde, em maio de 2018 a cobertura da cidade com os serviços de coleta e tratamento de esgoto era de 38%, o que representa cerca de 6,3 mil ligações. Com a retomada das obras de ampliação da rede de esgoto no bairro Menino Deus, a estimativa da prefeitura e do Saae era de chegar em dezembro de 2018 com 42,4% de cobertura.

A implantação da rede de esgoto no município começou a ser projetada em 1995. Em fevereiro daquele ano, o Saae e a Fundação Nacional de Saúde anunciaram o início da implantação da rede de esgoto sanitário. A contratação da primeira etapa da obra previa investimentos de R\$500 mil na instalação de 45 mil metros de tubulação, na implantação da rede mestra, travessia e caixa de resíduos. “O restante compete ao usuário”, esclareceu a então chefe do Saae, Marilda Bassani.

As obras iniciaram efetivamente no dia 26 de janeiro de 1996 e o lançamento oficial aconteceu em 2 de março de 1996, quando o município viveu um dia de inaugurações e entrega de obras importantes para o desenvolvimento, dentre elas, a sede da Previdência Municipal, o posto de saúde do bairro Menino Deus e a reinauguração da Praça dos Pioneiros, que na época se chamava Praça General Danilo Venturini.

No final de 2004, com 10 mil metros de rede instalada, alcançando cerca de um quarto da população urbana, o município ainda era o único da região Médio-Norte de Mato Grosso a contar com coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Em 2012, Lucas do Rio Verde foi um dos 1.116 municípios brasileiros contemplados com recursos para implantação de projetos de saneamento básico pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) II. A cerimônia de assinatura dos contratos aconteceu no dia 21 dezembro, em Brasília, com a presença da presidente Dilma Rousseff. Em Mato Grosso, 40 cidades com população inferior a 50 mil habitantes foram beneficiadas. Para Lucas do Rio Verde estava prevista a liberação de R\$ 4,3 milhões destinados à construção de um coletor tronco para atender às redes dos bairros Menino Deus e às futuras redes dos bairros Bandeirantes e Parque das Emas, além de duas elevatórias, uma próxima ao Estádio Municipal Passo das Emas e outra próxima à BR-163, prevista para receber também o esgoto das redes a serem construídas nos bairros Alvorada e Cidade Nova.

“Foi traçado um plano de saneamento e essa macro ideia foi fracionada em projetos. Para fazer o saneamento básico em todo o município precisaria de quase R\$ 80 milhões. Por isso nós focamos em alguns projetos prioritários”, explicou, na época, o diretor do Saae, Raimundo Dantas.

A licitação foi aberta em junho de 2012 e o lançamento das obras aconteceu no dia 28 de junho, com previsão de término em oito meses. Mas a empresa que vencera a licitação faliu e abandonou a obra, que ficou parada por mais de quatro anos. Em 2017, a prefeitura iniciou a retomada do projeto e, depois de longo período de negociação com o governo federal, conseguiu autorização para promover os ajustes e adequações necessárias para abrir novo processo de licitação e reiniciar as obras.

Fruto de convênio com o governo federal por meio da Funasa, com recursos do PAC II, a obra foi retomada no dia 10 de maio de 2018. Para aquisição de materiais, o governo destinou R\$ 4,2 milhões com previsão de contrapartida do município de R\$ 1,6 milhão destinado ao pagamento da mão de obra. O convênio prevê um novo financiamento de R\$ 4 milhões para a construção da Estação de Tratamento de Esgoto. Além da rede de coleta nas ruas, a obra contempla duas elevatórias de esgoto bruto, responsáveis por recalcar o esgoto até a estação de tratamento.

O diretor do Saae, Raimundo Dantas, classificou o reinício das obras como a retomada do projeto que levará o município a avançar para a universalização do esgoto.

“Isso é saúde pública”, acentuou o prefeito Luiz Binotti. “É o tipo de obra, subterrânea, que até pouco tempo atrás a população não ligava muito, mas hoje a consciência mudou”, completou.

A consciência mudou e o poder público precisa encontrar os caminhos para alcançar os anseios da

população. A política de saneamento básico do município, prevista no Projeto de Lei nº. 33/18, aprovado pela Câmara de Vereadores no dia 30 de maio de 2018, traça os caminhos para assegurar a saúde da população e a preservação do meio ambiente, além de estabelecer as diretrizes para o planejamento e execução das obras de saneamento no município. A política municipal de saneamento estabelece também a criação do Conselho Municipal de Saneamento e do Fundo Municipal de Saneamento. O primeiro, com a função de assessoramento e consulta da administração, e também com funções fiscalizadoras e deliberativas. O segundo, com a função de captar recursos provenientes do município, estado, governo federal e instituições privadas, para o financiamento de obras de saneamento básico.



LANÇAMENTO OBRAS ESGOTO SANITÁRIO EM 1996



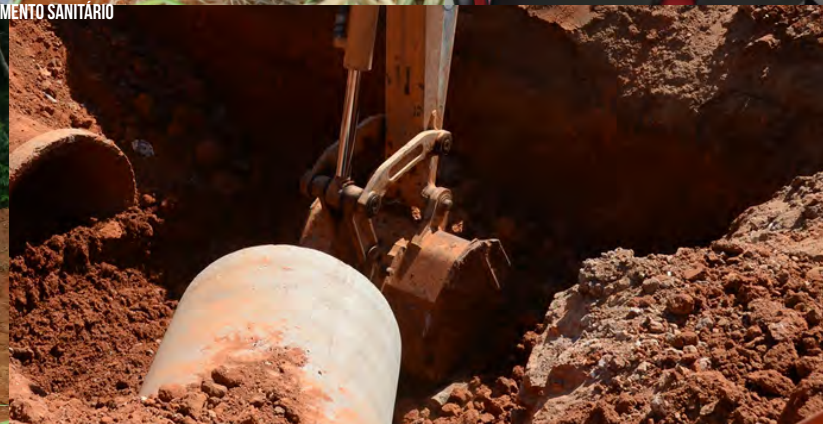
ASSINATURA CONVÊNIO PAC-2-ESGOTO SANITÁRIO



OBRAS ESGOTAMENTO SANITÁRIO



FÓRUM DESAFIOS TRATAMENTO ÁGUA E ESGOTO



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ESGOTO SANITÁRIO NO BAIRRO MENINO DEUS



RETOMADA DAS OBRAS DE ESGOTO, 2018

Segurança Pública: direito de todos. Dever do Estado?

A ineficiência e muitas vezes até inoperância do Estado nas questões de segurança pública é uma realidade no Brasil inteiro, há muito tempo. Em Lucas do Rio Verde não é diferente: desde a construção da primeira sede da Delegacia de Polícia, ainda na gestão do prefeito Werner Kothrade, foi necessária a participação da prefeitura e da sociedade para viabilizar a obra, equipamentos, materiais. O mesmo ocorreu na instalação da Polícia Militar, e assim tem sido ao longo da história do município, a prefeitura e a sociedade sempre ajudando a manter a segurança pública.

POLÍCIA CIVIL

Construída com o esforço conjunto da comunidade, prefeitura, governo do Estado e dinamismo do delegado Godoy, a Delegacia de Polícia Civil de Lucas do Rio Verde foi inaugurada no dia 5 de agosto de 1989, durante as festividades do primeiro aniversário do município. A solenidade contou com a presença do então secretário de Governo, deputado estadual Gastão Müller.

POLÍCIA MILITAR

Um Destacamento da Polícia Militar foi instalado em Lucas do Rio Verde no dia 26 de janeiro de 1991, em espaço improvisado “até que seja construída a sede da PM no município”, avisou o então prefeito em exercício, Otacildo Osório Pivetta. Também participaram daquela cerimônia o presidente da Câmara, João José Callai, os vereadores Paulo Vicente Nunes, Sebastião Garcia Costa e Walmenir Cândido da Silva, o comandante da 3ª Companhia de Polícia Militar de Rosário Oeste, major Moisés Cipriano, além de outras autoridades e lideranças locais. Quatro soldados foram lotados no novo destacamento: José Antonio dos Santos, Jolito Aureliano da Cruz, Waldson Gonçalves e Antonio Cezar Menezes.

No dia 25 de setembro de 1992, aconteceu a inauguração da sede do Destacamento da Polícia Militar. O prédio foi construído com apoio da Prefeitura de Lucas do Rio Verde e da comunidade, fato que foi realçado pelo prefeito Werner Haroldo Kothrade. O descerramento da placa inaugural foi feito pelo prefeito e pelo comandante da Polícia Militar em Mato Grosso, coronel José Carlos Dias.

Quase 12 anos depois, na noite de 23 de março de 2004, aconteceu a cerimônia de instalação da Companhia da Polícia Militar em Lucas do Rio Verde. O então comandante do 8º Comando de Policiamento de Área da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, tenente-coronel Elierson Metello de Siqueira, deu posse ao capitão Delvison Sebastião Maia da Cruz, oficializando a instalação da Companhia da PM no município.

O tenente-coronel Metelo ressaltou a necessidade e importância da PM continuar contando com o apoio da prefeitura e da comunidade para oferecer um bom trabalho à população e cumprir seu dever. Com a instalação da Companhia, Lucas do Rio Verde passou a contar com um efetivo de 12 policiais militares.

“A administração municipal tem se esforçado para dotar o município das instituições e das condições para que os cidadãos tenham melhor qualidade de vida”, acentuou o prefeito Otaviano Pivetta.

Em abril de 2010, a Companhia da PM foi transformada em Batalhão da Polícia Militar e a expectativa era de que a mudança traria melhorias significativas na estrutura e aumento do efetivo. No momento da transformação em Batalhão, a Companhia contava com um efetivo de 23 policiais e esperava-se que outros 15 fossem designados para o município. Em junho de 2018, o efetivo era composto por 52 policiais, seis viaturas e três motocicletas.



CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Problemas de segurança no trânsito, nos lares luvardenses, a prostituição de menores, o funcionamento de bares clandestinos e o aumento de casos de uso de drogas entre jovens e adolescentes levaram a Prefeitura de Lucas do Rio Verde e a Câmara de Vereadores a promoverem uma reunião no dia 11 de novembro de 1994 para discutir a problemática e buscar soluções.

Realizado no plenário da Câmara Municipal, o encontro reuniu representantes da sociedade civil organizada, o delegado da Polícia Judiciária Civil, o comandante do Destacamento da Polícia Militar, o juiz da Comarca de Sorriso, Jorge Ricobon, e o promotor de Justiça, Marcos Henrique Machado, também da Comarca de Sorriso, a quem Lucas do Rio Verde pertencia, na época.

O juiz e o promotor apresentaram várias sugestões, dentre elas a criação do Conselho Municipal de Segurança e de uma Guarda Municipal, que deveria ter sede própria, e estar devidamente equipada e estruturada para receber denúncias e atuar em conjunto com as polícias Civil e Militar no combate à criminalidade.

Depois de várias reuniões envolvendo a participação da sociedade civil organizada para debater as questões de segurança pública, no dia 11 de junho de 1996, na sede da Acilve, lideranças comunitárias e empresariais criaram a Comissão Provisória de Segurança Comunitária para atuar na criação do Conselho Municipal de Segurança Comunitária.

Em meados de janeiro de 1997, o prefeito Otaviano Pivetta enviou para a Câmara de Vereadores o Projeto de Lei nº 001/97, que cria o Conselho Municipal Comunitário de Segurança.

Por preceitos legais, o período legislativo só teria início em 17 de fevereiro, mas pela relevância deste e de outros projetos que necessitavam de análise e votação, os vereadores realizaram sessão extraordinária no dia 30 de janeiro, e aprovaram por unanimidade a criação do Conselho. Dentre as finalidades do órgão, estavam a de colaborar com o poder público municipal nos atos relativos à segurança pública e do trânsito urbano, buscar melhorias para o setor de segurança e promover campanhas no intuito de angariar fundos para compra de materiais e equipamentos necessários ao melhor desempenho do trabalho das polícias no município.

FÓRUM APONTA SAÍDAS

O planejamento para o crescimento populacional e para o desenvolvimento econômico requer ampla discussão e planejamento também acerca das questões de segurança pública para o município crescer sem perder a qualidade de vida. Partindo desta premissa, a Prefeitura de Lucas do Rio Verde e o Conselho Municipal de Segurança Pública promoveram o 1º Fórum Municipal de Segurança Pública, que aconteceu no auditório da Câmara de Vereadores, na manhã do dia 21 de outubro de 2006.

Tendo como tema “A segurança pública que queremos”, o fórum foi dividido em dois momentos: um destinado a relatos da situação vigente e outro para apresentação e definição de propostas. A construção de uma nova cadeia pública foi uma das propostas levantadas, diante do que o prefeito Marino Franz se comprometeu a destinar uma área do município para a construção. Outra proposta tirada do fórum foi a instalação de postos policiais nos bairros.

Em 15 de fevereiro de 2007, o prefeito Marino Franz levou várias reivindicações ao governador Blairo Maggi, que fora reeleito em outubro, dentre elas o pedido para construção da nova cadeia pública e a instalação de um quartel do Corpo de Bombeiros.

Na tarde de 23 de fevereiro de 2007, o então secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Carlos Brito, esteve em Lucas do Rio Verde e confirmou o investimento de R\$ 300 mil do governo do Estado, via Fundo Estadual de Segurança, na instalação de um Batalhão do Corpo de Bombeiros, e R\$ 1,4 milhão na construção de um centro de detenção (cadeia pública) para 120 detentos.

CORPO DE BOMBEIROS

Foi na noite de sexta-feira, 17 de agosto de 2007, que o secretário Carlos Brito retornou a Lucas do Rio Verde para assinar o convênio em que Estado e Município se comprometiam a construir e instalar uma unidade do Corpo de Bombeiros no município. O montante estimado para a construção da obra física era de R\$ 378 mil, dos quais a prefeitura destinaria R\$ 78 mil. Pelo convênio, o município assumiu também a responsabilidade pela mão de obra, além da doação do terreno para a instalação da unidade.

O investimento total para a implantação do Corpo de Bombeiros em Lucas do Rio Verde estava estimado em R\$ 1,5 milhão. Parte do recurso, cerca de R\$ 600 mil, foi captada junto a empresas privadas, especialmente às grandes empresas que estavam se instalando no município. “Este é um serviço que a sociedade precisa”, justificou o prefeito Marino Franz.

E no dia 30 de abril de 2008 foi inaugurada em Lucas do Rio Verde a 13ª Companhia Independente de Bombeiros Militar. “Lucas acaba de realizar um sonho”, comemorou o prefeito Marino Franz. “Muita gente trabalhou para concretizar este sonho”, completou, agradecendo a parceria do governo do estado e, principalmente, das empresas Amaggi, Fiagril e Sadia, que viabilizaram a aquisição de duas viaturas operacionais

para a unidade de Bombeiros.

A Companhia foi batizada com o nome de João Alfaro Duarte, uma homenagem à família do “pioneiro e cidadão dedicado, servidor público exemplar”. João Alfaro Duarte foi o primeiro gerente do Banco Bradesco em Lucas do Rio Verde, em 1985, e ingressou no serviço público em 1997, integrando a equipe do prefeito Otaviano Pivetta. Exerceu o cargo de secretário municipal de Finanças e também presidiu o Fundo Municipal de Previdência Social – Previlucas. João Alfaro Duarte faleceu no dia 10 de junho de 2003, após lutar por mais de dois anos contra o câncer.

GGI E A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Lucas do Rio Verde foi um dos primeiros municípios do interior de Mato Grosso a instalar o Gabinete de Gestão Integrada em Segurança Pública Municipal, órgão deliberativo e executivo, composto por representantes de diferentes órgãos e instituições da esfera pública e da sociedade civil organizada, cujo intuito é integrar as ações do sistema de segurança pública.

O ato de criação do GGI se deu no dia 20 de fevereiro de 2009, no auditório da Câmara de Vereadores, com a presença de várias autoridades dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. “A segurança pública envolve bem mais que o combate ao crime, envolve também ações de educação, saúde, habitação e cidadania”, assinalou o então secretário estadual de Justiça e Segurança Pública, Deógenes Curado Filho.

O secretário também destacou que com a criação do GGI o município se tornava apto a pleitear e inserir projetos diretamente no Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci) do Ministério da Justiça, que trabalha com ações de redução, prevenção e combate à criminalidade, aliando atividades de segurança e ações sociais. “Com essa abertura do Pronasci, os municípios passam a ser também sujeitos diretos da política de segurança pública”, acentuou Curado.

A transferência da cadeia pública para um novo espaço foi mais uma vez cobrada do secretário durante o ato de instalação do GGI. Conforme expôs o prefeito Marino Franz, a transferência se fazia necessária em razão dos riscos que a população luverdense corria com a permanência da cadeia pública no bairro Jardim das Palmeiras, pois o local já não oferecia segurança e fugas de presos ocorriam com frequência.

O crescimento acelerado da cidade só fez aumentar a criminalidade e a violência no município, apesar do esforço conjunto das polícias e do apoio do Poder Público e da sociedade civil organizada, que detectou a necessidade de criar novas ferramentas para reforçar o apoio na busca de melhorias para o setor.

Formado por 20 pessoas representando órgãos públicos, polícias e entidades do município, foi criado em abril de 2011 o Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) com a função de ajudar a pensar as políticas de segurança pública e contribuir para melhoria da estrutura dos órgãos de segurança no combate à violência e à criminalidade.

Com o intuito de reduzir os índices de criminalidade, em julho de 2011 o município colocou em operação o programa Bairro Seguro, que consistia na participação efetiva da Guarda Municipal em rondas preventivas, atuando 24 horas por dia nas ruas da cidade. “Os guardas não vão combater os atos de criminalidade, porque não temos autonomia para isso, mas realizar um trabalho preventivo. Caso o agente perceba algum delito, iremos acionar a Polícia Militar”, esclareceu o coordenador da Guarda Municipal, Fábio Medeiros, na época.

SISTEMA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

Em maio de 2011, as forças de segurança do município e o Conselho Municipal de Segurança começaram a testar o sistema de vigilância eletrônica a partir da instalação de câmeras de alta resolução, com alcance de 360 graus e distância de aproximadamente 500 metros. “Como nosso efetivo é pequeno, essa ferramenta é importante para monitorar possíveis crimes”, acentuou o então Major Marcos Vieira da Cunha, que era comandante da Polícia Militar no município.

Aprovado no teste, o sistema de monitoramento eletrônico começou a ser efetivado na cidade em abril de 2012, quando a prefeitura recebeu uma verba de R\$ 500 mil do Ministério da Justiça e investiu outros R\$ 200 mil de recursos próprios para aquisição de 12 câmeras de videomonitoramento. Os equipamentos foram colocados em pontos estratégicos das principais avenidas da cidade. Além das câmeras, foram adquiridos transmissores, computadores, televisores, mesa de controle e investido em treinamento de pessoal para operar o equipamento.

O sistema começou a funcionar em fase de testes no início de setembro de 2012 e foi ampliado para 16 câmeras, graças a uma doação da BRF, que adquiriu quatro equipamentos para serem instalados no bairro Luiz Carlos Tessele Júnior.

No dia 28 de setembro de 2012, depois de quase 30 dias de testes, o sistema entrou em operação efetiva.

No dia 27 de dezembro de 2012 mais uma ação foi concretizada com o intuito de oferecer melhores condições de segurança à população: a inauguração de uma Base Comunitária de Polícia no bairro Tessele Junior. “Nós fizemos uma ação forte aqui, entre poder público e iniciativa privada, para tentarmos estabelecer uma segurança maior no bairro. O Tessele Junior é um bairro grande e precisa de uma atenção melhor”, acentuou o prefeito Marino Franz.

Resultado de uma parceria entre a BRF e a prefeitura, a Base Comunitária de Polícia foi instalada em uma casa na Rua Turquesa, e equipada com móveis e utensílios necessários ao trabalho da polícia.

NOVA CADEIA PÚBLICA

Construída para abrigar 144 detentos, divididos em 12 celas, o novo Centro de Detenção Provisória, com 800 metros quadrados, foi entregue oficialmente ao Estado de Mato Grosso na tarde de 29 de maio de 2012.

“Não queremos mais ouvir que em Lucas do Rio Verde os presos fazem rebelião por causa das más condições da cadeia. As boas condições hoje existem e agora cabe ao Estado colocar o espaço para funcionar”, apontou o prefeito Marino Franz. A obra que deveria ter sido construída pelo Estado, foi construída com recursos do município. Na construção, a prefeitura investiu cerca de R\$ 1 milhão.

A antiga construção, localizada na Avenida Goiás, bairro Jardim das Palmeiras, foi demolida e o espaço deu lugar à Praça da Liberdade.

A Delegacia da Polícia Judiciária Civil, que funcionava no mesmo prédio da antiga cadeia pública, foi transferida para o prédio que até o final de abril de 2012 abrigava o Paço Municipal. O espaço foi todo reformado e readequado para abrigar a delegacia. A cerimônia de inauguração aconteceu no dia 3 de julho de 2012.

JORNADA VOLUNTÁRIA

Em 14 de maio de 2013, durante reunião com autoridades da área de segurança pública no Paço Municipal, o prefeito Otaviano Pivetta lançou a proposta de firmar convênio com o governo de Mato Grosso para pagar jornada extra aos policiais lotados no município. Aberto a policiais civis, militares e bombeiros, o projeto permitia que os policiais usassem parte das suas horas de descanso para horas extras de trabalho, aumentando, assim, o efetivo policial nas ruas e melhorando as condições de segurança no município.

Batizado de Jornada Voluntária, o projeto vinha sendo desenvolvido com sucesso em Nova Mutum. “Tivemos uma redução muito grande na criminalidade”, atestou o vice-prefeito de Nova Mutum, Leandro Félix, que participou da reunião para explicar como o projeto funcionava naquele município. “Como será o município que ficará responsável por pagar a hora extra do policial, este policial estará trabalhando em ações direcionadas pelo município, que irá dizer onde o trabalho pode ser feito nesse período extra, como ronda escolar, blitz, prevenção de queimadas e outras ações”, exemplificou.

A proposta foi bem recebida pelas polícias Militar e Civil que viram o projeto como um grande reforço à segurança da população, pois permitia o policiamento mais presente nas ruas e mais próximo da comunidade, atuando no combate ao tráfico de drogas nas praças, nas rondas escolares e na perturbação do sossego alheio, inibindo e coibindo a criminalidade.

Atualmente, a Jornada Voluntária é coordenada pelo Conselho Comunitário de Segurança, com o apoio de empresas do município.

ESFORÇO COMUNITÁRIO

Dois novos projetos voltados para a melhoria da segurança pública no município foram apresentados pelo prefeito Otaviano Pivetta, no final de junho de 2014, ao Conselho Municipal de Segurança, à Câmara de Vereadores, ao Conselho Comunitário de Segurança e às associações de moradores dos bairros Jaime Seiti Fujii e Parque das Américas: Vizinheiro Solidário e Segurança Comunitária Posto I. Inéditos na região Médio-Norte de Mato Grosso, os dois projetos exigiam o engajamento dos moradores para obterem êxito.

Implantado junto ao PSF XIII, no Parque das Américas, o Segurança Comunitária Posto I destinava-se a atender os moradores e registrar os boletins de ocorrência, trabalho que era desenvolvido por um agente da Guarda Municipal e um estagiário treinado pelas polícias Militar e Civil, servindo de elo com essas duas forças de segurança.

O Vizinheiro Solidário não exigia estrutura ou equipamento especial, mas a criação de vínculo de cooperação entre os vizinhos, que precisavam estabelecer um sistema de comunicação entre si e se avisarem, caso percebessem algo suspeito na casa do outro. O projeto propunha formar uma espécie de rede de proteção, em que os participantes tivessem o número do telefone fixo ou celular uns dos outros e conhecessem a rotina diária de cada um, e que também houvesse comunicação entre eles quando um vizinho fosse viajar e não ficasse ninguém em casa. “Além de auxiliar na segurança da rua, esse projeto ajuda os vizinhos a se conhecerem e manterem uma relação de amizade”, acreditava Otaviano Pivetta.

Implantado como projeto-piloto nos bairros Jaime Seiti Fujii e Parque das Américas, o Vizinheiro Solidário foi recebido com otimismo pelos moradores, que prometeram aderir. Para facilitar a formação da rede de moradores, a prefeitura distribuiu kits com adesivos, panfletos informativos com números de telefones úteis, além de apitos que deveriam ser usados para chamar a atenção da vizinhança quando algo suspeito fosse percebido.

Teve início também na mesma época a discussão sobre a possibilidade de transformar a Guarda

Municipal de Trânsito em guarda municipal armada para auxiliar as polícias Militar e Civil, atendendo às ocorrências mais simples, já que o efetivo das polícias sempre foi aquém da necessidade do município. O assunto fez parte da pauta da reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança no mês de junho de 2014 e foi avaliada com cautela, embora considerada uma medida viável e necessária.

Nos mesmos moldes do Vizinho Solidário, em outubro de 2014 foi implantado na região central da cidade o projeto Comércio Solidário, que consistiu na instalação de campanhas nos estabelecimentos comerciais. Quando um comerciante se sentisse sob ameaça ou percebesse algo suspeito, acionava sua campanha, que tocava a do vizinho e, assim, sucessivamente, até que todos os comerciantes da rua se colocassem em alerta.

Cerca de 30 estabelecimentos comerciais localizados nas avenidas Mato Grosso e Paraná, no centro da cidade, aderiram ao programa, organizaram um grupo num aplicativo de celular para facilitar a comunicação, e formaram a Associação Comércio Solidário. “Além das pessoas estarem mais unidas, estamos vigiando uns aos outros. Afastou a criminalidade do centro de forma significativa. Tem dado um resultado muito bom e rápido”, avaliou o presidente da associação, Clésio Frasseto ao considerar que as ocorrências policiais na região tiveram uma redução de 50%.

OPERAÇÕES ESPECIAIS E PROMESSAS GOVERNAMENTAIS

Uma onda de criminalidade tirou o sono e o sossego dos moradores de Lucas do Rio Verde no mês de maio de 2016, com aumento significativo no índice de roubos e furtos a residências e estabelecimentos comerciais. Sociedade, poder público e forças de segurança se mobilizaram para cobrar do governo do Estado a designação de mais policiais militares para o município. O reduzido efetivo policial frente ao aumento constante da população é um gargalo que perdura há anos. Em 2016, o efetivo da Polícia Militar contava com 38 agentes e o governo estadual prometera a nomeação de 25 novos policiais. Um abaixo-assinado com mais de 5.100 assinaturas foi organizado, com apoio da OAB Lucas, para endossar o pedido das autoridades junto ao governo de Mato Grosso para aumento do efetivo policial.

No final de maio, entre os dias 27 e 30, o município recebeu operações especiais da Rotam (Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas) e do GOE (Grupo de Operações Especiais da Polícia Civil para combater a onda de furtos e roubos. No dia 8 de junho de 2016, Lucas do Rio Verde recebeu visita do então vice-governador, Carlos Fávaro, acompanhado do então secretário estadual de Segurança Pública, Rogers Jarbas, que garantiram o envio de mais agentes tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil para reforçar as forças de segurança do município.

A proposta de criação de um novo comando regional da Polícia Militar em Lucas do Rio Verde também foi debatida no encontro. “Pelo desenvolvimento econômico, pela dimensão que o município tomou, já estava na hora de criar um polo aqui. Vamos fazer esta redistribuição e Lucas do Rio Verde será a sede do novo comando”, prometeu Fávaro.

No dia 11 de julho de 2016, a Delegacia da Polícia Judiciária Civil de Lucas do Rio Verde recebeu cinco novos investigadores. Quanto ao comando regional da Polícia Militar, ao completar seus 30 anos de emancipação, em 2018, Lucas do Rio Verde continuava pertencendo ao 14º Comando Regional, com sede em Nova Mutum.

CENTRO SOCIOEDUCATIVO

Problemas frequentes de crimes envolvendo adolescentes e a necessidade de ter um local adequado para atendimento socioeducativo motivaram os municípios de Lucas do Rio Verde e Nova Mutum a se unirem para a construção de um centro socioeducativo.

A parceria entre os dois municípios, o Ministério Público Estadual e o Governo de Mato Grosso foi firmada por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado no dia 23 de agosto de 2013.

“Após as inúmeras cobranças do Ministério Público para que uma providência fosse tomada, nasceu essa parceria durante as discussões com o Conselho de Segurança, que é muito atuante no município. Por isso, considero o Ministério Público Estadual o grande incentivador para a realização dessa obra. Estamos nos esforçando e não estamos a procura de culpados, mas, sim, de solução”, assinalou o prefeito Otaviano Pivetta.

Com o acordo para que o centro fosse construído em Lucas do Rio Verde, o município assumiu o investimento de 60% do valor da construção, cabendo os outros 40% ao município de Nova Mutum. Ao Estado coube o investimento de R\$ 400 mil para as instalações, além da manutenção e execução do programa de atendimento socioeducativo em meio fechado.

Em junho de 2014, o município de Sorriso manifestou interesse em integrar a parceria para construção do centro socioeducativo, proposta que foi aceita.

Com a presença de autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e de Sorriso e do Estado de Mato Grosso, a cerimônia de inauguração do Centro Socioeducativo para Menores Infratores aconteceu no dia 24 de março de 2015, mas a instituição só começou a operar 97 dias depois, até que o governo do Estado concluisse processo seletivo para contratação temporária dos cerca de 50 profissionais para trabalhar na unidade.

Localizado na Avenida da Fé, no bairro Luiz Carlos Tessele Junior, o Centro Socioeducativo comporta a

internação de 32 menores infratores. A construção e instalação do Centro contou com a aplicação de R\$ 400 mil do governo estadual, R\$ 862.426,06 da prefeitura de Lucas do Rio Verde, R\$ 480 mil da prefeitura de Nova Mutum e R\$ 600 mil da prefeitura de Sorriso.

No início de 2017, o Centro Socioeducativo teve a estrutura de um de seus blocos depredada durante rebelião dos internos e o espaço precisou ser interditado até passar por reforma. A Prefeitura de Lucas do Rio Verde e empresas privadas do município fizeram a doação de material para a reforma, que foi executada pelos reeducandos do Centro de Detenção Provisória (CDP). Assim, em meados de agosto de 2017, o Centro Socioeducativo para Menores Infratores de Lucas do Rio Verde recuperou sua capacidade inicial de receber 32 internos.

Mas, a incapacidade do Estado no cumprimento de sua responsabilidade condenou a unidade a funcionar com apenas metade de sua capacidade. Enquanto aumenta na região a demanda por vagas para internação de menores infratores, a falta de agentes de segurança obriga o Centro Socioeducativo a manter apenas 15 menores. “É um problema muito grave da região a falta de vagas para menores infratores. Precisamos aumentar o número de



criação da guarda municipal



inauguração quartel do corpo de bombeiros



fábrica de blocos na cadeia pública



centro socioeducativo



sistema de monitoramento eletrônico



ciosp



apoio comunitário bandeirantes



apoio comunitário cerrado

vagas e com isso responder melhor aos anseios da segurança pública dos três municípios”, cobrou o promotor de Justiça de Nova Mutum, Henrique Pugliesi, durante reunião realizada em Lucas do Rio Verde no dia 21 de novembro de 2017, quando foram discutidas soluções para o problema. “Os municípios se mostraram sempre muito presentes desde a construção do espaço, mas falta a contrapartida do Estado”, acentuou o promotor.

“A sociedade de Sorriso está clamando por este aumento de vagas”, revelou o secretário de Governo de Sorriso, Luis Fábio Marchioro. De acordo com o então secretário adjunto de Justiça de Mato Grosso, Enéas Figueiredo, a contratação de 30 novos agentes se fazia necessária para o Centro Socioeducativo poder funcionar com toda sua capacidade. “É obrigação do Estado, que tem cumprir, porque os municípios construíram o socioeducativo e agora precisamos desta contrapartida do governo do Estado”, assinalou o secretário de Segurança e Trânsito de Lucas do Rio Verde, Alexandre William de Andrade. Mas, como em vários outros setores da segurança pública, o Estado continua ineficiente.

CIOSP

As tratativas para instalação do Ciosp tiveram início em janeiro de 2017, a partir de uma visita do secretário de Segurança e Trânsito, Alexandre William de Andrade, e do presidente da Câmara Municipal, vereador Jiloir Pelicioli, ao coordenador do Ciosp Cuiabá, tenente-coronel BM, João Rainho Junior, e à Secretaria de Estado de Segurança Pública. O Ciosp integra as polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal a um único sistema de atendimento e monitoramento e para sua implantação a prefeitura destinou o espaço físico com estrutura para atender a todas as necessidades de monitoramento.

APOIO COMUNITÁRIO

Concebido para integrar ações de segurança nos bairros, o primeiro Apoio Comunitário foi inaugurado no bairro Bandeirantes no dia 5 de agosto de 2017, durante as comemorações de aniversário da cidade. O espaço ocupado pelo Ponto Comunitário de Segurança consiste em um contêiner isolado termicamente, onde foram investidos cerca de R\$ 50 mil para aquisição, pintura, base de concreto, instalação elétrica, jardinagem e plotagem. O contêiner possui aproximadamente 30 m² e abriga sala de reuniões, banheiros externos para a comunidade, banheiro interno, cozinha, bebedouro, aparelhos de ar-condicionado e despensa. Instalado na praça do bairro, o contêiner serve como um suporte para as polícias Militar e Civil, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros e para as associações de moradores. “O local de instalação deste primeiro Apoio Comunitário foi estrategicamente escolhido pelas forças de segurança após estudos e vai conferir maior segurança às comunidades locais”, destacou o secretário de Segurança e Trânsito, Alexandre William de Andrade.

O segundo Apoio Comunitário de Segurança foi instalado no bairro Cerrado, e foi inaugurado no dia 19 de dezembro de 2017. “Este Apoio é também um Posto Avançado do Corpo de Bombeiros, que vem trazer muito mais agilidade na prestação de serviços à população dos bairros Cerrado e arredores», pontuou o secretário municipal de Segurança e Trânsito, Alexandre William de Andrade.

“O prefeito Luiz Binotti está dando um presente adiantado de Natal à sociedade de Lucas do Rio Verde”, considerou o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso, Coronel BM Alessandro Borges Ferreira, ao agradecer pela instalação do Posto Avançado do Corpo de Bombeiros. “Essa inauguração é importante, porque é um desdobramento da nossa unidade em Lucas do Rio Verde, onde passamos a ter dois pontos de atendimento, com tempo de resposta muito melhor do que já temos”, completou.

“Estar entregando este segundo Apoio Comunitário de Segurança é estar cumprindo aquilo que desenhamos em nosso plano de governo”, assinalou o prefeito Luiz Binotti, ressaltando que a necessidade de melhorias na área de segurança pública foi detectada como uma das grandes demandas da população luverdense.

“Sabemos que o município não é responsável direto pela segurança pública, é o Estado o principal gestor da segurança pública. Mas sempre acreditamos que é possível o município fazer a sua parte, integrando as forças de segurança pública e, assim, melhorar a segurança pública no município”, pondera Binotti.

NOVAS ATRIBUIÇÕES DA GUARDA MUNICIPAL

Aprovada pelos vereadores no dia 30 de outubro de 2017, a lei que altera as atribuições da Guarda Municipal foi sancionada pelo prefeito Luiz Binotti e publicada no dia 6 de novembro, sob o número 2.713/2017. Com a aprovação da lei, a Guarda Municipal de Trânsito deixou de existir e em seu lugar foi criada a Guarda Municipal, com base na lei federal nº 13.022/2014, que insere as guardas municipais no sistema nacional de segurança pública e incumbe a função de proteção municipal preventiva, podendo, para isso, utilizarem armamento. O objetivo é que a Guarda Municipal tenha o dever de proteger tanto o patrimônio como a vida das pessoas. Quando da publicação da nova lei, a Guarda Municipal contava com 24 servidores, inseridos num programa de treinamento, conforme estabelece a legislação. A prefeitura programava contratar novos agentes por meio de concurso público.

No limiar dos seus 30 anos de emancipação, Lucas do Rio Verde tem no trânsito urbano um dos seus grandes desafios. Conforme dados do Ciretran do município, em maio de 2018, 44 mil veículos estavam emplacados em Lucas do Rio Verde. O número de veículos que circulam diariamente pelas ruas da cidade, entretanto, é aproximadamente 20% maior, conforme estimativa do Ciretran, que leva em conta o percentual de veículos não emplacados no município. Partindo desses dados, pode-se afirmar que mais de 50 mil veículos trafegam todos os dias por Lucas do Rio Verde. Esse fluxo elevado é apontado com um dos responsáveis pelo alto índice de acidentes de trânsito na cidade, uma média de três e quatro acidentes por dia, de acordo com registros da Guarda Municipal. Além do fluxo, que chega a ficar intolerável em alguns horários de pico, o desrespeito à legislação, como o uso do celular ao volante, dirigir sem cinto de segurança, não observar a faixa de pedestres e a preferência nas rotatórias, são alguns dos fatores que contribuem para o grande número de acidentes. Mas nenhum outro fator soma mais no índice de acidentes do que a imprudência.

Este já é um problema cultural em Lucas do Rio Verde. Até o final da década de 1990, o número de veículos em circulação na cidade ainda era pequeno, as ruas e avenidas, em sua maioria, ainda eram de terra, e a rotina dos moradores era de uma cidade pacata. Consequentemente, não se falava em problemas de trânsito. Mas já eram desenvolvidas campanhas educativas e preventivas para um trânsito humanizado. Uma dessas campanhas, desenvolvida durante a gestão do prefeito Paulo Nunes, consistiu em colocar placas em vários pontos estratégicos nas ruas e avenidas, com dizeres como “Lucas do Rio Verde tem povo educado, não tem quebra-molas”. E, realmente, não havia quebra-molas na cidade, eles não eram necessários.

À medida que a cidade foi crescendo, a preocupação com o trânsito foi crescendo junto. O aumento dos problemas de trânsito, especialmente o elevado índice de acidentes em relação ao tamanho da cidade e ao número de habitantes, levou a gestão do prefeito Otaviano Pivetta a contratar uma consultoria especializada para fazer um diagnóstico e apontar sugestões para melhorar o trânsito em Lucas do Rio Verde.

Em novembro de 1997, o arquiteto paranaense Eloy Silvestre Kockanny, que coordenava o programa viário do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (PR), esteve em Lucas do Rio Verde para avaliar as condições de trânsito das principais ruas e avenidas. Depois de dois dias de observação, o especialista concluiu que os principais problemas relacionados ao trânsito na cidade eram comportamentais e sugeriu que um amplo trabalho de educação para o trânsito fosse deflagrado. “Sem um amplo e efetivo trabalho de educação para o trânsito, a melhoria da estrutura viária não obterá o sucesso almejado”, afirmou.

Na lista de sugestões apresentadas pelo especialista para melhoria da estrutura viária estavam a elaboração de um plano diretor ou plano de ocupação urbana, a construção de ciclovias e calçadas, e sinalização. A falta de calçadas ou a irregularidade dos passeios públicos constitui-se aumento de risco de acidentes de trânsito, conforme observou Kockanny, porque acaba levando o pedestre a andar pela rua.

As situações e sugestões apontadas pelo especialista foram analisadas e aceitas pelo Conselho Municipal de Segurança, que assumiu o compromisso de empenhar-se, junto com a administração municipal, para adotar as medidas necessárias à melhoria das condições de trânsito.

Campanhas e blitzes educativas em parceria com Polícia Militar e Guarda Municipal e trabalhos de conscientização nas escolas sempre tiveram espaço em Lucas do Rio Verde. Da mesma forma, a busca de melhorias na infraestrutura urbana e na sinalização do trânsito.

A implantação de ciclovias na cidade ganhou impulso a partir de 2005 e constituiu-se um dos pontos positivos do sistema de mobilidade urbana de Lucas do Rio Verde, que soma cerca de 50 quilômetros de ciclovias e ciclofaixas ao longo de ruas e avenidas, incluindo a “ciclovía rural”, com traçado que parte da cooperativa Coalve, no entroncamento da Avenida da Produção com a MT-449, até o campo experimental da Fundação Rio Verde, num total de 10 quilômetros, construída em 2013.

O Plano Diretor do município, finalizado em 2007, reuniu informações relevantes para o planejamento da cidade e apontou aspectos preocupantes, como a constatação de que 40% dos lotes urbanos não possuíam calçada. Ou seja, 10 anos depois do diagnóstico de um especialista apontar a necessidade de fazer com que os proprietários de imóveis urbanos construíssem suas calçadas, a construção de passeios públicos ainda se mostrava um grande desafio.

A existência de pontos de estrangulamento do trânsito no perímetro urbano também foi identificada pela equipe técnica que elaborou o plano diretor e foi relatada no documento: em 2007, os principais pontos de estrangulamento estavam na travessia da BR-163 e nas avenidas Mato Grosso, Tocantins e Goiás.

O estrangulamento na travessia da BR-163 foi resolvido, em parte, com a construção do viaduto Bromildo Lawisch, inaugurado em agosto de 2009, e com a construção de ciclovia até o Setor Industrial Norte Senador Atílio Fontana. A abertura da Avenida das Nações, em 2009, também contribuiu para desafogar o fluxo de veículos da BR-163 na travessia urbana.

Em 2009, a prefeitura instituiu o Departamento de Trânsito, vinculado à Secretaria de Gestão Pública, para tratar de forma mais direta e específica os problemas relacionados ao trânsito no município. A criação de um departamento exclusivo para o trânsito se justificava pela necessidade de encontrar alternativas para alcançar um trânsito menos violento.

Entre os meses de fevereiro e março de 2009, um levantamento feito pela Guarda Municipal identificou a necessidade de efetuar algumas mudanças no sistema de trânsito da cidade, incluindo o fechamento de 11 retornos em avenidas, especialmente nas avenidas Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso. O desvio do fluxo de caminhões do centro da cidade, mudanças e melhorias na sinalização e campanhas de educação no trânsito também foram apontadas como necessárias. Ou seja, o comportamento das pessoas no trânsito continuava sendo um grande desafio, embora a Guarda Municipal viesse desenvolvendo trabalho educativo, preventivo e punitivo desde sua criação, em 1999.

As campanhas educativas sugeridas pelo estudo da Guarda Municipal iniciaram nas escolas, em abril de 2009, por meio de projeto implantado pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Guarda Municipal. O projeto iniciou com a capacitação de professores para trabalharem a educação para o trânsito com seus alunos.

Também naquele ano, a prefeitura enviou para a Câmara de Vereadores o projeto de lei que autorizava a realização da campanha Passeio Livre. Aprovado por unanimidade, o projeto se destinava a incentivar os proprietários de lotes urbanos a construir ou readequarem as calçadas. Outra forma de incentivo foi introduzida na Campanha do IPTU 2010, com a concessão de 25% de desconto sobre o valor do imposto para proprietários que comprovassem a existência de passeio público em seus imóveis. Os prestadores de serviços da construção civil que comprovassem obras de construção de calçadas também recebiam benefícios: a esses profissionais a prefeitura concedia desconto de 100% do valor do ISSQN 2010.

Com maior ou menor intensidade, as campanhas e blitzes educativas para um trânsito seguro são quase permanentes na cidade. Em 2013, a prefeitura lançou o programa Por um Trânsito Mais Seguro, contemplando várias ações, desde palestras nas escolas, blitzes educativas e punitivas, e melhorias na sinalização nas ruas e avenidas. Aos motoristas infratores, foi dada a oportunidade de trocar a multa pela participação em palestras promovidas pela Guarda Municipal com orientações sobre trânsito seguro e conscientização para mudança de atitude no trânsito. O não comparecimento nas palestras implicava no pagamento da multa.

Na época, Lucas do Rio Verde contabilizava, em média, 33 acidentes de trânsito por mês, e a proposta do programa Por um Trânsito Mais Seguro era promover a mudança de atitude e comportamento de condutores e pedestres para chegar a um trânsito melhor e mais humano. “Não vejo outra maneira de alcançarmos isso sem o envolvimento da sociedade. Tantos acidentes são fruto da irresponsabilidade dos condutores”, sentenciou o prefeito Otaviano Pivetta.

Em novembro de 2013, a prefeitura lançou o Manual de Calçadas e começou a notificar os proprietários de imóveis para assumirem a responsabilidade pela construção de passeio público em frente a suas residências e estabelecimentos comerciais. O trabalho teve início pelo Bairro Rio Verde, que apresentava a maior defasagem de calçadas.

Com o intuito de organizar e dar maior fluidez ao tráfego de veículos na região central da cidade, em maio de 2014 a prefeitura promoveu algumas mudanças, dentre elas a implantação de mão única nas ruas paralelas às avenidas Tocantins, Mato Grosso e Goiás, no trecho compreendido entre as avenidas Amazonas e Paraná. Outras ações também foram implantadas, como a proibição de estacionar caminhões ao longo da Avenida Amazonas. Outra medida a partir do projeto de melhorias no trânsito foi a abertura de mais vagas de estacionamento na Praça dos Migrantes.

PLANO DE MOBILIDADE URBANA

“O crescimento de Lucas do Rio Verde nos próximos anos deve se dar de forma concentrada, privilegiando a ocupação do perímetro urbano atual”. Esta é uma das premissas que nortearam a elaboração do plano de mobilidade urbana do município. O diagnóstico, que sugere evitar a criação de novas áreas de expansão urbana e privilegiar a verticalização, foi apresentado em audiência pública realizada no auditório da Câmara de Vereadores na noite de 22 de junho de 2015.

Com a definição de evitar a expansão de novas áreas urbanas, a intenção é reduzir as necessidades de deslocamento na cidade, o que permite melhorar a acessibilidade e a mobilidade, conforme explicou o urbanista Leonardo Werneck, da Tectran, empresa contratada pela prefeitura para a elaboração do plano.

Diferente do que muitos possam pensar, o plano de mobilidade urbana prevê não somente intervenções no sistema de transporte, mas em toda a estrutura da cidade, ficando, desta forma, integrado ao Plano Diretor.

Conforme Werneck, dentre os desafios identificados no diagnóstico estão as distâncias dos principais centros de empregos industriais, no setor norte da cidade, e os bairros residenciais onde vivem os trabalhadores, no setor sul. Estes longos trajetos percorridos pelos trabalhadores para irem ao trabalho e depois para retornarem, ao final do dia, geram o movimento pendular que sobrecarrega as principais avenidas da cidade nos horários de pico. Entre os pontos que registram fluxo acima do aceitável em alguns horários estão os cruzamentos da avenida Mato Grosso com as avenidas Paraná e Rio Grande do Sul.

O estudo mostrou que 41% das pessoas utilizam automóvel para seus deslocamentos, enquanto 20% utilizam motocicletas e 13,9% utilizam bicicletas, uma porcentagem significativa que revela a necessidade de melhorias na estrutura das ciclovias. Além da carência de conexão e de adequação no projeto cicloviário, o diagnóstico pontua problemas críticos de sinalização, ausência de prioridade para o transporte coletivo e não motorizado e falta de infraestrutura para o trânsito de pedestres. A priorização do transporte coletivo em relação ao transporte individual e o incentivo ao uso da bicicleta estão entre as premissas aprovadas pela população e fazem parte do plano de mobilidade urbana.

Os estudos desenvolvidos pela empresa Tectran resultaram na elaboração do Projeto de Lei Complementar nº 02/2016, que institui a Política Municipal de Mobilidade Urbana de Lucas do Rio Verde, debatido com a sociedade por meio de audiências públicas. Proposto para nortear o planejamento de mobilidade urbana do município pelo período de 10 anos, o plano foi aprovado pela Câmara de Vereadores em sessões ordinária e extraordinária realizadas na noite de 6 de junho de 2016. A construção de um terminal



de passageiros do transporte coletivo na Rua Nonoai, entre as avenidas Amazonas e Rio Grande do Sul, é uma das intervenções previstas no plano, que prevê também transformar as avenidas Paraná e Rio Grande do Sul no modo binário de circulação, cada via com mão única, permitindo a construção de ciclovias ao longo dessas avenidas. A colocação de semáforos nos entroncamentos da avenida Goiás com Paraná e Rio Grande do Sul e da Avenida Mato Grosso com Rio Grande do Sul e Paraná também está prevista no Plano de Mobilidade Urbana, que prevê, ainda, o aumento da oferta de ciclovias e a transformação da Avenida Mato Grosso em corredor preferencial do transporte coletivo.

TRAVESSIAS NA BR-163

O projeto apresentado pelo diretor de Operações da Rota do Oeste, Fábio Abritta, aos vereadores luverdenses e ao prefeito em exercício, Miguel Vaz Ribeiro, no início de dezembro de 2015, não agradou. Nos planos da concessionária responsável pela BR-163 no trecho entre Sinop e a divisa com Mato Grosso do Sul está prevista apenas uma travessia da rodovia no perímetro urbano de Lucas do Rio Verde: no viaduto Bromildo Lawisch, que pelo projeto da Rota do Oeste deve ser transformado em um trevo diamante na Avenida Mato Grosso. O projeto da concessionária prevê o fechamento dos acessos à BR-163 pelas avenidas das Nações, Goiás e Tocantins, conflitando os interesses do município e o plano de mobilidade urbana, que prevê a construção de travessias da BR-163 nas três avenidas, além do viaduto da Mato Grosso.

“Fiquei decepcionado com o que foi apresentado, mas foi o contrato que a Rota do Oeste assinou quando assumiu a concessão e a empresa só vai fazer alguma coisa diferente se houver um ajuste com a ANTT [Agência Nacional de Transporte Terrestre] e com quem vai pagar a conta pra empresa”, declarou o vereador Dirceu Cosma, então presidente do Legislativo Municipal, ao comentar que o trânsito na cidade se transformará num caos se o projeto da Rota do Oeste for mantido.

Para evitar o caos, Executivo e Legislativo luverdenses iniciaram tratativa com a ANTT, buscando alteração do projeto previsto no contrato de concessão da Rota do Oeste. Quando da tramitação do projeto que institui a política municipal de mobilidade urbana de Lucas do Rio Verde, a comissão especial de análise da matéria na Câmara de Vereadores convocou audiência pública para debater com a sociedade o impacto das obras de travessia da BR-163 na vida dos cidadãos luverdenses. A audiência pública aconteceu no dia 3 de março de 2016, no auditório da Câmara de Vereadores, e a maioria dos participantes aprovou o posicionamento do poder público municipal de não assinar a autorização para a Rota do Oeste iniciar as obras na travessia urbana, porque o projeto proposto não é benéfico para o município.

Presente na audiência pública, o diretor de Operações da Rota do Oeste, Fábio Abritta, confirmou que o contrato de concessão prevê a construção de apenas um trevo diamante na Avenida Mato Grosso e informou que um segundo trevo diamante está previsto no trecho da rodovia em Lucas do Rio Verde, porém, fora do perímetro urbano, no sentido Nova Mutum. Abritta também reforçou que qualquer mudança nas intervenções previstas no projeto devem ser tratadas com a ANTT.

“É insustentável autorizar projeto que contemple apenas uma travessia urbana na BR-163”, reagiu o vice-prefeito, Miguel Vaz Ribeiro ao salientar o crescimento médio registrado no município nos últimos anos, de 12% na frota de veículos e 10% no número de habitantes. “Quatro passagens vão atender muito bem o fluxo”, sustentou Miguel ao assinalar que desde 2014 o município vinha travando batalha junto à ANTT para alterar o projeto.

BATALHA CONTINUA

As tratativas do município com a ANTT para alterar o projeto de travessia urbana previsto no contrato com a Rota do Oeste estão no radar da gestão do prefeito Luiz Binotti. Em maio de 2018, por meio de sua secretaria de Planejamento e Cidade, a Prefeitura de Lucas do Rio Verde estava buscando parceria com os empresários para desenvolver o estudo das intervenções necessárias na travessia da BR-163. Com um custo estimado de R\$145 mil, o estudo que seria desenvolvido por empresa especializada no ramo tinha por finalidade analisar a necessidade ou não do anel viário, do desvio da rodovia do perímetro urbano, ou da duplicação simplesmente dita da BR-163 no trecho da travessia urbana. Com este projeto detalhado, o município quer comprovar para a ANTT a necessidade e a viabilidade das intervenções que os luverdenses querem na travessia urbana. “Este estudo é para mostrar a necessidade real das intervenções que planejamos para a travessia e não o que está no contrato com a Rota do Oeste, que prevê apenas um trevo e duas passarelas. Independente da Rota Oeste continuar ou não, precisamos deste estudo para argumentar junto à ANTT a necessidade de alteração do projeto previsto no contrato de concessão, inclusive se a ANTT abrir novo processo de concessão, temos que ter esse estudo para que as intervenções que necessitamos sejam incluídas nesse novo contrato”, assinalou a secretária de Planejamento e Cidade, Magna Stella Rosa da Silva Quaresma. A proposta da prefeitura é a construção de seis intervenções, ou seja, seis acessos à cidade na travessia da BR-163.

“O grande entroncamento ferroviário dos Estados Unidos é Chicago, o grande entroncamento ferroviário de São Paulo é Campinas e o grande entroncamento ferroviário de Mato Grosso será Lucas do Rio Verde”, afirmou o empresário e presidente para a América Latina da União Internacional de Ferrovias, Guilherme Quintella, ao ressaltar que o desenvolvimento de Lucas do Rio Verde tende a ser trilhado com uma participação importante das ferrovias.

Quintella proferiu palestra no Show Safra BR 163 no dia 20 de março de 2018 e apresentou o projeto da Ferrogrão para um público atento que lotou o auditório da Fundação Rio Verde. “A Ferrogrão é um projeto que estamos estudando desde o final de 2012, e acabamos criando um consórcio para que fizesse os estudos da ferrovia, contratamos a maior empresa de projetos ferroviários do mundo, que é a SYSTRA, para desenvolver um projeto de alta eficiência energética para termos uma ferrovia bastante competitiva”, explicou.

O consórcio PIRARARA reúne cinco gigantes do agronegócio, ADM, Amaggi, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, além da EDLP, que atua como estruturadora do projeto. “Fizemos um projeto bastante robusto, que deverá ter um papel importante na competitividade da produção de grãos de Mato Grosso.

Conforme Quintella, quanto mais ferrovias, melhor, e ele acredita que a Ferrogrão, a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO) e a Rumo se encontrarão em Lucas do Rio Verde: a Ferrogrão saindo da região Centro-Norte de Mato Grosso e seguindo para Miritituba, no Pará, a Rumo vindo de Rondonópolis e a Fico atravessando o estado de Leste a Oeste e seguindo até Porto Velho.

“Mato Grosso tem o tamanho dos países da França e da Itália juntos. Esses dois países, juntos, têm 32 mil quilômetros de ferrovias, Mato Grosso tem 600. França e Itália, juntas, não têm o momento logístico que Mato Grosso tem, que é a quantidade de grãos multiplicada pela distância que eles têm que ser transportados”, assinalou Quintella ao ressaltar que as ferrovias têm que ser eficientes e ter uma capacidade de transporte a baixo custo.

FERROGRÃO

O sonho dos luverdenses de ter uma ferrovia seguinte a rota da BR-163 rumo ao Norte vem sendo acalentado desde o começo da década de 1990. E, eis que em 2018 ela tem nome e traçado.

A EF-170, como é qualificada a Ferrogrão no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), foi planejada com 933 quilômetros de extensão e visa a consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte, conectando Sinop ao Porto de Miritituba e de lá, por hidrovia, atingir os portos do Arco Norte. Estão previstos, também, o ramal de Santarenzinho, entre Itaituba e Santarenzinho, no município de Rurópolis/PA, com 32 quilômetros, e o ramal de Itapacurá, com 11 quilômetros. Existe também a previsão de estender a ferrovia entre Sinop e Lucas do Rio Verde, com 177 quilômetros de extensão e investimentos sujeitos ao reequilíbrio do contrato de concessão. Em 2020, prevê-se que a demanda total de carga alocada da ferrovia alcance 25 milhões de toneladas, número que poderá chegar a 42,3 milhões de toneladas, em 2050.

Quando finalizada, a Ferrogrão terá alta capacidade de transporte e competitividade e, junto com a BR-163, abrirá uma nova rota para a exportação da soja e do milho no Brasil. A previsão de investimentos na construção da ferrovia é de cerca de R\$ 12,6 bilhões e a previsão é de que em cinco anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, esteja operando entre Sinop e Miritituba.

FICO: A GRANDE NOVELA

O projeto de construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) foi apresentado à sociedade regional durante audiência pública realizada em Lucas do Rio Verde no dia 15 de março de 2010. “Esta ferrovia é um grande sonho não só de Mato Grosso, é um projeto estratégico para o Brasil”, apontou o prefeito Marino Franz que já vinha há mais de dois anos defendendo a construção da ferrovia.

Para o então governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, a construção da ferrovia representa “a possibilidade de Mato Grosso continuar crescendo, expandindo a atividade primária e também a agroindustrial”.

O então ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, que participou da audiência pública realizada no auditório da Faculdade La Salle, informou que os estudos preliminares, o EIA/RIMA e o projeto básico da ferrovia haviam iniciado em 2009 e deveriam ser concluídos até o final de 2010. “Assim que o projeto básico estiver concluído, teremos condições de licitar a obra”, assegurou. Incluída no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) II do governo federal, a Ferrovia de Integração Centro-Oeste “é a primeira parte de um projeto gigantesco, a Ferrovia Transcontinental”, assinalou o ministro.

Conforme previsto no Plano Nacional de Viação, a Ferrovia Transcontinental (EF-354) foi planejada com 4.400 quilômetros de extensão, seguindo de Uruaçu (GO) para o Leste, passando pelo Distrito Federal, Minas Gerais, seguindo até o litoral fluminense. Para o Oeste, depois de chegar a Vilhena (RO), a ferrovia seguiria rumo ao Acre até a fronteira com o Peru.

De acordo com o projeto apresentado na ocasião, o traçado da ferrovia iniciaria no entroncamento com a Ferrovia Norte-Sul, na cidade de Uruaçu (GO), cruzaria o estado de Mato Grosso no sentido Leste/Oeste, e chegaria até Vilhena (RO). Ainda de acordo com o projeto, em Mato Grosso seriam construídos terminais de carga nos municípios de Água Boa, Lucas do Rio Verde, Sapezal e Campo Novo do Parecis.

Uma segunda audiência pública aconteceu no dia 20 de julho de 2010, desta vez no auditório da Câmara de Vereadores, para apresentar o procedimento de licenciamento ambiental para a implantação da ferrovia. “Concluímos que a ferrovia é uma necessidade para a região”, acentuou o diretor da STE – Serviços Técnicos de Engenharia, engenheiro Fábio Araújo Nodari ao relatar que os estudos demandaram cerca de um ano de trabalho, mobilizando mais de 50 profissionais de diversas especialidades, que saíram a campo para analisar as regiões incluídas no traçado da ferrovia.

Nodari também observou que o traçado da Fico percorria regiões produtoras, onde o ambiente já fora de certa forma impactado. “Não será a construção da ferrovia que trará impactos que não possam ser minimizados com os projetos ambientais nos estudos técnicos”, avaliou.

Ainda em 2010, a palestra do engenheiro André Luiz de Oliveira, superintendente da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, foi uma das mais concorridas da Expolucas, tamanho o interesse da região pela implantação da ferrovia. “Mato Grosso e Goiás estão precisando de uma ferrovia para transportar toda essa carga disponível na região”, considerou o superintendente ao afirmar que a Fico estava sendo tratada como “um projeto de Estado”.

No final de fevereiro de 2011, oito engenheiros da Valec visitaram Lucas do Rio Verde para avaliar possíveis áreas para instalação do terminal de carga da ferrovia. E no dia 18 de maio, em reunião com empresários do setor de transporte rodoviário de Mato Grosso, com parlamentares e secretários de Estado, o então presidente da Valec, José Francisco das Neves (Juquinha), anunciou que até julho colocaria em licitação o trecho da Fico entre Campinorte (GO) e Lucas do Rio Verde. Segundo Juquinha, esse era um compromisso da presidente Dilma Rousseff com o setor produtivo de Mato Grosso.

As notícias eram animadoras e apontavam para a solução de um dos grandes gargalos do desenvolvimento da região: infraestrutura e logística para escoamento da produção.

Mais animadoras ainda foram as palavras proferidas por Juquinha no dia 28 de maio de 2011, durante o painel “O Estado de Mato Grosso no contexto Brasil”, realizado dentro do ENTEC\$. “Até o final de dezembro do ano que vem a Fico estará chegando a Lucas do Rio Verde”, assegurou o presidente da Valec, anunciando que o apito do trem seria ouvido na cidade antes de 2013. “Temos até 2013 para fazer a ferrovia chegar a Lucas do Rio Verde, mas vamos fazer um esforço muito grande para em dezembro de 2012 fazer o trem chegar até aqui”, reforçou.

No mesmo dia, Juquinha voltou para Brasília levando Título de Cidadão Honorário de Lucas do Rio Verde, honraria concedida pela Câmara de Vereadores pelos relevantes serviços que estava prestando ao município ao empenhar-se pela construção da ferrovia.

Com o anúncio do Programa de Investimentos em Logística: Rodovias e Ferrovias, em agosto de 2012, o governo federal confirmou a execução das obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, com estimativa de conclusão dos estudos e projetos até o final de 2012 e publicação do edital de licitação em março de 2013.

“A ferrovia tem um cronograma de ações com todas as condições para a iniciativa privada fazer. Nós estamos confiantes que em cinco anos nós teremos a ferrovia por aqui”, estimou o prefeito Otaviano Pivetta ao final da reunião promovida pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), no dia 24 de maio de 2013, no encerramento da programação do ENTEC\$.

Cerca de 500 pessoas participaram da reunião onde engenheiros da ANTT apresentaram três alternativas de traçado da ferrovia e explicaram os critérios adotados para a escolha daquela que consideraram ser a melhor alternativa: com aproximadamente 1.065 quilômetros de extensão, o traçado Lucas do Rio Verde-Campinorte atravessa 16 municípios, sete localizados no estado de Goiás e nove no estado de Mato Grosso. Em Goiás, a ferrovia entraria pelo município de Aruanã, Nova Crixás, Crixás, Pilar de Goiás, Santa Teresinha de Goiás, Nova Iguaçu de Goiás e Campinorte. Em Mato Grosso, a ferrovia passaria pelos municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso, Nova Ubitarã, Paratinga, Gaúcha do Norte, Água Boa, Canarana, Nova Nazaré e Cocalinho.

Pelo traçado apresentado na ocasião pelos engenheiros da ANTT, em Campinorte a Fico deveria fazer conexão com a Ferrovia Norte Sul, permitindo acesso aos portos da região Norte do país e, futuramente, ao Sul. A previsão era de que as obras iniciassem em 2014 e fossem concluídas em cinco anos. “Não tem mais volta. Já foi dada a partida para que o projeto saia do papel e seja concluído. Esperamos que em no máximo

EM 1993, COOPERLUCAS PROPÕE AO MINISTRO DA AGRICULTURA A IMPLANTAÇÃO DE FERROVIA SEGUINDO TRAÇADO DA CUIABÁ-SANTARÉM



AUDIÊNCIA PÚBLICA - APRESENTAÇÃO FICO 2011



REUNIÃO PARA TRATAR DA FERROVIA EM BRASÍLIA - 2018



REUNIÃO ANTT FERROVIA



REUNIÃO PARTICIPATIVA



VISITA COMITIVA CHINESA



LEGENDA AQUI



AUDIÊNCIA PÚBLICA FERROVIA - BRASÍLIA

cinco anos a ferrovia esteja pronta e operando”, apontou o então diretor-geral da ANTT, Jorge Bastos.

Engenheiros da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e da ANTT estiveram novamente em Lucas do Rio Verde no dia 4 de outubro de 2013, quando participaram de uma audiência pública para atualizar as informações relativas à construção da Fico. Sem falar em prazos, os engenheiros reafirmaram a construção da ferrovia.

Em dezembro de 2013, o Tribunal de Contas da União aprovou os estudos de concessão para a construção de 883 quilômetros da Fico entre Campinorte (GO) e Lucas do Rio Verde, o que liberava o governo federal a publicar o edital de licitação para esse trecho da ferrovia.

No dia 9 de junho de 2015, o governo federal lançou a nova etapa do Programa de Investimento em Logística (PIL), dando continuidade ao processo de modernização da infraestrutura de transportes do país iniciado em 2012. A segunda etapa do PIL previa concessões de rodovias, ferrovias e portos.

O programa contempla a Ferrovia Transoceânica, ou Transcontinental, que abriria nova rota estratégica para escoamento da produção brasileira via Oceano Pacífico. No projeto, o trecho brasileiro compreende a ligação de Campinorte (GO) à fronteira com o Peru, via Acre, passando pelos municípios mato-grossenses de Lucas do Rio Verde e Sapezal, por Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). No PIL também está prevista a concessão para construção e operação do trecho Lucas do Rio Verde a Miritituba (PA), a Ferrogrão.

Um dia após o anúncio da nova etapa do PIL, o embaixador da República Popular da China no Brasil, Li Jinzhang, visitou Lucas do Rio Verde e destacou a confiança do governo chinês na execução da ferrovia transcontinental. Ele liderou uma comitiva de 23 empresários chineses que viajou pelo Brasil conhecendo as regiões contempladas no traçado da ferrovia. Como Lucas do Rio Verde está na rota da ferrovia, a comitiva realizou a visita para ver de perto o potencial econômico do município.

O embaixador chinês se disse impressionado com o desenvolvimento alcançado pela região em pouco mais de três décadas e reforçou sua confiança no projeto ferroviário. “Num curto prazo será possível realizar esse sonho da ferrovia transcontinental por meio da sabedoria, tecnologia e determinação de todos. É possível mover montanhas”, assinalou Li Jinzhang ao considerar que o relevo da Cordilheira dos Andes não será impeditivo para o projeto.

Segundo afirmou o prefeito Otaviano Pivetta, as oportunidades que a China vislumbra no Brasil vinham ao encontro das necessidades nacionais e regionais. “Estamos no melhor lugar do mundo para produzir alimentos. Estamos no caminho da verticalização da produção e podemos produzir em grande escala proteína animal, vegetal e biocombustíveis”. A reunião com a comitiva chinesa aconteceu no auditório da Fundação Rio Verde, no dia 10 de junho de 2015, e contou com a presença de prefeitos da região, deputados federais e estaduais, secretários de Estado e do governador Pedro Taques, que chegou a anunciar a abertura de um escritório do governo de Mato Grosso na China para estreitar relações com aquele país e viabilizar investimentos para o estado.

No dia 12 de março de 2018, o prefeito Luiz Binotti esteve em Brasília, onde se reuniu com o secretário de coordenação de projetos da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Tarcísio Freitas. O prefeito foi buscar informações sobre o andamento do projeto da Fico e voltou confiante. “Podemos ser otimistas e acreditar que esta ferrovia vai sair do papel e partir para as obras, com grande possibilidade de isso acontecer no próximo ano”, acredita.

Enquanto os técnicos, políticos e burocratas, acomodados em seus gabinetes, preparam os próximos capítulos da novela chamada Fico, o Brasil que produz continua esperando pelo apito do trem.



“As mulheres foram umas guerreiras. Eu lembro disso aí e me emociono”, assinala o produtor rural Heitor Nicoletti ao lembrar das tantas dificuldades no começo do assentamento. O pioneiro ressalta que superou os desafios porque a esposa, Terezinha, sempre esteve ao seu lado.

O servidor público aposentado José Narciso de Oliveira, que veio de Mundo Novo (MS) para Lucas do Rio Verde em 1981, para trabalhar no mercado da Cobal, também reverencia a esposa Rosa. “Se não fosse ela eu não tava aqui. Ela me ajudou muito, me deu apoio”.

“Nossas mulheres também foram guerreiras! Vocês nem imaginam o que era essa vila, tinha que ter muita coragem pra encarar um lugar daqueles, a poeira, limpar a casa três, quatro vezes por dia, encarar todas as dificuldades, e fama de bandido. Então, eu acho que as mulheres da época foram muito guerreiras”, afirma o produtor rural Antônio Isaac Fraga Lira.

Todas essas “guerreiras” sempre estiveram bem representadas no poder público municipal de Lucas do Rio Verde, nas pessoas das primeiras-damas, das vereadoras, das secretárias municipais. “A Ana sempre me ajudava, me apoiava, às vezes eu ficava meio de cabeça baixa, e ela dizia que eu tinha que ser firme, e fomos levando. Eu tenho uma grande companheira”, testemunha o primeiro prefeito de Lucas do Rio Verde.

“No início era tudo difícil, mas a gente foi fazendo do jeito que conseguia”, pondera Ana Chupel Kothrade ao lembrar dos desafios do período em que o marido foi prefeito. “Era difícil, porque no começo nem telefone tinha, a gente precisava fazer uma reunião, não tinha como se comunicar, tinha que ir de casa em casa chamar para a reunião”, recorda.

Dona Ana ressalta a ajuda que sempre recebeu do Clube de Mães, Casa da Amizade e Pastoral da Criança nas ações que conseguiu empreender na área social. “A gente fez muito curso para ensinar as pessoas a trabalhar, foram mais de 70 cursos que a gente fez graças às promoções, os almoços, as macarronadas que a gente promovia. Com esse dinheiro, a gente podia comprar o material para oferecer os cursos. Esse dinheiro era investido também na Pastoral da Criança, a Irmã Luiza sempre estava junto comigo, me ajudando. A gente comprava tecido pra confeccionar roupa para as crianças, muitas mães gestantes não tinham condições de comprar o enxoval das crianças. A Irmã Luiza era parteira e me ajudou muito na área da saúde, eu sempre levava ela nas casas das mulheres que iam ter nenê, ela fazia o acompanhamento e quando chegava a hora da mulher ter nenê ela ia na casa atender, era um trabalho muito bonito, eu nunca esqueço o trabalho maravilhoso que a Irmã Luiza fazia, e ela não recebia dinheiro em troca disso”.

“Acredito que as mulheres têm um grande mérito na construção desta sociedade. Se analisarmos, as mulheres sempre estiveram presentes, seja na vida religiosa, na vida política, tem uma gama de mulheres contribuindo e trabalhando e ajudando, mesmo que o ente público seja um homem. Então acredito que as mulheres em Lucas do Rio Verde têm muito do que se orgulhar desta história e, como partícipe deste processo, vejo que a gente sempre ganha com isso, a sociedade ganha com a participação da mulher, mas a mulher também ganha, no âmbito pessoal, ganha na sua formação, na constituição da sua história, a gente não só folheia os livros da história, a gente se vê nela, se vê retratada na história nos diferentes momentos e isso é muito bom, é muito gratificante”, emociona-se a educadora Cleci Fátima Nunes, que na gestão do marido, Paulo Nunes, também conduziu a pasta da Assistência Social e da Educação.

“Se olharmos as famílias que permaneceram aqui, se fizermos um estudo da personalidade destas mulheres que fazem parte dessas famílias, vamos ver que são mulheres fortes, são mulheres otimizadas, mulheres que realmente se doaram numa causa de aqui permanecer e aqui construir uma sociedade mais participativa e mais possível de se conviver”, atesta Cleci.

“A vida não foi fácil para as pessoas que chegaram aqui no começo do município e essas mulheres tiveram pulso firme para estar junto na lida da lavoura, catando raízes, trabalhando com trator, cozinhando para os funcionários da fazenda, passando por dificuldades. Conheço histórias de vida e de superação, de mulheres guerreiras que enfrentaram muitos desafios e resistiram a muitas dificuldades. Se não fosse essas mulheres estarem junto, podem ter certeza que muitos homens teriam ido embora anos atrás”, acentua a empresária Rafaela Frizzo ao destacar o papel da mulher na construção de Lucas do Rio Verde e dizer do “prazer imenso” que sente enquanto primeira-dama de Lucas do Rio Verde de poder representar todas essas guerreiras.

Brasileiro é movido a paixão. E quando o assunto é futebol, a paixão vibra, pulsa, arrasta, cativa, emociona, chora, ri, torce, divide, motiva, une. Era janeiro de 2004, mês intensamente chuvoso em Lucas do Rio Verde. Muitos produtores rurais viram grandes lavouras de soja apodrecerem no solo encharcado e amargaram prejuízos. Na cidade, as chuvas fortes também assustaram moradores, mesmo os mais antigos, que nunca tinham visto cenas como as que foram registradas no dia 25 de janeiro, quando ruas e avenidas se transformaram em rios, porque o sistema de drenagem pluvial não suportou tamanho volume de água. O temporal daquela manhã de domingo causou danos de aproximadamente R\$ 1 milhão à municipalidade, conforme o então secretário de Obras e Serviços Públicos, Dirceu Cosma.

Mas aquele mês de janeiro foi também de paixão, ousadia e decisão: “Lucas do Rio Verde vai disputar campeonato estadual de primeira divisão neste ano”, foi o que decidiram autoridades municipais, lideranças empresariais e desportistas numa reunião realizada na manhã de sábado, 10 de janeiro de 2004, com a presença do então presidente da Federação Mato-grossense de Futebol, Carlos Orione.

O dirigente explicou as providências que o município precisaria tomar, dentre elas, a de construir um estádio que comportasse pelo menos 50% dos torcedores sentados, em condições ideais de segurança. O estádio deveria ter iluminação adequada, acesso para deficientes físicos, vestiários para os jogadores, banheiros masculinos e femininos, instalações condignas para a imprensa realizar seu trabalho, lanchonete em condições de higiene atestadas pela vigilância sanitária, ambulância e médico de plantão durante a realização dos jogos e uma série de exigências legais que precisavam ser cumpridas.

O início do campeonato estava marcado para 6 de março, Lucas do Rio Verde tinha um campo de futebol, mas não tinha estádio e nem clube de futebol profissional. Mas a ousadia, a paixão e a determinação daquele grupo de empresários e desportistas decidiram que sim, o município participaria do campeonato já naquele ano.

E, no dia 24 de janeiro, empresários, produtores rurais, desportistas e autoridades do município voltaram a se reunir e oficializaram a criação do Luverdense Esporte Clube, que fez sua estreia na “toca do lobo”, em Sorriso, no dia 13 de março, sob o comando do técnico Gilmar Ferreira. A partida terminou empatada em 1 x 1: o Atlético Sorriso abriu o placar aos sete minutos de jogo e o Luverdense empatou aos 29 do primeiro tempo. O primeiro gol da história do Luverdense foi marcado pelo lateral direito Dudé.

O Estádio Municipal Passo das Emas recebeu a primeira partida oficial do Luverdense no dia 21 de março de 2004, numa tarde quente de domingo, quando 2.216 torcedores pagaram ingresso para assistir ao confronto entre o Verdão e a equipe do Santa Cruz de Barra do Bugres. Para tristeza da torcida luverdense, o Santa Cruz voltou para casa levando três pontos na bagagem, resultado de uma vitória de 1 x 0 sobre o Verdão.

A inauguração oficial do “Passo das Emas” aconteceu no dia 27 de novembro de 2004, minutos antes do Luverdense entrar em campo para a disputa da partida que lhe renderia o primeiro título de sua história: campeão da Copa Governador (atual Copa Mato Grosso). O confronto foi contra o Cuiabá.

Em 28 de setembro de 2005 foi inaugurado o sistema de iluminação do Estádio Municipal Passo das Emas. A cerimônia aconteceu no intervalo da partida entre Luverdense e Vila Aurora, pelo Campeonato Brasileiro Série C.

JOGOS HISTÓRICOS MARCAM TEMPORADA 2013

Com gol de Misael, quase no final da partida, o Luverdense venceu o Corinthians por 1 a 0 no Estádio Municipal Passo das Emas, que recebeu arquibancadas improvisadas para sediar o jogo de ida das oitavas de final da Copa do Brasil 2013. Era 21 de agosto de 2013 e o Verdão do Norte se projetava definitivamente no cenário futebolístico brasileiro, elevando a imagem de Lucas do Rio Verde e de Mato Grosso.

“Ganhar um jogo desses é significativo. Futebol é isso, competitividade pura”, comemorou o técnico do Luverdense, Junior Rocha.

Fé é uma das características fortes do Luverdense, mas determinação parece ser a palavra-chave para o desempenho da equipe alviverde diante do timão. “Fomos melhores no jogo todo. Saímos de campo com vitória de 1 a 0 merecida, porque com certeza o Luverdense foi melhor”, comemorou o vice-presidente do Luverdense, Jaime Binsfeld.

A boa qualidade da equipe alviverde foi admitida até pelo técnico do Corinthians na época, Tite, que não gostou do desempenho do seu time. “O Corinthians jogou mal e sai daqui sabendo que tem que jogar mais”.

O estádio Passo das Emas podia ser acanhado, como descreveram alguns cronistas esportivos da mídia nacional, mas os jogadores do Luverdense demonstraram determinação, ousadia e garra diante do Corinthians e não deram muito espaço para o Timão jogar bola. E foi assim que um “timinho” do interior de Mato Grosso bateu o poderoso campeão do mundo, mesmo que ele tenha entrado em campo com o time completo, inclusive com o famoso Alexandre Pato.

Vencer o Corinthians no Passo das Emas pela Copa do Brasil foi um feito histórico na trajetória do jovem Luverdense Esporte Clube, mas conquistar o acesso à Série B do Futebol Brasileiro era meta há muito perseguida pelo clube. Vencer o Caxias por 2 a 1 no Estádio Centenário, em Caxias do Sul, foi mais de meio caminho para conquistar o acesso, pois o Luverdense poderia até perder por 1 a 0. Mas quem queria perder no Passo das Emas lindamente lotado?

No jogo do ano para os mato-grossenses, o resultado não poderia ter sido melhor: o Luverdense venceu o Caxias por 2 a 0 no domingo, 27 de outubro de 2013, para alegria da torcida, que compareceu, vibrou, apoiou, explodiu de emoção e saiu para as ruas fazendo festa.

Com o resultado, o Luverdense garantiu o acesso à Série B. “O acesso à Série B foi o marco histórico do nosso clube”, assinala o presidente do Luverdense, Helmut Lawisch, ao ressaltar que poucos clubes brasileiros conseguiram, em tão pouco tempo, sair do zero, chegar à Série B e permanecer nela por quatro anos ininterruptos.

Em 2017, o Luverdense conquistou o título da Copa Verde, o primeiro título do clube conquistado fora de Mato Grosso, em âmbito regional. Mas na disputa da Série B 2017 o Luverdense não obteve o mesmo êxito e acabou caindo para a Série C. “Saímos do purgatório para o inferno. Agora vamos ter que pelear de novo. Desde 2004 até 2017, o histórico do Luverdense sempre foi vitorioso e em 2017 amargamos a derrota do descenso. É chato, é doído e agora vamos trabalhar para num futuro mais próximo possível voltar para a Série B”, apontou Helmut.



Pontos turísticos referenciam história da cidade

Lucas do Rio Verde é um campo fértil para o turismo de negócios, que recebe anualmente um considerável contingente de visitantes que se deslocam para participar de eventos como o Show Safra BR 163, ou com o propósito de desenvolver novos empreendimentos no município e região.

Em 1997, o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, por meio da Embratur, outorgou a Lucas do Rio Verde o selo de município prioritário para o desenvolvimento do turismo, o que possibilitou ao poder público municipal aplicar políticas visando a melhoria no atendimento a oferta de serviços da rede hoteleira, de transporte, alimentação e lazer, com a oferta de cursos de capacitação e qualificação profissional.

Embora não se caracterize como uma cidade turística, Lucas do Rio Verde possui alguns atrativos que denotam um pouco da cultura do povo luverdense e referenciam a história do município. O Rio Verde, os parques e lagos que valorizam a natureza, os monumentos erguidos em diferentes pontos da cidade, praças e igreja são alguns dos atrativos que podem ser apreciados pelos visitantes.

ÁGUAS LÍMPIDAS CONVIDAM PARA PASSEAR

O Rio Verde, com sua beleza natural, é um potencial de turismo ecológico ainda pouco desenvolvido. O rio que dá nome ao município é conhecido por suas águas limpas e profundas. Cercado de matas preservadas – refúgio para a fauna – o Rio Verde nasce na Fazenda Santa Clara, município de Santa Rita do Trivelato e Nobres, atravessa uma vasta região do cerrado e deságua no Rio Teles Pires – limite tríplice dos municípios de Ipiranga do Norte, Sorriso e Sinop – já no bioma amazônico. Sem cachoeiras em seu percurso e com apenas algumas corredeiras pequenas, o Verde percorre cerca de quinhentos quilômetros, e Lucas do Rio Verde é a única cidade que ele cruza em toda sua extensão. O principal uso da água do rio é a geração de energia elétrica e para o lazer aos finais de semana. Junto com o lago da Usina Hidrelétrica Canoa Quebrada, é um dos atrativos para os amantes da pesca e dos esportes aquáticos.

A Usina Hidroelétrica Canoa Quebrada fica a cerca de 35 quilômetros do centro de Lucas do Rio Verde. O lago formado com a instalação da usina é propício para o lazer, especialmente para passeios de barco e jet-ski.

CULTO À FÉ E À NATUREZA COABITAM A CIDADE

Se é verdade que a fé deu coragem aos pioneiros luverdenses para vencerem os desafios da colonização, também é verídico que as várias crenças religiosas podem ser testemunhadas nas igrejas espalhadas pela cidade. Um belo exemplo está na Igreja Nossa Senhora da Rosa Mística.

Localizada na Avenida Mato Grosso, Cidade Alta, a Igreja Nossa Senhora da Rosa Mística é mais do que um templo da comunidade católica de Lucas do Rio Verde. A igreja guarda uma exposição permanente de arte sacra, um trabalho minucioso de estudo litúrgico da artista plástica Mari Bueno. São vitrais figurativos, uma cruz de vidro, obras em pastilhas de vidro, além de pinturas artísticas que retratam os significados das cores da rosa mística. Algumas obras reunidas na igreja chegam a ter mais de 10 metros de altura.

O zelo a espécies nativas também está presente em Lucas do Rio Verde e pode ser comprovado no Museu do Cerrado e na velha Figueira.

Localizada na Rua Horizontina, bairro Pioneiro, a árvore ‘Ficus’ conhecida popularmente pelo simples nome de “Figueira” foi tombada como patrimônio histórico do município de Lucas do Rio Verde por meio do decreto nº 874, de 10 de novembro de 1999. O tombamento se deu com o intuito de conservá-la e protegê-la, mediante o significado histórico-cultural que esta árvore possui para os primeiros moradores da comunidade luverdense, que se reuniam debaixo de seus frondosos galhos para conversar e até para discutir os problemas e a busca de soluções para as carências enfrentadas no lugarejo em formação.

O Museu do Cerrado é um local de preservação de espécies nativas da região, que ocupa um espaço de cerca de 1.600 metros, no bairro Rio Verde. Foi construído com o objetivo de ser uma ferramenta para o desenvolvimento dos projetos voltados à educação ambiental. É um importante espaço para que os alunos possam colocar em prática o conteúdo que aprendem em sala de aula, desde a importância da preservação ambiental até a catalogação das espécies.



RIO VERDE



FIGUEIRA



IGREJA ROSA MÍSTICA

MONUMENTOS E SEUS SIGNIFICADOS HISTÓRICOS

Colocados em pontos estratégicos da cidade, quatro monumentos destacam a vocação econômica do município e ressaltam o perfil empreendedor do povo luverdense.

LUQUINHA

O Luquinha já era bem conhecido dos luverdenses desde 2002, quando foi apresentado na abertura da 1ª Feira do Milho e do Suíno de Mato Grosso, durante a programação da Expolucas. Sua missão era divulgar a carne suína como alimento saudável e altamente nutritivo. Com seu jeito simpático e bonachão, o Luquinha conquistou os luverdenses e os visitantes da Expolucas 2002, principalmente as crianças, e se tornou mascote da feira. No ano seguinte, lá estava o Luquinha ajudando a animar a festa de aniversário de Lucas do Rio Verde, na Expolucas 2003.

Em julho de 2004, por iniciativa da Cooagril e da empresa Vitagri, em parceria com a Comissão Organizadora da Expolucas, foi edificada uma estátua de seis metros de altura do Luquinha. A ideia era divulgar, principalmente para os transeuntes da BR-163, a Expolucas 2004 e a 1ª Feira de Suínos e Aves, realizada naquele ano dentro da programação de aniversário da cidade. Mas o Luquinha já se tornara um símbolo no município, representando a verticalização econômica que iniciara com o projeto de suinocultura, ainda na década de 1990. E com este significado, o Luquinha foi mantido na entrada da cidade, no entroncamento da Avenida Goiás com a BR-163, e lá permanece, saudando quem chega a Lucas do Rio Verde e quem passa pela rodovia, sempre ajudando a divulgar os grandes eventos que são realizados na cidade.

O SEMEADOR

O monumento O Semeador é uma homenagem aos pioneiros que plantaram o empreendedorismo e trouxeram as ideias e a tecnologia que contribuíram para o desenvolvimento de Lucas do Rio Verde. Com 4,3 metros de altura, foi construído em 2009, simbolizando a agricultura que impulsiona a riqueza e o crescimento do município. Representa o arrojo do povo luverdense, o semear da esperança e prosperidade no presente e no futuro.

Erguido na rotatória das avenidas Brasil e Goiás, o Semeador marca também o início do desenvolvimento de uma nova região da cidade, batizado, na época, de Novo Centro.

EMA

Instituída como ave símbolo de Lucas do Rio Verde pela lei nº 645 de 20 de abril de 1999, a ema ganhou uma estátua gigante na rotatória da prefeitura, que tem se firmado como ponto de encontro e convívio dos luverdenses aos finais de semana. A estátua de 10 metros de altura foi inaugurada no dia 7 de setembro de 2015. A placa inaugural carrega os dizeres “Guerreira como o povo Luverdense, que caminha a passos largos e de cabeça sempre erguida”.

GALINHA PRECIOSA

Preciosa é o nome da galinha gigante construída na rotatória da Avenida da Fé e MT-449. “A Preciosa representa a avicultura em Lucas do Rio Verde, que gera renda para os luverdenses”, comemorou a trabalhadora Sandra Regina Ferreira Cartagenis ao se revelar “muito feliz” pela escolha do nome. Sandra representou o marido, Fabiano Queirós da Silva, na cerimônia de inauguração do monumento, que aconteceu no dia 4 de dezembro de 2015. Fabiano, que estava em Lucas do Rio Verde há oito anos, atuando como técnico de extensão rural em granjas de aves, concorreu com outras 370 pessoas que participaram do concurso lançado pela prefeitura para escolha do nome da galinha que presta homenagem à avicultura.

A escultura mede 10 metros de altura e foi esculpida em concreto armado pelo artista plástico Jackson Douglas, que empregou oito meses de trabalho na construção daquela que se projetou como sua maior obra até então. “Foi um desafio enorme. Foi uma satisfação bem grande como artista”, revelou. Inaugurado em dezembro de 2015, o monumento em homenagem à avicultura tem 10 metros de altura e está localizado no trevo da rodovia MT-449 com a Avenida da Fé. O nome Preciosa foi escolhido por meio de concurso promovido pela Prefeitura de Lucas do Rio Verde e representa o valor econômico do município.



LUQUINHA



O SEMEADOR



EMA



GALINHA
PRECIOSA

PARQUES E LAGOS

Quem gosta de passear ou praticar atividade física apreciando a natureza ou quem deseja simplesmente contemplar a paisagem, tem várias opções em Lucas do Rio Verde.

O Lago Ernani José Machado é um dos mais belos cartões-postais da cidade situado na área verde do Córrego Lucas, entre as avenidas Mato Grosso e Tocantins. As trilhas construídas no seu entorno e a ponte interligando os dois lados do lago atraem diariamente inúmeros visitantes, que encontram na beleza do local o aconchego para momentos de lazer, descanso e meditação. O calçadão que margeia, na Avenida Tocantins, é um espaço tradicional para realização de eventos esportivos, artísticos e culturais.

O Parque dos Buritis ocupa um pedacinho da vasta área verde de proteção do Córrego Lucas, que divide a cidade em duas regiões. A reserva de preservação ambiental em meio à cidade é um dos indicativos de que os lucardenses souberam cuidar deste patrimônio natural, apesar da pressão urbana. As trilhas do parque são utilizadas pelos moradores especialmente para a prática de caminhadas e ciclismo. O parque conta também com espaço para arborismo.

O Parque Ecológico Harri Müller é um dos principais pontos turísticos de Lucas do Rio Verde. Situado na área de preservação do Córrego Verde, o parque está localizado em uma região de recente ocupação populacional da cidade, entre os bairros Parque das Américas e Parque das Araras. Sua área total, de mais de 60 hectares, contempla área de preservação, lago e pistas de caminhada.

MONUMENTO AO 9º BEC

Entregue oficialmente à sociedade de Lucas do Rio Verde no dia 5 de agosto de 2015, o Monumento ao 9º BEC é uma homenagem aos militares do 9º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro que abriram a rodovia Cuiabá-Santarém, prolongamento da BR-163.

O Monumento ao 9º BEC foi erguido pela Prefeitura de Lucas do Rio Verde na Praça dos Pioneiros, que marca o local de origem da cidade, no bairro Pioneiro. A praça recebeu este nome em 1999, por meio da Lei 682/99, de 12 de setembro daquele ano, assinada pelo prefeito Otaviano Pivetta, que estava em seu primeiro mandato à frente do município.

A lei que rebatizou a praça teve origem em projeto de autoria do vereador Carlos Giroto, que se pautou no argumento de que era preciso prestar homenagem “aos desbravadores que corajosamente enfrentaram o cerrado e todas as dificuldades que ele escondia, para abrir caminho aos migrantes que vieram a seguir, ajudando a formar e construir a cidade que hoje orgulhosamente defendemos”. Antes de se chamar Praça dos Pioneiros, o espaço tinha o nome de Praça General Danilo Venturini, em homenagem ao general que ocupava a pasta de ministro de Assuntos Fundiários do governo do presidente João Batista Figueiredo quando da criação do Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, em 1982.

O comandante do 9º BEC, coronel Luciano José Flores, representou o Batalhão na cerimônia de entrega do monumento. “A partir de um destacamento do 9º BEC, criou-se todo um município que hoje é o maior IDH de Mato Grosso”, exaltou o coronel ao definir Lucas do Rio Verde como um caso emblemático da engenharia de construção do Exército Brasileiro.

Entre os anos de 1971 e 1976 foi realizada a abertura da Cuiabá-Santarém. “Tivemos funcionários do batalhão que foram flechados por índios. Ao todo, nessa obra, nós tivemos 22 mortes, por doenças, acidentes. Houve máquinas que ficaram atoladas durante seis meses por causa das enchentes”, descreveu o coronel ao lembrar relatos históricos da construção.

Coronel Flores contou que a equipe de topografia do 9º BEC, que ia à frente para marcar o eixo da rodovia, chegava a ficar 15 dias sem ver a luz do sol, andando em meio à vegetação fechada. Os suprimentos eram lançados por helicóptero em clareira aberta na mata. A tropa de desmatamento para abertura da estrada seguia a picada aberta pelos topógrafos.





LAGO HARRI MULLER



PEDALINHOS



ARVORISMO



LAGO ERNANI JOSÉ MACHADO

In Memoriam

JAIME SEITI FUJII

Instalou no dia 8 de setembro de 1986 o Cartório de Registro Civil de Lucas do Rio Verde, tornando-se o primeiro Oficial de Registro Civil do então Distrito e acumulou também as funções de escrivão do Juízo de Paz e de Tabelião de Lucas do Rio Verde, funções que ocupou até sua morte, em agosto de 1994. Oriundo do estado de São Paulo, foi um dos pioneiros de Lucas do Rio Verde e participou também da fundação da Associação Comercial e Empresarial do município, dentre outras entidades e organizações.

JOÃO JOSÉ CALLAI

O primeiro presidente da Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde, João José Callai, morreu no dia 2 de janeiro de 2015, vítima de infarto. Ele presidiu o Legislativo Luverdense no período de janeiro de 1989 a dezembro de 1990, quando conduziu os trabalhos de elaboração e promulgação da Lei Orgânica do Município. Natural do Rio Grande do Sul, João José Callai foi um dos pioneiros de Lucas do Rio Verde e participou da criação de muitas entidades do município, como o CTG Sentinela da Tradição, Clube do Idoso De Bem com a Vida, Clube Seriema, dentre outras. Morreu aos 66 anos de idade, em Lucas do Rio Verde.

WILLIANS REINALDO DE ANDRADE

Após uma luta de mais de 10 anos contra o câncer, morreu em Lucas do Rio Verde no dia 9 de fevereiro de 2015, aos 68 anos de idade. Mineiro de Pouso Alegre, o advogado Willians Reinaldo de Andrade chegou em Lucas do Rio Verde em meados dos Anos 80 e logo se engajou nas causas da pequena vila, fazendo parte das comissões de Emancipação, de Energia, de Telefonia, de Água. Foi também um dos fundadores da OAB-Lucas e participou ativamente da criação, instalação e elevação da Comarca de Lucas do Rio Verde, bem como de inúmeras outras ações e projetos que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento do município.

OTACILDO OSÓRIO PIVETTA

O primeiro vice-prefeito de Lucas do Rio Verde morreu em Porto Alegre (RS) no dia 1º de janeiro de 2016, após lutar contra um câncer por mais de dois anos. Chico Pivetta, como era conhecido, estava com 59 anos de idade. Natural de Caiçara (RS), Chico foi vice-prefeito de Lucas do Rio Verde no período de 1989 a 1992. Com trajetória marcada pela simplicidade, alegria, bom humor e serenidade, participou da fundação do Sindicato dos Produtores Rurais de Lucas do Rio Verde e da Associação de Criadores de Lucas do Rio Verde (Acrilucas), entidade que também presidiu, tendo participação efetiva na organização e realização da 1ª Expolucas (1989).

Vereadores

que exerceram mandato na Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde desde a instalação do Poder Legislativo Local, em 1º de janeiro de 1989

Mandato - 1989-1992

Edson Freire, Ermes Fumagalli, Ilvo Vendruscolo, João José Callai (Presidente 1989/1990), Maria Elisabeth Huber, Paulo Vicente Nunes (Presidente 1991/1992), Sebastião Garcia Costa, Vitorino Vignaga, Walmenir Cândido da Silva.

Suplentes: Léo Pasqualli, Reny Santo Belló, Romeu Trevisol.

Mandato - 1993-1996

Carlos Krieger Giroto, Ildo Romancini, Nery Bernardes Prestes (Presidente 1993/1994), Petronilio Jacinto de Souza, Roberto Morandini, Ronald Celso Shwebel, Sebastião Garcia Costa (Presidente 1995/1996), Vilmar Scherer, Walmenir Cândido da Silva.

Suplentes: Beno Sonogo, Marli Heldt Ventura, Waldemar Janing.

Mandato - 1997-2000

Altamir Rafael Pandini, Gilson Gregório, Jiloir Augusto Pelicioli, José Luiz Picolo, Maria Sidinir Bif Stechert, Marli Heldt Ventura, Neri Geller, Vilmar Scherer (Presidente 1997/1998), Roberto José Morandini (Presidente 1999/2000).

Suplentes: Carlos Krieger Giroto, Leandro Miguel Hoffmann, Leonildo Antônio Baccin, Sebastião Garcia Costa, Walmenir Cândido da Silva.

Mandato - 2001-2004

Carlos Krieger Giroto (Presidente 2001/2002), Demétrio Cezar Teixeira de Souza, Ildo Romancini, Jiloir Augusto Pelicioli, José Luiz Picolo, Luiz Francisco Martinello (Presidente 2002/2004), Marli Heldt Ventura, Neri Geller, Petronilio Jacinto de Souza.

Suplentes: Joares José Rolin dos Santos, Luciane Bertinatto Copetti, Maria Dalva de Oliveira Fernandes, Sebastião Garcia Costa, Valdir Sbabo.

Mandato - 2005-2008

Carlos Krieger Giroto, Cleci Fátima Nunes, Demétrio César Teixeira de Souza, Elder Luiz Biazus, Jiloir Augusto Pelicioli, Marli Heldt Ventura (Presidente 2005/2006), Marcio Antonio Pandolfi, Raimundo Dantas de Souza Filho (Presidente 2007), Nestor Albrecht (Presidente 2008).

Suplentes: Airton Callai, Aluizio José Bassani, Everaldo Lucas, Luciane Bertinatto Copetti, Maria Dalva de Oliveira Fernandes, Mario Fernando Gomes Pael, Paulo Cesar Angeli, Pedro Fernandes de Gois.

Mandato - 2009-2012

Airton Callai (Presidente 2010), Aluizio José Bassani (Presidente 2011), Ana Chupel Kothrade, Carlos Krieger Giroto (Presidente 2012), Eliseu Sávio Diniz, José Carlos de Oliveira, Marcio Rogério Albieri (Presidente 2009), Mario Fernando Gomes Pael, Pedro Fernandes de Gois.

Suplentes: Adenilson Pereira, Adriana Moreira dos Passos, Carlos Antunes Rodrigues, Elder Luiz Biazus, Enio José Fandaruff, Maria Sidinir Bif Stechert, Nestor Albrecht, Raimundo Dantas de Souza Filho, Sebastião Garcia Costa.

Mandato - 2013-2016

Airton Callai (Presidente 2013/2014), Cleusa Terezinha Marchezan de Marco, Demétrio Cezar Teixeira de Souza, Dirceu Camilo Cosma (Presidente 2015/2016), Gilson Gregório, Gilson Pedro Pelicioni, Mario Fernando Gomes Pael, Pedro Fernandes de Gois, Roberto Carvalho Barra.

Suplentes: Aluizio José Bassani, Carlos Krieger Giroto, Marcio Rogério Albieri, Vilmar Parizotto

Mandato - 2017-2020

Airton Callai, Cristiani Dias de Oliveira, Dirceu Camilo Cosma, Jaime Eduardo Borges Floriano, Jiloir Augusto Pelicioli (Presidente 2017/2018), Marcia Pelicioli, Marcos Manoel Barbosa, Mario Fernando Gomes Pael, Wagner Godoy.

Suplente: Demétrio César Teixeira de Souza.

Prefeitos

e vice-prefeitos de Lucas do Rio Verde
em 30 anos de emancipação

Gestão 1989/1992

Werner Haroldo Kothrade e Otacildo Osório Pivetta

Gestão 1993/1996

Paulo Vicente Nunes e Neri Guilherme Artmann

Gestão 1997/2000

Otaviano Olavo Pivetta e Norivaldo Alves Peixoto

Gestão 2001/2004

Otaviano Olavo Pivetta e Marino José Franz

Gestão 2005/2008

Marino José Franz e Osvaldo Martinello

Gestão 2009/2012

Marino José Franz e Joci Piccini

Gestão 2013/2016

Otaviano Olavo Pivetta e Miguel Vaz Ribeiro

Gestão 2017/2020

Flori Luiz Binotti e Sílvio Antônio Fávero

Primeiras-damas

da história de Lucas do Rio Verde

Ana Chupel Kothrade

1989/1992

Cleci Fátima Nunes

1993/1996

Marileide Ceolatto

1997/2004

Mirna Stocker Franz

2005/2012

Rafaela Frizzo

2017/2020



Lucas: luz abundante do sol, que nos ilumina e faz o ciclo da vida acontecer...

Rio Verde: nosso principal manancial hídrico, símbolo de vida e beleza...

Lucas do Rio Verde: luz que reflete nas águas límpidas o verde da esperança de que é possível crescer com equilíbrio e promover o desenvolvimento sustentável com qualidade de vida...

Assim tem sido desde a formação da cidade, 36 anos atrás, e ganhou impulso com a emancipação política e administrativa.

O progresso reflete o esforço coletivo e serve de inspiração para teu povo seguir o curso da história, te fazendo grande, próspero, acolhedor.



LUCAS
DO RIO VERDE
30 anos

